



Estado do Rio Grande do Sul

JAIR SOARES

MENSAGEM

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PORTO ALEGRE
1987

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO

Jair Soares

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

Cláudio Strassburger

CHEFE DA CASA CIVIL

Augusto Borges Berthier

CHEFE DA CASA MILITAR

Paulo Roberto de Araújo Monteiro

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS DA GRANDE PORTO ALEGRE

Arthur Paulo Araújo Zanella

PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA

Paulo Olímpio Gomes de Souza

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Ney Sá

SECRETÁRIO DA JUSTIÇA

Paulo Barbosa Lessa

SECRETÁRIO DA FAZENDA

José Hipólito Machado de Campos

SECRETÁRIO DO INTERIOR, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS

João Flávio Ioppi

SECRETÁRIO DA AGRICULTURA

João Salvador de Souza Jardim

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Plácido Steffen

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Antonio Carlos Ferreira de Mello

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Juarez Lopes Haussen

SECRETÁRIO DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE

Sérgio Alexandre Bechelli

SECRETÁRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Valter Antoninho Bianchini

SECRETÁRIO DOS TRANSPORTES

Rosendo da Costa Prieto

SECRETÁRIO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Mauro Maranzana

SECRETÁRIO DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES

Luiz Felipe Correa de Azevedo

SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

José Diogo Cyrillo da Silva

SUMÁRIO

1	— APRESENTAÇÃO	9
2	— ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO	21
	2.1 — EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	
	2.1.1 — Secretaria da Educação e Cultura (SEC)	25
	2.1.2 — Conselho Estadual de Educação (CEE)	30
	2.1.3 — Conselho Estadual de Cultura (CEC)	31
	2.1.4 — Conselho Regional de Desporto (CRD)	32
	2.1.5 — Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF)	33
	2.1.6 — Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (FOSPA)	34
	2.1.7 — Fundação Rio-Grandense de Atendimento ao Excepcional (FAERGS)	36
	2.1.8 — Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC)	38
	2.1.9 — Fundação Televisão Educativa Piratini (FTE — Piratini)	40
	2.1.10 — Fundação Teatro São Pedro (FTSP)	43
	2.2 — SAÚDE E MEIO AMBIENTE	
	2.2.1 — Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA)	47
	2.3 — SANEAMENTO	
	2.3.1 — Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN)	53
	2.3.2 — Sistema Integrado de Tratamento dos Efluentes Líquidos (SITEL)	55
	2.4 — TRABALHO, ASSISTÊNCIA E HABITAÇÃO	
	2.4.1 — Secretaria do Trabalho e Ação Social (STAS)	61
	2.4.2 — Fundação Gaúcha do Trabalho (FGT)	62
	2.4.3 — Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra (FUNDASUL)	65
	2.4.4 — Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM)	67
	2.4.5 — Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB/RS)	70
	2.5 — SEGURANÇA PÚBLICA	
	2.5.1 — Secretaria da Segurança Pública (SSP)	75
	2.6 — JUSTIÇA	
	2.6.1 — Secretaria da Justiça (SJ)	79
	2.7 — MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL	
	2.7.1 — Procuradoria-Geral da Justiça (PGJ)	85

2.8	—	DEFESA JUDICIAL DO ESTADO	
2.8.1	—	Procuradoria-Geral do Estado (PGE)	91
2.9	—	AGRICULTURA	
2.9.1	—	Secretaria da Agricultura (SA)	97
2.9.2	—	Empresa Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS)	102
2.9.3	—	Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA)....	105
2.9.4	—	Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB)..	109
2.9.5	—	Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA)	111
2.9.6	—	Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes (ISRC).....	114
2.10	—	INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
2.10.1	—	Secretaria da Indústria e Comércio (SIC).....	119
2.10.2	—	Conselho Estadual da Indústria da Construção (CEICO).....	122
2.10.3	—	Açúcar Gaúcho S/A (AGASA).....	123
2.10.4	—	Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul (CEDIC)	124
2.10.5	—	Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (CORLAC)	126
2.10.6	—	Central Vitivinícola do Sul S/A (VINOSUL)	127
2.10.7	—	Produtos Gaúchos S/A (PROGASA)	127
2.10.8	—	Conselho de Implantação do Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul (CONPETRO)	128
2.11	—	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
2.11.1	—	Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC)	133
2.12	—	TURISMO	
2.12.1	—	Companhia Rio-Grandense de Turismo (CRTUR)....	139
2.13	—	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
2.13.1	—	Secretaria da Fazenda (SF).....	143
2.14	—	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
2.14.1	—	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A (BANRISUL)	151
2.14.2	—	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Estado do Rio Grande do Sul S/A (DIVERGS)	152
2.14.3	—	Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul (CEE/RS)	153
2.14.4	—	Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL)	154
2.14.5	—	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	157
2.15	—	ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES	
2.15.1	—	Secretaria de Energia, Minas e Comunicações (SEMC)	161
2.15.2	—	Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE)	162
2.15.3	—	Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT)	164
2.15.4	—	Companhia Riograndense de Mineração (CRM)	165
2.15.5	—	Comissão Estadual de Energia (CENERGS)	167
2.16	—	TRANSPORTES	
2.16.1	—	Secretaria dos Transportes (ST)	173
2.16.2	—	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER)	173

2.16.3	—	Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras (CINTEA)	174
2.16.4	—	Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC)	175
2.16.5	—	Departamento Aeroviário do Estado (DAE)	176
2.17	—	PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO	
2.17.1	—	Secretaria de Coordenação e Planejamento (SCP)	179
2.17.2	—	Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS)	183
2.17.3	—	Fundação de Economia e Estatística (FEE)	186
2.17.4	—	Sistema Estadual de Informação Técnica e Estatística (SEITE)	189
2.17.5	—	Sistema Estadual de Processamento Eletrônico de Dados (SEPED)	191
2.18	—	ADMINISTRAÇÃO	
2.18.1	—	Secretaria da Administração (SEA)	195
2.18.2	—	Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG)	198
2.18.3	—	Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH)	199
2.19	—	PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR	
2.19.1	—	Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS)	207
2.20	—	PROCESSAMENTO DE DADOS	
2.20.1	—	Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS)	213
2.21	—	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO E OBRAS PÚBLICAS	
2.21.1	—	Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas (SDO)	219
2.21.2	—	Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano (CEDU)	223
2.21.3	—	Conselho para o Desenvolvimento Integrado do Litoral (CODEL)	225
2.21.4	—	Conselho de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul (CONRHIRGS)	225
2.21.5	—	Comissão Especial de Obras de Irrigação e Drenagem (CEOID)	228
2.21.6	—	Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN)	229
2.22	—	GABINETE DO GOVERNADOR	
2.22.1	—	Casa Civil	235
2.22.2	—	Casa Militar/Coordenadoria Estadual de Defesa Civil	236
2.22.3	—	Gabinete da Primeira Dama	240
2.22.4	—	Assessoria de Comunicação Social	242
2.22.5	—	Assessoria de Relações Públicas (ARP)	242
2.22.6	—	Secretaria Extraordinária para Assuntos da Grande Porto Alegre (SEGPA)	243

TABELAS	247
----------------------	------------

1 — APRESENTAÇÃO



OF. GG/CC/138 - 87

Porto Alegre 1º de março de 1987.

Senhor Presidente:

Nos termos do inciso XIV, do artigo 66, da Constituição Estadual, submeto à apreciação de Vossa Excelência e de seus pares a Mensagem à Assembléia Legislativa, correspondente ao exercício de 1986.

Por oportuno, ainda permito-me, na derradeira prestação de contas que faço ante o Poder Legislativo sul-rio-grandense, destacar sete pontos fundamentais alcançados durante o meu quadriênio, no resgate de compromissos assumidos com as comunidades urbanas e rurais de nosso Estado, apresentar uma síntese do desempenho da economia gaúcha, no decurso 1983-1986 e alinhar considerações sobre as finanças públicas do Estado.

Sem que haja benefício de ordem, mencionaria o saneamento do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., cabeça do sistema financeiro estadual, que, como é do conhecimento de todos, estava submetido a uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), à época em que se iniciou minha administração.

Hoje, o Banrisul e suas subsidiárias operam competitivamente nos diversos segmentos do mercado financeiro, afora o apoio que presta ao sistema produtivo estadual.

Em seguimento, dentro da perspectiva de valorização profissional do servidor público estadual, cuidei que a norma constitucional de ingresso para cargos de provimento efetivo, na Administração Direta e nas Autarquias, assim como para empregos nos demais órgãos da Administração Indireta, fossem precedidos de concurso público, como critério exclusivo de admissão. A par disso, busquei dar remuneração condigna a quantos trabalham para o serviço público estadual, apoiado, evidentemente, em provimentos legais aprovados por essa Egrégia Assembléia Legislativa. Os números, quanto à movimentação da força de trabalho, no meu período de governo, são eloquentes. Em 15 de março de 1983 havia 143.721 servidores, civis e militares, na Administração Direta; em 28.02.87, esse contingente é de 138.097; na Administração Indireta (que engloba as fundações, empresas sob controle do Estado e respectivas subsidiárias) tem-se a seguinte posição: em 15.03.83 havia 66.597 servidores, ao passo que em 28.02.87, 65.986 prestavam seus serviços com vínculo de emprego àquelas entidades.

Através da Lei nº 8.020/85, consubstanciou-se reivindicação de mais de 20

Excelentíssimo Senhor
Deputado ALGIR LORENZON
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa
Nesta Capital

anos dos servidores públicos estaduais: a 13.^a remuneração, paga, parceladamente, nos meses de dezembro de 1986, janeiro e fevereiro de 1987.

Prioritária no meu período de governo foi a área educacional, de tal sorte que mais de 5.000 salas de aula foram construídas no Estado. Em termos de alocação de recursos, à luz da Emenda Constitucional nº 24, de 1º.12.83 (chamada Emenda Calmon), os números falam por si. Em 1985, aplicamos 6,9% além daquele limite constitucional; em 1986, o percentual foi de 28,29% acima do mandamento constitucional.

Atenção relevante mereceu a área de Saúde Pública, fato que pode ser medido por indicadores universalmente aceitos: a expectativa de vida para o homem atingiu a 66 anos; para a mulher, 74. No plano de mortalidade infantil, o coeficiente de 26 óbitos por mil nascimentos é, por si só, indicador suficiente do padrão de atendimento garantido pelo governo estadual, ao longo do tempo.

Com vistas a garantir o adequado fluxo de pessoas e de bens, este Executivo investiu fortemente no setor de transportes, valendo ressaltar alguns números: 1.382 quilômetros em terraplenagem; mais de 1.000 quilômetros em pavimentação asfáltica; 8.784 metros na construção de pontes em estradas alimentadoras; 3.100 m de obras de artes especiais realizadas pelo DAER. Na pavimentação de 10 aeroportos, foram construídos 346.296 metros quadrados. As marcas atingidas no curso da minha gestão, em que pese a notória escassez de recursos financeiros que reduziram a margem de investimentos no setor, se apresentam acima do que foi atingido em administrações anteriores.

A necessidade de se garantir oferta de energia ao setor produtivo estadual merece destaque, por duas providências em curso: a primeira refere-se à entrada em operação da Usina Presidente Médici, fase B, máquinas 3 e 4. Com essas obras, a capacidade de geração de energia, no Estado, foi aumentada em 320 megawatts, reduzindo-se, com isso, a dependência de compra de energia elétrica da Eletrosul. A par disso, a energia gerada pela Presidente Médici utilizou como insumo fundamental uma das riquezas minerais do Estado: o carvão. A segunda, concerne ao cumprimento, pelo Estado, dos termos de protocolo de saneamento financeiro da CEEE, concertado com o Governo Federal. Através da implementação de autorização já obtida junto ao Senado Federal (Resolução nº 323/86) o Governo do Estado aportará Cz\$ 691 milhões à capitalização da CEEE; com o que haverá contrapartida da Eletrobrás, com idêntica finalidade.

Por derradeiro, concretizando esforços que remontam há mais de 15 anos, foram concluídas as obras de edificação do Centro Administrativo do Estado, em Porto Alegre, sendo que dos vinte e dois andares do prédio, dez foram construídos no meu quadriênio.

No desempenho da economia sul-rio-grandense, durante o período de meu Governo, cabe registrar:

No último quadriênio, a cada período, observaram-se variações de comportamento, tanto no conjunto das atividades produtivas do País como na economia sul-rio-grandense, que se encontra bastante atrelada à nacional. Durante todo o período considerado, pode-se verificar a importância que as medidas de política econômica tiveram, em termos de repercussões na evolução do produto e da renda interna.

Em 1983, embora a renda interna do Rio Grande do Sul assinalasse um pequeno incremento, situado em torno de 1% configurava-se a nível nacional uma crise, com o PIB do País registrando um decréscimo de 3,2%. Parcela significativa da ocorrência de tal conjuntura pode ser atribuída à reorientação da política econômica nacional, com o objetivo de atender às proposições do FMI.

No Brasil, o único setor que assinalou acréscimos do produto interno foi o agrícola. Quase todos os segmentos industriais apresentaram desempenho negativo. No que se refere ao setor terciário, apesar da tênue favorabilidade assinalada pelos intermediários financeiros, no seu conjunto, o setor refletiu o quadro de dificuldades do contexto econômico.

O comportamento agrícola teve como agentes favoráveis os ganhos médios de produtividade e os preços relativos dos diversos produtos. Entretanto, a amplitude do crescimento da economia agrária (29,1%) deve-se menos à "performance" revelada em 1983, do que ao péssimo desempenho do setor no ano-base de comparação: 1982.

Fortes componentes recessivos se fizeram sentir no comportamento do setor industrial sul-rio-grandense. O ano de 1983 configurou-se, inclusive, como um daqueles em que o desempenho industrial foi o pior, tendo decrescido 5% em relação a 1982 com repercussões bastante negativas na formação da renda interna.

O setor terciário teve sua renda interna real reduzida em 3,3%. Considerando seu peso na formação da renda gaúcha (60%), esse decréscimo exerceu um ponderável papel na configuração do ínfimo crescimento do produto estadual no ano.

No transcorrer de 1984, a economia gaúcha revelou um grau de dinamicidade superior ao que caracterizou 1983, tendo-se constatado um acréscimo do produto da ordem de 2%.

Na análise dos elementos contributivos para a efetivação desse acréscimo, é destacável o fato de que parcela ponderável da renda interna estadual se vinculou ao crescimento da indústria. No setor secundário, pode-se observar, com nitidez, sinais de recuperação, enquanto os demais setores e subsetores, apesar de não terem mantido uma homogeneidade na retomada de seu anterior dinamismo, pelo menos não chegaram a prejudicar a "performance" do desempenho global.

O crescimento dos investimentos físicos na indústria, especialmente em alguns segmentos, dava a indicação de uma retomada desenvolvimentista. Os setores metalúrgicos, produtos alimentares, minerais não-metálicos e mecânica mereceram destaque pelos montantes investidos.

Se, em termos de conjuntura econômica e de política do setor a situação era pouco animadora, as condições climáticas foram propícias à agricultura, e a produção da lavoura assinalou ponderáveis acréscimos em relação à safra de 1983. Alguns segmentos agrícolas tiveram ainda a pesar desfavoravelmente no seu desempenho uma relação de trocas insatisfatória, embora no global os índices de preços recebidos e pagos pelo setor agrícola tenham apresentado praticamente o mesmo incremento: cerca de 236%.

No desempenho do setor secundário gaúcho, verificou-se uma tendência bastante similar à do comportamento desse setor a nível nacional. Os segmentos vin-

culados ao mercado externo foram os que mais cresceram, tendo havido também nítidos sinais de expansão nos ramos da indústria estadual, cuja integração é com a indústria química do centro do País. Assim, foram os gêneros material elétrico, metalurgia, mecânica, vestuário e calçados e, numa intensidade um pouco menor, química e material de transporte, os que apresentaram o desempenho de maior destaque. O crescimento registrado pela indústria gaúcha (4,8%) foi um pouco menor do que o verificado no conjunto nacional, tendo havido em 1984 uma pequena perda de representatividade deste setor rio-grandense no contexto brasileiro.

Em 1985 caracterizam-se, as perspectivas de retomada das atividades econômicas, cujos inícios podiam ser observados já no comportamento da economia em 1984, tendo-se configurado como primeiro ano promissor da década de 80.

A política econômica adotada pelo Governo Federal, enfatizando o crescimento econômico e imprimindo diretrizes mais liberais do FMI, apesar da inflação crescente, logrou ativar a economia. Papel importante no estímulo às atividades produtivas teve, também, a gradativa recuperação do poder de compra dos salários, que vinham sendo achatados nos últimos anos.

Os resultados positivos puderam ser visualizados em quase todos os segmentos da economia, configurando um quadro mais harmônico do que o observado em 1984. A renda interna rio-grandense teve uma expansão de 8,7%, superior inclusive ao índice de crescimento assinalado pela economia nacional. Ainda que de forma tímida, parece que a economia gaúcha começou a partir para a recuperação da representatividade de alguns setores produtivos no todo nacional.

Pela primeira vez, no quadriênio em análise, os resultados obtidos pelo setor primário se aproximaram dos atingidos em 1980, ano considerado favorabilíssimo para a agricultura do Rio Grande do Sul. Não obstante a redução na área cultivada de importantes produtos agrícolas (arroz, milho, soja), a agricultura gaúcha registrou em 1985 um crescimento da ordem de 11% em relação ao ano anterior, o que se deve, em grande parte, aos ganhos de produtividade que se concretizaram em ponderáveis aumentos de produção. De tal ordem foi o aumento do rendimento médio de algumas culturas, que pôde compensar, com folga, a redução da área cultivada.

Também no que se refere à pecuária, houve uma melhora em relação a 1984. Na avicultura, cujos estoques retomaram o crescimento, ao mesmo tempo em que se expandiam os abates, foi onde se localizou a mais acentuada recuperação.

Embora no ano de 1985 o comércio exterior não tenha oferecido à indústria de transformação o mesmo estímulo que em 1984, medidas de política econômica voltadas para a ativação da economia deram-lhe a necessária sustentação. Assim esse setor teve um comportamento dinâmico, no qual o aquecimento da demanda interna desempenhou importante papel.

O crescimento registrado pela indústria de transformação no Rio Grande do Sul atingiu 6,1%, tendo sido os gêneros material elétrico e comunicações e material de transporte — produtores, basicamente, de bens intermediários para as indústrias do centro do País — os responsáveis pelo maior nível de atividade industrial no Estado.

Não obstante os percalços no comércio exterior, a indústria calçadista gaúcha logrou, também, um bom desempenho, registrando um crescimento de vendas em 1985 superior a 8% em relação ao ano anterior.

O setor serviços, diferentemente dos anos anteriores, revelou um ponderável revigoramento, crescendo 9,1% em relação a 1984. Recebendo estímulos dos demais setores produtivos, com os quais possui estreitas relações e, notadamente, colhendo os benefícios de uma política salarial que se propunha a iniciar a reposição do poder de compra dos assalariados, o setor terciário começou a reagir com boas perspectivas.

No ano de 1986, a interferência do poder público na economia, através de diretrizes e medidas de política econômica (Plano Cruzado), deu-se de forma audaz, com o objetivo máximo de reduzir a espiral inflacionária, sem provocar um processo recessivo, cujos reflexos fossem indesejáveis para a sociedade brasileira.

No Rio Grande do Sul, o produto global expandiu-se em 7,9% em relação a 1985. Comparativamente ao comportamento da média da economia nacional, cujo produto se ampliou em 7,7% durante o ano de 1986, o crescimento da economia gaúcha adquire destaque especial pela forte representatividade da taxa de incremento do setor primário e pela participação que esse setor tem na formação do produto interno (19%, enquanto que no Brasil essa participação é de 12,5% em 1985). O péssimo resultado do setor primário gaúcho foi compensado pelo excelente desempenho do setor terciário, que tornou possível uma taxa de crescimento global similar à da média nacional.

Sem dúvida, tanto no Estado quanto no País como um todo, a expansão do consumo, propiciada pelo aumento da oferta de emprego e conseqüente ampliação da massa salarial, desempenhou um papel muito expressivo na sustentação da dinamicidade econômica que já se refletira nos resultados obtidos em 1985.

A safra gaúcha 1985/86 foi seriamente comprometida pela seca que atingiu a Região Centro-Sul no período de outubro de 1985 a fevereiro de 1986. Os prejuízos variaram de acordo com as épocas ideais de plantio de cada cultura, mas sua significância foi de tal ordem, que o produto agrícola decresceu em relação a 1985 de 23,5% (tais reflexos ao nível de média nacional também provocaram uma redução do produto, mas só de 7%).

O impacto das variações climáticas adversas sobre as principais lavouras gaúchas (quebra de 65% da produção de feijão, 53% da de milho e 61% da de soja, destacando as principais) poderia ter reflexos mais atenuados, caso o segmento da produção animal reagisse de forma mais agressiva. Entretanto, em 1986, a produção de carnes revelou um comportamento bastante atípico. A produção de carne bovina sofreu uma redução — os abates foram 26% menores do que os abates médios do período 1980/85 — motivada, de um lado, pela retenção especulativa do boi e, de outro, pela redução de abates de matrizes, enquanto a produção de carne suína e de aves se expandia tentando suprir o vazio deixado pela ausência de oferta de bois para o abate. De tal ordem foi a retração da oferta de carne bovina no mercado gaúcho, que se registrou uma mudança na estrutura do consumo por tipo de carnes. As carnes de suínos e aves, que juntas eram responsáveis pelo abastecimento de 60% da oferta de carnes, passaram a suprir 71% do consumo, enquanto a carne bovina perdia sua posição atingindo apenas 29% da oferta.

Tal situação, que configurou um desempenho insatisfatório do setor primário no ano de 1986, não pode ser considerada como crítica e nem determinante de uma estagnação do setor, pois resultou de fatores conjunturais.

Ao contrário do que se verificou com o setor primário, a indústria de transformação registrou um desempenho favorável no transcurso de 1986, ampliando seu produto em 9%. A taxa registrada a nível do Rio Grande do Sul, apesar de mais modesta do que a assinalada, em média, no País (12%), revelou a aceleração do processo que já se havia iniciado em 1985.

Carência de suprimento de matérias-primas e falta de mão-de-obra qualificada foram sérios limitantes de um melhor desempenho do setor secundário, sem deixar de lembrar que, em muitos casos, houve uma grande aproximação do uso da plena capacidade produtiva. Embora a utilização média dos equipamentos na indústria gaúcha esteja abaixo da observada para o País, é, ainda assim, bastante elevada, sendo nos gêneros mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transporte, mobiliário, couros e peles, produtos alimentares e bebidas maior do que a nacional.

Medida pelo acréscimo de investimentos previstos para 1986, que revelam um incremento real da ordem de 11,38% em relação a 1985, são boas as perspectivas para o desempenho industrial em 1987.

Não obstante o excelente desempenho da indústria de transformação, foi o setor terciário rio-grandense o que registrou maior dinamismo no ano de 1986. Assinalando um ritmo de crescimento de 15,5%, pôde dar sustentação a uma taxa similar à da média nacional do crescimento da economia, apesar das pesadas perdas agrícolas.

A base de uma expansão tão significativa situa-se, em grande parcela, no excepcional desempenho das atividades comerciais, superior ao verificado a nível nacional. No decorrer de 1986, comparativamente a 1985, o comércio sul-rio-grandense registrava um acréscimo de vendas de 32,43%. Lideradas pela venda de bens de consumo duráveis (que cresceu 44,7% de janeiro a outubro de 1986 em relação a igual período de 1985), as vendas do comércio só não registraram expansão no segmento de veículos, motos, bicicletas, peças e acessórios.

Considerados certos limitantes que lhe foram impostos pelo Plano Cruzado, o segmento intermediários financeiros também apresentou um razoável desempenho. Apesar de assinalar uma queda na sua rentabilidade (a média do setor bancos comerciais caiu de 22,4% em 1985 para 16,9% em 1986), revelou um acréscimo nos depósitos à vista — fonte não remunerada do sistema — de janeiro a outubro de 1986, de 278,7% (segundo estimativas do Banco Central).

Também o setor público estadual, teve auspiciosos resultados em termos de aumento da arrecadação. A receita com o ICM cresceu, de janeiro a dezembro de 1986 sobre igual período do ano anterior, em termos reais, mais de 30%. Apesar disso, a dívida total, a vincenda e o serviço dessa dívida são preocupantes e deverão ser equacionados para que o Estado cumpra seu papel de investidor em infraestrutura e serviços que estimulem a atração de investimentos.

Como se pode depreender da avaliação do meu último período administrativo de governo, é animadora a constatação de que, a exemplo do ano de 1985, o

desempenho da economia sul-rio-grandense situou-se acima do verificado na economia nacional. Assim, enquanto o País teve um crescimento estimado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 7,7%, o Rio Grande do Sul experimentou uma taxa de 7,9%, corroborando, assim, o que tenho sustentado desde 15.03.83: este Estado é absolutamente viável, apesar das seqüelas que a recessão econômica deixou no sistema produtivo, com reflexos nas finanças públicas e o agravamento da Dívida Social.

Reitero o que tenho proclamado nas anteriores mensagens anuais, perante esta Assembléia Legislativa: a Federação Brasileira só se tornará viável quando houver um novo ordenamento no plano das finanças públicas, que passa por um correto dimensionamento das receitas de cada nível de governo, frente aos respectivos e típicos encargos suportados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. É pré-condição, esse reordenamento, para que Estado, Distrito Federal e Municípios possam voltar a investir na infra-estrutura de apoio ao desenvolvimento social.

Senhor Presidente:

Seja-me dado tecer considerações, em destaque, sobre três assuntos que, por sua notória repercussão sobre as finanças públicas, merecem capítulo especial. Refiro-me à Dívida Pública de responsabilidade do Tesouro do Estado, aos gastos com o pessoal inativo do Estado e às exonerações fiscais que afetam a receita do tributo básico, o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM).

Quanto à Dívida Pública, aos números. Em 15 de março de 1983, a dívida de responsabilidade do Tesouro do Estado era de Cz\$ 427.093.100,00; em 31.12.86, tal montante atingiu a Cz\$ 21.340.620.400,00; na variação percentual foi de 4.896,71%. Em igual período, as variações das correções monetária e cambial, ditadas pela Política Econômica do Governo Federal 3.131,80% e 3.672,19%, respectivamente.

Por igual, chamo a atenção dos ilustres membros da Assembléia Legislativa para o crescente gasto com a inativação de pessoal do Estado. De 15.03.83 até 28.02.87, houve um acréscimo percentual de 38,54%, no contingente de aposentadorias pagas pelo Tesouro estadual. Naquela data, 38.000 servidores recebiam proventos do Erário; em 28.02.87, o número ascendeu a 52.644.

No respeitante às exonerações fiscais, que afetam o ICM, tributo mor do Estado, vale a pena a linguagem dos números: nos últimos 4 anos, segundo levantamento técnico abalizado, o Rio Grande do Sul deixou de arrecadar Cz\$ 21,9 bilhões, o equivalente a 103% do saldo da dívida pública em 31.12.86. Essas perdas de arrecadação tiveram origem na imunidade constitucional, assegurada aos produtos industrializados destinados ao exterior, em isenções no mercado interno, em reduções na base de cálculo do ICM, de tal sorte que o universo tributável desse imposto ficou reduzido em 45,4%. Aqui, reitero o que tenho proclamado desde o início de minha gestão, em comunicados ao Governo Federal, e em contatos pessoais com a área econômica federal: urge que se idealize um mecanismo ressarcidor aos Estados-membros (e, por via de consequência, aos municípios, coparticipes da arrecadação) superavitários nas exportações, como é o caso do Rio Grande do Sul. Confio em que o legislador constitucional dará particular atenção ao assunto, de forma a que o capítulo reservado à discriminação de rendas e en-

cargos das Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno mereça elaboração criteriosa.

Reservei para o último segmento uma análise da execução orçamentário-financeira do Tesouro do Estado, relativamente ao exercício de 1986, pela tipicidade desse período administrativo.

Com efeito, destaco as conseqüências objetivas do Programa de Estabilização Econômica, dito Plano Cruzado, sobre o comportamento da receita e da despesa de responsabilidade do Poder Público Estadual, a que se somaram o aperfeiçoamento da máquina fiscal-arrecadadora e de controle, assim como uma maior racionalidade no gasto público.

Nesta linha, a receita foi de 29,05 bilhões de cruzados, em termos nominais correspondendo a um aumento de 213% sobre o ano de 1985, sendo que o ICM cresceu mais de 30% em termos reais; a despesa atingiu 32,5 bilhões de cruzados, tendo um incremento de 125%. Comparativamente, o déficit de 1986 foi de 3,45 bilhões de cruzados, ao passo que o de 1985 foi de 5,1 bilhões de cruzados, vale dizer, uma redução de 33% naquele agregado de quantificação.

Vale reforçar o que foi destacado, em termos globais, relativamente ao serviço da dívida, no ano de 1986. Em virtude de as autoridades econômicas do Governo Federal não terem autorizado a rolagem integral dos compromissos vencidos em 1986, configurou-se a seguinte situação. O Tesouro do Estado desembolsou 7,30 bilhões de cruzados à conta de serviço da dívida; realizou operações de crédito no montante de 5,6 bilhões de cruzados, vale dizer, no cômputo houve redução do montante pelo pagamento de 1,7 bilhão de cruzados. O serviço da dívida aumentou no seu conjunto de 5,29 bilhões de cruzados em 1985 para 7,30 bilhões de cruzados em 1986, havendo majoração de 38%. E a concentração deu-se na amortização da dívida pública, sendo que o desembolso a este título atingiu, em 1985, 1,01 bilhão de cruzados, ao passo que, em 1986, perf fez 2,23 bilhões de cruzados, correspondendo a uma elevação de 122%. Os dispêndios à conta de encargos atingiram, em 1986, 5,07 bilhões de cruzados, apenas 18% maior do que o gasto específico em 1985, que foi de 4,28 bilhões de cruzados.

Feitas as comunicações essenciais sobre o Governo e o Estado, aos Senhores Deputados, desejo encerrar esta Mensagem rendendo um tributo de respeito ao Poder Legislativo do Rio Grande do Sul.

A nossa Assembléia Legislativa eu a integrei como funcionário, a admirei invariavelmente como homem público e dela recebi o apoio edificante como Governador, uma solidariedade feita de grandeza política, acima do partidarismo menor. A circunstância de meu governo não contar com maioria parlamentar foi a oportunidade própria para os Senhores Deputados mostrarem toda a sua formação cívica e seu compromisso integral com os interesses do Rio Grande. Em hora alguma o nosso Poder Legislativo faltou com o seu respaldo às medidas, originadas do Poder Executivo, destinadas a beneficiar a nossa população e implementar os deveres do Governo.

Posso, portanto, no final do meu mandato, declarar que a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul honrou as suas mais nobres tradições de maturidade institucional, no convívio esclarecido e digno com o Poder Executivo.

E não agradeço apenas as votações dos projetos originados em minha administração ou as inúmeras demonstrações de estímulo ao Governo. Agradeço igualmente as manifestações de crítica vigilante e todos os discursos em que os Senhores Deputados solicitavam mudanças na orientação de políticas específicas de Governo. Para um democrata, é um conforto diário saber que o seu mandato transitório configura um poder exercido sob o controle político dos representantes parlamentares do seu povo. Por isso, sempre ouvi com a maior atenção as ponderações críticas dos Deputados rio-grandenses e, não poucas vezes, pude corrigir imperfeições do desempenho administrativo e aprofundar o entendimento de questões vitais para o Rio Grande, graças à colaboração derivada da independência política e da seriedade dos argumentos dos nossos parlamentares.

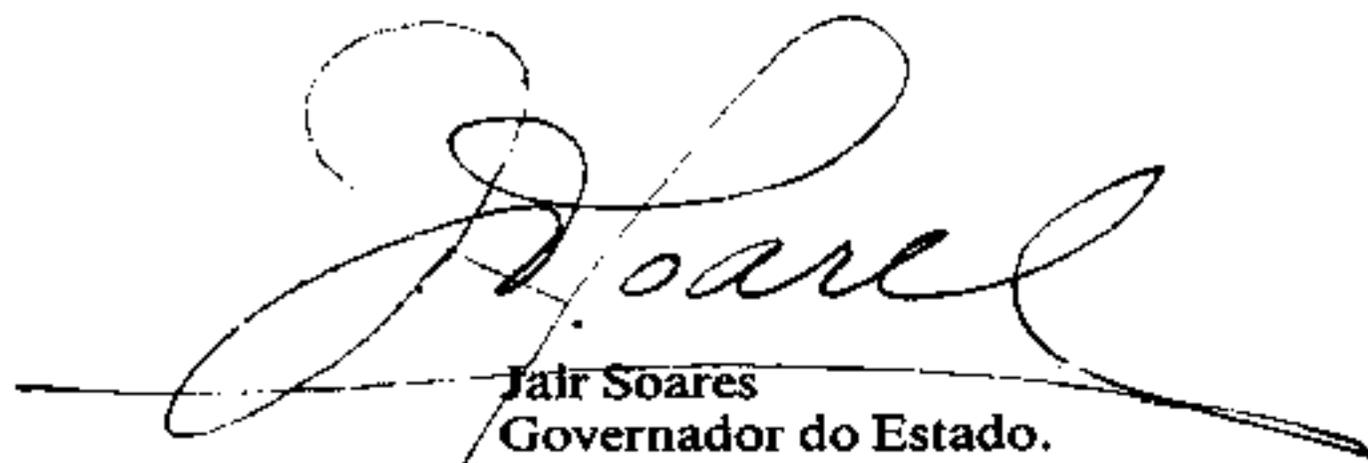
Assim é a Democracia em ação.

E, para honra do Rio Grande, este foi o clima do relacionamento entre os Poderes Legislativo e Executivo, ao longo do meu mandato.

Este clima edificante deve continuar.

Assim, peço aos nobres Deputados do Rio Grande que ofereçam ao Doutor Pedro Simon, o ilustre homem público que, em breve, me sucederá, toda a consideração, toda a solidariedade moral e institucional, auxiliando-o a ajudar os rio-grandenses. Pois acima das divergências partidárias, acima das diversidades de opinião sobre questões públicas ou particulares, o Rio Grande merece que, em todos os momentos, os seus políticos estejam unidos no desejo de servir, oferecendo o exemplo da cordialidade, do idealismo e da boa vontade em cooperar.

Nestes momentos finais do meu mandato, renovo a minha confiança no valor insubstituível da Democracia e dos Parlamentos, e rogo a Deus que inspire os caminhos dos nossos Deputados e do nosso futuro Governador, para que sejam úteis ao nosso bom povo rio-grandense. Povo a cujas fileiras modestas pertenço e ao qual dediquei, por longos dias, o meu esforço contínuo, para que a sua vida fosse dignificada e os seus sofrimentos minorados. E será junto com o meu povo, já afastado dos cargos públicos, que estarei, como cidadão, ajudando em tudo o que me for possível o trabalho pelo progresso do Rio Grande, a ser empreendido pelos nossos ilustres Deputados e pelo eminente Governador eleito.



Jair Soares
Governador do Estado.

2 — ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO

2.1 — EDUCAÇÃO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO

2.1.1 — SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA (SEC)

O quadriênio 1983-86 foi assinalado por realizações que visaram a ampliar as oportunidades nas áreas da educação, da cultura e do desporto, dando condições à população escolar e à comunidade em geral para uma participação efetiva no processo de desenvolvimento do indivíduo e da sociedade.

Durante esse período, foram aplicados recursos na construção, ampliação e recuperação de prédios escolares, a fim de melhor atender à demanda e propiciar condições favoráveis ao perfeito funcionamento dos estabelecimentos de ensino. Face à precariedade de condições da rede física estadual e diante da adversidade das condições climáticas que, já no primeiro ano da gestão, trouxe graves prejuízos às escolas, o maior número de obras foi em recuperação de prédios, muitas vezes necessitando atendimento emergencial.

Houve, também, a preocupação de aumentar a capacidade da rede, através da ampliação de prédios já existentes e da construção de novos prédios em zonas rurais, núcleos habitacionais e periferias urbanas. Para melhor desenvolver todas as atividades curriculares, foram ainda aplicados recursos na construção de ginásios e quadras de esporte junto às escolas. Entre construção, ampliação e recuperação de prédios escolares, a SEC efetivou um total de 2.732 atendimentos. Além destes, foram realizados 7.426 atendimentos a escolas necessitadas de pequenos reparos.

No ensino de 1.º Grau, as ações vêm sendo orientadas no sentido de favorecer o acesso à escola e assegurar à criança um percurso exitoso em uma escola de qualidade.

No que se refere ao acesso, 316 escolas e 1.162 séries tiveram autorização de funcionamento no período.

Consciente do significado da educação pré-escolar para o êxito no desempenho posterior do aluno, a SEC, em ação conjunta com prefeituras municipais e entidades assistenciais, atendeu preferentemente a crianças oriundas de famílias de baixa renda, do meio rural e das periferias urbanas, totalizando, no período, 395.695 pré-escolares das 38 Delegacias de Educação (DEs).

Com a finalidade de proporcionar à criança um ensino de melhor qualidade, reduzindo os índices de evasão e de reprovação, foi criado o Programa de Revitalização da Escola de 1.º Grau. Através do projeto de Estudos Contínuos nas Duas Séries Iniciais do 1.º Grau, centrado no processo de alfabetização, 84% dos 4.247 alunos participantes foram aprovados para a 3.ª série no período 1984-85.

Outras ações, como sala de leitura, desenvolvimento da expressão criadora, e

classes de reforço pedagógico têm também concorrido para o alcance dos objetivos previstos.

A SEC, através de 38 DEs, supervisiona e apóia a atividade docente das escolas. A criação futura de Centros de Multimeios junto a essas delegacias visa a reforçar essa ação.

Os estabelecimentos do ensino de 1º Grau que mantêm atividades voltadas para o setor primário da economia tiveram melhorada sua infra-estrutura técnico-administrativa e pedagógica. Foram aplicados recursos na recuperação, melhoria e conservação do patrimônio físico das oito escolas estaduais de 1º Grau que mantêm regime de internato. Desenvolveram-se projetos especiais, através da exploração pedagógico-econômica de 546 hectares. Foram elaborados planos diretores para um período de três anos, visando à similaridade de funcionamento da escola com uma pequena propriedade rural.

Com vistas ao melhor desenvolvimento das atividades pedagógicas, registraram-se 3.850 atendimentos a escolas necessitadas de móveis e equipamentos.

No período 1983-86, destaca-se a revitalização do assessoramento técnico junto aos órgãos municipais de educação. A partir das prioridades estabelecidas pela comunidade escolar, como a melhoria da qualidade de ensino, a ampliação do acesso à escolarização e a recuperação da rede física, foram desenvolvidas ações que possibilitaram a atualização de 40% dos professores municipais, em média, por ano. Além disso, procedeu-se à capacitação de 35% dos professores leigos em exercício, à aquisição e/ou elaboração de material de apoio pedagógico para 33% das escolas municipais e à concessão de material básico para 50% do alunado da rede municipal de ensino.

Receberam apoio para construção, reconstrução e reformas de unidades escolares todos os municípios do Interior do Estado, tendo sido beneficiados com equipamentos escolares 37% das escolas municipais e organizadas bibliotecas e hortas escolares em 62% das mesmas.

O Programa Integrado para a Promoção de Desenvolvimento do Meio Rural, no período 1983-85, foi implantado em 17 municípios, buscando compatibilizar propostas de trabalho da Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul, de secretarias de estado, das secretarias de educação de 168 municípios, de assessores técnicos de 31 Delegacias de Educação e de órgãos e instituições envolvidas com o Programa.

No ensino de 2º grau, as 63 escolas com habilitação magistério, além do ensino industrial e agrícola, mereceram atenção especial, no período, com o objetivo de oferecer melhores condições para a preparação de recursos humanos para o exercício.

Com esse propósito, foram realizados treinamentos, encontros e seminários de atualização de recursos humanos.

Buscou-se, ainda, de maneira sistemática e gradativa, a ampliação das funções das escolas que oferecem habilitação magistério, tendo em vista a promoção

de educação permanente, o desenvolvimento de pesquisas e a realização de experiências.

Foi efetuado, nos últimos quatro anos, o levantamento e a análise dos problemas existentes no ensino regular de 2º grau noturno, desencadeando-se, a partir daí, ações visando a reestruturar esses cursos e a ampliar o acervo bibliográfico de algumas escolas.

Os problemas sócio-econômicos e de saúde dos alunos vêm merecendo a atenção sistemática da SEC, que, embora dando prioridade aos escolares do 1º grau, atende, sempre que possível, ao pré-escolar, 2º e 3º graus.

Em 1983, foi implantado o projeto Assistência Básica Integral ao Escolar (PABI), que prestou assistência em saúde e ação social a 7.500 escolares carentes da 1ª série do 1º grau, de 97 escolas pertencentes a 13 Delegacias de Educação; no ano seguinte, foram atendidos 21.000 escolares e, em 1985, 42.000, número este que passou a 102.980 em 1986.

Outra inovação em 1983 — início da gestão — foi o desenvolvimento do projeto Assistência a Alunos Durante o Período de Férias que favoreceu a integração escola-comunidade, garantindo a continuidade da assistência alimentar.

Em 1984, foi posto em prática o Programa Integrado de Saúde Escolar, objetivando satisfazer às necessidades básicas do educando e diminuir as suas carências.

No mesmo ano, ocorreu a regionalização quanto à aquisição de gêneros alimentícios, apoiando a produção local e reduzindo o custo e o prazo de entrega às escolas. Foram assistidas 1.100.000 crianças da rede oficial de ensino de 1º grau e pré-escola, abrangendo 244 municípios e todas as Delegacias de Educação.

Já em 1986, foram distribuídas 1.350.000 refeições diárias. Ainda nesse ano foi oferecido reforço alimentar aos alunos do ensino de 2º grau noturno de Porto Alegre, envolvendo 12 escolas. Foi também implantado um programa de municipalização da merenda escolar que beneficiou alunos da rede municipal de 14 municípios.

Através de um programa de apoio aos Círculos de Pais e Mestres (CPMs), em 1985, foram proporcionados recursos a 795 escolas estaduais e, em 1986, atingiram-se 2.066 CPMs, beneficiando 717.327 alunos.

No período 1983-85, um total de 351.812 alunos carentes e excedentes das escolas estaduais foi contemplado com bolsas de estudos.

A educação física, o desporto escolar, o lazer e a recreação destacaram-se no quadriênio, com atividades de formação e atividades de tempo livre. Na área da educação física, foi prioritária a formação de recursos humanos, de acordo com cada contexto local e necessidades regionais. Realizou-se o treinamento de aproximadamente 5.000 professores — de 1ª à 4ª séries — em planejamento, avaliação, metodologia, diretrizes curriculares e legislação específica.

Proporcionar lazer e recreação foi o objetivo de realizações como as Colônias de Férias do Litoral, que beneficiaram anualmente 2.500 escolares do ensino de 1º

grau; Colônias de Ar e Sol, atingindo anualmente cerca de 800 escolares; Colônias de Férias de Sustentação, beneficiando, em média, 1.200 escolares por ano; atividades de Lazer nas Escolas, beneficiando uma média de 3.000 alunos anualmente.

Em 1985, iniciou-se o projeto Natação, intensificado em 1986 através de cessão das piscinas de escolas de natação, oportunizando a prática desse esporte a alunos carentes de escolas de 1º grau com problemas de coordenação motora, tendo atingido, no corrente ano, a 1.010 escolares.

Desenvolveu-se, também, no período, o programa Esporte para Todos, que, através de gincanas, festivais de jogos e ruas de lazer, beneficiou uma clientela aproximada de 400.000 pessoas da comunidade. Dentro do mesmo espírito, concedeu-se auxílio para a construção de 20 unidades esportivas no Interior do Estado.

Quanto ao desporto, é importante registrar a participação de cerca de 3.000 atletas, anualmente, nos Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul (JIRGS); a realização da Olimpíada Farroupilha, em 1985, congregando 10.932 atletas de 200 municípios; o Campeonato Escolar Gaúcho (CEG), com cerca de 100.000 participantes anuais; os Jogos Escolares Brasileiros (JEBS), com a participação anual de 200 alunos, em média; os Jogos Escolares de Porto Alegre, com a média de 5.000 participações; os Jogos Escolares do Rio Grande do Sul (JERGS), realizados em 1986 com uma participação aproximada de 200.000 alunos nas fases regionais e 5.000 na etapa final; os Jogos Rurais, promoção conjunta com a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), tendo abrangido 195 municípios, com a participação de cerca de 10.000 jovens e adultos da zona rural. Foram também realizados cursos de atualização em modalidades esportivas, em números de 30 a 40 cursos anualmente.

Em 1986, houve uma atenção especial em relação ao Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE), no sentido de fazê-lo conhecido e utilizado pela comunidade.

Anualmente, 2.000 alunos são matriculados nas diversas modalidades esportivas oferecidas, sendo também suas dependências utilizadas por pessoas da comunidade. Ressalta-se, em 1986, a criação e instalação, no CETE, do Centro Estadual de Medicina Esportiva.

Quanto ao ensino supletivo, foram incentivadas as diversas modalidades de educação geral e profissionalizante, destacando-se, no período 1983-86, as seguintes realizações: exames supletivos de educação geral de 1º e 2º graus para uma clientela de 141.543 pessoas inscritas; exames supletivos profissionalizantes de 2º grau para uma clientela de 3.492 pessoas inscritas já engajadas na força de trabalho; *habilitação de docentes leigos para docentes não titulados em exercício de 1ª à 4ª série*, sendo atendida uma clientela de 1.988 pessoas; cursos de suprimento para a comunidade rural, visando a expandir e melhorar a qualificação de mão-de-obra no Estado, totalizando 574 cursos através dos Centros Rurais de Ensino Supletivo (CRES); treinamentos de recursos humanos, atendendo 1.551 pessoas envolvidas com as diversas modalidades de ensino supletivo; implantação de 379 cursos supletivos de educação geral de 1º grau; implantação de cinco Centros de Estudos Supletivos (CES); quatro Núcleos Avançados de Centros de Estudos Supletivos (NACES); 18 Núcleos de Orientação de Ensino Supletivo (NOES); 10 subnúcleos de Orientação de Ensino Supletivo em estabelecimentos prisionais e três conjuntos habitacionais do Banco Nacional da Habitação.

As ações articuladas pela SEC com o ensino superior refletem a política de integração entre o 1º, 2º e 3º graus, envolvendo delegacias de educação, secretarias municipais de educação, instituições de ensino superior e a comunidade em geral. O esforço daí decorrente deu origem à instalação de 39 comissões mistas. Da atuação destas comissões, resultaram os Programas Regionais de Ação Integrada (PRAI) que detalham várias propostas de iniciativas conjuntas, concretizam e viabilizam a integração, beneficiando professores e especialistas em exercício, através de cursos de especialização e atualização, treinamentos, seminários e encontros.

Os projetos daí resultantes têm sido desenvolvidos cooperativamente, envolvendo o acadêmico e o professor de 3º grau, o professor em exercício no 1º e 2º graus e os especialistas atuantes nas delegacias de educação, nas secretarias municipais de educação e escolas.

O suprimento de recursos humanos em número e qualidade que atendam à demanda da clientela escolar tem se efetivado através de cursos de curta e longa duração realizados pelas instituições de ensino superior e direcionados para atender ao 1º grau.

Tendo em vista a melhoria do desempenho do professor, tem sido mantida uma política de incentivos, através de concessão de bolsas de estudo a membros do magistério público estadual e estudantes de curso superior, para cursos prioritários da área de educação, indicados pelas delegacias de educação, num total de 3.297 beneficiados.

A partir de 1984, vêm sendo realizados encontros de diretores das escolas públicas da rede estadual de ensino com a finalidade de orientá-los na introdução de inovações pedagógicas, tecnológicas e administrativas indispensáveis à melhoria do processo educacional, reforçando a descentralização administrativa.

Com vistas à dinamização do currículo do ensino de 1º grau, foram realizados encontros com professores e especialistas de delegacias de educação e escolas. Também foram elaborados e divulgados documentos que expressam as propostas de reconstrução curricular.

Foi dada continuidade às feiras de ciências e à atividade de atualização de recursos humanos das delegacias de educação.

As bibliotecas escolares foram estimuladas através da atualização dos acervos de 1.677 escolas, beneficiando uma clientela de aproximadamente 350.356 alunos, e da implantação de caixas-estantes rotativas, abrangendo as 38 Delegacias.

A necessidade de recursos humanos, tanto em sua sala de aula como em atividades de apoio administrativo, levou à abertura de concursos públicos, sendo executado, em 1985, o concurso para professores da área 1, no qual foram aprovados 15.940 candidatos e nomeados aproximadamente 8.141 professores.

Em 1986, com vistas à racionalização administrativa, a SEC, de forma integrada com a Secretaria da Administração, instalou terminais de computador no Órgão Central e nas delegacias de educação, bem como realizou treinamento de pessoal para a implementação do Banco de Dados de Pessoal (BDP). O mesmo

procedimento inicia-se, presentemente, no que diz respeito ao Serviço de Comunicações (Protocolo). Com o propósito de atualizar e aperfeiçoar o Sistema de Informação Estatística da Educação têm sido efetuados levantamentos e processamento de dados e informações sobre educação pré-escolar, ensino regular de 1º e 2º graus, educação especial e ensino supletivo, os quais deram origem à publicação de Estatísticas Educacionais 1982/1983 e 1984/1985.

Com vistas a acionar a política educacional no Estado, foram promovidos: encontros de coordenadores regionais e delegados de educação; o projeto Reflexão Nacional sobre a Educação que propôs a realização de amplo debate sobre a situação educacional brasileira; o XIII Fórum Nacional de Secretários de Educação; o processo eleitoral para escolha dos diretores das escolas e o Censo do Magistério Público Estadual e servidores em exercício na Secretaria da Educação e Cultura.

Foram marcantes, nesta gestão, as realizações culturais que buscaram sedimentar, afirmar e identificar o Rio Grande do Sul no âmbito da cultura brasileira. Através das 22 instituições que lhe são subordinadas, a SEC visou à difusão e interiorização da cultura, à preservação e ampliação do patrimônio histórico e artístico do Estado, e ao estímulo à produção literária. Nesse sentido, realizaram-se 37.282 eventos didáticos-culturais e 7.702 eventos artístico-culturais, os quais atingiram um público de 4.681.971 assistentes nos 244 municípios do Estado.

Merecem destaque os atos de criação da Casa da Cultura Mário Quintana, em 1983; da Cinemateca Paulo Amorim; do Instituto Estadual de Cinema e do Museu do Carvão em 1986. Em fase de implantação encontram-se o Museu do Cobre em Caçapava do Sul e o Museu do Ouro em Lavras do Sul.

Cumprindo com seus objetivos de promover a valorização da literatura gaúcha, o Instituto Estadual do Livro (IEL) lançou a série *Autores Gaúchos* e, em 1986, a série *Letras Rio-grandenses*, composta de 10 fascículos que documentam a vida e a obra dos escritores sul-rio-grandenses.

É importante destacar que, através do Decreto nº 31.049, de 12 de janeiro de 1983; foram organizados sob a forma de sistema as atividades de preservação do patrimônio cultural, com alterações determinadas pelo Decreto nº 31.886, de 20 de março de 1985, possibilitando a regulamentação da Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado.

Quanto à preservação e ampliação do referido patrimônio, foi efetivado o tombamento de 40 imóveis sediados em 22 municípios do Estado e o do 1º Centro Histórico do Estado, no Município de Piratini, composto de 14 prédios.

2.1.2 — CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (CEE)

O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul desenvolve, como órgão colegiado, na área educacional, atividades de caráter consultivo, normativo, fiscalizador e contencioso, com vistas à expansão, consolidação e aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Ensino.

No período de 1983 a 1986, este conselho manifestou-se e atuou nas seguintes matérias: normas para autorização de funcionamento de escolas e de séries do ensino de 1º grau; pronunciamento sobre estratégia de ação relativa à formação de

atendentes de enfermagem em caráter emergencial; normas para funcionamento, em caráter transitório, de cursos supletivos de qualificação profissional de auxiliar de enfermagem para atendentes com 1º grau completo; criação e autorização de funcionamento do Centro de Estudos Supletivos; normas relativas à idade de ingresso no ensino supletivo; normas referentes à autorização e funcionamento de cursos supletivos de qualificação profissional de auxiliar de enfermagem; normas sobre a habilitação de magistério de 1ª a 4ª série do ensino de 1º grau regular, ao nível de 2º grau; normas para a realização de exames de capacitação para exercício do magistério, em caráter suplementar e a título precário, destinados a docentes leigos em exercício; normas para a organização e o funcionamento de cursos supletivos de educação geral a nível do ensino de 2º grau; bancas permanentes de exames supletivos do ensino de 1º e 2º graus; normas referentes à cessação de atividades escolares e à extinção de estabelecimentos e de grau de ensino; consolidação da sistemática de apresentação de planos de aplicação de recursos do salário-educação - quota estadual, para a construção, ampliação, conservação e/ou adaptação de prédios escolares estaduais de 1º grau; tratamento a ser dado à preparação para o trabalho no ensino de 1º e 2º graus e no ensino supletivo; entidades mantenedoras de estabelecimentos de ensino; transferência à Fundação Rio-Grandense de Atendimento ao Excepcional de escolas especiais mantidas pelo Estado; aproveitamento de estudos e transferências de alunos; exame, sob o aspecto pedagógico, das atribuições do supervisor escolar e sua correlação com as do professor; resposta à consulta enviada pelo Gabinete do Governador sobre instituição do livro didático único no Sistema Estadual de Ensino; requisitos de titulação para diretor de estabelecimento de ensino de 2º grau.

Nesse período, ainda, o CEE participou de encontros promovidos pelo Conselho Federal de Educação, Secretaria da Educação e Cultura e outros órgãos e instituições educacionais; favoreceu a realização de estágios neste órgão, por parte de conselheiros e assessores de conselhos municipais de educação; promoveu estudos e palestras, especialmente sobre preparação para o trabalho, habilitação para o magistério do ensino de 1º grau de 1ª a 4ª série e aproveitamento de estudos; promoveu, também encontros, dos quais se destacam: jornada de estudos sobre preparação para o trabalho; encontros do Conselho Estadual de Educação com os conselhos municipais de educação e encontros com elementos de escolas, instituições e órgãos da Secretaria da Educação e Cultura para debater diversos projetos de parecer.

2.1.3 — CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA (CEC)

O Conselho Estadual de Cultura fez-se presente no período 1983-86 em atividades culturais, manifestando-se na preservação de nosso patrimônio natural, histórico e artístico, bem como incentivando todas as manifestações culturais a que foi chamado a participar ou das quais teve notícia.

As principais atividades do CEC orientaram-se segundo duas prioridades governamentais: comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha e interiorização da cultura.

Em 1983, foram constituídos conselhos municipais de cultura em diversas regiões do Estado com assessoramento do CEC. Também foi proposta a localização de um museu de arte sacra em Caxias do Sul, a edição dos trabalhos de Alvaro Rodrigues sobre a Guerra dos Farrapos e as comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.

No mesmo ano, foram realizados estudos sobre a instalação de um centro de convenções no Jardim Botânico e sobre a situação do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul, propondo-se medidas para a proteção e conservação do mesmo.

Durante o ano de 1984, o CEC prosseguiu na política de interiorização de atividades, com visitas às entidades culturais dos municípios de Caxias do Sul, São Marcos e Santa Cruz do Sul.

Ainda nesse ano, o CEC realizou o I Encontro Nacional de Conselhos de Cultura, em Santo Ângelo, contando com a presença de representantes de 14 estados, do Conselho Federal de Cultura e do Conselho de Cultura da Itália. Realizou também um concurso de artes plásticas, a cargo da Casa do Artista Rio-Grandense.

Em 1985, dando continuidade às comemorações da data Farroupilha, o CEC visitou Cachoeira do Sul quando da abertura da Exposição do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Em Laguna, Santa Catarina, participou do lançamento da pedra fundamental do monumento do barco Seival, com a presença das delegações dos Conselhos Estaduais de Cultura do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e dos governadores dos três estados da Região Sul. Em Triunfo e Ilha do Fanfa, o Conselho presenciou ato cívico junto ao marco que sinaliza a Batalha do Fanfa e a sessão plenária na Câmara Municipal, objetivando apoiar o movimento de preservação dos bens históricos e culturais do município. Fez-se presente igualmente em Piratini, quando da instalação do governo do Estado nesse Município, dentro das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Também em 1985, o CEC participou do I Encontro Nacional de Conselhos Estaduais de Cultura, realizado na Paraíba.

Em 1986, foi realizado o projeto - conjunto com a Subsecretaria da Cultura para levantamento da realidade de entidades culturais ligadas ao Estado com o objetivo de elaborar um plano cultural para este.

Ainda no mesmo ano, o CEC participou do III Encontro Nacional de Conselhos Estaduais de Cultura realizado em São Luiz, no Maranhão, e do Encontro de Conselhos Estaduais de Cultura da Região Sul, para a formulação de uma proposta sobre a cultura na Constituinte.

Destacaram-se, no decorrer de 1986, alguns pareceres, tendo em vista a relevância dos assuntos em estudo. Foram eles sobre: o projeto de lei que determina a elaboração e publicação de uma gramática-padrão da língua portuguesa, a cargo do Ministério de Educação e Cultura (MEC); a unificação da Língua Portuguesa a pedido do Conselho Federal de Cultura e tombamentos de prédios em diversas cidades do Estado.

2.1.4 — CONSELHO REGIONAL DE DESPORTO (CRD)

No transcurso do período 1983-86, o Conselho Regional de Desportos prestou sua colaboração para o alcance dos objetivos do Conselho Nacional de Desporto (CND).

A concessão de alvarás às federações, ligas e associações isoladas em atividades no Estado foi uma das principais ações desenvolvidas pelo CRD. Empenhou-se, igualmente, esse colegiado, no encaminhamento de pedidos de informações e consultas às entidades superiores, interpretações de textos legais, emissão de pareceres técnico e jurídico-esportivos e reformas de estatutos e regulamentos. O CRD valeu-se da realização de sessões plenárias como mecanismo para apreciação das matérias que lhe são pertinentes, e organizou comissões (finanças, reforma do regimento) quando indicado.

Destacam-se em 1985: a participação do CRD em conclaves como o I Encontro de Conselhos Regionais de Desporto do País, em São Paulo, onde apresentou teses; a promoção, em Porto Alegre, de reunião da qual participaram o CND, o Ministério de Educação e a Comissão de Alto Nível que propôs a reformulação da Legislação Desportiva Nacional. No mesmo exercício, foi editada uma Coletânea de Legislação Desportiva Básica, elaborada pelo CRD, em homenagem ao Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, a qual foi distribuída a todas as federações, ligas e associações esportivas do Rio Grande do Sul.

Em 1986, o CRD-RS promoveu, em Porto Alegre, o II Encontro de Conselhos Regionais de Desportos, em conjunto com o CND. Nesse conclave, foram debatidas diversas teses para o desenvolvimento do desporto, entre as quais a que dá maior competência e poder aos órgãos regionais de desporto e que disciplina a atividades das academias que atuam no karatê e artes marciais em todo o País.

2.1.5 — FUNDAÇÃO INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE (FIGTF)

A Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, plenamente consciente de que a identidade cultural do homem rio-grandense não pode ser alcançada sem o conhecimento e a valorização do folclore e da tradição, preocupa-se em oferecer diferentes alternativas que facilitem essas aquisições, propiciando, assim, ao gaúcho condições mínimas para superar as pressões de massificação de comportamentos culturais de predominância alienígena e as determinações pela dependência cultural que é imposta a todo o País pelo eixo Rio-São Paulo, cada vez mais intensas.

A FIGTF tem cumprido em sua totalidade as atividades de competência do órgão, definidas através da Lei nº 6.736, de 19 de setembro de 1974.

Neste último quadriênio, a linha de trabalho adotada pela FIGTF baseou-se na implantação de uma organização com método científico de trabalho no que se refere a planejamento, pesquisa de campo, processamento de dados e arquivamento de materiais de folclore. Preparou o treinou seu pessoal técnico para a realização de pesquisas e documentação do fato folclórico e também para o desenvolvimento de cursos voltados ao binômio folclore-educação.

Dentro, igualmente, de suas atividades-fim, foram desenvolvidas, no último quadriênio, mais de uma dezena de pesquisas sobre assuntos folclóricos e do máximo interesse para a cultura popular do Rio Grande do Sul. Muitas dessas pesquisas estão em fase de conclusão e outras, já concluídas, foram ou estão sendo objeto de edição em livros.

Nesse mesmo período, foi organizada uma equipe de folclore aplicado, com a

finalidade de programar e agilizar cursos de folclore voltados à educação (preparo de professores de 1º e 2º graus), cursos de danças gaúchas em escolas, centros de tradições gaúchas (CTGS), clubes e associações de funcionários de empresas, cursos de gastronomia gaúcha para cozinheiros de estabelecimentos comerciais e donas de casa e cursos teórico-práticos de artesanato, com a valorização e ampliação do número de artesãos. Esta equipe é também responsável pelo cronograma de palestras sobre folclore. Os recursos e palestras atingiriam todo o Estado e beneficiariam milhões de pessoas.

Como decorrência natural das atividades da FIGTF, sua direção foi levada a analisar com maior ênfase a criação de uma escola onde as principais artes gaúchas sejam ministradas por equipes de professores competentes e habilitados nesses misteres. Já com a aprovação de diversos órgãos e em vias de ser encaminhada ao egrégio Conselho Estadual de Educação, a criação da Escola de Arte Regional Gaúcha em breve será uma realidade.

A FIGTF tem promovido diversas festividades populares alimentadoras das típicas tradições rio-grandenses, todas com grande afluência de público e matérias favoráveis nos meios de comunicação social. Também tem se associado em promoções com órgãos da administração pública e colaborado com entidades culturais na realização de festivais de música, concursos, rodeios, seminários, feiras, mostras, convenções e estudos.

Em sua nova sede, a FIGTF reorganizou e agilizou os serviços pertinentes ao atendimento ao público em seus setores: biblioteca-hemeroteca, com mais de 1.000 livros catalogados sobre folclore, usos, costumes e história do Rio Grande do Sul, prestando atendimento mensal a centenas de consulentes; comercialização de livros, com participações em feiras do livro; imagem e som, com projeções de áudio visuais em escolas, além de gravações para pesquisadores e interessados; e iconografia e museu, com mostras e exposições na Capital e no Interior do Estado.

2.1.6 — FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE (FOSPA)

A programação da Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, nos anos de 1983, 1984, 1985 e 1986, foi proposta por sua direção artística, atendendo ao propósito de substanciar, em áreas executivas de atuação artística, as atribuições da própria entidade, quais sejam: manter uma orquestra sinfônica, uma orquestra de câmara, uma escola de música e um coral sinfônico amador; promover concertos dominicais de entrada franca, destinados à juventude, bem como ao público em geral; realizar concertos especiais, tanto na Capital como no interior do Estado; apresentar temporadas oficiais de concertos destinados aos sócios e ao público em geral; concorrer para o aperfeiçoamento cultural da juventude escolar, através de concertos especiais com palestras, em co-promoção com as 1ª e 37ª DEs; aprimorar sua Escola de música, relativamente à instalação de materiais necessários ao seu bom funcionamento; montar óperas e/ou operetas, visando a atender solicitação do público simpatizante de espetáculos líricos; e manter a Orquestra de Câmara em funcionamento, a fim de levar ao público repertório essencialmente camerístico.

Para levar a termo a execução de sua programação e a manutenção de seus

organismos, a FOSPA mantém convênios com representações de empresas privadas e subloca o teatro da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre.

Como parte do processo educativo, o trabalho da FOSPA insere-se nesta área, oferecendo oportunidade de educação sistemática, em conjunto com as 1.^a e 37.^a DEs, que inclui uma importante série de 20 concertos didáticos destinados à juventude escolar em geral, e uma série aberta ao público, apresentando, como solistas, jovens selecionados em concurso.

Os denominados Encontros Sinfônicos são divididos em duas etapas: Encontros Sinfônicos de Outono e Encontros Sinfônicos de Primavera e têm a finalidade de enriquecer a vida cultural do Estado do Rio Grande do Sul, numa programação de moldes internacionais, executando ciclos com características cronológicas, pedagógicas e culturais. Como parte integrante da série Encontros Sinfônicos, é mantida a iniciativa inédita dos Encontros com a Música Brasileira, abrangendo a nossa criação musical desde o período Barroco ao Eletrônico.

A FOSPA convive com o desenvolvimento cultural do Estado, realizando diversos concertos de caráter popular, numa tentativa de participar da mencionada educação de massa, levando, com isso, a mensagem musical, da qual é uma autêntica intérprete, a todos os recantos do Estado, onde as condições físicas e materiais possam ser harmonizadas com as artísticas.

Promoveu, ainda, o Festival de Música de Gramado, que reuniu, nos anos de 1982 e 1983, solistas e professores de reputação internacional, tanto de outros países como brasileiros, em eventos, recitais, música de câmara e concertos sinfônicos, além do Centro de Cultura Musical, com 132 horas-aula, o que equivale a quatro anos de um curso regular de música, ministradas por um grupo de 20 professores, para um corpo discente de 80 alunos.

Outra atividade prioritária da FOSPA situa-se na sua Escola de Música, única instituição profissionalizante para o ensino da música dirigido à Orquestra Sinfônica no Estado. A Escola de Música não pretende formar apenas musicólogos ou pesquisadores de nível superior, mas instrumentistas de alta capacidade profissional, para suprir as suas próprias necessidades de recursos humanos, quando não as necessidades de vários Estados da Federação. No momento, conta a Escola com professores de violino, viola, contrabaixo, oboé, flauta, clarinete, fagote, harpa, trombone, trompa, trompete, percussão, canto e matérias teóricas complementares, sendo as aulas de instrumentos e de técnica vocal dadas individualmente e as matérias teóricas ministradas coletivamente.

Com relação à Orquestra de Câmara, esta tem duas atividades prioritárias: apresentar-se em escolas onde não seria possível a efetivação de um concerto com a Orquestra Sinfônica, por suas próprias dimensões, atuando na forma didática observada nos Concertos para a Juventude da FOSPA; e promover a série Música no Museu, onde, correspondendo às aspirações de uma platéia selecionada, desenvolve o melhor do repertório camerístico, atendendo, inclusive, a solicitações do Interior do Estado.

No que tange à sua atuação, a FOSPA desenvolve ações como o Concurso para Jovens solistas, onde oportuniza a busca de jovens cantores, regentes e instrumentistas brasileiros. Os candidatos aprovados em concurso apresentam-se como solistas nos Concertos para a Juventude - série Jovens Solistas.

Além dos eventos precitados, a FOSPA realizou concertos especiais, em sua grande maioria de cunho beneficente e cívico. Insere-se dentro destes a abertura das festividades do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. No campo operístico, teve em 1984 apresentações da ópera *La Traviata*, idealizada e produzida por profissionais gaúchos, com a participação do Conselho de Entidades Assistenciais e cuja renda foi destinada a obras de caridade. Em 1985, houve apresentações da opereta *A Viúva Alegre* e, em 1986, apresentações de *Cavalleria Rusticana* e *I Pagliacci*, eventos que contaram com efetiva afluência de público.

Preocupada com a constante evasão de músicos para outras cidades, a FOSPA vem efetuando enormes esforços para a manutenção do nível de seu quadro orquestral, razão pela qual propôs a abertura de concurso público para preencher as lacunas existentes. Concomitantemente, foi lançada a campanha OSPA Para Todos Nós, visando à formação de um quadro associativo, presentemente com 2.300 sócios, o que tem propiciado à Fundação, pelos recursos daí advindos, a ampliação de suas ações.

Hospedada no Teatro da OSPA, ex-Teatro Leopoldina, a Sinfônica de Porto Alegre tem proporcionado expressivos encontros culturais, identificando o local como uma Casa de Arte aberta a todos que e ela acorrem, a preços extremamente acessíveis, vistos mais como contribuição do que sob qualquer outra forma.

Constituiu-se aspiração da Fundação a aquisição do Teatro, locado, graças à iniciativa privada, para marcar de forma precisa a imagem da FOSPA junto ao povo rio-grandense, e concentração de toda sua atividade, atualmente espalhada em prédio com a Direção Superintendente e o pessoal administrativo/Escola de Música em outro prédio locado e no Teatro.

Este Governo, sensível a esse propósito, através de um decreto de 8 de dezembro de 1986, declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, o antigo Teatro Leopoldina, a fim de sediar em dependência adequada e permanente o conjunto orquestral sinfônico da Fundação.

2.1.7 — FUNDAÇÃO RIO-GRANDENSE DE ATENDIMENTO AO EXCEPCIONAL (FAERS)

A *fundação Rio-grandense de atendimento ao Excepcional*, instituída pela Lei nº 6616, de 23 de outubro de 1973, é um órgão de direito privado, supervisionado pela Secretaria de Educação e Cultura, destinado à promoção, coordenação e execução de programas e serviços de atendimento às pessoas portadoras de deficiências e superdotados no Estado do Rio Grande do Sul. A FAERS tem por finalidade atuar na área de pesquisa, profilaxia e atendimento a essa clientela nas áreas da saúde, educação, trabalho e previdência social, em consonância com as normas e princípios de âmbito nacional, respeitando as peculiaridades regionais.

No período de 1983 a 1986, o desenvolvimento do seu programa contou com a execução de ações técnicas e administrativas capazes de consolidar os objetivos propostos, quais sejam: prevenir a deficiência, prioritariamente nas camadas populacionais de baixa renda, implementar a melhoria do atendimento à pessoa portadora de deficiência e ao superdotado incrementar o atendimento sistemático da criança em idade pré-escolar portadora de problemas na área da educação especial e integrar a pessoa portadora de deficiência na força produtiva do trabalho.

Na área educacional, salienta-se o trabalho da Ação Supervisora na Educação Especial que tem como finalidade acompanhar, controlar e avaliar o processo ensino-aprendizagem nas 39 Delegacias de Educação onde foram efetivadas, aproximadamente, 340 visitas no período 1983-86. Através dessa supervisão, a FAERS procura imprimir uma linha unificadora, em termos de atendimento, nas 574 classes especiais, 107 escolas especiais e 17 salas de recursos, envolvendo 15.693 deficientes.

Nos seus quatro Centros, no biênio 85-86, a FAERS prestou atendimento especializado a 988 deficientes nos seguintes setores: educação precoce - 222; Pré-escolar - 68; avaliação 493; tratamento - 145; pré-profissionalização - 221; profissionalização 180; equipe itinerante-avaliações - 317; encaminhamento ao mercado de trabalho - 38 e núcleos protegidos - 42.

A ampliação do número de vagas em educação especial consolidou-se como meta prioritária da FAERS. Assim, no período 1983-86 foram implantadas 39 classes especiais para deficientes mentais, sete para deficientes da audição e nove salas de recursos para deficientes visuais, proporcionando-se 1410 novas matrículas.

EM 1986, a FAERS incluiu em suas metas uma outra clientela, ou seja, o aluno superdotado, através da execução do projeto de Identificação e atendimento ao superdotado, envolvendo as duas DEs de Porto Alegre. O projeto objetivou identificar e elaborar proposta de atendimento a esta clientela, sendo que 720 alunos foram observados, em quatro escolas da rede regular de ensino e, destes, 60 foram avaliados.

Quanto a preparação de recursos humanos, um dos fatores essenciais para a melhoria de qualidade de atendimento, foram realizados, nesse período, pela FAERS, treinamentos, encontros, jornadas, cursos de extensão universitária e estudos adicionais, em convênio com universidades e instituições especializadas, beneficiando 3.054 profissionais envolvidos com a clientela deficiente.

No que se refere ao atendimento complementar ao excepcional, em 1985-86, distinguem-se as seguintes atividades: atendimento odontológico, através de convênio com o Grupo Hospitalar Conceição, atingindo 100 deficientes; colônia de férias realizada em conjunto com a Sub-secretaria de Desportos da Secretaria de Educação e Cultura, beneficiando 150 deficientes; recreação, lazer e esportes para deficientes, atingindo 8.100 crianças, e a participação de 15 municípios, que, sob forma de convênio com a FAERS, promoveram atividades para 3.850 crianças deficientes.

Por intermédio de convênio, foram beneficiados, em 1986, 101 portadores de deficiência, através de atendimentos realizados no Centro de Reabilitação de Porto Alegre (CEREPAL), na Clínica Psicopedagógica Especializada (CLIPE), no Centro de Psicopedagogia Terapêutica (CPT) e da Fisioterapia Fischinger Ltda. Através do Sistema Nacional de Empregos (SINE), convênio FAERS-STAS, foram encaminhados ao mercado de trabalho 331 pessoas deficientes.

Ainda com relação a convênios, foram atendidos 249 deficientes visuais na área da reabilitação, através do Centro de Reabilitação de Porto Alegre CRP-INPS.

A FAERS, em conjunto com o Gabinete da Primeira Dama do Estado, pro-

moveu, em 1986, 15 encontros que reuniram as lideranças municipais e da comunidade, objetivando a interiorização do atendimento através da utilização de recursos dos municípios envolvidos.

Quanto à transferência de recursos a título de subvenções sociais e auxílio, a FAERS destinou para 105 entidades, de 1983 a 1985, o montante de Cz\$ 2,7 milhões, sendo previsto em seu orçamento para 1986 Cz\$ 812,5 milhões.

2.1.8 — FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA (FETLSVC)

A Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, com sede na cidade de Novo Hamburgo, está voltada essencialmente à formação de técnicos de nível médio para a área industrial. No quadriênio 1983-86, esta fundação procurou desenvolver as diretrizes constantes da política do Governo, centrando no aluno o objetivo primordial do processo educacional, assegurando as condições necessárias para o desenvolvimento integral de sua personalidade, a fim de dar-lhe condições de ser um agente de transformação e de crescimento na comunidade, na qual, como cidadão consciente e responsável, deverá participar.

A Fundação empenhou-se no atendimento ao maior número possível de alunos, através da oferta de habilitação em química, eletrotécnica, mecânica, eletrônica, recebendo, na grande maioria, alunos dos municípios do Vale dos Sinos, Vale do Cai e da Grande Porto Alegre, num total médio anual de 1.300 matrículas.

Neste período foram habilitados 251 técnicos em química, 178 técnicos em mecânica e 200 em Eletrotécnica, todos absorvidos pelo mercado de trabalho, com um salário médio mensal variando de 4 mil a Cz\$ 6 mil.

Foi criado e implantado, a partir de 1985, o Curso Técnico em Eletrônica, atendendo a uma crescente necessidade do mercado da região e contando atualmente com três turmas de 2.º ano.

A formação profissional, atividade-fim da Fundação, teve como meta prioritária a busca constante da melhoria da qualidade do ensino técnico industrial, a qual foi efetivada através de regulares reuniões pedagógicas, administrativa e de conselhos de classe, bem como pela preocupação constante com atualização do corpo docente e a integração com as empresas. Assim foram realizados sistemáticas visitas de estudos por alunos e professores a empresas da região, perfazendo, anualmente, um total de 80 empresas visitadas nas diversas especialidades. Alunos e professores participaram ainda de congressos e feiras de âmbito nacional, dentre as quais destacamos: O Congresso Nacional de Química, a Feira Metal/Mecânica de São Paulo e a Jornada Internacional de Automação Industrial em São Paulo; viagens de estudo a empresas e a outras instituições educacionais similares em vários estados da Federação; participação dos professores em cursos, seminários e outros eventos educacionais ligados as suas áreas específicas de desempenho em âmbito regional, estadual e nacional.

Considerando a necessidade de um corpo docente sempre mais qualificado, de acordo com os princípios de humanização e do desenvolvimento científico tecnológico, a Fundação promoveu a todos os seus docentes uma Jornada de Estudos sobre Educação e Tecnologia e um Curso sobre Informática e Programação.

Preocupada em acompanhar o acelerado desenvolvimento técnico-industrial, a Fundação promoveu vários cursos complementares a alunos e ex-alunos. Na área de mecânica, desenvolveram-se os cursos de: caldeiraria, retificação de motores de combustão interna, automatização pneumática, segurança do trabalho e controle de qualidade, sistemas pneumáticos e controle de qualidade, usinagem por corte a fio e penetração (processo eletro-erosão). Os cursos de química versaram sobre: espectrografia de emissão; cromatografia gasosa; tecnologia de couros; tratamento de superfícies. Para os especialistas em eletrotécnica, os cursos atenderam-se a: inglês técnico; eletrônica aplicada à comunicação de dados; especificação de motores elétricos de correntes alternadas.

Visando-se ao conhecimento das relações interpessoais na realidade empresarial, foram realizados encontros com equipes de treinamento de empresas para os alunos dos quartos anos, dos três cursos.

Foram efetivados vários sub-projetos, ensejando o aprimoramento cultural do aluno, com a Mostra de Criatividade em Ciências, Artes e Tecnologia (MOS-TRATEC), a Semana Farroupilha, com extensa programação artística, cívica, esportiva e social, onde merece destaque o Encontro Escola-Comunidade (EN-COL), já em sua quarta promoção, com a efetiva participação de professores, alunos, pais e funcionários, discutindo, analisando e propondo soluções para os problemas da vida na escola.

Foram realizados torneios desportivos em várias modalidades, bem como passeios de integração e festas de conagração da comunidade escolar.

Como meio de oportunizar aos alunos complementação curricular, foram aproveitados, ao mesmo tempo, os equipamentos de alta precisão em horários ociosos, bem como foram utilizados racionalmente os recursos materiais e humanos disponíveis para o desenvolvimento da pesquisa, análise e produção industrial. Assim foram prestados serviços às empresas da região, como testes e análises de laboratório, desenhos e projetos industriais, usinagem de peças em geral, favorecendo a troca de experiências e tecnologia entre a escola e as empresas.

Neste quadriênio, foi construído e equipado o Módulo Desportivo-Cultural Carlos Armando Koch, com uma área de 1.170 m² que veio satisfazer a uma antiga aspiração e necessidade, haja visto sua múltipla utilização. Foi construída a Plataforma Cívica e realizadas as restaurações necessárias, tanto no prédio como nas instalações.

Para implantação do Curso Técnico em Eletrônica, foram preparadas três salas especiais para funcionamento dos laboratórios e adquiridos os equipamentos necessários para sua instalação e funcionamento. Cabe ressaltar que foram adquiridos, modernizados e restaurados equipamentos dos laboratórios e oficinas de Cursos técnicos em química, eletrotécnica e mecânica.

Neste mesmo período, o acervo bibliográfico foi enriquecido com a compra de 1.190 livros e a assinatura de 20 periódicos.

Visando a adequar os serviços da escola, foram realizados dois concursos públicos para admissão de docentes e quatro concursos para admissão de pessoal administrativo, tendo sido admitidos 30 servidores, dos quais nove já cancelaram seu contrato de trabalho.

Todas as ações técnico-administrativas desenvolvidas, tanto a nível dos departamentos da Fundação como com os órgãos públicos, as empresas e a comunidade, objetivaram assegurar a filosofia da Instituição.

2.1.9 — FUNDAÇÃO TELEVISÃO EDUCATIVA PIRATINI (FTEP)

A Fundação Televisão Educativa Piratini desenvolveu, no quadriênio 1983-86, atividades voltadas ao atendimento das carências educacionais do Estado, em consonância com as diretrizes de ação do Governo, embasadas no binômio saúde-educação e nas prioridades dos Ministérios da Educação e da Cultura.

Na busca desses objetivos, a FTEP — Canal 7 — realizou, em 1983, ações tais como: produção e/ou veiculação de programas destinados às populações da periferia urbana e zona rural; campanhas comunitárias com o intuito de estimular a população a contribuir espontaneamente para a solução de seus problemas; programas com responsáveis pelos diversos órgãos do poder público, questionados pela população; tentativa de recuperação da área física atingida pelo incêndio ocorrido em abril de 1983; elaboração do Projeto Interiorização do Sinal do Canal 7, através de instalação de repetidoras e retransmissoras, com a participação de prefeituras e universidades do Interior do Estado.

No ano de 1984, o trabalho desenvolvido buscou atingir os seguintes objetivos: recuperação e manutenção técnico-operacionais, juntamente com a viabilização do Projeto de Interiorização, que resultou da instalação e funcionamento da primeira retransmissora da Televisão Educativa, no Estado, em Pelotas, através de estação própria.

Nesse período, os sinais de áudio e vídeo do Canal 7 foram estendidos a vários municípios do Interior através de repetidoras e retransmissoras, possibilitando à população gaúcha o acesso, pela primeira vez, a uma emissora educativa. Esta realização só foi possível graças à união de esforços entre a FTEP e a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT). Vale enfatizar que a concretização do projeto de interiorização do Canal 7 foi obtida com notável controle de custos, uma vez que FTEP utilizou a infra-estrutura de microondas da CRT para a repetição de sinais de áudio e vídeo.

Em atendimento às diretrizes de reduzir custos, a FTEP celebrou acordos, contratos e protocolos de intenções com vários órgãos públicos e privados, o que possibilitou a produção e veiculação de programas, tal como *Os Escritores e Músicos Daqui*, entre outros, além de intercâmbio, troca de experiências e aprimoramento de técnicas. Nesta linha de ação, foram envolvidas instituições como a FOSPA, Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FUNTEVÊ/MEC), Escola Técnica Federal de Pelotas, Prefeitura de Sapiranga, Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 3º Regimento de Cavalaria do III Exército, Secretarias de Estado, Assembléia Legislativa, Ordem dos Músicos do Brasil, Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul (CREMERS), e Instituto Nacional do Livro (INL), entre outras.

Foi oportunizada a integração com vários órgãos que atuam na área da Tecnologia Educacional, objetivando a realização conjunta de trabalhos de campo ou pesquisa, troca de "know-how" e aprimoramento de técnicas. Assim, a FTEP contou com a colaboração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

(UFRGS), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Fundação de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (CIENTEC).

Em 1984, a FTEP transmitiu 3.459 programas educativos culturais e informativos, buscando atender às necessidades da Secretaria de Educação e Cultura (SEC) e do Ministério da Educação, além de 2.463 promocionais, institucionais e chamadas. Foram também desenvolvidas ações relativas à educação infantil, suplência e qualificação profissional. Naquele ano, o Canal 7 atingiu índice médio de, aproximadamente, 50% de produção local de programas.

A revisão dos conceitos dominantes sobre o real significado de cultura e educação, vinculados por meios de comunicação de massa, norteou as ações da FTEP no ano de 1985. A partir desse questionamento, surgiram os programas de *utilidade pública e prestação de serviço*, abordando assuntos de permanente interesse da comunidade, como saúde pública, debates culturais, políticos e assuntos de educação.

A ampliação dos espaços jornalísticos e de produção oportunizou a criação de vários programas, como *Mãos à Obra* e *Ponto a Ponto*, entre outros.

Como o apoio da FUNTEVÊ/MEC, foram desenvolvidos projetos de produção ligados diretamente à área da educação, como *Rumos da Educação*, *Encontro com a Cultura* e *Com Ciência*.

Na área da cultura nativista, foram produzidos e veiculados os programas *Galpão Nativo* e *Invernada Gaúcha*.

O Compromisso com a cultura e a educação, embasado na moderna tecnologia educacional e no espírito democrático, motivou o esforço para a cobertura das eleições em novembro de 1985. Foram 50 horas ininterruptas de trabalho que possibilitaram ao público acompanhar o desenvolvimento do pleito livre e democrático.

Através do Acordo para o Desenvolvimento Tecnológico, firmado entre a FTEP, foi viabilizada a implantação do Sistema de Interiorização do Sinal FTEP - Canal 7 - nos seguintes municípios: Santa Maria, Cachoeira do Sul, Santa Cruz do Sul, Cruz Alta, Santa Rosa, Bagé, Carazinho, Passo Fundo e Caxias do Sul. Tal ação possibilitou ampliar, significativamente, a área de abrangência do sinal do Canal 7, o que permitiu às populações do Interior do Estado o acesso a uma programação educativo-cultural.

É importante ressaltar o Projeto Implantação da Rádio FM Educativa, já que o Estado foi privilegiado com a concessão, pelo Ministério das Comunicações, de um canal educativo de frequência modulada, através da Portaria nº 202, de 20 de junho de 1985.

Cabe ainda acrescentar que, para a obtenção da outorgado canal de Rádio FM Educativa, tiveram que ser vencidas muitas dificuldades de ordem administrativo-legal, já que havia outras instituições legais e de outras unidades da Federação interessadas na obtenção deste veículo de educação e de cultura. O mérito coube a FTEP do Rio Grande do Sul.

A Rádio FM Educativa já possui uma linha de programação definida, cujo

primordial compromisso é o de proporcionar ao público informação e audiência musical.

O ano de 1986 caracterizou-se pela união dos esforços da FTEP com outros órgãos ou instituições — estatais ou paraestatais — com o propósito de enfrentar *todas as dificuldades que impediam a realização de programas e ações projetadas para o exercício*. Entre outros, destaca-se a manutenção do acordo celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul, através da SEC e esta Fundação, estabelecendo a mútua colaboração na execução de planos, programas e projetos atinentes à educação e ao ensino. Foram celebrados, ainda acordos com o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA/RS), visando à divulgação e promoção dos trabalhos e/ou atividades realizadas pelos profissionais ligados às áreas de Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia e Meteorologia. Estes acordos e/ou contratos — sem ônus para a FTEP — possibilitaram a realização de projetos de produção de programas, além do treinamento de pessoal, ressaltando-se a valiosa colaboração da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil - Seção do Rio Grande do Sul (ADVBS/PA), com as quais esta Fundação mantém acordos de mútua colaboração.

No que diz respeito à implantação do Sistema de Interiorização do sinal de FTEP — Canal 7 — foram desenvolvidas várias ações.

Com a colaboração da CRT, foram instaladas, em 1986, retransmissoras nos Municípios de Erechim e Sapiranga — esta em convênio com a Prefeitura Municipal — Uruguaiana e Alegrete, estando prevista, ainda, até março de 1987, a inauguração das de Osório, Palmeira das Missões, Sant'Ana do Livramento, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e Rio Grande.

Além das atividades normais relacionadas à área técnica, foram desenvolvidas ações paralelas, tendo em vista a otimização dos sistemas de operação e manutenção, tanto da geradora quanto das retransmissoras, como segue:

— troca do sistema irradiante da retransmissora instalada no município de Bagé, com objetivo de possibilitar maior segurança operacional.

— estabelecimento de um "Link de microondas" definitivo em substituição ao provisório, colocado entre os nossos transmissores e a CRT, possibilitando levar os sinais de áudio e vídeo da FTEP aos municípios do Interior do Estado que possuem retransmissoras instaladas;

— instalação de repetidoras dos sinais da FTEP em municípios do Interior do Estado, através de serviço de retransmissão, em caráter secundário, por solicitação das Prefeituras desses Municípios; e

— investimentos no parque técnico da emissora, com a utilização de recursos provenientes do Tesouro do Estado e da área federal, através do Ministério da Educação.

Implementando a programação da FTEP, com base no compromisso do veículo com a democratização do País, foram realizados debates e entrevista com políticos e autoridades sobre a Assembléia Nacional Constituinte e o pleito de 1986, buscando a oferecer ao público amplo esclarecimento sobre este evento de significativa importância para a sociedade.

Ainda neste período de Governo, está prevista a instalação de Rádio FM Educativa, cujas obras civis se encontram em andamento paralelamente à execução do projeto técnico-pedagógico (programação).

Dando prosseguimento, no ano em curso, ao processo de racionalização administrativa desenvolvida por esta Fundação, em atendimento às determinações de contenção de despesas, foram realizadas pequenas reformas na área física que, contudo, não possibilitaram que o projeto arquitetônico da FTEP fosse viabilizado.

Em contrapartida, foi considerado prioridade o produto final da emissora, justificando a utilização de recursos financeiros provenientes do Estado e da área federal, através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), em investimento no parque técnico-operacional.

Outra medida de caráter administrativo vem corroborar o esforço das diretorias desta Fundação no sentido de organizar definitivamente o quadro de pessoal, através da elaboração do Plano de Cargos, salários e funções da FTEP.

A abertura de um programa de estágio na FTEP — iniciando com um projeto destinado a proporcionar complementação na formação profissional de estudantes de 2º e 3º graus, conforme o Decreto Estadual nº 31.202/83 — oportunizou o oferecimento de vagas a alunos, em algumas áreas desta Fundação. Posteriormente, foi firmado um Termo de Compromisso entre a FTEP e a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), objetivando o desenvolvimento de um programa de iniciação profissional que propicie aprendizagem para menores, em diversos setores de trabalho desta Emissora. O desenvolvimento dessas ações veio confirmar os propósitos desta Fundação em colaborar com o desenvolvimento sócio-educacional da população de nosso Estado.

2.1.10 — FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO (FTSP)

Ao assumir o Governo do Estado, em março de 1983, esta administração emprestou integral apoio para que as obras do Teatro São Pedro chegassem a uma conclusão e o teatro fosse devolvido ao usufruto da comunidade. A reinauguração do TSP, marco principal da cultura no Rio Grande do Sul, aconteceu em junho de 1984.

Paralelamente à reabertura, estabeleceu-se uma programação autônoma e independente, selecionada segundo critérios de qualidade e diversidade. Graças ao apoio dispensado pelas Secretaria de Educação e Cultura e Subsecretaria de Cultura do Estado, as temporadas de 1984, 1985 e 1986 caracterizaram-se pelo elevado nível artístico-cultural e pela intensa afluência do público, o qual vem ocorrendo maciçamente aos espetáculos teatrais, concertos eruditos e populares, espetáculos de dança, infantis, exposições, projetos e eventos especiais realizados constantemente no TSP.

A manutenção das atividades da Fundação Teatro São Pedro, é viabilizada por recursos vindos do Governo Estadual e por recursos próprios advindos de locações, doações e percentagens retidas dos borderôs.

Em 1984 (final de junho a dezembro), foram apresentados 160 espetáculos,

com um público total de 71.816 espectadores. A temporada de 1985 recebeu 141.847 espectadores em mais de 230 eventos (15 montagens de teatro, três montagens infantis, 25 concertos, quatro espetáculos de dança, além de 59 edições do projeto Música ao Meio-Dia e 46 edições do projeto O Choro é Livre, ambos de entrada franca). Em 1986, até o presente momento (18 de novembro) foram apresentadas 16 peças teatrais (com temporadas de duas a três semanas cada), três peças para o público infantil, 24 concertos de música erudita, quatro espetáculos de dança, seis cursos e "workshops", 12 exposições, além das edições semanais dos projetos Música ao Meio-Dia, O Choro é Livre e Encontros e Ensaios. Realizou-se, em julho, o I Encontro Renner de Teatro, e houve concertos periódicos da Orquestra de Câmara Theatro São Pedro, cuja atividade constante vem recebendo o reconhecimento da crítica e do público.

Merecem destaque nesta avaliação as comemorações do segundo aniversário da reabertura, em junho, com a vinda a Porto Alegre, pela primeira vez, do compositor Tom Jobim.

2.2 — SAÚDE E MEIO AMBIENTE



2.2.1 — SECRETARIA DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE (SSMA)

Superando as adversidades vivenciadas pelo Estado, a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente marcou o atual período administrativo com significativa atuação no setor saúde do Estado.

A rede prestadora de serviços da SSMA conta hoje com 842 unidades sanitárias (US). Durante o período, foram assinados 191 contratos com prefeituras municipais, visando à construção de unidades sanitárias, em regime co-participativo, ampliando, assim, o envolvimento das comunidades.

A área hospitalar foi acrescida das unidades de Cachoeirinha e Alvorada. Ainda nessa área, visando a sanar as deficiências sentidas a nível local, a SSMA envidou esforços que permitiram a conclusão do hospital de Butiá e firmou contrato para a construção dos hospitais de Fortaleza dos Valos, Tramandaí, Nova Araçá e Tavares, além da ampliação e adequação de hospitais nos municípios de Caiçara, Campinas do Sul, Cândido Godói, Ilópolis, Três de Maio, Paraí, Parobé e Guaporé.

A Central de Hemoterapia é uma realidade. A partir de sua implementação, teremos regularizada a demanda de sangue e de hemoderivados, contribuindo para diminuir o risco de doenças transmitidas por via transfusional, inclusive a AIDS.

A construção da sede da Delegacia Regional de Saúde de Caxias do Sul (5ª DRS) constituiu marco significativo para quem buscou a descentralização administrativa como forma racional e eficiente de atender às necessidades do setor em todo o Estado.

Essa rede de serviços prestou, no período, 13.911.110 consultas médicas, 2.667.045 consultas odontológicas, 1.319.174 consultas por outros profissionais, além de 9.520.734 atendimentos por pessoal auxiliar.

Buscando implementar as Ações Integradas de Saúde (AIS) em todo o Estado, a SSMA ampliou programas e serviços dos seus diversos departamentos, além de gestionar junto a outras instituições do setor saúde.

As doenças transmissíveis, em especial a tuberculose e a hanseníase, apresentaram, no período, sensível queda de incidência, o que comprova o acerto da conduta seguida para o controle dessas moléstias. A cobertura vacinal de menores de um ano contra poliomielite, difteria, tétano, coqueluche e sarampo encontra-se acima dos 80%. Durante o período, foram aplicadas mais de 18.000.000 de doses de vacina contra as doenças redutíveis por agentes imunizantes. A cobertura vacinal é das mais amplas do País.

A Divisão de Assistência Materno-Infantil (DAMIN) implementou ações de controle da doença diarréica e das doenças respiratórias agudas. A suplementação alimentar de mães e crianças carentes beneficiou, no período, mais de 931.000 pessoas entre gestantes, lactentes, nutrizes e pré-escolares. Contratos com hospitais em todo o Estado permitiram atenção especial aos carentes da população materno-infantil.

Na área de doenças crônico-degenerativas, foram implementadas ações preventivas que tiveram como resultado a realização de mais de 160.000 exames preventivos de câncer cêrvico-uterino, além de incontáveis ações preventivas e de controle da febre reumática e da hipertensão arterial, pela atenção individualizada de pacientes e distribuição gratuita dos medicamentos indispensáveis. O Instituto de Cardiologia teve ampliadas suas instalações, com destaque maior para a montagem de nova CTI. Estas obras qualificam o Instituto com um dos melhores do gênero em todo o País. O Serviço de Saúde Mental reforçou o enfoque ambulatorial no tratamento de doentes. Foram implementados programas de controle de alcoólatras, psicóticos, epilépticos, deficientes mentais e neuróticos. Em apoio a estas ações, a SSMA contou com os serviços do Hospital São Pedro e de hospitais do Interior mediante convênio para locação de leitos psiquiátricos.

Na Odontologia Sanitária, além do atendimento ambulatorial de rotina, foram implementadas ações para assistência odontológica ao escolar, utilizando tecnologia simplificada e altamente eficaz. Para tanto, a SSMA buscou a integração com a SEC. Como resultado desta integração, vemos hoje o programa implementado em cinco delegacias regionais de saúde, desenvolvendo ações curativas e preventivas, com destaque para a aplicação de flúor sob a forma de bochechos. Ainda com relação à prevenção da cárie dentária, salienta-se o esforço institucional no sentido de fomentar a fluoretação das águas de abastecimento público através da distribuição de 2.640 toneladas de fluossilicato de sódio à Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) e ao Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) de Porto Alegre.

A Divisão de Vigilância Sanitária desenvolveu ações de inspeção veterinária, controle de prédios e instalações, controle de alimentos e controle de vetores. Dentre essas ações, destacam-se as desenvolvidas pelo serviço de controle de alimentos através da investigação sistemática dos surtos de intoxicação alimentar e do programa de controle de cozinhas industriais; o serviço de controle de vetores deu ênfase para o controle biológico dos simúlideos, e para o programa especial de combate à raiva mediante vacinação de cães.

Na divisão de Fiscalização do Exercício Profissional, salienta-se o controle de bancos de sangue, agências transfusionais e hospitais, visando à implementação e à retroalimentação do sistema computadorizado de emissão de listagem de doadores de sangue, com encaminhamento dos impedidos, para exame e tratamento.

O Programa de Saneamento Comunitário (PROSAN) desenvolveu, no período, ações objetivando prioritariamente o abastecimento de água a pequenas comunidades rurais e vilas de periferia urbana. Através da integração com prefeituras municipais, foi possível a implementação de ações de saneamento que culminaram com assinatura de contratos para implantação de 242 sistemas simplificados de abastecimento de água e 105 melhorias comunitárias de saneamento.

O Instituto de Pesquisas Biológicas (IPB) forneceu suporte a uma série de

ações ligadas à vigilância epidemiológica e sanitária, produção de imunizantes, orientação e supervisão dos 65 laboratórios de saúde pública e investigação científica e tecnológica relacionada com saúde pública. Como fato de importância para o Estado, o IPB tornou-se, por delegação do Ministério da Saúde, Laboratório Nacional de Saúde Pública, com área de abrangência nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná.

O Laboratório Farmacêutico do Estado (LAFERGS) produziu, no período, 282.531.072 unidades de medicamentos, possibilitando uma economia social ao redor de Cz\$ 32 milhões.

O Departamento do Meio Ambiente deu continuidade à implantação de ações de controle do equilíbrio ecológico.

O Programa Pólo Petroquímico, atendendo às necessidades de monitoramento da área, executou inúmeras ações de controle e apresentou como resultado o Projeto Impacto Ambiental de Resíduos Sólidos do Pólo Petroquímico do Sul sobre os Recursos Hídricos, aprovado pelo Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, encontrando-se em andamento. A Divisão de Vigilância Ambiental prestou atendimento a todas as situações emergenciais e deu início à implantação do Programa de Vigilância de Água, destinado ao consumo humano.

A Divisão de Controle de Poluição do Ar desenvolveu atividades de acompanhamento da utilização do carvão mineral como fonte geradora de energia térmica, culminando com a análise dos Relatórios de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) das usinas termoeletricas de Candiota e Jacuí I. Prestou assessoramento à implantação de planos diretores (zoneamento industrial) em diversos municípios do Estado. Efetuou, ainda, o preparo de legislação específica sobre meio ambiente com referência à indústria de fertilizantes.

A Divisão de Estudos Ambientais, além de suas atividades rotineiras de análise de implantação de loteamentos e de indústrias, deu início à avaliação do RIMA apresentado pela Eletrosul para implantação da termoeletrica da Jacuí I e está próxima à conclusão do RIMA apresentado pela Prefeitura de Tramandaí para realização das obras de aterro da Av. Beira Rio.

O objetivo da criação das assessorias de proteção ao meio ambiente, com vistas a ampliar os serviços prestados pelo Departamento, foi efetivado, no período, através da implantação das assessorias de Santa Rosa, Caxias do Sul, Itaqui, Quaraí, Rio Grande e Triunfo. Espera-se, ainda, a implantação das assessorias de Bagé e Cachoeira do Sul em futuro bem próximo.

O Departamento analisou, no período, 3.365 projetos, expediu 6.140 alvarás, concedeu 1.823 licenças, realizou 8.864 vistorias, procedeu a 253 investigações e contou, para consubstanciar essas ações, com o excelente desempenho de moderno laboratório, que realizou 66.681 análises de água, sedimentos, peixes e alimentos, além da supervisão e calibração dos equipamentos das estações de amostragem da qualidade do ar.

Podemos afirmar que a situação da saúde no Rio Grande do Sul vem melhorando de maneira considerável.

O gaúcho está vivendo mais; nossa expectativa de vida é hoje a mais alta do

País: 65 anos para homens e 73 anos para mulheres. A mortalidade infantil é a menor entre os Estados brasileiros, e a meta ideal para o ano 2.000, de 30 óbitos por mil nascidos vivos, já foi largamente superada em 1985, com 26,78 por mil.

A mortalidade por doenças transmissíveis, caracteristicamente alta em países subdesenvolvidos, reduziu-se a menos da metade no período de 1970-84. Os óbitos por tuberculose diminuíram em 250% nos últimos dez anos.

Há uma extensa rede de serviços de saúde públicos e privados cobrindo todos os municípios. O número de unidades sanitárias aumentou de 247 em 1970 para 842 em 1986.

Existem 4,6 leitos hospitalares para cada mil habitantes, praticamente atingindo o preconizado pela Organização Mundial da Saúde, que é de cinco leitos por mil. Desta forma, 93% dos partos ocorrem em hospital, eliminando os riscos de nascimentos em condições precárias.

2.3 — SANEAMENTO



2.3.1 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO (CORSAN)

A Companhia Riograndense de Saneamento tem a seu cargo a operação e exploração dos serviços públicos de abastecimento de água potável e os de coleta e tratamento dos esgotos sanitários no Estado, bem como de qualquer outra atividade afim.

Suas metas atuais consistem em abastecer com água 90% da população urbana das localidades onde opera e a de atender com serviços de esgotos a 50% da população das cidades mais populosas, assim como a de preservar os mananciais utilizados no abastecimento público.

A população atualmente abastecida de água pela CORSAN corresponde a 3.876.000 habitantes, ou seja, 89,7% da população urbana total das localidades atendidas pela Companhia.

No decorrer de 1986, o acréscimo da população abastecida foi de 147.000 habitantes, tendo em vista as realizações das obras: ampliação de 110km de rede de distribuição, aumento de 1.354m³ na capacidade de reservação e perfuração de 125 poços profundos e aproveitamento de 30 desses poços.

No período 1983-85, a população beneficiada pelos serviços de abastecimento de água correspondia a 3.729.000 habitantes, ou seja, a 89,6% da população urbana total das localidades atendidas pela Companhia, tendo havido um acréscimo de população abastecida de 493.000 habitantes, em decorrência da realização das obras; ampliação de 1.404km de rede de distribuição, aumento de 19.270m³ da capacidade de reservação e perfuração de 193 poços profundos e aproveitamento de 42 desses poços.

Foram, ainda, concluídas as obras de implantação e incorporados à CORSAN os sistemas das localidades de Arambaré, Balneário Atlântida, Brochier, Barra do Chui, Campos Borges, Cristal, Fagundes Varela, Garibaldina, Jaquirana, Povo Novo, Praia do Hermenegildo e Quinta.

No ano de 1986, foram finalizadas obras e incorporadas ao sistema as localidades de Aceguá (Bagé), Maurício Cardoso (Horizontalina), Massambará (Itaqui), Vila Alegre (São Valentim), Itapuã (Viamão) e Paverama (Taquari).

Acham-se, também, concluídos, aguardando oportunidade de incorporação, os sistemas de Vila Umbu (Pinheiro Machado), Fortaleza dos Valos e Amaral Ferrador (Encruzilhada do Sul).

Das consideradas médias localidades, apenas a cidade de Portão ainda não dispõe de serviços públicos de abastecimento de água, entretanto prevê-se para

breve o início das obras, visto que o projeto já foi terminado e parte do material adquirido.

No campo social, a Companhia estendeu rede de água em diversas localidades para beneficiar especificamente núcleos habitacionais ocupados por população de baixa renda incluídos no Promorar.

Nas diversas obras executadas no triênio 1983-85, relativas a ampliações, melhorias e implantações de sistemas de água, foram aplicadas 3.046.646 UPCs, obtidas de empréstimos contratados com o BNH, enquanto no ano de 1986 foram aplicados Cz\$ 152,5 milhões.

Em relação aos serviços de esgotos, a população atendida pela CORSAN, no triênio 1983-85, atingiu 283.000 habitantes, o que representa um acréscimo de 11% em relação a 1982.

No final deste período, também achavam-se em execução as obras de implantação dos sistemas de Capão da Canoa, Canoas e Tramandai, bem como as ampliações dos sistemas de Cachoeira do Sul, Santa Maria e Torres e, em 1986, a população atendida pela CORSAN atingiu 298.000 habitantes, havendo um acréscimo de 5,3% no ano.

Nesse período, foi concluída a implantação do sistema de Capão da Canoa, já em plena operação, bem como a ampliação do importante sistema de Santa Maria, encontrando-se em andamento as obras de implantação dos sistemas de Canoas e de Tramandai, e as ampliações dos sistemas de Torres e de Cachoeira do Sul.

Devido, exclusivamente, aos altos investimentos absorvidos por esse tipo de obras e à limitação dos recursos postos à disposição, os resultados alcançados no setor de esgotos têm sido modestos, se comparados aos obtidos no campo do abastecimento de água.

Todavia a CORSAN está segura de que, a médio prazo, atingirá o seu objetivo de atender a maioria das cidades de maior porte.

Nas diversas obras executadas no ano, correspondentes a implantações, ampliações e melhorias de sistemas, foram aplicados Cz\$ 76,5 milhões, enquanto no período 1983-85 foram aplicadas 3.985.470 UPCs.

No que se refere ao Projeto Rio Guaíba, cuja finalidade é a de recuperar e preservar a qualidade da água do rio Guaíba, conforme convênio firmado entre Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), CORSAN e Banco Nacional de Habitação (BNH), foram implantados no triênio 1983-85, 105km de rede coletora, na maior parte compreendendo coletores de grandes diâmetros, e de parte dos interceptores projetados, indispensáveis à regularização do sistema. No ano de 1986, foram implantados cerca de 120km de rede coletora, o que totalizará 224km de rede executada desde o início do Programa. Estima-se em Cz\$ 70,0 milhões o investimento no projeto somente no corrente ano.

Outrossim, no período 1983-85, foi concluído o sistema do Distrito Industrial de Rio Grande (DIRG), destinado ao abastecimento do Distrito Industrial daquela cidade, com capacidade para tratamento de 2.000 l/s, bem como o sistema de tratamento dos efluentes líquidos do Pólo Petroquímico -- SITEL, para garantia da integridade ecológica dos recursos hídricos da região onde se assenta o Pólo.

O montante das aplicações com este projeto e o Projeto Rio Guaíba, no período de 1983-85, atingiu 4.548.620 UPCs, correspondentes hoje a 483,9 milhões de cruzados.

No que se refere à execução dos programas de Controle Operacional, Treinamento e outros de Desenvolvimento Institucional, foram investidas 731.744 UPCs, no triênio, com um valor atualizado de Cz\$ 77,8 milhões, tendo sido iniciado o programa de redução de perdas e melhorias operacionais através do aumento da micro e macromedição.

Em 1986, foram investidos Cz\$ 5,8 milhões, permitindo a redução relativa de 12% das perdas dos sistemas de água, mediante substituição de canalizações obsoletas e instalações de equipamentos de macromedição e pitometria.

Ainda no período 1983-85, foram treinados 2.224 funcionários, representando, aproximadamente, 45% do efetivo total da empresa, enquanto em 1986 foram oferecidas 1.013 oportunidades, praticamente 20% do efetivo da Companhia.

No programa de aquisição e reposição de bens duráveis destinados à reposição de equipamentos correspondentes aos sistemas em operação no Estado e os de bens duráveis de uso geral, foi aplicada, no quadriênio, a importância de Cz\$ 55 milhões.

Nas diversas obras executadas no período 1983-85, com implantações, ampliações e melhorias de sistemas de água e de esgotos, com o prosseguimento das obras do Projeto Rio Guaíba, com a conclusão do sistema DIRG, com a execução do Programa de Desenvolvimento Institucional e do Programa de Aquisição e Reposição de Bens Duráveis, foram investidas cerca de 12.694.874 UPCs provenientes em sua quase totalidade de empréstimos contraídos com o BNH, bem como recursos próprios da Companhia, enquanto que em 1986 foram investidos 3.009.717 OTNs, o que corresponde hoje a Cz\$ 320,2 milhões.

2.3.2 — SISTEMA INTEGRADO DE TRATAMENTO DOS EFLUENTES LÍQUIDOS (SITEL)

O Sistema Integrado de Tratamento dos Efluentes Líquidos do Pólo Petroquímico do Sul foi criado no âmbito da CORSAN com o fim específico de processar todos os resíduos líquidos gerados no Pólo Petroquímico do Sul e garantir, assim, a integridade ecológica dos recursos hídricos da região do Pólo e, por extensão, do próprio rio Guaíba, visto que esse se situa geograficamente à jusante do complexo industrial. Administrativamente, o SITEL é uma superintendência vinculada diretamente à Presidência da CORSAN. Sua atuação protege não apenas os ecossistemas hídricos da delicada zona do delta do Jacuí e rio Guaíba como também a própria saúde da população que depende desses corpos d'água para seu abastecimento, a qual perfaz, hoje, contingente superior a 2.000.000 de pessoas.

Desde sua entrada em operação em 16 de novembro de 1986, o SITEL processou mais de 10.000.000m³ de efluentes, entregando-os ao ambiente natural em plenas condições de ser assimilado e com mínimos riscos sanitários e ecológicos. O sistema de tratamento foi concebido com vários níveis de segurança operacional e três estágios principais de tratamento — primário, secundário e terciário. Para o líquido lançado ao ambiente, foram fixados padrões extremamente rigorosos pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Secretaria da Saúde e Meio Ambiente (SSMA), os quais devem ser atendidos à saída da etapa terciária de tratamento

constituída de oito lagoas de estabilização conectadas em série e projetadas especificamente para a remoção de poluentes de origem petroquímica. Além disso, o SITEL está sujeito às disposições da Lei Estadual nº 7.691/82, de 07.7.1982, e sua interpretação pela Procuradoria-Geral do Estado, em seu parecer nº 5.056, de setembro de 1982. Segundo estes documentos legais, o SITEL não pode lançar os efluentes processados diretamente nos cursos d'água. Coerentemente, foi instalado um sistema de disposição final dos resíduos sobre o solo, semelhante a uma instalação para irrigação agrícola, o qual tem apresentado desempenho satisfatório, garantindo o cumprimento da Lei. Exceção é feita ao ano de 1986, em que a capacidade do sistema de disposição final de efluentes foi esgotada, tendo sido imediatamente contratados estudos técnicos visando à ampliação já em 1987.

As tecnologias adotadas na implantação do SITEL são reconhecidas internacionalmente, e no desenvolvimento das mesmas participaram dezenas de renomados técnicos e consultores nacionais e estrangeiros. Dessa forma, o desempenho do SITEL tem alcançado níveis de eficiência extremamente altos em seus quatro anos de operação, superando, inclusive, as previsões do projeto. Destacam-se, por exemplo, remoções médias de 91% de Demanda Química de Oxigênio (DQO), 98% de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) e 85% de Sólidos Suspensos Totais (SST).

O desempenho financeiro do SITEL também é digno de nota. Sua operação é ressarcida pelas indústrias do Pólo Petroquímico do Sul, que ainda recolhem 15% à CORSAN, a título de taxa de administração. A arrecadação média anual situa-se em torno de Cz\$ 4,0 milhões, o que corresponde a um custo unitário de Cz\$ 11,86 cruzados/m³.

O caráter inédito da atividade exercida pelo SITEL no âmbito da CORSAN, considerando o rigorismo dos padrões de qualidade exigidos pelo DMA/SSMA tem exigido a condição de diversas investigações científicas especiais com o objetivo de elucidar aspectos ecológicos da operação do sistema e prevenir, com objetividade e segurança, problemas ambientais futuros. Quatro estudos agronômicos foram contratados à Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, via FUNDATEC, com o fim específico de investigar os efeitos da aplicação de efluente líquido e lodo (resíduo semilíquido também aplicado no solo pelo SITEL) sobre solos e plantas da região e pesquisar possibilidades de cultivar espécies comerciais sob adubação e irrigação pelos resíduos. Um dos estudos já foi encerrado, e os três restantes estão em andamento. Investigações biológicas também estão em curso visando a pesquisar as populações de peixes nas lagoas de estabilização terciária do SITEL e os possíveis efeitos toxicológicos do líquido processado nestas lagoas sobre a fauna que ali se desenvolve. Destaca-se aqui uma investigação iniciada em 1986 com o objetivo de desenvolver um ensaio biológico (bioensaio) rápido e confiável que identifique riscos toxicológicos potenciais do resíduo líquido, baseado em uso de ovos de larvas de peixes. Por ser inédita no País, a tecnologia para implantação do ensaio foi contratada à empresa norte-americana ENGINEERING-SCIENCE, que, além de possuir grande renome no setor, já tinha fornecido tecnologia para a implantação das lagoas de estabilização do SITEL. Outras investigações serão desenvolvidas no SITEL, lançando-se mão dos extensos dados de monitoramento ambiental já acumulados no órgão, à medida em que o uso de microcomputador (iniciado em 1986) for desenvolvido e aperfeiçoado por sua equipe técnica.

A consolidação do Pólo Petroquímico do Sul é um processo dinâmico e, paralelamente, a operação de um sistema de tratamento vanguardista no País exige

permanente reciclagem, reavaliação de dados e até mesmo alterações e ampliações nas instalações. Assim, em 1987 serão contratadas obras de ampliação do Sistema de Disposição Final do efluente, consoante já mencionado, e obras de ampliação do laboratório de controle técnico-operacional, visto que o incessante monitoramento ambiental interno e externo ao sistema torna-se, a cada dia que passa, mais importante na mensuração dos efeitos ambientais do Pólo Petroquímico sobre os recursos hídricos metropolitanos e no fornecimento de dados de apoio confiável às grandes decisões técnicas.

Embora tenha ocorrido o esgotamento da capacidade de disposição final de efluente líquido sobre o solo, que visa especificamente ao atendimento dos diplomas legais já citados, o SITEL ainda dispõe de capacidade ociosa para processamento interno de resíduos líquidos, a qual pode acomodar perfeitamente os volumes de efluentes que serão gerados pelas indústrias cuja instalação está anunciada para o próximo triênio.

2.4 — TRABALHO, ASSISTÊNCIA E HABITAÇÃO

2.4.1 — SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL (STAS)

Os pontos básicos da política de ação desenvolvida pela Secretaria do Trabalho e Ação Social são a promoção e o desenvolvimento social, atendendo tanto o homem da cidade como o homem do campo.

A clientela preferencial da Secretaria é aquela cuja renda familiar se situa de zero a dois salários mínimos, e a clientela abrangente, a de renda entre dois e cinco salários mínimos.

Para a clientela preferencial, o objetivo é auxiliar na melhoria da qualidade de vida e aumentar a renda, através de programas de emprego, ocupação econômica, qualificação profissional, organização comunitária, recreação, lazer e habitação popular.

A STAS expressa suas ações como um todo e, como tal, dispõe de órgãos vinculados para executar sua política de atuação na área social. Entretanto cada um deles possui suas características e competências, mas que se entrelaçam para o homem carente e suas dificuldades, buscando solucionar ou amenizar suas disfunções sociais.

A execução dos programas da STAS fica a cargo de seus órgãos vinculados: Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB/RS), Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra (FUNDASUL) e Fundação Gaúcha do Trabalho (FGT) Sistema Nacional de Emprego (SINE).

No ano de 1980, foi implantado o sistema de delegacias regionais, que tem como fundamento geral facilitar e agilizar o atendimento da clientela-alvo, bem como estruturar o Estado em bases territoriais que permitam descentralizar, de forma integrada, a execução dos programas de ação da STAS e de seus órgãos vinculados. Assim, o Estado foi dividido em vinte e três microrregiões, correspondendo a vinte e três delegacias regionais. Até o presente ano, foram implantadas vinte e duas delegacias regionais, sendo oito no decorrer do ano de 1986.

Entre as competências da Secretaria, está o registro de toda entidade civil que poderá beneficiar-se de auxílio de qualquer órgão do Estado, se estiver devidamente registrada da STAS. Foram registradas 3.463 entidades no período 1983-86, sendo que, dessas, 1.044 efetivaram registros no decorrer do ano de 1986.

Através dos programas executivos, a STAS realiza ações e assistência social e capacitação profissional do trabalhador.

O Programa de Assistência ao Agricultor de Baixa Renda e ao Migrante

(PRODAMI) objetiva o atendimento às famílias que possuam propriedades rurais de tamanho igual ou inferior ao do módulo rural regional, tentando a recuperação da pequena propriedade como alternativa de resposta ao êxodo rural. Possibilita ao agricultor carente a aquisição de insumos diversos, instrumentos de trabalho para o aumento da sua produção. Os recursos são distribuídos aos municípios através das prefeituras e sindicatos de trabalhadores rurais, com os quais a STAS realiza contratos.

No período 1983-86, foram atendidas 237 prefeituras municipais, 185 sindicatos de trabalhadores rurais, beneficiando, através de 428 projetos, 49.917 economias e atingindo 249.635 pessoas, com recursos de Cz\$ 5,2 milhões. Em 1986, 25 prefeituras e 32 sindicatos de trabalhadores rurais foram atingidos, beneficiando, através de 61 projetos, 13.354 economias e atingindo 66.770 pessoas, com recursos de Cz\$ 1,4 milhão.

O Programa de Capacitação Profissional do Trabalhador oportuniza a formação de mão-de-obra, em caráter intensivo, para imediata absorção no mercado de trabalho local. No período 1983-86, o aperfeiçoamento e/ou formação de mão-de-obra foi realizado através de 49 entidades, com recursos que somam Cz\$ 131 mil. Em 1986, foram atendidas duas solicitações por parte de duas entidades, com recursos da ordem de Cz\$ 20,5 mil.

Através do Programa de Concessão de Auxílios Assistenciais, presta-se todo e qualquer tipo de auxílio a pessoas não assistidas pela Previdência, repassado às entidades sociais e/ou diretamente a pessoas em situação comprovada de extrema pobreza. Foram atendidas, no período 1983-86, 1.060 entidades com um montante de Cz\$ 3,1 milhões. Em 1986, foram atendidas com a importância de Cz\$ 1,4 milhão, 138 solicitações, abrangendo 130 entidades, beneficiando 81.540 pessoas.

Foi repassado diretamente, ainda no presente ano, o montante de Cz\$ 295,8 mil a 108 pessoas em situação de extrema pobreza.

O Programa de Assistência Social ao Idoso Carente repassa auxílios a prefeituras municipais e a entidades situadas na área de abrangência das delegacias regionais, visando suprir as necessidades básicas de uma população de faixa etária definida pelas entidades. Esse Programa teve início em 1985, tendo realizado, no período 1985-86, convênios com 27 entidades, num montante de Cz\$ 222 mil. Em 1986, a verba de Cz\$ 182 mil atendeu às solicitações de 10 entidades.

O Programa de Implantação do Equipamento Social — Creche, iniciado em 1984, desenvolve suas ações buscando a melhoria e a ampliação das instalações físicas das entidades, bem como aquisição de equipamentos para as mesmas. No período 1984-86, com uma verba de Cz\$ 4,3 milhões, atendeu 123 solicitações de entidades, sendo que, em 1986, a verba foi de Cz\$ 2,9 milhões atendendo 52 solicitações por parte de 48 entidades.

2.4.2 — FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO (FGT)

A Fundação Gaúcha do Trabalho tem a seu encargo promover o trabalhador, oportunizando-lhe condições para o melhor desempenho de suas atividades com vistas ao aumento da renda familiar e à melhoria das condições de vida.

As principais unidades operacionais da FGT são as Regiões Programáticas

(RPs), em número de 23, abrangendo todo o Estado, cabendo a elas a responsabilidade pela execução dos programas a nível local, sempre com a colaboração de entidades ou órgãos de promoção social e de ocupação de trabalhadores.

No período de 1983-86, prestou-se atendimento a 715.565 pessoas, sendo 143.204 em 1986 por meio de diversos programas.

A FGT através do Programa de Formação Profissional Supletiva treinou, qualificou, aperfeiçoou e especializou trabalhadores do meio urbano e rural promovendo cursos profissionalizantes, com vistas a seu ingresso no mercado de trabalho e a seu melhor desempenho na atividade. Realizou treinamentos intensivos para trabalhadores dos setores primário, secundário, e terciário. Atendeu a 63.080 pessoas com 2.833 atividades no período 1983-86.

Pelo Sistema de Instrução por Correspondência (SIC) atualizou-se o homem do campo, introduzindo novas técnicas rurais de cultivo e manejo, oportunizando-lhe um melhor desempenho no trabalho sem deslocá-lo do meio rural. Desta forma, foram atendidos 14.753 trabalhadores, através de 45.439 atividades neste período.

Na área de prevenção de acidentes em geral, a FGT buscou conscientizar a população do Estado para a prevenção de acidentes no trabalho, no trânsito, na escola, no lar e na comunidade. Para isto atuou junto a empregadores e trabalhadores dos meios urbano e rural, da construção civil, de empresas em geral, professores e alunos de escolas de 1º grau. Desenvolveram-se, neste período, 631 atividades beneficiando 14.028 pessoas.

A FGT colaborou também com o desenvolvimento sindical, conscientizando e preparando lideranças através da execução de cursos, palestras e seminários, beneficiando 3.620 trabalhadores.

Através do Apoio a Prestadores de Serviços Temporários Autônomos (PRESTA), foram treinadas ou recicladas, cadastradas, orientadas, acompanhadas e avaliadas pessoas que já possuíam alguma experiência na execução de ocupações com diaristas autônomos (faxineiras, consertadores de fogão, cozinheiras, etc.). Com isso, a FGT procurou dar uma resposta a um segmento de trabalhadores desempregados do meio urbano. A partir de 1985, quando da implantação desse programa, foram atendidas 760 pessoas através de 10.258 atividades.

A FGT prestou assistência técnica e econômica a trabalhadores de baixa renda das periferias urbanas, pelo Programa de Microunidades de Produção de Bens nas Periferias Urbanas (MICRUPs Urbanas), tendo em vista a melhoria das condições de vida desses trabalhadores através da geração de ocupação e renda. Viabilizou, assim, como melhor alternativa de trabalho na área social, investir no mercado informal, em forma de microunidades de produção urbana (confeccões, doces caseiros, creches, fabricação de móveis, malharia, etc.), como possível transição para o formal, ou seja, em microempresas. Desde seu início em 1985, foram implantadas 59 MICRUPs, atendendo a clientela de 1.396 pessoas.

Através do Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais (PRODECOR), a FGT incentivou, instrumentalizou e orientou a ação comunitária na área rural, reconhecendo necessidades e encaminhando soluções, mediante uma participação consciente e efetiva de toda a comunidade. Sua atuação fez-se

pelo incentivo à formação de lideranças locais e à participação da população em campanhas, mutirões, palestras, reuniões, cursos, visitas domiciliares, encaminhamentos e outras atividades. Estas ações foram desenvolvidas nas áreas de saúde, alimentação, habitação, associativismo, produção animal e produção agrícola. De 1983 a 1986 foram atendidas 399.151 pessoas através de 23.152 atividades.

A FGT prestou assistência técnica e material (sementes e defensivos) a trabalhadores rurais de baixa renda para produção de subsistência. Com isso, oportunizou de forma direta a ocupação imediata de toda a família, viabilizando a implantação de pequenas lavouras de milho, feijão, trigo, arroz, hortaliças, etc., favorecendo, assim, as condições de vida, através da comercialização do excedente, bem como contribuindo para a permanência da família no seu meio. De forma indireta, pelo efeito multiplicador, a FGT beneficiou outras famílias da comunidade, uma vez que parte da produção da implantação da primeira microunidade de produção agropecuária (sementes, mudas, etc.) é repassada a outra família escolhida pela comunidade para que tenha a mesma oportunidade da primeira. Desde sua implantação em 1983 até 1986, este programa beneficiou 21.189 pessoas através de 1.865 MICRUPs.

Por meio do Desenvolvimento do Artesanato, a FGT apoiou os artesãos através do cadastramento, cursos de artesanato, fornecimento de matéria-prima a baixo custo, comercialização de seus produtos em feiras e exposições estaduais, nacionais e internacionais, bem como a exportação de peças artesanais. Atualmente, a FGT conta com 10 pequenas centrais de beneficiamento (PCBAs) distribuídas pelo Estado, que se constituem de equipamentos à disposição de artesãos carentes, para acabamento do produto final, garantindo o padrão de qualidade bem como o aperfeiçoamento do artesão.

Além destas Centrais, foram também instaladas Centrais Volantes na Vila Restinga em Porto Alegre (tecido, couro e argila) em Cachoeira do Sul (lã crua e argila), em Capão Novo (fios), em Xangrilá (madeira) e Palmares do Sul (fiação). Estas centrais possuem a mesma estrutura e finalidade das PCBAs, mas são mantidas pela comunidade. Neste período de 1983 a 1986, foram realizadas 198 atividades, beneficiando 7.852 artesãos, e comercializou-se em peças artesanais um montante de Cz\$ 2,1 milhões, dos quais Cz\$ 1,5 milhão somente em 1986.

O Sistema Nacional de Emprego (SINE/RS), nesse período, procurou manter um sistema de informações sobre o mercado de trabalho e um serviço de intermediação de mão-de-obra no Estado e desenvolver programas de promoção e geração de emprego e renda. A intermediação do SINE/RS, para o período de 1983-86, apresentou os seguintes resultados: 403.142 vagas captadas, 1.025.236 pessoas inscritas, 397.964 pessoas encaminhadas e 184.953 pessoas colocadas.

O Programa Pró-Trabalho (intermediação de trabalhadores autônomos), durante o período de 1983-86, cadastrou 7.447 trabalhadores, sendo que desses 7.389 desempenharam tarefas temporárias no período. Esse programa abrange os municípios de Porto Alegre, Pelotas, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Torres, Capão da Canoa e Tramandaí.

Através de sua rede de 56 unidades distribuídas em 52 municípios, no Estado do Rio Grande do Sul, o SINE/RS ficou responsável pela implantação, a partir de 2 de maio de 1986, do seguro-desemprego. Até 23 de outubro de 1986, foram en-

caminhados ao Ministério do Trabalho 7.934 requerimentos para pedido de seguro-desemprego beneficiando 4.782 pessoas e indeferindo 3.152 pedidos.

Na área de emprego e renda, foi implantado o projeto de desenvolvimento de cunicultura na cidade de Pelotas. O referido projeto é composto de quatro sub-projetos, sendo que o subprojeto I, Construção de Abatedouro de Coelhos, já está concluído e em vias de entrar em funcionamento. Por outro lado, já está em pleno desenvolvimento o processo de constituição do grupo de produtores que integrarão o projeto efetivamente.

2.4.3 — FUNDAÇÃO SUL-RIOGRANDENSE DE ASSISTÊNCIA TARSO DUTRA (FUNDASUL)

À Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra, órgão vinculado a STAS, compete implantar e desenvolver programas de promoção social, ação comunitária e assistência social, visando à melhoria das condições de vida dos indivíduos, dos grupos e das comunidades carentes.

A realidade onde ocorre a atuação da FUNDASUL caracteriza-se pela extrema pobreza, onde a insatisfação de uma necessidade é, ao mesmo tempo, causa e consequência do baixo nível de vida de *considerável parcela da população estadual*.

Assim, sua atenção está voltada para comunidades de periferia, entidades sócio-assistenciais que atendem a famílias e idosos, pontos de atração de migrantes e de pessoas carentes, desprotegidas de qualquer assistência social.

No período 1983-86, a FUNDASUL passou por modificações internas, quando por força do Decreto nº 31.217, de 08 de agosto de 1983, incorporou a Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação. Ao rol de suas finalidades, foi acrescida a operacionalização do Programa Estadual de Centros Sociais Urbanos.

Esta fundação desenvolveu suas ações orientadas pelo Programa de Governo 1983-87, que estabeleceu como diretrizes gerais "Emprego e Ocupação Econômica, Alimentação Suplementar à População de Baixa Renda e Diálogo permanente com a população no processo de planejamento dos assuntos que lhe dizem respeito".

Atuando dentro dessa política, o trabalho junto às vilas de subabitação atingiu 75 comunidades urbanas, principalmente de Porto Alegre, e 21 comunidades rurais, beneficiando, aproximadamente, 135.000 pessoas de baixa renda. Buscou-se, basicamente, estimular o espírito associativo e a dinamização da vida comunitária, tendo sido organizados e orientados 633 grupos sociais, tais como associações de moradores, clubes de mães, grupos de jovens e de idosos, envolvendo 14.923 pessoas. Apoiando as comunidades na busca de soluções para os problemas coletivos, orientou-se a realização de 577 mutirões que resultaram em construção de sede comunitária, de lixeira, de rede de saneamento e em outras melhorias.

Como forma de ocupação econômica, foram estimuladas as atividades em 645 núcleos e unidades produtivas, visando ao aumento direto e indireto da renda familiar, através da confecção de roupas, agasalhos, artefatos de madeira, lã e outros artigos. Participaram desses núcleos e dessas unidades 4.193 pessoas.

Cabe mencionar o Projeto Comissão de Saúde e Saneamento que, no período 1984-85, teve por objetivo tornar concreta a participação da comunidade no planejamento, execução e avaliação das atividades, juntamente com os órgãos oficiais da área da saúde e associações de moradores de 10 vilas da zona sul de Porto Alegre. Nessa mesma área geográfica e com objetivos semelhantes está em andamento o Projeto Comissão de Lazer e Recreação, experiência-piloto que tem perspectivas de se multiplicar nas demais zonas da capital. A criação dessas duas Comissões é resultante da ação técnica desenvolvida pela FUNDASUL junto às comunidades, cumprindo o objetivo de envolver a população no processo de planejamento e execução dos assuntos que lhe dizem respeito.

O incentivo à produção de alimentos, através da implantação e da dinamização de 2.093 hortas domésticas e comunitárias, vem sendo uma das alternativas para melhorar o nível nutricional da população que se localiza nas vilas de periferia, beneficiando 19.661 pessoas.

Através dos 51 Centros Sociais Urbanos (CSUs), já em funcionamento na Região Metropolitana e no Interior do Estado, prestou-se 11.334.117 atendimentos nas áreas de saúde, nutrição, previdência, assistência, trabalho, cultura, artes, recreação e esporte. Esses atendimentos significam atividades nas variadas formas de jogos, competições esportivas, dança, teatro, música, biblioteca; encaminhamentos a emprego, realização de cursos de iniciação e/ou profissionalização; grupos de atividades artesanais; hortas comunitárias e domésticas; orientação a grupos de mães, de idosos, de gestantes; atendimento a pré-escolares; campanhas de saúde e atendimento médico-odontológico. Essas atividades desenvolveram-se, basicamente, nos CSUs, mas em alguns municípios já começa haver descentralização para as vilas situadas no entorno, utilizando-se bases físicas de escolas, salões paroquiais, salões comunitários e outros recursos.

A dinamização dessas atividades foi possível graças à geração de recursos realizada pelos próprios CSUs e suas comunidades, reforçados pelo apoio que o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos deu em 1983 e em 1984. Em 1986, com a participação financeira do Ministério do Trabalho, foi possível implementar, tanto em CSUs quanto em vilas de Porto Alegre, 12 projetos que envolveram 743 pessoas, objetivando, principalmente, reforçar ocupações e contribuir para o aumento da renda familiar.

A necessidade de melhorar as condições de atendimento à população levou a uma programação de reformas e melhorias dos CSUs de Uruguaiana, Alegrete, Rio Grande/Matadouro e São Leopoldo/CRT.

No período, realizou-se a ampliação dos CSUs de São Lourenço e Rio Pardo, mediante convênio com o Fundo de Assistência Social (FAS)/Caixa Econômica Federal (CEF) para a construção total de 344,38m² no sentido do seu fortalecimento como grupo expressivo de execução de políticas sociais e, portanto, com potencialidade para também sugerir diretrizes e reivindicar legislação adequada. Durante o ano de 1985, oito entidades, principalmente de Porto Alegre, foram beneficiadas, mediante contrato de cooperação técnica, com a atuação de profissionais e/ou estagiários multidisciplinares não só a nível de assessoria mas também de execução de projetos e atividades na área social. Igualmente assessorou-se as prefeituras municipais interessadas em criar e/ou dinamizar departamentos de bem-estar voltados para a população carente.

A FUNDASUL também assessorou no período 35 entidades selecionadas pelo Gabinete da Primeira-Dama para serem beneficiadas pelo Programa Pró-Creche e Projeto de Capacitação de Entidades Assistenciais.

As situações emergenciais que ocorreram no Estado, particularmente as enchentes de 1983, mobilizaram o quadro funcional para o salvamento das vítimas, alojamento em CSUs, acompanhamento das famílias no retorno às moradias. Nos municípios do Interior, as equipes integraram-se às Comissões Municipais de Defesa Civil, realizando o atendimento necessário aos flagelados e/ou apoiando as campanhas comunitárias. Em Gravataí, as 106 famílias desabrigadas pelo vendaval que atingiu o município receberam igualmente atendimento da FUNDASUL. Os recursos existentes foram articulados de forma a facilitar o retorno à normalidade daqueles que foram prejudicados.

Dentro da sua proposta de ação integrada, a FUNDASUL, juntamente com as prefeituras municipais, MOBRAL/Fundação Educar e entidades comunitárias, atendeu em 1985 e em 1986 um total de 60 grupos de pré-escolares com 2.656 crianças.

Integrada ao Programa Temporário de Atendimento Alimentar às Famílias dos Desempregados, a FUNDASUL coordenou 237 mutirões de frentes de trabalho, em 23 vilas de Porto Alegre e quatro CSUs da Região Metropolitana, beneficiando 9.372 pessoas com 10.675 ramos. No CSU de Alvorada e Canoas/Matthias Velho, foi atendida a população desempregada através do "sopão comunitário", onde foram servidas 94.086 refeições. Cabe, também, registrar, a contribuição dada ao Projeto Granjas Solidárias em que a equipe técnica realizou estudo e acompanhamento social das famílias inscritas.

A participação da FUNDASUL na programação do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha deu-se na realização, juntamente com o Conselho de Entidades Assistenciais, do V Seminário Estadual e I Nacional de Entidades Assistenciais em que se fizeram presentes 400 participantes, incluindo-se a representação de 12 Estados da Federação. Além disso, nas comunidades e nos CSUs foram realizadas cinco comemorações alusivas em que estiveram presentes 15.000 pessoas, destacando-se torneios esportivos, danças folclóricas, apresentação musical.

Para 1987, a FUNDASUL continuará estimulando atividades comunitárias na linha de ocupação e renda, enfatizará as ações voltadas para o idoso de baixa renda, tanto em instituições quanto nas comunidades.

2.4.4 — FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR (FEBEM)

A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor adotou como proposta filosófico-pedagógica para o seu trabalho, no período de 1983-85, o processo participativo: funcionários e educandos trabalhando juntos procuram colaborar com todos os programas da entidade.

No Estado, pelo Censo de 1980, há uma população de 3.246.639 menores para uma população total de 7.542.722. Desses menores, 1.228.456 são de famílias com renda mensal de zero a dois salários mínimos, faixa prioritária a ser atendida pelas ações da FEBEM.

A FEBEM atendeu, no período 1983-86, a 517.187 menores assim distri-

buidos: em 1983, 92.084; em 1984, 96.321; em 1985, 102.876; e, em 1986, 225.906 menores.

A política adotada levou a repensar as formas de atuação do órgão nas áreas da educação, da saúde e do serviço social, visando a adequar as ações à nova *filosofia de trabalho implantada em 1983*.

Entre as atividades desenvolvidas pela FEBEM, destacam-se as do Projeto Universidade para a Comunidade; integração da FEBEM com instituições sociais, visando a que as mesmas buscassem com suas comunidades regionais soluções alternativas para a problemática do menor. Com tal fim, foram realizados seminários em Santa Maria, Santo Ângelo, Pelotas, Caxias do Sul e Porto Alegre.

Outro fato de importância para o adequado atendimento ao menor foi a transformação de quatro escolas da Secretaria da Educação e Cultura (SEC), anexas aos institutos da FEBEM, em Escolas Especiais para crianças e adolescentes atendidos pela Instituição.

A FEBEM desenvolveu suas ações através de quatro programas, a saber: de triagem, de ações comunitárias, de educação participativa e de formação para o trabalho.

O Programa de Triagem objetiva realizar avaliação diagnóstica do problema do menor para os encaminhamentos adequados. Esse programa, que se caracteriza por intensa movimentação de menores (ingresso, reingresso, desligamentos, fugas, etc.), atendeu, no período de 1983-86, 16.527 menores, dos quais 6.186 em 1986. Através de auxílio financeiro, foram atendidos mais 15.819 menores no mesmo período, beneficiando a 5.894 famílias. Buscando, desse modo, evitar o internamento de menores cuja situação se caracteriza por carência econômica.

Ainda como forma de racionalizar seus trabalhos, foi elaborado o projeto da *pré-triagem em participação conjunta com o Juizado de Menores*, visando evitar a entrada desnecessária de menores na Instituição, efetuando, nessa fase, o adequado encaminhamento dos mesmos.

A partir de 1985, a FEBEM iniciou a interiorização desse programa, instalando o Instituto de Recolhimento Provisório de Pelotas, com capacidade de atendimento de 30 menores.

O objetivo da interiorização é diagnosticar a situação do menor e mantê-lo mais próximo de suas comunidades e de suas realidades locais.

Da mesma forma, registra-se a implantação do Manual de Procedimentos entre FEBEM e Juizado de Menores, visando verificar e agilizar o trabalho realizado por estes dois órgãos.

Através do Programa de Ações Comunitárias, propõe-se a Fundação dar assistência e promoção ao menor em situação irregular, desenvolvendo ações preventivas junto à comunidade. Sua ação faz-se de modo descentralizado em nove zonas da Região Metropolitana de Porto Alegre, tendo o papel co-participante com relação ao menor e de articuladora dos programas juntamente com as entidades sociais, buscando a mobilização de outros recursos na comunidade e/ou proporcionando a criação dos mesmos, se necessário.

A partir de 1984, foi implantada a municipalização, nova estratégia de abordagem, que resultou numa atividade efetiva do programa nos Municípios de Canoas, São Leopoldo e Novo Hamburgo. Já em 1986, esta nova estratégia estendeu-se a mais sete municípios.

No período de 1983-85, o programa atendeu a 337.131 menores, sendo que no ano de 1986 atingiu 181.320 menores. Esse atendimento deu-se através de celebração de convênios com entidades públicas e/ou particulares de lares substitutos e dos centros abertos, assegurando maior abrangência do atendimento ao menor no Estado.

Foi também aberto mais um centro infanto-juvenil no bairro Cidade Baixa para atendimento aos "menores de rua", com programação específica para os mesmos.

O Programa de Educação Participativa objetiva atender ao menor da rede própria da FEBEM nos aspectos básicos de saúde, educação e serviço social.

Nos internatos da rede própria, foram atendidos, de 1983 a 1985, 9.032 menores, sendo 2.442 em 1986. Esse atendimento operacionalizou-se através da implementação da descentralização da Coordenação das Ações Educativas Participativas no Interior do Estado. Foram criadas as unidades de apoio às gerências regionais e aos juizados de menores locais.

Foram implantados centros educacionais no Interior do Estado, nos Municípios de Lajeado, Canguçu, Soledade, Santiago, Palmeira das Missões, Uruguaiana, Dom Pedrito, São Pedro do Sul e São Francisco de Paula, atendendo à descentralização do Juizado de Menores.

Para 1986, várias proposições foram alcançadas, a saber: a concretização da proposta filosófico-pedagógica de participação efetiva dos menores nas atividades dos institutos e centros; a implantação de internatos regionalizados que atendem ao menor de forma alternativa em regime aberto, concomitante à profissionalização de apoio; e a concretização da transferência da assistência aos menores excepcionais dos institutos da FEBEM para a FAERS, de forma co-participativa.

Ainda nesta gestão, dar-se-á o início de funcionamento da nova unidade do Instituto Central de Menores, já em regime de microunidade terapêutica.

Através do Programa Formação para o Trabalho, no período 1983-86, foram atendidos 87.268 menores, sendo 80.735 em iniciação profissional e 6.533 colocados em emprego formal.

Para atender a seus propósitos — preparar o menor carente para o ingresso no mercado de trabalho — foram criados, em 1985, 12 microunidades de produção na Capital e Interior.

Em 1986, foram criados mais 18 microunidades, que a par de uma preparação para o mercado de trabalho, objetivam geração de renda para os menores.

Com o mesmo propósito, foi ampliada a área de abrangência do Núcleo de Colocação em Emprego, que acrescentou aos demais municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre os de Sapiranga e Campo Bom como observadores de menores e egressos dos institutos da FEBEM.

O Programa de Treinamento em Serviço de Estágio (PROMENOR) teve continuação na Capital e Interior, atingindo, no período, um total de 12.803 menores, sendo que 5.952 em 1986. O crescente sucesso desse programa no Estado levou o Governo Federal a desenvolver estudos para sua implantação a nível nacional.

2.4.5 — COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (COHAB/RS)

A Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul desenvolve suas atividades objetivando a execução do Programa Habitação, através da implantação de conjuntos e de unidades habitacionais, bem como a decorrente administração dos financiamentos concedidos.

Sua ação, entretanto, durante os últimos quatro anos, enfrentou as conseqüências da redução da atividade econômica e da inflação desenfreada verificada até o início de 1986, notadamente danoso em investimentos como os habitacionais que exigem longa maturação.

Em conseqüência, observou-se uma série de fatores adversos, quais sejam: redução de recursos de parte do Banco Nacional da Habitação (BNH) para a contratação de novos empreendimentos e obras habitacionais; crise na indústria da construção civil, com a alta generalizada nos custos da construção e a ocorrência de processos concordatários e mesmo falimentares de empresas que ocasionaram paralisações de obras; desestabilização do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), que originou elevado grau de inadimplência por parte dos mutuários, ocasionando elevado ônus social assumido pela COHAB-RS.

Contudo, tais fatos não impediram a conclusão e a continuidade de expressivo volume de obras em andamento, cujos recursos foram assegurados pelo BNH, possibilitando a execução do Programa Habitação através dos subprogramas: PLANHAP (conjuntos de casas e apartamentos), PROFILURB (lotes urbanizados), PROMORAR (erradicação da subabitação) e FICAM (construção em terreno próprio).

Assim, no período 1983-86, registrou-se para o total dos subprogramas, a conclusão de 34.875 unidades habitacionais, que representam 42% do total de unidades concluídas nos seus 21 anos de atividades, sendo que em 1986 concluiu-se 4.252 unidades, além do andamento das obras para outras 8.415 unidades a concluir após 1986.

Foram ainda concluídos prédios comunitários, nos conjuntos habitacionais produzidos, para atendimento às suas populações, totalizando, no período 1983-86, 21 escolas e oito creches, sendo 10 escolas somente em 1986, além do andamento de outras seis escolas cuja conclusão dar-se-á após 1986.

Trabalho intenso vem-se desenvolvendo entre a COHAB-RS, empreiteiras e BNH no sentido da retomada das obras de conjuntos habitacionais de grande porte, que se encontram paralisadas, e que somam 9.060 unidades.

Outra atividade em execução pela COHAB-RS é a recuperação de 10 conjuntos anteriormente construídos — que apresentam problemas construtivos ou ne-

cessidade de obras complementares de infra-estrutura — através do desenvolvimento de projetos e o início das obras, estas já em andamento em dois deles. Parte do investimento é originário do FINSOCIAL, não requerendo retorno.

Tendo em vista a recuperação do processo produtivo, a COHAB-RS redirecionou sua programação objetivando a elaboração de projetos de menor porte (até 100 unidades), dadas as inúmeras vantagens que a própria experiência da Companhia demonstrou. Desta forma, foram lançados editais para o recebimento de propostas de execução de 2.000 unidades em pequenos conjuntos e 2.000 unidades através do subprograma FICAM para construção em terreno próprio, em diversos municípios do Estado.

Quanto à administração dos financiamentos habitacionais concedidos aos mutuários, a complexidade de dados e informações e as constantes alterações de procedimentos emanados de parte do BNH tem merecido especial atenção através do desenvolvimento da informática. Para tanto, encontra-se em andamento um trabalho visando à implantação de um banco de dados, mediante processamento "on-line" interligado com a PROCERGS, bem como se amplia a rede própria de microcomputadores.

2.5 — SEGURANÇA PÚBLICA

2.5.1 — SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA (SSP)

A Secretaria da Segurança Pública, neste período de Governo, esteve diante de um quadro social em que os índices de criminalidade crescem e se tipificam em formas difíceis de serem contidas. Essa realidade, agravada pelas limitações do erário, foi uma constante no quadriênio 1983-86. Manter, com os recursos existentes, a tranqüilidade social cada vez mais assediada pela insegurança representou um verdadeiro desafio.

Além dos objetivos específicos fixados para o período da atual Administração firmados no Programa de Governo 1983-1987, foram desenvolvidos mecanismos operacionais compatíveis com as necessidades que os fatos ocasionam.

Na filosofia do Programa consta aumentar a operacionalidade dos serviços policiais através da atuação integrada dos dois grandes organismos executores, a Polícia Civil e a Brigada Militar. Dentro dessa diretiva, criou-se a Comissão Especial de Planejamento Operacional (CEPO/SSP), à qual incumbe estudar, debater, implantar e avaliar ações não rotineiras e que vem mobilizando esforços no sentido de conter o abigeato, furtos de veículos e / ou de suas cargas e, principalmente, os assaltos a bancos.

Na Brigada Militar, o aumento do efetivo previsto registra um acréscimo de 1.996 PMs em 1986. Com esse reforço, intensificou-se o Policiamento de Quarteirão em algumas áreas na Região Metropolitana, mantendo-se o referido efetivo no bairro, facilitando-se a identificação dos mesmos pela população do bairro. A média diária de aplicação do efetivo, na região, passou de 1.807,1 PMs em março de 1983 para 3.340,0 em setembro de 1986. Em futuro próximo, findas as fases de seleção e preparação, prestarão serviço junto às escolas, estações de passageiros ou lugares públicos de grande movimento as oficiais e praças que integram a Polícia Militar Feminina.

A Polícia Civil formou, no período 1983-87, na área de recursos humanos, 52 delegados de polícia, 315 inspetores e escrivães, além de 466 investigadores de polícia. Outros recrutamentos, já em andamento, aumentarão o efetivo em mais 58 delegados e 300 investigadores. A Polícia Técnico-Científica terá 108 novos servidores de perícia e análise, os quais atualmente freqüentam cursos de formação na Escola de Polícia em novas e condizentes instalações.

Como desdobramento das pressões exercidas pela sociedade para um desempenho policial mais eficiente, foram criados, na Polícia Civil, o Departamento de Polícia do Consumidor, órgão de atendimento à economia popular, com 1.890 ocorrências registradas, o Posto Policial para a Mulher, junto à 1ª Delegacia Distrital da Capital, que visa ao combate à violência destinado à clientela específica, com 4.700 ocorrências registradas e os Núcleos de Atendimento Social que atuam

em algumas Delegacias Distritais como apoio à atividade policial, na prevenção e em casos pré-delituosos, dando atenção especial a famílias e menores.

Em continuidade ao empenho governamental contra a criminalidade, a Secretaria da Segurança Pública promoveu e obteve a colaboração dos Municípios e de mais de uma centena de Conselhos Comunitários Pró-Segurança Pública (CONSEPROs) para, em regime de co-participação, construírem novos prédios para a Polícia Civil e Brigada Militar. No quadriênio, conveniados ou não, foram construídos 72 prédios para a Polícia Civil e Brigada Militar, e estão em obras mais 34 prédios.

Paralelamente às atividades-fim e ao prosseguimento de operações exitosas, outras acrescentaram melhorias ao desempenho técnico-administrativo das corporações.

Na Polícia Civil, os sistemas de computação eletrônica de dados agilizaram o cadastramento de Veículos e Infrações (VIN), motorista, furto de veículos, serviços de protocolo e material e informações policiais. A implantação de seis Núcleos de Processamento de Dados (NDPs) em cidades do interior do Estado propicia o pronto atendimento na expedição de Cédulas de Identidade Civil e de Certificados de Propriedade de Veículos. Foram criados ainda na Polícia Civil 80 órgãos novos para descentralizar serviços.

Já na Brigada Militar, ao Sistema de Informações Operacionais foram incorporados o Subsistema de Ocorrências com terminais de computação nas quatro sedes de Comandos de Área e o Subsistema de Despacho de Patrulhas em Porto Alegre, reduzindo o tempo, via rádio, para o atendimento das solicitações do público — o fone 190 foi redimensionado para seis chamadas simultâneas. Foram criados ainda os Grupamentos Aéreos de Policiamento Ostensivo e de Busca e Salvamento, com o uso de helicópteros e Corporações de Bombeiros, na Capital e Interior do Estado.

Da mesma forma, tiveram continuidade as operações especiais: Golfinho, Volta à Escola, Papai Noel, Camarão (na Lagoa dos Patos, em apoio à SUDEPE) e “blitz” no trânsito.

Finalmente, a Secretaria da Segurança Pública buscou, em consonância com a ordem democrática restabelecida, o equilíbrio e o respeito aos direitos individuais do cidadão. A preocupação em tornar a cidade “mais humana e sem medo” foi preconizada no Programa de Governo 1983-1987, e todas as realizações da Pasta têm-se voltado para o cumprimento desse objetivo. O Rio Grande do Sul, como parte da Federação, espera o apoio financeiro da União, através do Mutirão Contra a Violência, para intensificar o combate ao crime, com maiores recursos operacionais às ações de policiamento preventivo e repressivo em todo o Estado.

2.6. — JUSTIÇA

2.6.1 — SECRETARIA DA JUSTIÇA (SJ)

A Secretaria da Justiça tem como principal objetivo o relacionamento do Poder Executivo com o Poder Judiciário e com o Corpo Consular. É também de sua competência o planejamento e a execução da política penitenciária do Estado e atividades a ela relacionadas, tais como os benefícios da liberdade condicional, do indulto e do serviço externo da população carcerária, além do registro dos atos do comércio e da indústria, do arquivamento da memória histórica do Rio Grande do Sul, das atividades de defesa do consumidor e do combate aos tóxicos.

Na Programação Setorial, baseada nas diretrizes de ação estabelecida pela atual Administração Estadual, procurou-se estabelecer na área do Sistema Penitenciário prioridades referentes não somente às obras exigidas pelo volume da demanda como também aos objetivos propostos pela política penitenciária vigente, qual seja, de centrar seus esforços prioritariamente na recuperação do apenado.

Dentro do inumerável elenco de problemas que afligem a sociedade moderna, a contenção da rede de violência é, inequivocamente, a que mais exige dos governantes soluções imediatas. A consciência dessa realidade é que obriga, a quem tem a responsabilidade de gerir os assuntos da área executiva penal, a reafirmar a necessidade de equivalência de tratamento com a área preventiva-repressiva, pois quanto maior o nível de eficiência desta, menor será o número de clientes na área da execução penal. Caso esta não estiver suficientemente aparelhada para suportar tamanha carga, via de regra, torna-se um realimentador permanente da área de origem e causa de criminalidade. Com base nessa premissa, a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) tem procurado, por todos os meios, agilizar seu sistema operacional buscando, principalmente, uma maior participação da sociedade na ressocialização do homem preso. Dentre as medidas adotadas nesse sentido, podemos destacar as seguintes: adequação das finalidades dos estabelecimentos penais, ora existentes, dos novos ordenamentos de execução penal; implantação do Projeto Redescobrir, visando sistematizar, viabilizar e executar a ação ressocializadora das penas privativas de liberdade e das medidas de segurança, nos aspectos sociais, educacionais, assistência à saúde e apoio ao trabalho prisional; encaminhamento ao Executivo de projeto para Reestruturação do Quadro dos Servidores Penitenciários; lançamento da campanha publicitária visando à ressocialização e readaptação do preso à sociedade, bem como ao chamamento de indústrias e comunidade para atuarem no Projeto Redescobrir; implantação do sistema de computação própria para o Sistema Penitenciário.

Na área de recursos humanos, a SUSEPE, através da Escola do Serviço Penitenciário, ministrou cursos regulares de formação e atualização do pessoal penitenciário, objetivando qualificá-lo para desempenhar suas tarefas dentro do Sistema Penitenciário do Estado. Cabe ressaltar, nesse aspecto, a realização de três cursos de formação de Agentes de Segurança Penitenciária, que formaram em sua

totalidade 415 novos agentes, o que serviu para diminuir sensivelmente a carência de pessoal nessa área até então em situação muito grave.

Ciente de que os meios para alcançar a ressocialização do homem preso são a educação, a saúde, o trabalho e a assistência social, a SUSEPE tem procurado intensificar sua atuação através de convênios, como os que foram efetivados com a Fundação Educar, Secretaria de Educação e Cultura do Estado, no âmbito da educação e com a Secretaria da Saúde e Meio Ambiente, Grupo Hospitalar Conceição e Santa Casa de Misericórdia na área de saúde. Embora a escassez de recursos para investimentos de maior impacto, pode-se verificar um aumento constante no número de cursos ministrados, especialmente os profissionalizantes de Supletivo de 1.º e 2.º Graus.

Faz-se necessário ressaltar também que, embora a disponibilidade de recursos orçamentários para fazer as reformas tenha sido modesta, foram realizadas 66 obras no período 1983-86, perfazendo um investimento total da ordem de Cz\$ 1,17 milhão, valor este quase que total, oriundo do Fundo Penitenciário. Isso só foi possível graças aos convênios firmados com as prefeituras, que foram responsáveis pelo fornecimento da mão-de-obra.

A Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul desenvolveu suas ações no sentido de modernizar os serviços que presta à comunidade empresarial gaúcha, investindo seus esforços, prioritariamente, na interiorização e automatização dos serviços de registro do comércio.

A interiorização dos serviços da Junta Comercial, iniciada em 1985, com a abertura de 19 Escritórios Regionais teve a sua operacionalização modificada no corrente ano, através da assinatura de convênios entre a Secretaria da Justiça e a Secretaria da Fazenda, para que os serviços executados pelos escritórios (autenticação de livros fiscais) passassem a ser executados pelas exatorias do ICM nos respectivos municípios.

Quanto à automatização, será concretizada totalmente em 1987, com recursos oriundos do Departamento Nacional do Registro do Comércio.

O Programa Estadual de Proteção da População e Defesa do Consumidor teve intensa atuação no corrente ano em decorrência da implantação do Plano Cruzado, e, principalmente, na divulgação mais intensa do Órgão através dos meios de comunicação e do intercâmbio com sociedades privadas, associações de bairros e demais entidades ligadas à proteção da população e à defesa do consumidor.

No Arquivo Público do Estado, iniciaram-se o reordenamento e a avaliação de seu acervo, com vistas à implantação do processo de microfilmagem, fator determinante na continuidade do órgão registrador da memória rio-grandense.

Logrou-se êxito, no que tange ao mesmo setor, nas gestões, visando liberar créditos orçamentários destinados à melhoria da rede elétrica do histórico prédio da rua Riachuelo, cuja fiação se encontrava em situação precária e com perigo de incêndio.

Cabe destacar, ainda, a elaboração de projetos para a construção de um novo pavilhão para o Instituto Psiquiátrico Forense Maurício Cardoso, além de refor-

mas, ampliação e melhoria de um dos pavilhões já existentes, os quais foram aprovados e contemplados com recursos de aproximadamente Cz\$ 6 milhões.

Paralelamente foram liberados Cz\$ 800 mil para vários projetos na área do Presídio Feminino Madre Pelletier e Cz\$ 3 milhões para a reforma e ampliação do Presídio de Bagé.

Deve ser salientada também, por sua repercussão, a realização do Seminário Nacional sobre Entorpecentes, que reuniu, em Porto Alegre, autoridades mundiais na matéria.

2.7 — MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

2.7.1 — PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA (PGJ)

A Procuradoria-Geral da Justiça (PGJ), órgão integrante do Gabinete do Governador do Estado, tem sua Administração Superior exercida pelo Procurador-Geral da Justiça, Conselho Superior do Ministério Público, Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público e Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Integram a Procuradoria-Geral da Justiça os quadros de Procuradores de Justiça, de Promotores de Justiça e de Pessoal Administrativo.

O Procurador-Geral da Justiça conta, como órgãos auxiliares, com a Assessoria Jurídica e a Secretaria.

A Assessoria Jurídica atuou em 1.195 processos que tramitam junto ao Conselho Superior de Magistratura, Tribunal de Alçada, Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.

Destaca-se também, em 2º grau, a atuação do Ministério Público em 7.295 processos.

O Conselho Superior do Ministério Público apreciou, em 38 sessões, 230 processos, versando matéria disciplinar, suspeição, estágio probatório, remoções, promoções e outros assuntos relacionados com o Ministério Público. O Órgão Especial do Colégio de Procuradores, em 11 sessões, apreciou 13 processos sobre matéria de sua competência.

Destacam-se, ainda, as eleições e posse dos Membros do Conselho Superior do Ministério Público, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores, bem como a posse dos 52 novos Promotores de Justiça.

À Corregedoria-Geral do Ministério Público coube supervisionar o estágio probatório de 52 bacharéis nos concursos para ingresso no Ministério Público; a organização do XV Curso de Orientação ao Estágio Probatório, a realização de 95 correições, a emissão de 133 pareceres e a expedição de 331 ofícios e circulares. Foram processados 53 expedientes administrativos, realizadas duas sindicâncias e recebidas duas representações.

Através do Gabinete de Pesquisa e Planejamento (GAPP), foram publicados quatro informativos e sumários, destacando-se 10 publicações avulsas de matéria jurídica de interesse do Ministério Público, e efetuado o atendimento de 358 consultas jurisprudenciais, doutrinárias e legislativas dos membros do Ministério Público. O GAPP atuou, ainda, no acompanhamento das decisões do Supremo Tribunal Federal nos Recursos Ordinários, Extraordinários e Agravos de Instrumen-

tos, oriundos do Rio Grande do Sul, em pesquisa jurisprudencial e em atividades legislativas, na alteração do Estatuto e na Lei Orgânica do Ministério Público, no Projeto de subemenda à Emenda Constitucional n.º 38/84, na elaboração de Portarias sobre atribuições do Ministério Público, nos processos de falência e concórdia em Sugestões a Parecer sobre os Novos Códigos Penal e de Processo Penal.

Em 1983 e 1984, foram realizados concursos para preenchimento de diversas vagas existentes no Quadro de Pessoal Administrativo.

O reaparelhamento administrativo do Ministério Público prosseguiu no período tanto no que diz respeito à substituição de material obsoleto como à ampliação da capacidade instalada, tendo-se adquirido móveis, máquinas, veículos e outros materiais permanentes, na quantidade de 358 peças. Destaca-se, ainda, a aquisição de um terminal de processamento de dados e terminais telefônicos.

Foram concluídas as obras de restauração e reformas das dependências do setor de reprografia, portaria e elevador.

Por outro lado, desenvolveram-se, no período, os entendimentos relativos à aquisição, pelo Estado, do prédio ocupado pela PGJ. O processo que trata do assunto, após tramitar pelo SOCIT, pelo IPERGS, pelas Secretarias da Administração e da Fazenda, encontra-se, presentemente, neste órgão a fim de ser apreciado.

A atividade do Ministério Público na 1.ª Instância, em matéria criminal, destaca a atuação em inquéritos policiais com o oferecimento de 27.409 denúncias, 39.478 pedidos diversos, além de 6.887 outros requerimentos inerentes às funções do Ministério Público. Registraram-se, ainda, em processos, 71.478 audiências assistidas, realizados 16.325 debates orais, 12.872 alegações finais e extinções de punibilidade, 11.120 promoções em processos sumários, a absolvição de 17.161 réus e a condenação de 10.689, bem como a interposição de 4.095 recursos e contra-razões.

A Promotoria atuou junto à Vara de Execuções Criminais com 8.509 promoções diversas, 506 outras atividades e 277 recursos e contra-razões.

Junto à Justiça Militar, ocorreu a intervenção em inquéritos com o oferecimento de 152 denúncias, 414 pedidos diversos, além de 84 outros requerimentos. Destacam-se, também, em processos, 431 audiências assistidas, 208 debates orais, 91 alegações finais e extinções de punibilidade, atuação em 223 processos sumários, absolvição de 206 réus e a condenação de 131, com a interposição de 79 recursos e contra-razões.

A Coordenadoria das Promotorias Criminais, no período, entre outras atividades, apresentou o seguinte movimento: atendimentos a 7.480 pessoas, registro de 1.038 ocorrências, formação de 2.444 expedientes, mais 4.648 intimações e intervenções diversas, incluindo-se acompanhamento de inquéritos, laudos, perícias, contra-razões de recursos, delitos de trânsito, atendimento a promotorias, localização de partes e testemunhas, além de 27 inquéritos promovidos.

Destaca-se, ainda, a atuação contra as imobiliárias, arbitrariedades policiais, cooperativas, delitos contra saúde pública, proteção à economia popular e ecologia.

Em matéria civil, registrou-se a atuação das Curadorias de Família e Sucês-

sões em 108.048 promoções diversas, como habilitações de casamento, separações consensuais e judiciais, divórcios, inventários, investigações de paternidade, tutelas e interdições, alimentos e adoções; massas falidas em 9.324 processos, incluindo habilitações e verificações de créditos, restituições de bens, concordatas, falências, reclamatórias trabalhistas, denúncias e 618 audiências assistidas, 156 recursos e pareceres. A Procuradoria das Fundações desenvolveu suas atividades fiscalizando o funcionamento de 195 fundações, 9 promoções diversas, no que concerne à destinação de seus patrimônios e às alterações institucionais, tendo em vista a observância da fidelidade operacional dessas entidades aos objetivos de seus instituidores, com 68 pareceres e inspeções; curadorias junto às Varas Cíveis em 31.784 processos, interposição de 1.681 recursos e pareceres; acidentes do trabalho com 1.294 atuações diversas e 307 recursos e pareceres. A representação do Ministério Público na Fazenda Pública Municipal registrou a atuação em 292 processos de execução, a interposição de 364 recursos e pareceres. Da mesma forma, na Fazenda Pública Estadual, registrou o movimento de 2.427 processos e 1.343 intervenções diversas. Na Fazenda Pública Federal, atuou em 5.435 processos e relativamente a menores houve 21.336 promoções diversas, destacando-se processos especiais contra menores, abandono, busca e apreensão, alvarás de autorização para o trabalho, adoções e guarda e responsabilidade de menores. Na Justiça do Trabalho, foram ajuizadas 8 reclamatórias trabalhistas e prestada assistência a empregados em 10.828 rescisões de contratos. Manifestou-se, também, o Ministério Público, em 713 ações penais e intervenções diversas junto à Justiça Eleitoral. Na Vara de Registros Públicos, atuou em 8.454 promoções diversas, sendo 5.880 na área do Registro Civil, 2.468 relativo ao Registro de Imóveis e 106 intervenções no Registro de Títulos e Documentos.

Nas Curadorias, foram assistidas 17.668 audiências e atendidas 91.092 pessoas.

O Ministério Público esteve presente a 104 sessões plenárias da Junta Comercial do Estado, destacando-se, ainda, a atuação em 75 recursos e pareceres.

A Coordenadoria das Promotorias Cíveis registrou 290 iniciais e intervenções diversas e 449 promoções diversas, atendendo a 2.598 pessoas. Manteve a Coordenadoria participação efetiva junto ao PRODECON. Equipe Sócio-Jurídica do Hospital Psiquiátrico São Pedro, Serviço Jurídico do Instituto Psiquiátrico Forense, Unidade de Assistência Judiciária da Procuradoria-Geral do Estado, Juizes do Cível e Família e Direção do Foro.

Com relação aos projetos especiais, concretizou-se a implantação de um sistema de processamento eletrônico de dados na PGJ, o que, além do significado de modernização administrativa, trouxe benefícios de economia de tempo e de pessoal, pela racionalização das atividades que desenvolve e pela agilização do exercício das funções institucionais do Ministério Público, com reflexos positivos na qualidade dos trabalhos que lhe são afetos.

Com relação aos projetos programados para o próximo ano, registra-se a instalação da Coordenadoria das Promotorias para Defesa Comunitária, com atribuição de diligenciar na defesa dos interesses difusos, promovendo inquérito civil e ajuizamento da ação civil de reparação de danos, prevista para janeiro. O projeto teve origem na promulgação, em 27 de julho de 1985, da Lei Federal nº 7.347, que disciplinou a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, outorgando preeminência à atuação do Ministério Público, em matéria de ação civil pública.

2.8.1 — PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO (PGE)

A Procuradoria-Geral do Estado, órgão integrante do Gabinete do Governador, tem, entre outros, os seguintes objetivos primordiais: a assistência jurídica ao Governador do Estado, aos órgãos da Administração Estadual e aos Municípios; a defesa judicial do Estado; a assistência jurídica gratuita aos necessitados; e, finalmente, a uniformização da jurisprudência administrativa estadual.

Compete à Assessoria Especial do Gabinete do Procurador-Geral do Estado o preparo dos mais variados assuntos de interesse do Órgão, tais como a elaboração dos ofícios dirigidos pelo Titular da Casa, sintetizando o conteúdo de pareceres, aduzindo razões e elaborando minutas de ofícios-pareceres, incumbindo-lhe, também, a preparação da pauta dos despachos com o Governador do Estado e a redação de portarias, despachos, notícias à imprensa, correspondências e demais atos do Procurador-Geral do Estado.

Ligada à Assessoria Especial está a Secretaria do Conselho Superior, à qual cabe a realização de todas as tarefas vinculadas ao superior colegiado do Órgão, bem como o controle da movimentação dos processos em tramitação no Conselho.

Na defesa do Estado em juízo, pertinente à matéria fiscal, a atuação da PGE proporcionou ao Estado vultosa arrecadação por execução fiscal.

Quanto à defesa judicial do Estado, com relação à defesa do domínio público, várias propostas de desapropriação movimentaram os serviços da Procuradoria, inclusive algumas ações relativas a imóveis localizados no interior, como o Parque da Guarita e o Pólo Petroquímico, e as relativas à Capital e arredores, tais como ampliação do Aeroporto Salgado Filho, Parque de Itapoã, Conjunto Habitacional da Fazenda Guajuviras (Canoas); contando também uma importante atuação na defesa da chamada Lei dos Agrotóxicos e das medidas administrativas referentes a sua execução. É significativo mencionar a ação de reintegração de posse movida contra a Arrozeira Brasileira S/A, para reaver gleba de terra desapropriada com o objetivo de construção do Aeroporto Internacional, assim como a defesa do Estado nas ações de indenização por falsificação de documentos provenientes do Arquivo Público, julgadas improcedentes, o que deu margem a uma economia de vultosas indenizações que somariam milhões de cruzados.

Referente à Chácara das Bananeiras, adquirida, no século passado, pela Administração Pública Estadual, considerável área (cerca de 400 ha) permaneceu entregue às condições da época, as quais não exigiam transcrição imobiliária com vistas ao domínio pleno. Na presente década, instada à regularização, a Administração, em propondo o pedido de registro, depara com um número cada vez maior de ações de usucapião incidentes sobre a referida gleba, feitos estes movi-

mentados por ex-integrantes da Força Policial Militar que, tendo acesso na condição de moradia sobre partes do imóvel, lá permaneceram, considerando-se com direito a reclamar a propriedade de tais partes.

A nomeação de novos Procuradores e, por conseguinte, a implantação de novas Procuradorias Regionais fez com que diminuíssem os problemas de atendimento a várias regiões do Interior, possibilitando que a defesa judicial do Estado seja efetuada em todas as comarcas.

A prestação de assistência judiciária aos necessitados é realizada por duas unidades: a Unidade de Assistência Judiciária, compreendendo a Capital e a *Grande Porto Alegre*, e a *Unidade de Assuntos do Interior*, compreendendo o restante do Estado.

No Interior, o serviço é prestado em várias sedes de Comarcas.

Verifica-se que, nos foros cíveis e criminais, foram atendidas, entre Interior e Capital, mais de 1.136.891 pessoas e ajuizadas cerca de 97.091 ações, sendo 55.881 findas, existindo ainda 60.160 processos em andamento até o mês de outubro do ano em curso.

Dos assuntos de pessoal debatidos em juízo, os de maior importância foram: parcela autônoma correspondente às antigas diárias de policiamento da Polícia Civil e da Brigada Militar (BM); equiparação de ferroviários inativos aos servidores da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA); extensão da Gratificação de Incentivo à Arrecadação (GIA) aos servidores contratados; e limite de idade para ingresso no serviço público.

É importante destacar neste ponto a expressiva vitória no Supremo Tribunal Federal (STF) no caso da interpretação do Acordo de Reversão Estado — União — RFFSA, logrando, dessa forma, modificar jurisprudência firmada há mais de 20 anos pelo STF que ocasionava grande prejuízo ao erário público estadual.

A assistência jurídica aos Municípios foi prestada através da emissão de pareceres escritos, em atendimentos a prefeitos e câmaras de vereadores. Foram promovidos debates, conferências e seminários, ampliando significativamente o número de consultas que chegaram à Procuradoria, não só oficialmente, mas também as realizadas verbalmente e por telefone, somando um total de 2.254. Destaca-se, outrossim, a publicação de um total de 10 boletins de assuntos municipais, pela CORAG, que contribui enormemente para divulgação dos serviços da PGE junto aos Municípios.

Motivado por sugestão feita durante o Encontro de Prefeitos Gaúchos, por ocasião da Festa da Uva em Caxias do Sul, foi pela Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS) encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado projeto de emenda à Constituição Estadual, objetivando estabelecer, no artigo n.º 153, regras para a fixação de remuneração dos cargos eletivos municipais, especialmente o Executivo. A referida Emenda, que recebeu o número 40, constituía legítima e antiga aspiração dos municipalistas gaúchos.

Foi realizado, em Passo Fundo, o VI Congresso Estadual de Municípios do Rio Grande do Sul, versando sobre o "O Município e a Constituinte".

Merece destaque a participação da Unidade de Assistência Jurídica aos Municípios que ministrou um Curso de Direito Municipal junto à Escola Superior de Advocacia — OAB/RS.

Quanto às atividades de consultoria à Administração Estadual e Municipal, foram emitidos 2.529 pareceres sobre diversos temas, entre os quais: regime jurídico do magistério público, eleições da mesa de câmara de vereadores, limite de idade para investidura em cargos de comissão, definitividade das decisões do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, cobrança de sobretarifas sobre os serviços de telecomunicações, reajuste semestral dos salários (convenção coletiva) período pré e pós-eleitoral de 1985, microempresas, efetivação e estabilidade de servidores CLT; incorporação de funções gratificadas; processo de escolha de diretores das escolas estaduais com participação da comunidade escolar; e competência do Conselho Administrativo da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Na área de informática jurídica, foram efetuadas 483 pesquisas jurídicas, sendo de 824 o número de informações sobre jurisprudência administrativa estadual, em processos encaminhados à PGE para parecer.

Foi feito o planejamento e organização do Seminário de Pessoal da Administração Estadual, bem como desenvolvido, em comemoração ao Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, um Ciclo de Palestras sobre Aspectos Jurídicos da Revolução Farroupilha que contou com a honrosa participação de ilustres historiadores gaúchos.

De 1983 a 1986, editaram-se os números 36 a 44 da Revista da Procuradoria-Geral do Estado, assim como os Ementários de Pareceres relativos aos anos de 1982, 1983, 1984 e 1985, ambos impressos na Companhia Riograndense de Artes Gráficas (CORAG). Com edição interna, devido aos altos custos, foram publicados os números 23 a 64 do Boletim Informativo do Instituto de Informática Jurídica.

Cumprir destacar o importante trabalho realizado junto ao Terminal de Computação, num total de 152.772 informações de andamentos processuais, assim como os empréstimos realizados pela Biblioteca, totalizando 27.669 e 78.965 de atendimentos a consultas verbais.

À Procuradoria de Processo Disciplinar (PPD) compete realizar processos administrativo-disciplinares instaurados para apurar responsabilidade de servidores da Administração Estadual, à exceção daqueles sujeitos ao regime jurídico especial.

Da mesma forma, procede com relação aos servidores da Administração Indireta, sempre que houver solicitação do titular do Órgão interessado e mediante determinação do Procurador-Geral.

Compete-lhe, também, com a exceção apontada, apreciar e julgar pedidos de renovação de instância administrativa, em caso de revisão processual.

Cabe ainda à PPD: emitir parecer nos processos administrativo-disciplinares; assegurar defesa aos indiciados revéis ou que não tenham condições de constituir defensor; exercer outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas ou delegadas.

No exercício de tais atribuições, somente de janeiro a outubro de 1986 foram elaborados 25 processos administrativo-disciplinares, quatro sindicâncias e emitidos 42 pareceres.

Através da Portaria n.º 143, de 04 de agosto de 1986, foi criada a Corregedoria que funciona com a preocupação básica de organizar as atribuições previstas na estrutura da PGE. Há muito se fazia necessária a instalação desse órgão, principalmente após a edição da Lei Estadual n.º 7.705/82 — Estatuto dos Procuradores do Estado do Rio Grande do Sul. Foram designados três Procuradores para as funções de Corregedor e Auxiliar.

A principal finalidade da Corregedoria consiste em serviços de orientação, avaliação e disciplina dos integrantes da carreira de Procurador do Estado. Entre tais encargos, destacam-se: inspeção e correição nos órgãos da Casa; emissão de pareceres sobre o estágio probatório; manifestação sobre a atuação dos Procuradores concorrentes à promoção por merecimento; expedição, após aprovação do Procurador-Geral, de provimentos visando à simplificação e ao aprimoramento dos serviços da PGE.

2.9 — AGRICULTURA

2.9.1 — SECRETARIA DA AGRICULTURA (SA)

Apesar das limitantes com que o Setor Primário rio-grandense se deparou nos últimos anos — enchentes, estiagens e desestímulos de uma política econômica agrária —, não se pode ignorar a importância de sua representatividade no contexto nacional.

Sem dúvida, o País se ressentiria caso a oferta de grãos oriunda do Rio Grande do Sul se retraísse. Não é possível esquecer que recentemente ela foi significativa de um quarto da produção nacional.

O crescimento da produção, que em grande parte do território nacional pode se processar horizontalmente, isto é, na ocupação de terras, no Rio Grande do Sul precisa seguir a via do aumento da produtividade. Com essas limitações presentes, paralelamente ao desejo de se ajustar a agropecuária rio-grandense aos justos anseios da sua classe produtiva, a Secretaria da Agricultura adotou medidas políticas de apoio ao setor.

Na área de planejamento agrícola, a SA inicia a implantação de um Plano de Informática, incluindo órgãos vinculados, bem como empresas relacionadas. A finalidade é dotar a Pasta de um serviço de processamento integrado, evitando a duplicação de rotinas e custos, obtendo-se, assim, informações mais confiáveis e em tempo hábil para que possam ser utilizados no planejamento agrícola estadual.

Quanto ao abastecimento, visando não só oferecer alimentos mais baratos aos consumidores, como também dar condições para que os pequenos produtores aumentem sua renda, instituiu-se o Conselho Estadual de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul (CONEA) para desempenhar a função de implementar o Programa de Abastecimento de Hortifrutigranjeiros no Estado, promovendo o abastecimento na Região Metropolitana e nas cidades de grande e médio portes do interior, promovendo a utilização produtiva de terras ociosas e o aproveitamento de mão-de-obra local, com benefícios nutricionais e financeiros aos consumidores.

Pelo Comitê de Agroindústria, no sentido de incluir na pauta dos preços mínimos o pêssego, salientam-se as negociações que, por interesse das indústrias e dos produtores, se realizaram no período 1983-86, além da coordenação de negociações entre produtores e industriais na formação de preços para comercialização das safras de morango, pêssego, aspargo e cebola, assim como da uva e da maçã.

Desempenhando papel de fundamental importância, tanto no abastecimento interno quanto gerador de divisas e de empregos, a produção animal é base tradicional e real da economia gaúcha. Para obter importantes ganhos de produtivida-

de e de qualidade dos rebanhos, a defesa sanitária animal torna-se um segmento fundamental. Para tanto, promoveu-se, no período 1983-86, a vacinação de ternsiras contra a brucelose, com a utilização de 2.601.044 doses; vacinação dos herbívoros contra a raiva, com 854.757 doses; vacinação bovina contra a febre aftosa, com 120.678.119 doses; e vacinação de suínos contra a peste suína clássica, com 5.153.624 doses. Além da vacinação, foram realizados 546.800 testes e diagnósticos sobre *brucelose e tuberculose animal* e treinadas 795 pessoas na área de defesa sanitária.

Para fomentar o uso da inseminação artificial, prática que promove o aprimoramento zootécnico do rebanho, foram produzidas 544.530 doses de sêmen, distribuídas 592.421 doses nos municípios do Estado e promovidos 98 cursos para inseminadores.

Destaque especial deve ser dado à realização de 202 feiras de terneiros, 317 exposições e feiras municipais realizadas em todo o Rio Grande do Sul — Exposição Internacional de Animais (EXPOINTER), cujo comparecimento e comercialização de animais, especialmente na última, superaram todas as expectativas, com o comparecimento de 4.488 animais e comercialização de 1.959 cabeças.

Salienta-se, ainda, a instalação da Delegacia Veterinária Regional em Bento Gonçalves; a implantação do sistema de informações por microcomputadores na vigilância epidemiológica; a criação de 36 Clubes de Integração e Troca de Experiências (CITEs); a realização de convênio com Santa Catarina para combate à raiva dos herbívoros; a construção do laboratório de tipagem sangüinea que entrará em funcionamento em janeiro de 1987; a construção de novo Banco de Sêmen; e a construção de pavilhão no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil (PEEAB) para equinos.

No período 1983-86, na área de pesquisa agropecuária, foram aprovadas pelo Conselho Regional de Avaliação de Cultivares de Trigo quatro novas variedades (RS.1-SENIX RS.2-SANTA MARIA; RS.3-PALMEIRAS e RS.4-IBIRAIARAS). Salienta-se, ainda, o lançamento de dois híbridos de milho (SAVE. 342-A tardio e SAVE. 394 precoce). Foram lançadas a cultivar de trigo BUTUI, a cultivar de soja IPAGRO 21, a cultivar da cebola PETROLINI e cultivares e gramíneas forrageiras de estação fria.

Na área de defesa sanitária, destaca-se o lançamento da vacina oleosa antiaftosa, com uma produção de 6.038.265 doses; a produção de 3.757.586 doses de vacina contra a brucelose; a produção de 7.113.000 doses de antígenos equivalente à antiaftosa; e a produção de 8.334 doses de vacina contra a papilomatose.

Merece especial registro o desempenho da produção de mudas de essências florestais nativas e exóticas, num total de 3.994.195 mudas de espécies diversas, visando ao reflorestamento no Estado.

No Programa de Melhoramento Genético, implantou-se o Projeto de Melhoramento de Suínos da raça Duroc, na Estação Experimental Zootécnica de Tupanciretã, que complementou-se na Estação de Avaliação de Suínos, em Santa Rosa.

Quanto à prestação de serviços na área de pesquisa, destaca-se a realização de

132.351 determinações químicas de solo; 63.926 análises de sementes de espécies agrícolas e forrageiras; 9.022 análises de adubos e calcário; exames de parasitologia; além da montagem de laboratório que permite produzir doses de "Baculovirus anticarsia" para o controle biológico da lagarta da soja.

Procedeu-se no período ao início do funcionamento da retorta para a produção de carvão vegetal (Viamão, Encruzilhada e Santa Maria) e à inauguração da Unidade de Tratamento de Madeiras na Estação Experimental de Santa Maria.

Nas ações efetivadas com fundamento na preservação e uso adequado dos recursos naturais renováveis, representados pelo solo, flora, fauna e água, que tiveram registro destacado no período 1983-86 foram: a produção de 6.120.186 mudas de essências florestais nativas e exóticas; a coleta de 16.756 kg de sementes utilizadas para a produção de mudas e intercâmbio da Bolsa de Sementes; e a implantação e assistência técnica a 54 viveiros municipais. No intuito de promover suas atividades nessa área, possibilitaram-se 4.266 entrevistas a emissoras de rádio; 2.186 artigos para jornais e revistas e 190 entrevistas à televisão.

Desenvolveu-se a recuperação de 50 hectares de áreas desérticas, reflorestamento de 1.755ha em pequenos e médios estabelecimentos agrícolas, assistência a 14.607 agricultores do Estado, fixação de 226.616m² de dunas, arborização de 339.484m² no litoral e garantiu-se a preservação de 37.662ha de parques e reservas florestais.

A preocupação pela educação motivou a realização de 80 cursos para 4.132 técnicos, professores, agricultores e estudantes; realização de 1.633 palestras, publicação de livros, folhetos e "folders", totalizando 337.500 unidades; realização de cinco Congressos; quatro concursos e seis campanhas em educação ecológica.

Como pontos destacados, registra-se, em 1986, a realização do 2º Congresso Estadual de Educação Ecológica, em Ibirubá, e a publicação do Plano de Manejo do Parque Forestal Estadual de Espigão Alto.

Através da Coordenação do Programa de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis (PRÓVARZEAS/RS), que visa incorporar ao processo produtivo, pela irrigação e drenagem, áreas não utilizadas ou subutilizadas pela agricultura, usando crédito dirigido e tecnologia adequada a cultivos não tradicionais, como milho, sorgo, feijão, soja e outros, foram drenados 31.381ha e sistematizados 66.864ha, totalizando 98.381ha de área beneficiada. Foram abrangidos pelo programa 1.467 produtores, dos quais 1.052 utilizaram recursos próprios, beneficiando uma área de 18.262ha, e 415 produtores, com a utilização de recursos bancários, melhoraram uma área de 80.119ha.

Na área de promoção e fomento vegetal, oportunizou-se a assistência a 52.955 agricultores em 1.375.090ha; a produção de sementes fiscalizadas através de 20.327 inspeções em 273.102ha; a produção de semente básica e certificada através de 1.830 inspeções em 44.946ha; a produção de mudas fiscalizadas de frutíferas através de 1.354 inspeções nos 10 pólos de abrangência, totalizando 8.062.413 mudas; inspeção de 2.263.289 plantas cítricas; erradicação de 1.033.583 plantas cítricas em 57.373 propriedades, em 33 municípios, na Campanha Nacio-

nal de Erradicação do Cancro Cítrico; e inspeção em 4.037 matas no controle ao "Serrador da Acácia Negra". Procedeu-se ao desembaraço de 1.192.636.071 litros de vinho e derivados para a comercialização e, ainda, com o objetivo de promoção e fomento, realizaram-se 42 cursos em mecanização agrícola e 59 em apicultura.

Quanto à produção vegetal, cabe salientar a inauguração da Unidade de Beneficiamento de Semente de Cebola em Rio Grande; a elaboração do projeto de estudo para controle biológico do "Serrador da Acácia Negra"; e a conclusão das obras do Laboratório de Enologia de Garibaldi.

Objetivando o desenvolvimento da aquicultura e pesca no Estado, procedeu-se ao intercâmbio técnico com a Província de Shiga (Japão), com treinamento de três técnicos nas estações de piscicultura e assessoria a quatro consultores japoneses e visita ao Estado; foi firmado Termo de Ajuste com os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, estabelecendo programa de intercâmbio e *cooperação técnica nas áreas de fomento, pesquisa e extensão.*

Procurando impulsionar a pesquisa no setor pesqueiro, foram firmados acordos técnicos com a Fundação Universitária de Rio Grande e com a União Gaúcha de Criadores de Rãs. Desenvolveram-se, ainda, trabalhos de pesquisa em espécies de alto valor comercial, como camarão, bagre e outras.

Iniciou-se o Programa de Controle ao Borrachudo, juntamente com a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, povoando com 200.000 alevinos de jundiá os rios da serra gaúcha, promovendo, assim, a erradicação através de controle biológico.

Visando ainda ao desenvolvimento do setor pesqueiro, pode-se citar a ampliação das instalações de produção, atingindo 1.300.000 alevinos, 1.100.000 larvas de peixes, 300.000 girinos de rã-touro gigante (distribuídos a produtores e 20 prefeituras), assistência e orientação a 7.500 produtores, realização do I Simpósio da Pesca no Rio Grande do Sul, instalação do Comitê de Fiscalização da Pesca, criação do Conselho Estadual da Pesca, publicações e promoção de cursos de piscicultura e ranicultura.

Destaca-se ainda, no período, a realização do V Encontro Nacional de Ranicultores, atuação no Projeto Pró-Pescador Artesanal com a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), Federação de Pescadores e Fundação Educacional Padre Landel de Moura (FEPLAN), participação efetiva no combate à pesca predatória, em especial nas Lagoas dos Patos e do Peixe.

A Secretaria da Agricultura, desde 1941, em convênio com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vem elaborando o mapa geral do Rio Grande do Sul, e, a partir de 1982, essa atividade é de sua exclusiva responsabilidade. A pesquisa geográfica e a elaboração de mapas contituem-se numa reconstituição histórica da evolução municipal, evolução da criação de cidades, implantação de rodovias, cálculos das áreas de cada município, informações estas que permitem o planejamento em vários níveis, dando suporte a outras atividades e projetos no âmbito governamental e no Setor Primário.

No período 1983-85, foram executados 15.000 mapas com cidades, vilas, rede

de transporte, divisões municipais e hidrografia; 10.000 mapas básicos com hidrografia, cidades e vilas; 10.000 cartogramas com divisões municipais; 29.000 mapas sistemáticos; 10.000 morfológicos, 5.000 de classificação de solos; e foram revisados os cálculos das áreas de todos os municípios do Estado.

Em 1986, foram elaborados 30.000 mapas morfológicos com rede rodoviária, 5.000 das microrregiões homogêneas e iniciada a elaboração de 10.000 mapas com diagrama morfológico.

Visando à melhoria da infra-estrutura de produção, a SA, de 1983-85, construiu 46 barragens, 3.425 açudes e bebedouros, 346.798m de canais para drenagem e irrigação, microssistematizou 93ha, subsolou 1.186ha, terraplenou 705ha, perfurou 690 poços tubulares profundos, beneficiando um total de 3.788 propriedades do Estado.

Em 1986, foram beneficiadas 1.728 propriedades rurais em 94 municípios, com a construção de nove barragens, que serão usadas para irrigação de lavouras de arroz, milho e batata, principalmente. Foram construídos 1.334 açudes e bebedouros, 17.380m de canais para drenagem e irrigação, subsolagem de 1.138ha, perfuração de 202 poços tubulares profundos destinados à captação de águas subterrâneas para consumo humano, piscicultura, dessedentação animal, irrigação de pequenas culturas de subsistência em pequenas propriedades rurais.

Tendo em vista os movimentos reivindicatórios de agricultores sem-terra surgidos no Estado, a SA vem desenvolvendo esforços no sentido de promover acesso à terra a esses segmentos mais carentes, através de assentamentos e reassentamentos agrários. Foram assentadas 346 famílias (oriundas de Ronda Alta, Passo Real e Estrada Fortaleza), em 4.358ha. Essas áreas receberam toda a infra-estrutura agrária por parte da Pasta, estando todas em processo de produção. A área foi parcelada e demarcada em 436 lotes; foram abertos cinco poços artesianos e colocadas caixas d'água, catavento para abastecimento, tendo, assim, ponto de água potável; foi promovido reflorestamento, distribuídas sementes via EMATER, no sistema de troca, e promovido o fornecimento de 3.464 ranchos alimentares aos colonos em processo de assentamento.

Cabe salientar que, na safra 1984/85, foram colhidos nos projetos da SA 89.161 sacos de soja, 53.926 sacos de milho, 1.361 sacos de feijão e 689 sacos de arroz.

As 19 famílias remanescentes do Acampamento da Encruzilhada Natalino foram assentadas em áreas individuais e, com o assessoramento da SA e convênio assinado entre Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A (BANRISUL) e Fundo de Terras do Rio Grande do Sul (FUNTERRA), adquiriram suas áreas com todas as benfeitorias e terra hortada.

Destaque especial deve ser dado à aprovação pela Assembléia Legislativa do Projeto-Lei instituindo o FUNTERRA/RS e à expedição de 3.963 títulos de propriedades, legalização de 28 lotes, concessão de 2.616 lotes a ocupantes de terras devolutas e a inauguração da Escola da Agrovila do Projeto IX de assentamento em Taquari, promovido pela Secretaria da Agricultura.

Diversos eventos foram realizados em 1985, por ocasião da comemoração do

50º aniversário de criação da Secretaria da Agricultura, destacando-se a instalação do Museu da Secretaria da Agricultura.

2.9.2 — EMPRESA RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER/RS)

As ações da Empresa Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural, no período 1983-86, concentraram-se nos pequenos e médios produtores, dando ênfase também à atuação junto à juventude e à mulher rural. No período de 1983 a 1985, foram atendidos 188.335 produtores, 106.482 famílias e 37.767 jovens sem repetição, e em 1986 esse público constou de 148.949 produtores, 36.326 jovens e 107.248 famílias que se beneficiaram de ações de organização rural, transferência de tecnologia agropecuária e gerencial, aprendizagem agropecuária, social e comunitária e de ações nas áreas de alimentação, higiene, saúde e habitação.

Como resultado dessas ações, observa-se, no período, um diferencial de produtividade entre os produtores assistidos e os não assistidos, que variou de 4% na cultura do arroz, de 20 a 74% nas grandes culturas (trigo, soja, mandioca, milho, sorgo e batata) e até mais de 150% em cultivos especializados como o tomate e o morango. Também na produção animal observaram-se diferenças significativas entre os produtores assistidos e os não assistidos, que variaram desde 10% adicionais em produtividade lã/cabeça/ano em ovinos a mais de 100% em produção de leite/vaca/ano.

Os extensionistas da EMATER/RS, no período, concentraram a maior parte de seus esforços no sentido de introduzir nas propriedades dos produtores assistidos, tecnologias de baixo custo, sendo que entre estas podem ser citadas a do desmame antecipado em bovinos de corte, adotada por 2.791 produtores no período 1983-85, e por 916 produtores em 1986; manejo e utilização de adubo orgânico, realizada por 61.124 produtores em 156.159ha no período 1983-85 e por 22.665 produtores em 1986; utilização de ração caseira na alimentação de bovinos de leite, por 12.403 produtores no período 1983-85 e por 4.292 em 1986; na alimentação de suínos por 18.491 produtores no período 1983-85 e por 3.901 em 1986.

Além da busca da produção e da produtividade, cabe destacar a preocupação quanto ao abastecimento. Visando a diminuir a dependência do Estado da importação de produtos hortigranjeiros, a EMATER/RS intensificou seus trabalhos a nível de produção e na organização dos produtores para a comercialização em feiras, mercados e pontos de venda. No período 1983-85, 70% dos 192 municípios de atuação da EMATER/RS contavam com feiras que comercializaram cerca de 4.500t/mês de produtos hortigranjeiros. Em 1986, 80% dos 192 municípios já contaram com feiras, comercializando cerca de 50.000 toneladas de produtos no ano. As feiras do litoral comercializaram, nos meses de janeiro e fevereiro de 1985, cerca de 2.600 toneladas de produtos hortigranjeiros, beneficiando cerca de 1,3 milhão de consumidores, e em janeiro e fevereiro de 1986 foram comercializadas 3.600 toneladas, beneficiando cerca de dois milhões de consumidores.

As ações de conservação e recuperação dos recursos solo e água passaram a ser feitas de forma integrada e abrangente, através da mobilização de comunidades, da concentração de esforços e recursos e do manejo integrado solo-culturas. No período 1983-85, foram beneficiados 53.446 produtores, com uma área de 751.539ha e, no ano de 1986, 46.000 produtores com uma área de 633.000ha. As

ações conservacionistas, com concentração de esforços e recursos, abrangeram, em 1984, oito microbacias; em 1985, 37 microbacias; e, em 1986, 51 microbacias e comunidades, em 40 municípios.

Quanto ao reflorestamento, objetivou-se reduzir o déficit florestal, através de convênios para a instalação de viveiros, da assessoria técnica junto aos mesmos e na implantação das mudas, e na conscientização de produtores, jovens e escolares sobre a necessidade do plantio de essências florestais e sua preservação. No período 1983-85, foram implantados 270 viveiros e reflorestada um área de 8.766ha e, em 1986, instalados 116 viveiros e reflorestadas 10.050ha.

Na área de defesa sanitária vegetal, buscou-se, através de métodos integrados, assegurar o desempenho produtivo das culturas, a qualidade da produção, a preservação do meio ambiente e a redução dos riscos de intoxicação por pesticidas. Nessa área, no período 1983-85, foram assistidos 28.606 produtores e, em 1986, 25.739. Esses produtores construíram, em 1986, 516 depósitos de lixo tóxico tanto a nível de propriedade como a nível comunitário, 564 postos especiais para o abastecimento de pulverizadores tanto na forma individual como na forma comunitária, 1.497 depósitos de defensivos e 1.936 produtores foram capacitados em aplicação de defensivos. No período de 1983 a 1986, foram emitidos 55.334 receituários agrônômicos, contribuindo significativamente para a racionalização do uso de agrotóxicos e a diminuição dos casos de intoxicação.

Dentro do objetivo de reduzir os riscos de utilização dos defensivos, a EMATER/RS iniciou no período 1983-85 o Projeto Baculovírus, visando agilizar o processo de produção e distribuição de doses de vírus da lagarta aos sojicultores interessados.

As ações foram desenvolvidas de forma integrada com a EMBRAPA, FECOTRICO, IPAGRO, e, no período 1983-85, o controle da lagarta com Baculovírus atingiu 4.834 produtores, numa área de 57.224ha. E somente na safra 1985/86, 7.834 produtores, numa área de 115.316ha, fizeram o controle da lagarta através do Baculovírus, representando uma economia de mais de Cz\$ 16 milhões.

O desenvolvimento dos programas de promoção social tem em vista a melhoria das condições de saúde, alimentação e nutrição, tidas como expressão de qualidade de vida e também como condição relevante no processo de desenvolvimento do meio rural. As ações tiveram como público preferencial as famílias de agricultores de baixa renda e se concentraram: na produção de alimentos através de hortas, hortões domésticos, hortas escolares, pomares domésticos e escolares; consumo adequado de alimentos; industrialização caseira de alimentos; armazenagem caseira de alimentos; melhoria da merenda escolar; melhoria do abastecimento de água; saneamento básico; saúde oral; prevenção de doenças e acidentes; melhoria da habitação; e artesanato. No período 1983-85, 56.990 famílias e 68.964 alunos beneficiaram-se com a adoção dessas práticas e, em 1986, 49.066 famílias e 57.688 alunos.

Finalmente, junto à juventude rural, foi desenvolvido um trabalho que tem como princípio fundamental a participação desde o processo decisório até a fase de execução. No período 1983-85, a EMATER/RS trabalhou junto a 1.100 grupos, abrangendo 39.240 jovens e, em 1986, suas ações desenvolveram-se junto a 882 grupos, atingindo 36.326 jovens.

No elenco de programas de apoio à produção, a EMATER/RS buscou o desenvolvimento e a melhoria da infra-estrutura de produção, especialmente de alimentos básicos, com vistas à maior capacidade, eficiência e estabilidade do processo produtivo.

Entre as ações que se destacaram no período, ressalta-se o Programa de Irrigação e Drenagem que promove o melhor aproveitamento das várzeas e das áreas irrigáveis com o objetivo de aumentar a produção de alimentos básicos para consumo interno e a renda líquida dos produtores.

Esse programa, através de 1.089 projetos com um custo de investimentos relativamente baixo por hectare, colocou em processo produtivo 18.434ha de pequenos produtores, elevando significativamente seus níveis de produtividade e renda. Em 1986, de janeiro a novembro, foram implantados 264 projetos e recuperada uma área de 5.937ha.

Na área de fontes alternativas de energia, deu-se continuidade à difusão de conhecimentos e experiências no aproveitamento da energia eólica, solar e hidráulica e no aproveitamento de resíduos orgânicos para a produção de adubo e para a produção de gás através de biodigestores.

No apoio aos pequenos produtores com nível mais acentuado de carência, a EMATER iniciou em 1984 e deu continuidade em 1985 e 1986 ao acompanhamento e assistência técnica a produtores em dois programas, ambos com recursos do FINSOCIAL, repassados pelo BNDES.

No primeiro deles, procurava-se viabilizar, através do apoio financeiro, a recuperação da capacidade produtiva de mini e pequenos produtores. Na safra 1984/85, foram beneficiados 2.458 produtores para os quais foram elaborados 1.553 planos de crédito. E na safra 1985/86, foram aplicados Cz\$ 9 milhões, beneficiando 83.258 pequenos produtores com a distribuição de 2.181.000kg de sementes.

No segundo programa, com o objetivo de promover a Renovação Genética de Culturas de Baixa Renda, no período 1984/85 foram distribuídas 1.400t de sementes de milho, 400 de feijão, 80 de arroz sequeiro e 600m³ de manivas de mandioca. No ano de 1986, foram reaplicados Cz\$ 5 milhões, beneficiando 31.000 pequenos produtores com a distribuição de 54.720kg de sementes de milho, 77.920kg de sementes de arroz sequeiro, 616.000kg de sementes de feijão, 172.650kg de sementes de batata-inglesa, 36.150kg de sementes de trigo e 190,5m³ de ramas de mandioca.

Para resolver a dificuldade do pequeno produtor, em termo de escala, na produção, na compra de insumos ou na comercialização de seus produtos, tem sido sugerida a organização dos produtores. Nesse sentido, foram organizados, no período, 511 núcleos de cooperativas e 41 associações de Prestação de Serviços e Assistência Técnica (APSATs), objetivando a prestação de serviços mecanizados, a produção de suínos e a criação de rãs.

O trabalho de organização e educação associativa é desenvolvido, inclusive, junto aos 816 produtores beneficiários dos 14 assentamentos no Estado. Os produtores desses assentamentos foram beneficiados no ano de 1986, com recursos do FINSOCIAL no valor de cerca de Cz\$ 6,2 milhões, através da elaboração de 464 planos de "crédito rural orientado" pelos extensionistas da EMATER/RS.

Na área de agroindústria, deu-se continuidade à assistência à indústria de laticínios, a abatedouros, a frigoríficos, ao beneficiamento de vinho, ao processamento de frutas, de mel e à armazenagem frigorífica. As ações abrangem desde a transferência de tecnologia até a elaboração de projetos técnico-econômico-financeiros e a assistência administrativa.

No que se refere ao "crédito rural orientado", os produtores assistidos pelos extensionistas da EMATER/RS foram beneficiados através de planos para custeio, investimento e estocagem de boi-em-pé, trabalho realizado em convênio com o Banco do Brasil, BANRISUL, Banco Meridional e Caixa Econômica Estadual, proporcionando, através da assessoria técnica, maior segurança de retorno aos recursos aplicados. No período 1983-85, foram elaborados 16.356 planos de "crédito rural orientado", no valor de mais de Cr\$ 62 bilhões; no primeiro semestre de 1986, foram elaborados 2.923 planos no valor de mais de Cz\$ 93 milhões, estimando-se que, no segundo semestre de 1986, serão elaborados 1.852 planos no valor de mais de Cz\$ 59 milhões. Com recursos do FINSOCIAL foram elaborados, no período 1984-85, 1.552 planos de "crédito rural orientado", no valor de mais de Cr\$ 5 bilhões. Para o ano de 1986, foi prevista a elaboração de 80 planos de "crédito rural orientado", no valor de Cz\$ 3 milhões, beneficiando 277 pequenos produtores aproximadamente.

Ainda na área de crédito rural, a EMATER/RS tem sido solicitada a realizar levantamentos e perícias junto a agricultores prejudicados por eventos climáticos, visando à cobertura pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO). No período 1983-85, foram realizadas 13.017 perícias e, no ano de 1986, recebidas 7.133 solicitações de perícias, tendo sido realizadas, até outubro, 9.865 perícias (preliminares, finais e únicas).

Para o ano de 1987 está prevista a intensificação das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural em assentamentos, no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária, bem como, na execução do Plano de Metas do Governo Federal, especialmente nas áreas de Irrigação e Drenagem, Conservação do Solo em Microbacias e Armazenagem Individual e/ou comunitária.

Será enfatizado o trabalho educativo junto aos produtores e às famílias rurais, a sua organização em grupos, clubes, associações, tanto formais como informais, para a resolução dos seus problemas e a busca de uma maior integração com todas as entidades que, de uma forma ou outra, atuam no meio rural.

O enfoque de trabalho será o de integrar-se na promoção do desenvolvimento do meio rural e de suas comunidades, conduzindo; para tanto, de forma equilibrada, as ações que têm como objetivo o aspecto econômico produtivo e aquelas que dizem respeito ao aspecto social, melhoria da qualidade de vida e preservação do meio ambiente.

2.9.3 — COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS (CESA)

Cumprindo seu papel de órgão executor da política oficial de guarda e preservação de safras agrícolas do Rio Grande do Sul, a Companhia Estadual de Silos e Armazéns, orientou seus objetivos no sentido de proporcionar um melhor equilíbrio entre a oferta e a demanda de armazenagem. Desse modo, além de assegurar a perfeita regularização dos canais de comercialização, proporcionou, incontestavelmente, o fortalecimento do Setor Primário do Estado.



Com uma rede de unidades com aproximadamente 664.300 toneladas de capacidade estática a meio ambiente e 66.000m³ a ambiente controlado, a CESA está presente em 28 localidades, abrangendo, nas suas respectivas áreas de influência, a produção de mais de 170 Municípios.

Desenvolvendo uma operação integrada com as unidades coletoras e os terminais portuários, que representam a última etapa no processo de escoamento dos excedentes exportáveis das safras gaúchas, a CESA tem consolidado sua posição como elemento fundamental no contexto agrícola estadual.

Aliado a esse aspecto, o permanente aperfeiçoamento dos seus serviços tem resultado numa elevada qualificação, tanto a nível de instalações como de estrutura técnico-administrativa.

Esses fatores concorreram decisivamente para consolidar a credibilidade que as classes produtoras e os usuários em geral conferem à CESA.

No período 1983-86, ingressaram na rede de silos e armazéns da CESA 5,3 milhões de toneladas de grãos, o que significa uma rotação média anual duas vezes a sua capacidade estática instalada.

Diversos foram os produtos que contribuíram para a formação desse resultado, destacando-se dentre eles o trigo, a soja e o milho, que representaram aproximadamente 76,5% dos recebimentos globais.

A movimentação geral de todo o complexo armazenador da CESA, exclusivamente para grãos, alcançou, no período considerado, o montante de 48,7 milhões de toneladas, o que representa uma média anual superior a 12,0 milhões de toneladas.

Nesse mesmo período, as Unidades Frigoríficas Polivalentes de Caxias do Sul e Regional do Sul (Capão do Leão), que juntas perfazem uma disponibilidade de 66.000m³ de capacidade de estocagem, foram responsáveis pela movimentação física de 29.456 paletes e 7.127 toneladas de produtos resfriados e 33.626 paletes e 6.749 toneladas de produtos congelados.

Em termos globais, a Empresa manteve — em média — um universo superior a 15.000 clientes/ano.

Outrossim, considerando-se somente o período compreendido entre os meses de janeiro a outubro de 1986, o desempenho físico da armazenagem a meio ambiente foi de 1.231.966t de recebimento, 8.191.035t de estocagem e 1.284.931t de expedição. Quanto à armazenagem a ambiente controlado, foram estocados 13.407 paletes de produtos resfriados e 8.363 paletes de produtos congelados.

No transcurso do quadriênio 1983-86, a CESA direcionou a aplicação dos seus investimentos na continuidade da Formação de Hortos Florestais, no Reaparelhamento Administrativo e Operacional, no Programa de Conservação e Melhorias das Unidades Armazenadoras, nas obras de conclusão da Unidade Frigorífica Polivalente Regional do Sul (Capão do Leão) e nas ampliações da Unidade Frigorífica, também polivalente, de Caxias do Sul e Unidade Armazenadora de Camaquã, concluída em maio de 1986.

Afora as novas instalações frigoríficas, que contaram com recursos prove-

nientes de dotações orçamentárias do Estado e da CIBRAZEM (Caxias do Sul), os demais investimentos foram praticamente realizados com recursos próprios.

Dessa forma, o montante investido nesse período, desconsiderando-se a compra de prédios e equipamentos referentes à operação de "Lease-Back", atingiu a soma de Cz\$ 19,0 milhões, assim classificados: Aquisição de Terras para Reflorestamento, Cz\$ 21,5 mil; Formação e Manutenção de Hortos Florestais, Cz\$ 344,4 mil; Programa de Conservação e Melhoria da Rede Armazenadora, Cz\$ 7,6 milhões; Reparcelhamento Administrativo e Operacional, Cz\$ 789,5 mil; Conclusão da U.F.P. de Caxias do Sul, Cz\$ 645,1 mil; Ampliação da Unidade Armazenadora de Camaquã, Cz\$ 8,4 milhões.

Considerando-se somente os recursos aplicados de janeiro a setembro de 1986, o montante de investimentos atingiu Cz\$ 10,1 milhões com a seguinte discriminação: Formação e Manutenção de Hortos Florestais, Cz\$ 111,3 mil; Programa de Conservação e Melhoria da Rede Operacional, Cz\$ 3,8 milhões; Reparcelhamento Administrativo e Operacional, Cz\$ 239,9 mil; Ampliação da Unidade Armazenadora de Camaquã, Cz\$ 5,9 milhões.

Com a finalidade de garantir o auto-abastecimento de lenha para consumo nos secadores de grãos da Rede de Silos e Armazéns durante o período 1983-86, a Companhia deu seqüência aos planos estabelecidos para o setor.

Assim, além das glebas de terra até então existentes, foi adquirida uma nova área no Município de Cachoeira do Sul (101,2 ha), de forma a que efetivamente ficasse completo o plano de localização estratégica dos hortos florestais em relação à disposição geográfica das Unidades.

Hoje a CESA conta com cinco hortos, distribuídos nos municípios de Camaquã, Cruz Alta, Tapejara, Santo Ângelo e Cachoeira do Sul, perfazendo um total de 531,6 hectares para a formação de bosques. Nessas áreas, no período 1983-86, foram plantadas mais de 921.000 mudas de eucaliptos.

Ao longo do período a CESA não se descuidou da importância dos trabalhos de pesquisas relacionados com seu campo de atividade. Com esse propósito, foram realizados diversos estudos tanto a nível interno como em combinação com entidades públicas e privadas. Dentre os trabalhos desenvolvidos, destacam-se:

- testes de permeabilidade e equipamentos de segurança e inseticidas;
- análises químicas em amostras de feijão preto, de forma a servirem como parâmetro para avaliação da eficiência de herbicidas nessa cultura;
- testes de expurgo com fosfina (metodologia aprovada), já em uso na Rede de Silos e Armazéns;
- testes de eficiência e resíduo do inseticida K-Obiol utilizado para controle de insetos em grãos armazenados (trigo, milho e outros) — trabalho concluído, realizado em conjunto com o Instituto de Pesquisas Agronômicas da Secretaria da Agricultura (IPAGRO);
- acompanhamento do rendimento da secagem de soja e arroz, através do emprego da energia solar (trabalho concluído, realizado pela Fundação de Ciência

e Tecnologia (CIENTEC), no campus da Universidade Federal do Rio Grande do Sul);

— *análise do comportamento do pêsego e de outras espécies hortigranjeiras, observado nas câmaras frigoríficas da U.F.P. Regional do Sul (em conjunto com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Centro Nacional de Fruteiras de Clima Temperado (EMBRAPA), Pelotas);*

— *auxílio ao desenvolvimento dos trabalhos de pesquisas no parque agroindustrial de Pelotas (em combinação com o Centro de Pesquisas da Agroindústria (CEPAI), de Pelotas).*

Além dos trabalhos desenvolvidos no campo da pesquisa, a CESA manteve um conjunto de convênios com outras entidades, de forma a estender e aperfeiçoar os serviços que tradicionalmente tem oferecido a seus clientes.

Dentre os principais convênios, destacam-se os seguintes:

— *com o Ministério da Agricultura, de forma a delegar competência para que a CESA, no Estado, execute as atividades de classificação e inspeção de produtos destinados à exportação;*

— *com a Empresa de Portos do Brasil S/A. (PORTOBRÁS) e em combinação com o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC), a futura operação do Silo Elevado (em fase de recuperação) do Terminal Trigo-Soja de Rio Grande;*

— *com a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), de forma a operar, no Estado, o Centro Integrado de Comercialização Agrícola (CICOA);*

— *com a Bolsa de Mercadorias de Porto Alegre (BMPA), propiciando que o CICOA ofereça mais uma alternativa ao aceleramento de vendas e perspectivas de melhores preços aos produtos rurais;*

— *com a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), aproveitando a rede de extensionistas dessa entidade, como meio de difusão do trabalho desenvolvido pelo CICOA em benefício da comercialização do pequeno e médio produtores agrícolas;*

— *com o Conselho Estadual de Clubes 4.S do Rio Grande do Sul (COESC — 4.S), para a cooperação na difusão do Programa de Educação Rural de Base;*

— *com a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), para o recebimento de assistência técnica na constituição de hortos de eucalipto.*

Durante o período de 1983 a 1986, a CESA prestou serviços especiais a diversas entidades do Estado, País e mesmo do exterior. Dentre eles, destacam-se:

— *prestações de serviços às comunidades de Giruá e São Martinho, através do arrendamento temporário das unidades armazenadoras da Cooperativa Agropastoril de Giruá (no total de 96.500 t de capacidade estática) e da Comercial Agrícola Reimann Ltda. (9.000t) — ambas as instituições enfrentavam problemas financeiros de natureza conjuntural que as impediam de oferecer um normal atendimento a seus clientes usuais;*

— prestações de serviços à Rede Ferroviária Federal S/A. (RFFSA);

— avaliação completa de um complexo armazenador existente no município de Anópolis, Goiás, com vistas a permitir uma permuta patrimonial entre o Estado de Goiás e a Armazéns Gerais Ferroviários (AGEF), empresa subsidiária da RFFSA;

— adequação técnica da mesma unidade armazenadora de Anópolis e treinamento operacional para os funcionários da AGEF;

— elaboração de um projeto completo para uma instalação destinada ao transbordo de grãos e minérios, a ser edificada no pátio ferroviário localizado no município de Patrocínio, Minas Gerais;

— elaboração de um projeto completo para a construção de um silo elevado de 20.000 t de capacidade estática, em Brasília, Distrito Federal;

— prestação de serviços de consultoria à "Food Agricultural Organization" (FAO) — órgão da ONU para Agricultura e Alimentação, através do programa de "Formação de Pessoal Técnico para Operação de Silos Portuários", na cidade de Praia, Cabo Verde, África.

2.9.4 — FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL (FZB)

A Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, buscando atingir os objetivos e metas fixados de acordo com as linhas básicas instituídas no Plano de Governo, desenvolveu suas ações no sentido de:

— dar constituição à inclusão, durante o ano de 1986, de parte do acervo do Museu de Ciências Naturais (MCN), representado pelas 30 coleções científicas, no Banco de Dados do Ambiente Natural do Rio Grande do Sul (BDA). O BDA visa a organizar, ampliar e centralizar o acervo informático representado pela coleção científica do MCN, a respeito da flora e fauna que constituem o Patrimônio Natural do Estado, proporcionando a agilização do acesso a esses dados pelo poder público e entidades privadas, tanto para consultas em momento de decisão quanto em razão de solicitação, visando a minimizar impactos ambientais;

— montar exposição museológica do MCN, visando a sua inauguração em fevereiro de 1987, cumprindo, assim, com sua vocação de instituição geradora e divulgadora de conhecimento científico no campo das ciências naturais a nível de comunidade estudantil e em geral e integrando-se dentro do Programa de Educação, Cultura e Lazer do Governo do Estado do Rio Grande do Sul;

— atuar, em convênio com a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), no Programa de Gerenciamento de Unidades de Conservação da SEMA: Estação Ecológica do Taim, através do desenvolvimento de seis projetos de pesquisa envolvendo invertebrados límnicos, invertebrados superiores, peixes, aves, répteis e ficoflora;

— executar o convênio assinado com a Financiadora de Estudos e Projetos S.A. (FINEP) dentro do Programa de Emergência, cabendo ao MCN, através do projeto Recuperação da Capacidade de Pesquisa Instalada, com a verba de Cz\$ 1,7 milhão.

Tendo em vista os objetivos do Programa Educação Ambiental, Cultura e Lazer, conforme o Plano de Governo 1983/87, a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul desenvolveu atividades educativas, culturais e de lazer, através do treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, da edição de publicações, da realização e campanhas de conscientização e do fornecimento de informações referentes aos assuntos pertinentes ao meio ambiente; divulgou atividades desenvolvidas em seus três órgãos operacionais, junto aos veículos de comunicação da Capital e interior do Estado, assim como de outros estados.

As principais atividades desenvolvidas no período 1983/86 foram:

— apresentação de audiovisuais com palestras dirigidas a estudantes de escolas de 1º e 2º graus da Capital e interior do Estado, envolvendo 24.471 alunos; treinamento de 451 professores, visando à visita de escolares ao Parque Zoológico e ao Jardim Botânico (JB); distribuição de publicações editadas pela Fundação Zoobotânica, sob forma de cortesia, permuta e venda a bibliotecas, escolas e comunidades em geral — 41.274 exemplares.

Tiveram destaque, também, a exposição-feira de plantas e materiais de jardinagem, realizada em áreas do Jardim Botânico, com a participação de uma média anual de 20 expositores e afluência de 99.060 visitantes; apresentação da VII Sinfonia da Natureza — IV Concerto de Outono, realizado em área do Jardim Botânico, no ano de 1983, numa promoção da FZB e do jornal Zero Hora, com o patrocínio do Grupo Olvebra, participando 15.000 pessoas, e as promoções da Secretaria da Agricultura (SEAGRI) e Secretaria da Educação e Cultura (SEC), sob a coordenação da FZB e colaboração da EMATER, objetivando conscientizar a comunidade rio-grandense, através do educando, sobre a importância do meio ambiente, envolvendo 8.500 alunos e 250 professores.

Cabe salientar, ainda, o acordo firmado, em 1985, entre a FZB e a SEC, que objetiva a colaboração recíproca nos setores de ensino, divulgação científica, treinamento de pessoal e museologia. Também no mesmo ano firmaram Termo de Cooperação Recíproca a FZB e a EMATER, objetivando a divulgação e o apoio técnico no desenvolvimento do Projeto Conhecer Para Preservar, promovido pela SEAGRI e SEC sob a coordenação da FZB.

No que se refere à infra-estrutura administrativa do Jardim Botânico, salienta-se o incremento de 775m² distribuídos entre: sede administrativa, setor de serviços, célula de serviços, reforma do galpão de serviço de viveiro, organização e instalação da carpintaria, reorganização do setor educacional, organização do abrigo para cactus no setor de viveiro. Também foram realizados aterros em duas áreas, junto à Av. Cristiano Fischer, 75.410m³, e junto à Rua Dr. Salvador França, 32.800m³.

As obras executadas antecedem à construção das cercas periféricas, assim como à formação de lagos previstos no Projeto Geral do JB.

Foram realizados, ainda, melhoramentos no JB, como a recuperação e ajardinamento parcial da área frontal à sede administrativa do JB (1.494m²), organização e ajardinamento do acesso ao setor de serviço (172m²), e organização de uma área visando à preservação da vegetação espontânea existente na mesma (50.000m²). Organizaram-se, parcialmente, as áreas com "vegetação parque" em aproximadamente 20.000m² e plantaram-se no parque 62.274 mudas de espécies anuais e 19.968 mudas de espécies perenes.

2.9.5 — INSTITUTO RIO-GRANDENSE DO ARROZ (IRGA)

A retirada do subsídio do crédito agrícola, o sistema de pós-fixação dos juros para a agricultura, a instabilidade da política agrícola e as importações de arroz autorizadas pelo Governo Federal, que tiveram início no segundo semestre de 1985, atuaram de forma decisiva para o tumulto que se instalou na comercialização de 1986.

Com a implantação do Plano Cruzado, os preços do arroz foram rebaixados a níveis inferiores aos do preço mínimo fixado pelo próprio Governo Federal, para vigorar na safra/86, inviabilizando as aquisições por parte da indústria arrojzeira e, conseqüentemente, sendo os preços, a nível de produtor, bem inferiores ao mínimo oficial.

Assim, iniciou o Instituto Rio-Grandense de Arroz gestão junto às Autoridades Federais, no sentido de reabilitar os preços, conciliando o interesse do produtor sem ferir os fundamentos do Plano Cruzado. Solicitaram-se recursos para a aquisição de 200 mil toneladas do produto beneficiado, mantendo o preço mínimo fixado para a formação de estoque regulador, desafogando um pouco o mercado ofertante. Porém, em agosto de 1986, foi autorizada a compra de somente 50 mil toneladas do produto.

Lançado em 1981, o Programa de Aproveitamento Racional de Várzeas (PROVÁRZEAS) vem sofrendo dificuldades para sua implementação dada a conjuntura difícil por que passa o País, principalmente devido aos recursos escassos e custos muito elevados para investimentos.

O PROVÁRZEAS está assentado na necessidade da irrigação, da drenagem e na exploração racional e intensiva das áreas de várzeas com capacidade produtiva elevada.

Muito já realizou a Autarquia pelo sistema de plantio irrigado no Estado e, para conquistar as novas áreas, está elaborando projetos de irrigação nas bacias hidrográficas do Arroio Touro Passo, em Uruguaiana; do Arroio Taquarembó-Chico, em Dom Pedrito; do Arroio Servalzinho, em Cachoeira do Sul e do Arroio Butuí, em São Borja.

O Projeto Taquarembó-Chico deverá ficar pronto em dezembro/86 e, dependendo de recursos e decisão política, a nova barragem poderá ser utilizada na safra 1987/88. Essa barragem deverá inundar 650ha de terras sem vocação agrícola e terá capacidade para irrigar 3.000ha/ano. Já a barragem do Butuí terá capacidade para irrigar 6 mil hectares e sua área de inundação atingirá 1.200ha.

O Departamento de Obras e Assistência Técnica presta diversos serviços para a lavoura gaúcha e, no período 1983/86, realizou: 1.002 anteprojetos de açudes com capacidade para irrigar 61.977ha; 1.415 explorações de açudes com capacidade para irrigar 96.605ha; realizou 4.582.991 metros de nivelamento de canais; 778 projetos de instalação de recalques com capacidade para irrigar 100.501ha; 1.061 anteprojetos para reforma de açudes com capacidade para irrigar 60.929ha; 890 projetos de planejamento de lavouras para uma área de 303.967ha; 11.396 análises de sementes; 8.602 análises de solo e água; 28.265 análises de sementes (laboratórios do interior) 1.832.013kg de sementes certificadas (diversas cultivares).

O IRGA também estima, através de seus técnicos, o custo de produção da semente fiscalizada de arroz, que tem se constituído, anualmente, num grande subsídio para a fixação do preço da semente fiscalizada a ser praticado pelos produtores credenciados ao colocarem este importante insumo à disposição dos orizicultores. O custo é calculado tomando por base uma Unidade de Beneficiamento de Semente (UBS), com capacidade para beneficiar 10.000 sacos de semente. Daí ser tanto o prédio como os equipamentos dimensionados para atender àquela necessidade.

O granizo ocorre com certa frequência durante o período de crescimento do arroz, inutilizando a planta. O serviço de assistência técnica do IRGA realiza um laudo técnico da área atingida, e o Departamento de Obras e Assistência Técnica (DOAT) estima o prejuízo. Após a apreciação de uma comissão do Conselho Deliberativo, os produtores são ressarcidos. Em 1984, foram indenizadas 11 lavou-
ras; em 1985, 10; e, até outubro/86, quatro produtores, estando os demais casos em estudo.

O IRGA mantém convênios ou intercâmbio de informações com instituições nacionais, como, com: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), da qual recebe apoio financeiro e operacional para 11 projetos de pesquisa e o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) que oferece bolsas aos técnicos da Autarquia.

A nível internacional, o IRGA mantém convênios de cooperação técnico-científica com o Centro Interamericano de Agricultura Tropical (CIAT), na Colômbia; o International Rice Research Institute, nas Filipinas; os Centros Experimentais em Arkansas e Louisiana, Fundação Rockefeller nos Estados Unidos e outros.

Visando ao aprimoramento dos conhecimentos práticos dos trabalhadores rurais, a diminuir os custos com a conservação e manutenção de máquinas e implementos agrícolas, bem como à economia de combustíveis, o IRGA, através do Centro de Treinamento de Mão-de-Obra Rural, ministrou 475 cursos, atingindo 6.054 treinandos em: *Conservação e Regulagem de Colheitadeiras Automotrizes; Conservação e Regulagem de Tratores, Arados e Grades; Conservação e Regulagem de Semeadeira Adubadeira; Aplicador de Defensivos Agrícolas; Mecânica de Motores Diesel; Aplainamento de Solos; Nivelador de Taipas; Classificador de Arroz; Secador de Arroz; Analista de Semente de Arroz; Plantio Direto de Arroz; Máquinas e Equipamentos Agrícolas.*

Para ampliar a assistência técnica, foram criadas mais sete zonas de assistência em 1985 e quatro em 1986. Assim, até dezembro, o IRGA espera ter implantado 38 zonas de assistência técnica espalhadas pela zona de produção de arroz no Estado.

Visando à qualidade do arroz produzido no Estado, esta Autarquia estabeleceu instruções para a comercialização de Semente Certificada, através da Portaria 10/86. Nessa portaria, o IRGA oferece prioritariamente a sua semente certificada para produtores de semente fiscalizada.

Em 1986, o IRGA adquiriu 106.063 sacos (50kg) de semente de arroz, com recursos próprios, montando o investimento em Cz\$ 31,7 milhões.

Duas vezes por ano, em janeiro e em agosto, um grupo de trabalho, integra-

do por servidores e conselheiros da Autarquia, estima o custo de produção do arroz. Este trabalho constitui-se em uma análise de informações de custos de máquinas, implementos, motores e insumos, obtidos em diversos municípios agrícolas do Estado, sujeito a uma metodologia que permite alcançar uma estimativa do custo de produção do arroz por hectare e por saco de arroz em casca de 50 kg com 13% de umidade.

Conseqüentemente, no ano de 1987, advirão problemas de estocagem da nova safra, pois tanto os produtores que tiveram condições de estocar, como as cooperativas e os engenhos ainda terão grande quantidade de arroz de 1986. O período de plantio da safra 1986/87 é outubro; nessa época, apenas 50% do arroz da safra 1985/86 estava comercializado.

Propôs, então, o IRGA que o arroz adquirido sob a forma de Aquisições do Governo Federal (AGF) e de Empréstimo do Governo Federal (EGF), contratado com opção de venda, seja beneficiado e, nesta forma, transferido para os armazéns da Autarquia, viabilizando a rede particular a receber a nova safra.

Na atual administração, foram compradas 317.932 toneladas de arroz e vendidas 345.239 no mercado nacional (São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, etc). Neste ano, até outubro, o IRGA comprou 25.055 toneladas de arroz.

O IRGA também colaborou com diversos órgãos através da prestação de serviços: armazenagem, empacotamento, estiva e expurgo do arroz para a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL); aquisição e distribuição de 13.479 toneladas de milho para avicultores, suinocultores e produtores de gado leiteiro, em 1983; embalagem semanal de ranchos para a Secretaria Extraordinária para Assuntos da Grande Porto Alegre e destinados a desempregados e remanescentes de calamidades públicas (enchentes). Até novembro/86, foram embalados 90 mil ranchos.

Ainda em 1983, este Instituto ajudou a implantar as "Granjas Solidárias", dando apoio técnico e de pessoal ao programa.

Em 1985, foram adquiridos por esta Autarquia 2.006ha de terras no município de Guaíba para a instalação do Centro de Pesquisa do Arroz Irrigado, um dos maiores projetos dos últimos anos. Nesse Centro de Pesquisas, deverá estabelecer-se a Estação Experimental do Arroz, localizada atualmente em Cachoeirinha, e que contará com o que de mais moderno existe para pesquisa de arroz.

Na área de pesquisa, foram realizados, no período, 141 experimentos em fertilidade do solo, controle de ervas daninhas, fitopatologia de sementes, entomologia, controle de qualidade e em agroindústria. Mas a ênfase da pesquisa continua sendo a obtenção de novas variedades do arroz e o controle do arroz vermelho.

Em 1985, a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e o IRGA lançaram a cultivar BR/IRGA 411, que se destacou por sua boa tolerância ao solo frio e à brusone e pela alta qualidade na industrialização dos grãos.

Na IX EXPOINTER foram lançadas novas variedades de arroz BR/IRGA 412 e BR/IRGA 413 —, também em trabalho conjunto com a EMBRAPA e a UFPEL.

Na Estação Experimental do Arroz, está em funcionamento um grupo de trabalho multidisciplinar para tratar da erradicação do arroz vermelho. Está sendo preparada, em nível de assistência técnica, uma campanha junto aos produtores, de forma a diminuir a curto prazo a sua incidência, já que a erradicação no ponto a que chegou a infestação exige um programa de longo prazo

O IRGA estima que na próxima safra (1986/87) sejam plantados cerca de 750 mil hectares de arroz. Porém calcula que a área passível de utilização para plantio orizícola no Estado seja de dois milhões de hectares.

Na Comissão Estadual de Sementes e Mudas (CESM/RS), o IRGA monopoliza a inspeção de sementes de arroz no Estado.

Mantém intercâmbio de informação estatística com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e integra o Conselho de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul.

Através de convênio firmado em 1981 com a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco dá assistência técnica às lavouras irrigadas de arroz do baixo São Francisco. Em janeiro/86, esse convênio foi prorrogado por mais dois anos, dando continuidade aos projetos Betume, Propriá e Cotinguiba-Pindoba em Sergipe e aos projetos Itiuba e Boacica em Alagoas.

No que se refere à divulgação, cabe destacar as edições da revista *Lavoura Arrozeira* que divulga artigos técnicos e atividades da Autarquia; bibliografia sobre plantas daninhas e seu controle na cultura do arroz do Rio Grande do Sul; solos de várzeas no Rio Grande do Sul e problemas nas lavouras de arroz da América Latina — pragas mais importantes e outras pragas. Foram editados três Anuários Estatísticos do Arroz e duas publicações sobre o Complexo Arrozeiro Gaúcho.

Outros investimentos estão em andamento nos setores da Autarquia, visando melhor atender à produção e à estocagem de arroz. Merecem menção os de Palmares do Sul, na Unidade de Produção Agrícola com vistas ao aumento da capacidade de recebimento e secagem de grãos; para aquisição de equipamentos para secagem e grãos, que possibilitará o aumento da capacidade de recebimento de arroz em casca em 100%, ou seja, de 100.000 sacos para 200.000 sacos no engenho do IRGA de Cachoeira do Sul.

Na Barragem do Capané, teve início a construção do vertedouro e, em Porto Alegre, a construção do prédio para instalar escritório do depósito e almoxarifado geral, desativando as instalações atuais e aumentando a capacidade de armazenamento.

2.9.6 — INSTITUTO SUL-RIO-GRANDENSE DE CARNES (ISRC)

Criado pelo Decreto nº 5.648, de 13 de julho de 1934, é uma autarquia estadual do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e tem por finalidade essencial a defesa dos produtos de origem animal, harmonizando os interesses dos produtores, dos industriais, dos comerciantes e dos consumidores, num perfeito entrosamento entre o Estado e a União, na procura constante da solução dos problemas que afligem a agropecuária rio-grandense.

Para dar cumprimento ao seu "desideratum", o Instituto Sul-Rio-Grandense

de Carnes marca com sua presença em reuniões, palestras, promoções, seminários, simpósios, etc., tanto de âmbito estadual, nacional como até mesmo internacional, levando a orientação governamental aos setores ali presentes e com os quais tem mantido o melhor relacionamento.

Saliente-se ainda que o Instituto de Carnes publica, mensalmente, um Boletim Informativo, onde traduz estatisticamente dados sobre preços, variações de custos, abates e comercialização interna e externa de carnes, sendo muito apreciado no meio em que circula pelas corretas informações nele contidas; é o único do gênero no Rio Grande do Sul.

Destaque especial deve ser dado à elaboração pelo ISRC de projeto de lei que objetiva a criação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Pecuária de Corte, que representa um avanço significativo para o setor, vindo ao encontro dos interesses envolvidos.

Como estímulo à produtividade, juntamente com a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL) foi instituído o prêmio "Produtividade de Carnes nas Espécies: Bovina, Ovina, Suína e de Aves".

Pela sua repercussão social, cabe enfatizar o programa de venda de carne popular em diversos pontos do centro da capital, sob fiscalização da Autarquia, contribuindo para que a população adquira o produto a preços mais acessíveis.

O ISRC fez-se representar e participar, no período de 1983-86, nos acontecimentos mais significativos para a produção, comercialização e industrialização de carnes no País e no Exterior.

Visando ao combate à hidatidose, firmou convênio com a Universidade Federal de Santa Maria e com a FARSUL para elaboração de um programa que atendessem devidamente ao problema.

Através de reuniões e encontros, o ISRC procurou conscientizar os sindicatos rurais, para um eficiente combate ao abigeato, contra o abate clandestino e contra o consumo de carnes sem inspeção sanitária.

2.10 — INDÚSTRIA E COMÉRCIO

2.10.1 – SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO (SIC)

A Secretaria da Indústria e Comércio, conforme diretrizes do Plano de Governo, direcionou suas ações no sentido de consolidar o parque industrial; interiorizar o desenvolvimento econômico e descentralizar a indústria, apoiar a comercialização interna e externa, e consolidar as atividades turísticas.

Procurando atender aos objetivos fixados, foram formados, no que se refere ao acompanhamento setorial, doze comitês: do Couro e do Calçado; do Metal-Mecânico; do Alcool; do Vestuário; da Informática; da Mecânica Fina; da Maçã; da Micro e Pequena Empresa; do Turismo; da Química e Petroquímica; da Biotecnologia e da Mão-de-Obra, tendo sido realizadas 85 reuniões no período 1983-86.

Foram ainda desenvolvidos estudos sobre os setores pesqueiro, e demanda de produtos de lã, o mercado de fogões e sobre o de fundições, apresentando proposições para o fortalecimento do produto gaúcho.

Considerando a dependência de outros estados para o fornecimento de ferro gusa, foi constituído grupo de trabalho que realizou estudo para viabilizar a implantação de uma usina de ferro gusa a carvão vegetal que subsidiou estudo do grupo empresarial interessado na sua implantação.

Para conhecer as potencialidades do setor, foi realizado um perfil das indústrias de informática, juntamente com a Federação das Indústrias do Estado do RS (FIERGS), abrangendo 43 empresas, obtendo dados de capital, empregos, vendas, recolhimento do ICM e produtos fabricados.

Com a perspectiva da implantação de uma unidade de soda cloro no Estado, está sendo realizado estudo para determinar a viabilidade de instalação de uma salina, com a reavaliação do projeto da SALGASA.

Visando à reabertura dos Moinhos Coloniais, esta Secretaria colaborou com a Comissão Especial sobre Moinhos Coloniais da Assembléia Legislativa, bem como está realizando estudos para sugerir políticas de apoio para o reinício das operações daqueles Moinhos.

Com a finalidade de divulgar novos conhecimentos e técnicas sobre controle de qualidade, foi proporcionada, juntamente com o Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (CIERGS), uma palestra da JETRO, trazendo um engenheiro do Japão, especialista no assunto, com a participação de 200 técnicos de empresas do Estado.

Com o objetivo de conhecer o que se produz e a quantidade de empresas en-

volvidas no processo, foi realizada uma pesquisa no setor de autopeças, onde foram visitadas 241 empresas, das quais 108 responderam ao questionário com informações sobre localização, faturamento, número de empregados, produtos fabricados, destino dos produtos, capacidade instalada ocupada, informações sobre matéria-prima e insumos, fornecedores.

Juntamente com o Departamento de Metalurgia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o Conselho de Não Ferrosos e de Siderurgia (CONSIDER), está sendo realizado um perfil siderúrgico do Estado do Rio Grande do Sul.

Com vistas ao aumento de investimentos nos setores de turismo, pesca e reflorestamento, foi realizada campanha para a aplicação dos incentivos do imposto de renda em projetos do Estado. Para tal, foram enviadas circulares a 2.100 principais empresas do Estado e distribuídos cartazes a 400 escritórios de contabilidade, em conjunto com o Conselho Regional de Contabilidade.

Considerando-se o constante déficit da balança comercial do Rio Grande do Sul com os demais estados brasileiros e a necessidade de reforços à economia regional, em 1984, foi realizada a pesquisa Importações Interestaduais.

Foram identificados 5.355 produtos adquiridos pelo Rio Grande do Sul em outros estados da Federação, com seu valor em cruzeiros, peso e procedência, buscando apontar produtos passíveis de fabricação no Estado, ampliando ou complementando a indústria gaúcha ou, ainda, descobrir entraves na comercialização dos artigos já produzidos.

Para a consecução desses objetivos, estão engajados ao esforço da SIC outros órgãos e entidades oficiais, dentre as quais se destacam a Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul (CEDIC), o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC) para, com base nas informações obtidas com a pesquisa e na experiência própria de cada organismo, detectar aqueles itens com maior possibilidade de produção no Estado, constituindo-se em novas oportunidades de investimento que devam ser investigadas e divulgadas.

Os estudos no período 1985-86 conduziram a investigações e estudos setoriais nos seguintes segmentos industriais: têxteis e confecções; produtos alimentares "in natura"; produtos alimentares industrializados, borracha e artefatos; produtos plásticos; produtos químicos e petroquímicos, papel, produtos para a construção civil, autopeças para máquinas e implementos agrícolas.

Foram realizadas 13 investigações de mercado e/ou estudos setoriais sobre borracha regenerada, arroz, vinagre, aguardente, motocompressores, tubos de PVC, espelhos de vidro, vidros de segurança, embalagens, torneiras e registros, autopeças para máquinas agrícolas, olaria, produtos de transformação de plástico, produtos alimentares — com sugestão de ação; produtos químicos e petroquímicos com divulgação junto ao Sindicato das Indústrias Químicas e com atividade em desenvolvimento pelo BRDE na área de química fina.

Foram ainda beneficiadas empresas nessas áreas, através do grupo de trabalho intersecretarial, com 20 projetos em andamento, sendo que nove empresas gerarão 711 novos empregos e quatro empresas investirão Cz\$ 31.854.237,90.

Em 1985, 22 municípios foram atingidos por enchentes, principalmente na região da Grande Porto Alegre. O número de flagelados chegou a 32.114 pessoas, ocorrendo, inclusive uma morte.

Os municípios de Tramandai e Capão da Canoa foram atingidos por forte ressaca do mar, causando sérios prejuízos na infra-estrutura daquelas localidades.

Em outubro de 1985, o Estado foi assolado por forte estiagem, com sérios prejuízos para a produção agropecuária, comprometendo quase 50% da mesma.

Houve atraso no plantio de várias culturas, e a população sofreu as consequências do racionamento de água potável em 90 municípios.

A situação reinante obrigou a decretação de "Estado de Calamidade Pública" em 90 municípios.

A CEDEC participou e ajudou a promover a "Campanha de Economia de Água e Energia Elétrica" e coordenou o abastecimento de água potável em diversos municípios.

Através da CEDEC, o Governo do Estado, em consonância com os municípios castigados, tem mobilizado seu potencial e direcionado seus esforços na prestação imediata de socorro e completa assistência a toda população atingida por eventos anormais e adversos.

Como base da estrutura de Defesa Civil, as COMDEC têm merecido particular atenção quer em sua organização quer em sua dinamização, propiciando que as comunidades consigam suportar os primeiros impactos das adversidades.

Ainda em 1985 foi alcançado o objetivo de previsão de cheias que permite, com base em precipitações pluviométricas e níveis dos rios, a expedição do Alerta ou Alarme.

Este trabalho está condensado no Sistema de Acompanhamento Diário de precipitações pluviométricas e níveis dos rios (Plano SAD), níveis estes colhidos diariamente das estações climatológicas, pluviométricas e fluviométricas do Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica (DNAEE), Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC) e 8º Distrito de Meteorologia (DISME).

O Sistema está concebido e implantado de forma a ser utilizado em micro-computador com modelo já testado.

A divulgação da Defesa Civil continuou a merecer atenção da CEDEC através de palestras e encontros junto aos municípios em geral.

O encontro de Comissões Municipais de Defesa Civil, em Tramandai, em setembro de 1985, contou com a participação de lideranças dos mais diversos segmentos da comunidade gaúcha, além de representantes de 17 unidades da Federação.

Todos os esforços vêm sendo feitos para levar à população os conhecimentos de Defesa Civil, sempre buscando o efeito multiplicador. Continua em atividade, junto à Secretaria de Educação e Cultura, o Grupo de Trabalho que prepara pro-

No período 1983-86, a SIC, no atendimento às solicitações de auxílios à implantação de áreas industriais, concedeu recursos no valor de Cz\$ 2,2 milhões.

No que diz respeito à implantação de distritos industriais, a Secretaria têm realizado análise e recomendações para as propostas formuladas pela CEDIC e o acompanhamento das obras executadas pela mesma nos distritos industriais de Bagé, Rio Grande, Santa Maria, Alvorada-Viamão, Cachoeirinha e Gravataí.

Em relação ao apoio técnico às prefeituras, desenvolveram-se ações conjuntas com as prefeituras e associações de classes, abrangendo desde as formas de atração de investimentos até a elaboração de planos diretores para a ocupação de áreas industriais.

No que concerne à pesquisa sobre os eixos industriais no Interior do Estado, foram elaborados relatórios com base nos dados coletados através dos 2.077 questionários e das 84 entrevistas realizadas nos 23 municípios pesquisados, tendo sido concluída, em maio de 1986, uma síntese do projeto para publicação e divulgação em seminários, palestras e outros.

Com a finalidade de fornecer aos empresários assistência nos mais diversos aspectos relacionados com as atividades de comércio exterior, foram realizadas 3.254 visitas de assessoramento e de contatos com empresários.

Paralelamente, buscando aperfeiçoar o sistema de informações em comércio exterior, foram desenvolvidos vários sistemas que têm propiciado o aprimoramento das estatísticas do Estado nessa área.

Ainda na área de comércio exterior, foram realizadas feiras e exposições no intuito de divulgar a oferta exportável da produção gaúcha, bem como encontros e seminários buscando propiciar a discussão e o encaminhamento de soluções para os problemas que atingem o setor exportador.

Afora essas ações, o órgão desenvolveu outras voltadas para a consolidação das atividades turísticas que se centraram em um trabalho intenso de cooperação entre Governo e empresários do setor, destacando-se: elaboração do turismo - RS — ações básicas de desenvolvimento; elaboração da metodologia da ação turística a nível municipal; regulamentação do Calendário de Eventos Turísticos; elaboração e implantação do Sistema Estadual de Acompanhamento do Fluxo Turístico; elaboração do plano e implementação do Sistema Estadual de Informação e Recepção Turística; elaboração do Programa de Comercialização Turística.

2.10.2 — CONSELHO ESTADUAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CEICO)

O Conselho Estadual da Indústria da Construção tem seu embasamento no Decreto Estadual nº 30.942, de 22 de novembro de 1982. Funciona junto à Secretaria da Indústria e Comércio e é constituído por um Plenário de 13 membros e por uma Secretaria Executiva. O CEICO objetiva, fundamentalmente, estabelecer parâmetros para alcançar o fortalecimento da indústria da construção em seus diversos níveis e segmentos, elaborando e propondo a política de desenvolvimento da construção, mantendo estreita ligação com organismos estaduais e federais, bem como entidades da área e muito especialmente com o Ministério da Indústria e Comércio, Comissão Nacional da Indústria da Construção Civil, Câmara Brasi-

leira da Indústria da Construção e com as entidades dos demais estados brasileiros com atribuições semelhantes às do CEICO-RS.

No período 1983-86, o CEICO concluiu o trabalho, em sua segunda fase, que objetiva o aproveitamento de matéria-prima do Pólo Petroquímico para o fabrico de materiais de construção; também teve, em sua versão final, aprovada a pesquisa *Elaboração do Manual de Projeto para Minimização dos Consumos Energéticos nos Edifícios*, decorrente do convênio União (Ministério da Indústria e do Comércio) e Estado (Secretaria da Indústria e Comércio — CEICO); realizou-se a análise que vem sendo procedida desde 1982 e que se destina ao acompanhamento da evolução da indústria da construção à nível do Rio Grande do Sul e da União relativa ao segundo semestre de 1985 e o primeiro semestre de 1986; deu continuidade na participação da Norma Brasileira que regulamenta as atribuições e responsabilidades dos diversos intervenientes em obras e serviços de engenharia; continuou o Programa Consumo na Área do Rio Grande do Sul; desenvolveu o Programa Fortalecimento da Indústria da Construção em seus diversos níveis bem como o Programa de Participação na Comissão Nacional de Materiais de Construção (COMAT) e elaborou o trabalho apresentado na Federação Interamericana da Indústria da Construção (FIIC).

Merecem destaques especiais dois programas desenvolvidos, que conferiram ao CEICO expressão nacional. O primeiro relativo ao Programa Comissão de Comissões Estaduais da Indústria da Construção da Câmara Brasileira da Indústria da Construção'' que hoje já conta com representações oficiais de 18 estados e do Distrito Federal. Todavia o de maior repercussão é o referente à Implantação de uma Política em Âmbito Nacional para a Indústria da Construção, em entrosamento com o Ministério da Indústria e do Comércio e que irá permitir, a curto prazo, a implantação de uma política para esse segmento industrial, abrangendo todos os intervenientes no universo em que se constitui a indústria da construção.

O CEICO completou, em 1986, dez anos de atividades, sendo os seis primeiros como comissão e os quatro últimos como conselho, sendo hoje uma das mais conceituadas entidades da indústria da construção, a nível de Brasil.

2.10.3 — AÇÚCAR GAÚCHO S/A (AGASA)

Açúcar Gaúcho S/A tem por finalidade a produção de açúcar e álcool pelo aproveitamento da matéria-prima produzida na região de Santo Antônio da Patrulha e de Osório.

Com o objetivo de motivar os canavieiros a aumentarem as áreas cultivadas com cana-de-açúcar, foram feitas, no quadriênio, 115 reuniões com 1.715 participantes de todas as localidades produtoras de cana-de-açúcar abrangidas pela AGASA.

Foram, ainda, realizados 321 programas de rádio com informações técnicas e avisos em geral em emissoras de Santo Antônio da Patrulha e de Osório.

Na busca de melhores condições de vida para o pequeno produtor de cana, efetuou-se 9.964 atendimentos no Departamento Técnico; 2.041 visitas de técnicos a produtores; 21.718 visitas de instrutores rurais, além de financiamentos para 1986, no valor de Cz\$ 2,7 milhões para o plantio, para socas e para bois de serviço. Para o triênio 1983-85, financiou-se o valor de Cr\$ 1,17 bilhão.

Foram também vendidos insumos sem financiamento, abrangendo, no ano de 1986, uma área de 30ha de plantio e 200ha de soqueiras.

Buscando a utilização de técnicas adequadas, foi dada continuidade à assistência aos produtores de cana através da realização de trabalhos tais como: abertura de estradas, lavração, carregamento mecânico, introdução de novas variedades de cana e aquisição de adubos.

No triênio 1983-85, o órgão teve o seguinte desempenho: cana recebida, 282.410 toneladas; açúcar produzido, 452.325 sacos; açúcar vendido, 297.576 sacos; melaço produzido, 13.206.567kg; melaço vendido, 9.751.249kg; álcool produzido, 1.039.841 litros; álcool vendido, 504.500 litros. Para 1986, a previsão para moagem de cana-de-açúcar é de 60.000 toneladas; para produção de açúcar, de 5.100 toneladas; e para produção de melaço, 2.700 toneladas. Em relação às vendas, a previsão é de: açúcar fabricação própria, 120.000 sacos; revenda de açúcar de terceiros, 3.379 sacos, melaço fabricação própria, 3.643 toneladas.

2.10.4 — COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL (CEDIC)

A Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul, no período 1983-86, procurou desenvolver sua ação sempre voltada para o desenvolvimento equilibrado do Estado, criando oportunidades de investimentos capazes de induzir as regiões menos favorecidas a se integrarem, de forma definitiva, no processo de geração de riquezas.

A consolidação dos distritos industriais da Região Metropolitana e de outros, localizados em pontos estratégicos do Estado, juntamente com o Programa de Interiorização do Desenvolvimento Industrial, vem demonstrando o acerto da política de descentralização, que busca, num esforço conjunto, oportunizar o pleno desenvolvimento das potencialidades da comunidade.

Na realização desses objetivos, a CEDIC concentrou seu trabalho nos distritos e áreas industriais do Estado, visando a complementar a infra-estrutura, bem como a adequá-la à nova realidade do Estado. Nesse sentido, foram realizadas obras de rede de abastecimento de água, rede de energia elétrica, acesso da via principal e ampliação do sistema viário no Distrito Industrial de Santa Maria em função do aumento da demanda — 18 novas empresas assinaram contrato preliminar para se instalarem nesse Distrito. Destacam-se, ainda, obras de abastecimento de água, e acesso de pedestre no Distrito Industrial de Cachoeirinha, e rede de esgoto cloacal, de abastecimento de água e energia elétrica no Distrito Industrial de Gravataí.

No final de 1985, foram obtidos, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), recursos financeiros para a conclusão das obras de implantação das estações de tratamento de efluentes líquidos dos Distritos Industriais de Gravataí e de Cachoeirinha. Através do Projeto de Lei Complementar nº 179/85, foi concedida autorização para que o Estado do Rio Grande do Sul celebrasse Termo Aditivo ao contrato vigente, com vista à liberação dos referidos recursos. Parte desses recursos já foi aplicada no corrente exercício, estando em andamento providências legais para a contratação do restante das obras, com conclusão prevista para 1987.

Dentro do Programa de Interiorização do Desenvolvimento Industrial, 23 municípios foram atendidos pela CEDIC e hoje já contam com áreas industriais. São eles: Butiá, Bento Gonçalves, Camaquã, Canela, Cruz Alta, Carazinho, Capão da Canoa, Erechim, Farroupilha, Frederico Westphalen, Guarani das Missões, Horizontina, Ijuí, Nova Prata, Passo Fundo, Palmeira das Missoes, Sarandi, Serafina Corrêa, Sobradinho, São Jerônimo, Tapera, Lagoa Vermelha e Pelotas. Além desses municípios, outros 31 estão em fase de implantação de suas áreas industriais, sendo eles: Alegrete, Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Casca, Campina das Missões, Chapada, Espumoso, Faxinal do Soturno, Jaguarão, Dom Pedrito, Getúlio Vargas, Condor, Lajeado, Não-Me-Toque, Nonoai, Parai, Pejuçara, Porto Xavier, Quaraí, Rio Pardo, Sananduva, Santa Cruz do Sul, Santo Ângelo, São Borja, São Gabriel, São Lourenço do Sul, Sertão, Soledade, Três de Maio, Uruguaiana e Venâncio Aires.

Em todos esses municípios, a CEDIC está presente no apoio técnico às prefeituras municipais, tanto na orientação referente à melhor localização para o desenvolvimento da futura área industrial, como também na elaboração dos projetos referentes ao Plano Diretor e à Infra-Estrutura Básica, tais como: sistema viário, abastecimento de água e de energia elétrica e normas de ocupação do uso do solo, etc.

Além do apoio prestado às prefeituras, a CEDIC, oferece assessoramento aos pequenos empresários no que tange à orientação na realocação das unidades industriais nas respectivas áreas, destacando as vantagens advindas dessa nova localização.

Esse trabalho espelha a nova realidade que vem pautando as ações da Companhia na interiorização das suas atividades, como forma de favorecer a pequena e a média empresas, investindo todo o possível para atender, em termos sociais e econômicos, a política de ocupação dos espaços vazios e favorecendo sua integração no mercado competitivo que é próprio da iniciativa privada.

Outro campo de atuação da CEDIC diz respeito à implantação do Programa do Alcool no Estado, resultante de um protocolo assinado com o Ministério da Indústria e do Comércio, estabelecendo como meta a produção de 70 milhões de litros para a safra 1985/86, a fim de fazer frente ao crescente déficit de álcool carburante no Estado.

Para a operacionalização do protocolo firmado, a SIC criou, junto à CEDIC, um grupo de trabalho encarregado de divulgar o PROÁLCOOL nos municípios considerados aptos à produção de cana-de-açúcar.

Resultou desse trabalho o encaminhamento à Comissão Executiva Nacional do Alcool (CENAL) de onze cartas-consulta, das quais duas foram aprovadas e os projetos estão em fase de implantação, estando prevista a conclusão de ambas para meados de 1987.

As empresas que estão sendo implantadas são as destilarias Alcool Porto Xavier S/A (ALPOX) — Porto Xavier, e Alcool Farroupilha Butiá S/A (ALFA) — Butiá. Somente nesses dois projetos estão estimados investimentos de Cz\$ 179 milhões, especificamente para instalações e aquisição de equipamentos. A ALPOX e a ALFA utilizarão a matéria-prima proveniente de 11.720 hectares plantados com cana-de-açúcar, gerando, com isso, 1.300 empregos na zona rural, além dos 150

empregos diretos previstos para operação das destilarias, dimensionadas para a produção de 240 mil litros/dia de álcool. O início das operações da ALPOX está previsto, de acordo com o cronograma de implantação, para o mês de maio de 1987, enquanto que a ALFA, para o final de 1987. Os dois projetos em implantação irão gerar cerca de Cz\$ 2,1 milhões de FUNRURAL; Cz\$ 14,1 milhões de ICM; CZ\$ 625 mil de PIS; e Cz\$ 417 mil de FINSOCIAL.

As demais cartas-consulta encaminhadas à CENAL referem-se aos municípios de Rio Pardo, Tapes, Santo Antônio da Patrulha, General Câmara, São Nicolau, Campina das Missões, Porto Lucena e Alecrim. Essas cartas-consulta pendentes de aprovação pela CENAL deverão gerar um acréscimo de Cz\$ 58 milhões de ICM, Cz\$ 2 milhões de PIS, Cz\$ 1,7 milhões de FINSOCIAL e Cz\$ 8,5 milhões de FUNRURAL.

Dentro do Programa de Promoção Industrial (PPI), criado em 1984 com o nome de Programa de Oportunidades de Investimentos (POI), foram elaborados 53 estudos — pesquisas e projetos — além de oito em desenvolvimento e mais 22 a serem desenvolvidos. O Programa tem apresentado resultados positivos, pois nos últimos meses foram atendidos pelo Programa 108 empresários interessados nos mais diversos empreendimentos. Merece destaque o estudo básico elaborado pelo Programa para o Hotel Duas Estrelas que gerou mais de 200 solicitações e que levou o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL) a receber cerca de vinte pedidos de financiamento de empresários interessados na implantação do projeto.

Outros estudos que têm registrado expressiva procura são os perfis básicos de: camisaria, artefatos de cimentos, sabão, sacos plásticos para alimentos, projeto básico de rações e curtume, industrialização de gelatina, aros para tratores colheitadeiras, ovos e transporte em geral.

Além desses estudos, o Programa analisa ainda as cartas-consulta e/ou projetos econômico-financeiros das indústrias interessadas em se implantar nos distritos industriais.

2.10.5 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE LATICÍNIOS E CORRELATOS (CORLAC)

A Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos no ano de 1986 enfrentou uma série de dificuldades devidas principalmente ao congelamento do preço de seus produtos a níveis de dezembro de 1985 porém conseguiu dar continuidade aos seus objetivos: amparar o produtor a produzir mais e em melhores condições; realizar o abastecimento de leite à população. Em janeiro de 1986, o total da venda de leite pasteurizado foi de 8.752.411 litros e, em outubro, 10.089.670, com um incremento de 15,28%.

O crescimento global da captação, janeiro à outubro, foi de 4%, alcançado graças à assistência permanente aos produtores à inseminação artificial; tratamento de mamite e tuberculose; controle da fertilidade, orientação na formação de pastagem e aquisição de matrizes; custos de propriedades e melhoramentos nas instalações; venda de matrizes selecionadas, sementes, adubos, rações, fertilizantes e demais insumos para aumentar a produtividade; melhoramento na qualidade do leite; combate à verminose; formação de pastagens estacionais; fenação e visitas a produtores.

Neste ano, a CORLAC manteve a política de recuperar os postos e usinas, bem como racionalizar, relocando equipamentos. Assim, foram efetuadas obras de recuperação e manutenção dos Postos de Camaquã, Tapes, Vera Cruz, Veranópolis, Gramado, Jaguari, Glória, Alegrete e nas Usinas de Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Osório, Torres e Taquara, bem como nas subsidiárias de Erechim, Santa Maria, São Gabriel e Vacaria. Realizada, também, a ampliação do novo Posto de Marau, devido ao grande incremento de sua produção, e iniciadas, após acurado estudo de órgãos da Companhia e autorização da Secretaria da Indústria e Comércio, as obras do posto de Sertão, em conjunto com a Prefeitura Municipal.

O fornecimento de leite em pó à Legião Brasileira de Assistência (LBA) continuou através do ano de 1986, atendendo a todos os estados do Brasil.

As atividades da Companhia, no período de janeiro a outubro de 1986, ativeram-se à captação de 95.570.085 litros de leite e à produção de: 81.348.941 litros de leite pasteurizado; 4.433.113kg de leite em pó; 171.014kg de queijo; 799.667kg de manteiga; 292.633kg de creme; 1.261.940 litros de iogurte; 75.058kg de requeijão e 78.354kg de doce de leite.

Foram adquiridas, ainda no período, 324.916 toneladas de leite em pó.

2.10.6 — CENTRAL VITIVINÍCOLA DO SUL S/A (VINOSUL)

A Central Vitivinícola do Sul S/A, órgão vinculado à SIC, destina-se à produção e à comercialização do mosto concentrado da uva.

O processo de industrialização é realizado através de duas unidades industriais localizadas nos Municípios de Bento Gonçalves e de Caxias do Sul.

A VINOSUL, no período 1983/86, participou das safras de uva, quer através da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), contratando empresas vinícolas para a industrialização da uva considerada excedente, quer concentrando mosto virgem e/ou industrializando uva.

A produção da Companhia, no quadriênio, atingiu a industrialização de cerca de 15.832,5 toneladas de uva, enquanto os processos de concentração e/ou desulfitação produziram 31.748,6 mil litros de mosto. Desse total, o ano de 1986 participou com a industrialização de 3.154,1 toneladas de uva e 9.477,4 mil litros de produção de mosto.

2.10.7 — PRODUTOS GAÚCHOS S/A (PROGASA)

A Produtos Gaúchos S/A tem a finalidade de regular a comercialização da cebola e de outros produtos hortigranjeiros.

A cebola e os hortigranjeiros desidratados são vendidos a empresas que industrializam produtos alimentares ou são reutilizados no próprio órgão para a produção de formulados (sopas, mingaus).

A produção da PROGASA, durante o quadriênio, foi de: alho em pó, 7.591kg; alho em flocos, 190kg; cebola em pó, 15.515kg; cebola em flocos, 39.994kg; sopas, 2.101.497kg; mingau LBA, 1.049.790kg; bem como outros produtos hortigranjeiros desidratados.

2.10.8 — CONSELHO DE IMPLANTAÇÃO DO PÓLO PETROQUÍMICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CONPETRO)

A petroquímica é, sem dúvida, a mais nobre utilização do petróleo. A sua presença é, hoje, indiscutivelmente, uma constante em todos os setores de atividade, redobrando a sua importância na economia de qualquer país.

O setor petroquímico representa um dos segmentos mais dinâmicos e importantes no âmbito da indústria mundial, e sua consolidação em nosso Estado, representa, por si só, um fator de desenvolvimento, segurança e independência econômica. Entretanto, muito ainda se tem a fazer para o desenvolvimento da petroquímica rio-grandense.

O Conselho de Implantação do Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul foi criado pelo Governo do Estado, através do Decreto n.º 24.386, de 15 de janeiro de 1976, com o objetivo de coordenar todas as atividades governamentais destinadas à implantação do importante complexo petroquímico. A partir de março de 1983, com a inauguração do Pólo do Sul, o CONPETRO redirecionou os seus objetivos, agora com vistas às tarefas de consolidação do III Pólo Petroquímico brasileiro.

As obras de implantação do Pólo Petroquímico do Sul tiveram início em 1976 e foram concluídas no prazo, ou seja, em fins de 1982.

A inauguração do Complexo Industrial de Triunfo ocorreu em fevereiro de 1983, concomitantemente com a instalação deste Governo.

Em 05 de outubro de 1983, foram reunidas em Porto Alegre, as mais importantes personalidades do setor petroquímico nacional, entre administradores, empresários e técnicos, para uma avaliação do Pólo do Sul, que tomou o título de Petroquímica: Novos Horizontes. Este evento gerou o Seminário de Petroquímica no Sul, realizado em abril de 1984.

A partir de abril de 1984, o CONPETRO, órgão administrador do setor petroquímico rio-grandense, voltou-se mais para os aspectos de rotina, como a proteção ambiental, com a implantação de projetos de reflorestamentos, conservação do sistema viário da área industrial e, ainda, a implantação da ligação rodoviária Pólo Petroquímico-Montenegro, em asfalto, com a extensão de 17km. Quanto às atividades de promoção industrial, desenvolveu atividade de apoio técnico e político para a implantação de novas plantas industriais, tais como eteno propeno dieno monômero (EPDM), metiletilcetona (MEK), ácido acrílico/acrilatos e anidrido maléico, além da expansão da POLISUL; a primeira já em implantação e as outras ainda em definição no Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) quanto à composição acionária.

Como atividade econômico-social, é de bom alvitre salientar que, nestes últimos quatro anos, o Pólo Petroquímico do Sul gerou significativa participação nos tributos estaduais e municipais, notadamente de ICM, representando cerca de 5% da arrecadação geral do Estado.

O Complexo Industrial de Triunfo está voltado para a produção de plásticos de baixo custo, destinados a embalagens e a outros tipos de artefatos, o que equivale dizer que está voltado para a geração de empregos nas mini, pequenas e mé-

dias fábricas transformadoras de plásticos e borrachas. Cabe salientar que o Pólo do sul gerou, nesta primeira fase de operação industrial, cerca de 6.500 empregos diretos permanentes e 12.500 novos empregos no Setor Terciário.

O parque transformador de plásticos e elastômeros do Estado ganhou novas unidades industriais, o que propiciou o aumento da capacidade de produção e a introdução de novos produtos. Surgiram também pequenas unidades de caráter familiar no Interior do Estado.

A soma de todas essas iniciativas empresariais nos leva a crer que, gradativamente, o Pólo do sul está gerando muito mais empregos diretos do que eram previstos, cumprindo, desta forma, a sua meta social.

As ações do setor petroquímico rio-grandense foram administradas pelo Conselho de Implantação do Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul (CONPETRO), criado através do Decreto n.º 24.386, de 15 de janeiro de 1976, até 17 de março de 1986 e, a partir desta data, passaram a sê-lo pelo Conselho de Implantação de Projetos Prioritários (CIPRO/Secretaria-Executiva do Pólo Petroquímico do Sul), criado através do Decreto n.º 32.196, de 17 de março de 1986.

2.11 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

2.11.1 — FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (CIENTEC)

Embora o Rio Grande do Sul ainda permaneça com uma imagem de Estado eminentemente agrícola, a participação do setor industrial assumiu, já na década de 70, destacada participação na formação da renda interna, chegando em 1984 a representar 21,6% da renda, enquanto o Setor Primário contribuía com 20,3%.

A par da importância que a atividade industrial já assume hoje no contexto da economia estadual, é indispensável que se atente para as necessidades futuras que serão provocadas pelo crescimento da população gaúcha.

Segundo estudos do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, nosso Estado pode chegar ao ano 2.000 com uma população de 11 milhões, sendo 17% no campo e 83% nas cidades. Isso significa 700.000 pessoas a menos no campo e 4 milhões a mais nos centros urbanos.

Para sustentar esse acréscimo na população urbana, far-se-á necessária a geração de 77,7 mil novos empregos anuais até o final do século. Para isso, será exigida uma taxa anual de emprego de 3,1%. Isso implicará na geração de praticamente o dobro do atual número de empregos urbanos.

Especificamente na área industrial — já responsável por uma renda gerada superior a da agricultura — deverá o Rio Grande do Sul tomar certas medidas que objetivem a geração de novos empregos, bem como a manutenção das taxas de crescimento da renda “per capita” estadual. Para tanto, entre outras medidas, deverá:

- consolidar, modernizar e expandir o diversificado parque industrial existente;
- expandir e/ou promover os “vazios” estruturais (produtos petroquímicos, mecânica fina, eletroeletrônica, informática, bioengenharia, etc.);
- explorar ao máximo a ampla potencialidade das alternativas energéticas que se abrem para a região.

Nestas tarefas maiúsculas de geração de empregos e de manutenção das taxas de crescimento da renda “per capita” estadual, a importância da variável ciência e tecnologia é óbvia.

Há necessidade de realização de um contínuo trabalho de adaptação e de modificação da tecnologia recebida, a fim de se poder realizar a sua efetiva absorção industrial, bem como a realização de atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P & D), principalmente em áreas onde a especificidade dos recursos locais é tão alta

que a importação pura e simples de tecnologia ou é impossível ou é uma aventura extremamente arriscada (p.ex., carvão). Deve-se ressaltar, também, que, em caráter complementar às tarefas antes assinaladas (P & D, adaptação e modificação de tecnologias), existe uma gama de serviços de análises, testes, ensaios e extensão industrial que o Programa de C & T do Estado deverá contemplar.

Assim sendo, a CIENTEC, através dos Programas Agroindústria, Carvão, Energia, Tecnologia Ambiental, Construção Civil, Engenharia Agrícola e Estudos e Projetos Especiais, procura atender a essas três medidas prioritárias assumidas pelo Governo no campo industrial.

Dos principais projetos de pesquisa desenvolvidos pela CIENTEC no período de 1983-86, foram concluídos cerca de quarenta, dos quais destacamos:

- obtenção de alimentos vegetais pré-cozidos, mediante a utilização de técnicas de extrusão;
- desenvolvimento de um processo para a obtenção, em plantas de bancada de produtos líquidos e gasosos a partir da pirólise de carvões brasileiros;
- combustão fluidizada de finos de xisto e xisto retornado;
- estudos de racionalização do consumo industrial de derivados do petróleo em 37 empresas gaúchas;
- diagnóstico do setor de máquinas e implementos agrícolas no Estado do Rio Grande do Sul;
- elaboração de projeto, construção, montagem, testes e pré-operação, visando à adaptação de três caldeiras convencionais da MERNAK, para combustão de carvão em leito fluidizado;
- assessoramento técnico à Secretaria da Indústria e Comércio (SIC) nos estudos de implantação de microdestilarias no Estado.
- combustão em altas temperaturas com carvões brasileiros em leito fluidizado;
- avaliação de implementos agrícolas para a Massey Perkins;
- gaseificação de babaçu e de madeira em leito fluidizado;
- secagem de xisto em leito fluidizado;
- estudo das possibilidades de industrialização do caroço de pêssego;
- obtenção de gelatina a partir de resíduos de ossos bovinos existentes em matadouros;
- estudos de remoção do amido de farelo de trigo;
- diagnóstico sobre as condições de 10 núcleos habitacionais da Companhia Habitacional no Rio Grande do Sul (COHAB);

- assessoria técnica à Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) em engenharia ambiental e em controle de poluição;
- desenvolvimento de um sistema de secagem contínua de grãos em leito fluidizado e em leito de jorro;
- dimensionamento e especificações construtivas do pavimento e arruamento da unidade industrial da Petroflex no Pólo Petroquímico (Processo CICASOL);
- dimensionamento e especificações construtivas do pavimento da estrada do terminal Santa Clara do Pólo Petroquímico;
- consultoria e acompanhamento na recuperação de 2.000m de linhas de concreto de ϕ 800mm pelo processo *Holandês INSITUFORM*, apropriado para efluentes orgânicos e inorgânicos de indústrias petroquímicas;
- viabilidade técnico-econômica do aproveitamento energético da casca de arroz nos engenhos do Rio Grande do Sul;
- determinação dos níveis de resíduos de defensivos agrícolas em frutas, hortaliças, arroz, trigo, soja e grãos importados;
- estudos de determinação dos elementos-traços voláteis associados ao carvão que são fontes de poluição.

Dos projetos em andamento com término previsto para 1987/88, destacamos:

- desenvolvimento de um processo para a gaseificação autotérmica de carvão, objetivando a geração de gás de médio poder calorífico, em planta de bancada pressurizada e planta-piloto à pressão atmosférica, utilizando reatores de leito fluidizado — Projeto CIGÁS;
- estudo das técnicas de dessulfuração a frio aplicáveis aos gases de carvão gerado pelos processos CIVO GÁS e CIGÁS, desenvolvidos pela CIENTEC;
- obtenção de aglomerantes hidráulicos a partir de carvão fóssil e de calcários impuros e seu processo de fabricação, visando oferecer um produto alternativo para a indústria da construção civil que seja intermediário entre a cal aérea e o cimento Portland;
- desenvolvimento de um sistema de controle de processos industriais com a utilização de microprocessadores;
- estudo do aproveitamento dos resíduos de carvão em estradas vicinais;
- avaliação das técnicas de construção e de manutenção de estradas vicinais no Município de Santa Maria;
- diagnóstico da situação tecnológica da indústria de plásticos no Rio Grande do Sul;
- estudo das técnicas de dimensionamento de pilares utilizados na minera-

ção subterrânea de carvão, visando ao estabelecimento de critérios nacionais de projetos;

— elaboração de Árvores de Produtos, resultantes da possível industrialização de matérias-primas agropecuárias, e identificação, para cada caso, de rotas tecnológicas simplificadas;

— construção de um protótipo de catavento para geração de energia elétrica em propriedades rurais através de geradores eólicos tipo SAVONIUS;

— estudo com o objetivo de se determinar o comportamento estrutural da alvenaria executada com os tijolos produzidos no Estado;

— estudo de viabilidade técnico-econômica de unidades industriais para fabricação de cal hidráulica pozolânica (processo AGLOTEC) nas escalas de 200 e 500 t/dia;

As tecnologias CICOM (caldeira e fornalhas) e CIVOOGÁS (gaseificadores), cujos produtos utilizam o leito fluidizado, estão sendo paulatinamente transferidas para a iniciativa privada.

O processo de comercialização dessas tecnologias já é uma realidade, tendo sido colocadas no mercado dezenove fornalhas nas escalas de 3 e 6 Gcal/h.

Por outro lado, gaseificadores de 8, 10 e 14 Gcal/h estão com seus processos de comercialização, via empresas licenciadas, em estágios bastante avançados, prevendo-se a implantação de vários gaseificadores no decurso de 1987.

As tecnologias de leito fluidizado, tanto para combustão (CICOM) como para gaseificação (CIVOOGÁS), têm tido ampla aplicação para carvões como para biomassas em geral (madeira, casca de arroz, babaçu, bagaço de cana, etc.), prevendo-se a instalação, a curto prazo, de diversas unidades através das empresas licenciadas.

Além desses projetos de pesquisa, a CIENTEC vem, através do Programa de Assistência às Empresas, proporcionando um razoável suporte técnico a inúmeras unidades industriais do Sul do País, bem como às principais empresas públicas (estaduais, federais) localizadas em nosso Estado. Tal suporte concretiza-se através da realização dos mais variados tipos de ensaios, testes, análises qualitativa e quantitativa, vistorias, verificação de desempenho, etc., efetuados em obras públicas e numa gama de matérias-primas e produtos acabados, conduzidos pelos diversos laboratórios da Fundação. Através dessa atividade, que consome 25% dos recursos humanos da CIENTEC, mas que em determinados departamentos chega a atingir a expressiva cifra dos 70%, foram emitidos, de janeiro a novembro do corrente ano, 7.487 laudos técnicos.

2.12 — TURISMO

2.12.1 — COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE TURISMO (CRTUR)

A Companhia Rio-Grandense de Turismo foi criada pela Lei Estadual n.º 6.238, em 23 de junho de 1971, e tem como principal objetivo fomentar o desenvolvimento do setor turístico do Estado, juntamente com a iniciativa privada, buscando o desenvolvimento de áreas pré-selecionadas, mediante a elaboração e a execução de estudos, projetos, programas e obras, bem como a realização de diversos outros trabalhos concernentes à área.

Em consonância com as diretrizes traçadas pela Secretaria da Indústria e Comércio, o órgão normativo, a Companhia optou, como meta básica, atrair visitantes externos ao Estado, bem como estimular o fluxo turístico interno. Dessa forma, procurou viabilizar economicamente o potencial atrativo, preservando-o; organizar o conjunto produtivo da oferta combinada com a iniciativa privada; e definir linhas eficientes de comercialização.

Através de dados fornecidos pelos organismos oficiais de estatística, bem como aqueles levantados pela própria CRTUR, que mantém um Sistema de Acompanhamento do Fluxo Turístico no Estado, evidenciam a importância do setor na economia do Estado.

A Companhia mantém convênio com a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), através da qual realiza avaliação, classificação, registro e controle de qualidade nos meios de hospedagem, bem como a venda e controle da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes (FNRH) e do Boletim de Ocupação Hoteleira (BOH) dos 200 estabelecimentos hoteleiros classificados. Realiza, também, o registro, o controle e a classificação das 240 agências de turismo e das 56 transportadoras turísticas existentes no Estado.

A CRTUR presta ainda assessoramento técnico-jurídico-administrativo aos municípios para a implantação de empreendimentos turísticos e para a avaliação de eventos. Participa de reuniões e assessora as associações municipais de turismo. Administra a manutenção do acervo turístico, atende obras de infraestrutura, ajardinamento, plantio, paisagismo, reforma, pintura, trabalhos de terraplenagem, inspeção e fiscalização, instalação e reforma da rede hidráulica e elétrica e melhoramentos em geral dos parques, campings e terminais turísticos.

Dentre as várias atividades desenvolvidas pela Companhia no período 1983-86, podem ser destacadas: coordenação e execução anual do Estudo da Demanda Turística Internacional — Pesquisa Sobre o Turismo Emissivo e Receptivo Internacional —, durante a alta, média e baixa estações do turismo, respectivamente, janeiro, julho e novembro, na BR-116, junto ao Posto da Polícia Rodoviária de Gualba, Aeroporto Internacional Salgado Filho e Estação Rodoviária de Porto Alegre; coordenação e execução do Estudo da Demanda Turística Nacional —

Pesquisa Sobre o Turismo Receptivo nos Municípios de Porto Alegre e Tramandaí; realização de seminários de conscientização turística nas cidades de Santa Maria, Guaporé, Santa Cruz do Sul, Canela, Cachoeira do Sul, Sobradinho e Lagoa Vermelha; e de Curso de Conscientização Turística para elementos da Brigada Militar no Município de Gramado.

Ainda com vistas à melhoria dos serviços de apoio ao turismo, foi feito o levantamento dos recursos humanos especializados aproveitados na rede hoteleira gaúcha; e a organização e coordenação geral dos encontros dos organismos municipais de turismo nas cidades de Capão da Canoa, Santo Ângelo, Pelotas e Gramado.

A CRTUR tem atuado também em reuniões e em eventos específicos, tais como reuniões técnicas para o Desenvolvimento de Recursos Humanos da Região Sul, promovidas pela EMBRATUR, nas cidades de Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba, ou através da colocação de estande como sucedeu no Congresso das Organizações Turísticas da América Latina (COTAL) e em demais congressos e encontros promocionais de nível nacional e internacional.

Das campanhas promocionais ativadas, cumpre destacar: Nesta Terra a Vida Tem Outro Sabor, em conjunto com a EMBRATUR; Felicidade em Qualquer Tempo; Venha Viver o Quente do Inverno; Rio Grande do Sul -- Seu Verão do Início ao Fim Está Aqui; Rio Grande do Sul, um Estado de Emoção; Semana da Gastronomia Gaúcha em conjunto com a Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Projeto Feitoria, Mais de 200 Anos do Negro no Rio Grande do Sul; lançamento da Casa do Gaúcho no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio.

A CRTUR atuou ainda através da elaboração de projetos de pesquisa turística, promoveu cursos de treinamento, participou de comissões técnicas junto à SIC, bem como elaborou e editou várias publicações, como Calendário de Eventos Turísticos, Catálogo de Hotelaria e Manual de Orientação para o Desenvolvimento Turístico do Município.

Em várias de suas realizações, a CRTUR contou com o apoio da EMBRATUR, além de outros organismos como Organização dos Estados Americanos (OEA), Centro de Treinamento de Capacitação para o Turismo (CICATUR), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH) e da iniciativa privada.

2.13 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

2.13.1 — SECRETARIA DA FAZENDA (SF)

A atuação da Secretaria da Fazenda, no quadriênio 1983-86, tem-se pautado sempre no sentido de executar as medidas necessárias ao bom encaminhamento dos negócios relativos à receita e à despesa, bem como pelas iniciativas e providências que digam respeito à política financeira do Estado, para obtenção e emprego de recursos financeiros necessários ao atendimento das necessidades públicas, uma vez que congrega, dentro de sua pasta, órgãos de orçamento, contabilidade, administração tributária, financeira e de material.

No que se refere à parte orçamentária do Estado, todos os esforços têm sido canalizados para a realização de estimativas mais acuradas de receitas que permitam a elaboração de uma proposta orçamentária mais condizente com a realidade das finanças estaduais. Com a modernização dos meios de acompanhamento e gerenciamento das finanças públicas, pelo uso intensivo da informática, os técnicos da Secretaria têm buscado um número cada vez maior de informações com o fim de utilizá-las nos estudos referentes à metodologia de estimativa. Desse modo, em 1984, foi desenvolvido pelo Gabinete de Orçamento e Finanças um trabalho intitulado "Administração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) — por Objetivos — Um Ensaio Metodológico", buscando espelhar o ICM arrecadado em termos espaciais no âmbito do Estado e ao mesmo tempo relacionar as arrecadações por região com as diversas atividades econômicas, produzindo, dessa maneira, subsídios para o estabelecimento de parâmetros que possibilitem a análise de distorções que se apresentarem num determinado período, ao mesmo tempo fornecendo mais elementos para futuras expectativas de valor arrecadado.

Esse trabalho vem sendo testado com vistas a aperfeiçoar as estimativas regionais. Ocorre que o período em que as observações foram registradas ainda é muito curto e serão necessários mais alguns anos para que os frutos desse esforço venham a ser colhidos.

Outra tentativa de aperfeiçoar o conhecimento acerca do imposto em questão diz respeito ao acompanhamento mensal do tributo com o fim de se estabelecerem reestimativas mensais durante o ano. Esse método baseia-se em comportamentos médios mensais do ICM nos últimos anos e projeta a arrecadação dos meses seguintes, baseando-se no valor arrecadado até determinado mês. Com isso, portanto, mensalmente se corrige os valores estimados tornando mais rico o manancial de informações relativas ao tributo, possibilitando o fornecimento de informações mais instantâneas ao Secretário da Fazenda e a outras autoridades executivas.

O novo panorama nacional, em 1986, advindo da implantação do Plano Cruzado, trouxe profundas modificações nas relações econômicas, alterando comportamentos e hábitos, o que, logicamente, vem se traduzindo nos ingressos pú-

blicos, especialmente na arrecadação do ICM, já que o mesmo reflete a situação dos fatos econômicos.

Outro fato de extrema importância no período em pauta foi a elaboração do Plano Básico de Saneamento das Finanças do Estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de um trabalho que, por suas limitações, não busca solucionar os problemas financeiros do Estado mas sim "protar algumas tendências bastante claras do comportamento da economia e das contas públicas do Rio Grande do Sul e a extensão para o futuro de algumas diretrizes que começaram a ser implantadas no atual Governo." É, antes de mais nada, um documento que retrata a situação das finanças públicas estaduais e que representa algumas sugestões e medidas de como o Estado poderá superar seus problemas financeiros a médio e longo prazos.

Ainda quanto ao aspecto de despesas e receitas do Estado, houve um desdobramento da programação financeira em períodos semestrais, visando à compatibilização entre o fluxo do ingresso e as reais necessidades de cada órgão da Administração Estadual obedecendo às prioridades estabelecidas no Programa de Governo.

Um problema seríssimo que enfrentou o Estado do Rio Grande do Sul nessa Administração foi o da Dívida Pública. Em março de 1983, a dívida pública era de Cr\$ 427 mil, que evoluiu para mais de Cz\$ 23 bilhões (julho/86), num crescimento da ordem de 5.286%. No mesmo período, no entanto, só as correções cambial e monetária são responsáveis por 95% do total da dívida. A dificuldade fundamental é que há uma concentração de pagamentos a curto prazo. Isto faz com que entre amortizações de empréstimos, a longo prazo, que estão vencendo neste ano e a rolagem das operações de antecipação de receita, o Estado tenha que desembolsar mais de Cz\$ 7 bilhões. Durante todo esse período, foram realizados esforços para diminuir os custos dos empréstimos, mudar o perfil dos vencimentos com melhor distribuição do serviço da dívida ao longo tempo e amortização dos débitos vencidos. O que se pretendeu foi tornar mais administrável a dívida, principalmente nos prazos e nos custos. Mesmo com todas as dificuldades e medidas do Governo Federal que impedem que o Estado jogue para prazos melhores seus débitos, o Estado tem conseguido, nos últimos meses, rolar 100% de sua dívida de longo prazo e 75% da dívida externa.

No que concerne ao aspecto tributário, em 1983, na área de prevenção fiscal, especial ênfase foi dada ao "Bolão do ICM", que foi a atividade propulsora da educação e promoção tributária e, na área de repressão, à racionalização de atividades fiscais conjugada com a atuação orientadora dos trabalhos de fiscalização.

Pela Portaria nº 03/83-CGICM foi criado o grupo de trabalho ao qual foi atribuído o encargo de elaborar o I Plano Diretor de Ação Fiscal, que definiu e estabeleceu as diretrizes a serem seguidas pela administração tributária, obedecendo, evidentemente, às prioridades governamentais. Como consequência, houve um aperfeiçoamento cada vez maior das atividades de fiscalização, com a prática de auditorias mais minuciosas e abrangentes. Nesse sentido, procedeu-se à implementação de lançamento automatizado do imposto declarado e não recolhido e o uso intenso de processamento eletrônico de dados nos trabalhos fiscais.

Por outro lado, a ação fiscal não se restringiu à constituição de créditos tributários, mas abrangeu, também, a orientação aos contribuintes quanto ao cumprimento das obrigações tributárias, o julgamento na esfera do procedimento

tributário-administrativo, o controle e a fixação da distribuição da receita do ICM aos municípios e a proposição de parâmetros de política tributária, através de modificações na legislação fiscal.

Entre as ações que influenciaram diretamente no crescimento real do ICM, salienta-se a celebração de diversos convênios junto ao Conselho de Política Fazendária (CONFAZ), principalmente no que se refere à tributação das carnes; à tributação integral dos cigarros; à ampliação das atividades do Pólo Petroquímico; ao cumprimento do Artigo nº 143 do Código Tributário Nacional (CTN), que prevê a conversão cambial na data do embarque, em se tratando de exportação de soja em grão, óleo, farelo e fumo; à exigência do pagamento antecipado de ICM, nas saídas para fora do Estado, da soja em grão e do arroz em casca; à equiparação das multas por mora; à remuneração financeira de mercado e ao incremento da fiscalização do ICM em áreas críticas, com ênfase nas saídas de produtos para outros Estados via rodoviária e, em especial, via Porto de Rio Grande.

Na área da fiscalização, a realização ainda esteve voltada para o acompanhamento e a fiscalização de tributos como o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e o Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (ISPV).

Os principais trabalhos desenvolvidos na área de produção fiscal foram: operação arroz, cujas auditorias realizadas, no período, atingiram valores superiores a Cz\$ 40 milhões; operação supermercados, que no decorrer do ano de 1986 apresentou produção de Cz\$ 19 milhões; operação moinhos, iniciada em 1985 e cujos autos de lançamentos lavrados superam a casa de Cz\$ 25 milhões; operação Porto de Rio Grande, iniciada em 1983, esse trabalho tem proporcionado excelentes resultados diretos e indiretos no que diz respeito ao ingresso de recursos aos cofres do Estado. Em 1986, como resultados diretos que superam a casa dos Cz\$ 20 milhões, foram detectadas irregularidades nas exportações de farelo de soja e que levaram às auditorias em diversas empresas do ramo. Quanto aos resultados indiretos, destaca-se a ação fiscal preventiva no que diz respeito às importações realizadas por empresas sediadas em outras unidades da Federação e cuja comercialização foi feita neste Estado. *Essa ação proporcionou receita na ordem de Cz\$ 40 milhões.*

Destaca-se, ainda, recolhimentos de empresas exportadoras de soja em grão, cuja matriz está localizada em outro estado, por onde são emitidas as guias de exportação, e que, por ação fiscal, se inscreveram no Rio Grande do Sul, proporcionando arrecadação de Cz\$ 51,4 milhões; Trânsito de Mercadorias, foram interceptados 70 mil veículos com produção total de Cz\$ 174 milhões, incluindo recolhimentos espontâneos; operação SUNAB, dando cumprimento às medidas de ordem econômica estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 2.284 de 10 de março de 1986, foi criada a Central Estadual de Apoio ao Controle de Preços que coordenou as atividades de fiscalização de preços no Estado, sendo um total de multas aplicadas de Cz\$ 2,2 milhões.

Na área de promoção tributária, foram desenvolvidas atividades de: educação tributária; integração fisco/contribuinte; publicidade tributária; elaboração e distribuição de material didático.

Ainda quanto ao aspecto tributário, foram efetuadas ações na área de Sistema de Fiscalização e Controle do Setor Primário; Distribuição de Receitas Tribu-

tárias, que envolve principalmente a operação dos índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do ICM e de assessoramento, pesquisa e estudos, destacando-se trabalhos como a Análise Setorial da Arrecadação do ICM e as Desonerações Fiscais do ICM no RS e a participação em grupos de trabalhos, em especial no Grupo 37 — COTEPE/ICM e no subgrupo que elaborou as tabelas do ISPV/IPVA, a serem publicadas em todo o território nacional, para o ano de 1987.

Dentre as atividades desenvolvidas pela Secretaria, destacam-se, também, aquelas pertinentes à despesa de pessoal e sua relação com a receita tributária; ao desempenho da ação da cobrança da dívida ativa na esfera administrativa; à evolução das receitas correntes e das transferências intergovernamentais aos municípios, bem como o cancelamento de vantagens pagas indevidamente a servidores e cobrança de juros e multas de agentes arrecadadores.

Pelos controles estabelecidos na SF, observa-se que a relação da despesa de pessoal com a receita tributária líquida, nos últimos quatro exercícios, apresentou uma pequena variação de 113,03%, em 1983, para 113,45%, em 1986, o que demonstra o alto grau de comprometimento do Estado com esta despesa.

Durante esta Administração, foram desenvolvidos esforços tendentes a incrementar o desempenho na área de cobrança dos créditos da Fazenda Pública, inscritos em dívida ativa, tendo-se obtido, com tal programa, uma melhoria de "performance".

Da análise da evolução das receitas correntes do Estado, constata-se que no exercício de 1984 houve uma pequena redução nesta receita em relação a 1983, tendo ocorrido uma recuperação em 1985. Já em 1986 ocorreu um crescimento real de 36,79% em relação ao exercício de 1983.

Com relação às transferências aos municípios, o comportamento verificado assemelha-se ao do item anterior, exceção feita ao que se refere à TRU e ao ISPV, tendo em vista que a primeira vigorou até o exercício de 1985, e o segundo, com vigência a partir de 1986, apresentou um desempenho muitas vezes superior ao tributo substituído, tendo um acréscimo de 548,60%.

Outra medida da pasta foi a implantação do sistema de análise, controle e aperfeiçoamento do pagamento de pessoal. Este procedimento resultou numa economia ao erário estadual da ordem de Cz\$ 27,0 milhões no ano de 1986.

A introdução de métodos objetivando a agilização dos ingressos das receitas estaduais na Conta Disposição da Secretaria da Fazenda, num prazo máximo de 48 horas, tem permitido que o órgão competente da Superintendência da Administração Financeira (SAF), caso não seja cumprido esse prazo, acione as disposições contidas nos respectivos convênios, resultando na cobrança de juros e multas dos agentes arrecadadores. Esta medida proporcionou atingir até outubro de 1986 o montante de Cz\$ 1,29 milhões.

Além da vantagem de a Secretaria poder contar com os valores creditados num menor prazo, o sistema proporcionou uma diminuição dos juros pagos à rede bancária, em virtude da redução da tomada de recursos junto às instituições financeiras.

No que tange à despesa com pagamento do pessoal da Administração Direta, excluindo a Brigada Militar, os servidores ativos absorviam, em março de 1983, 76% da folha de pagamento do Estado, enquanto que os restantes 24% foram dis-

pendidos com inativos e pensões, tanto vitalícias como alimentícias. Já em outubro de 1986, os dispêndios com o pessoal ativo passou a um patamar inferior (67,2%), enquanto que 32,8% da folha foi destinado ao pagamento dos inativos e pensionistas.

Quanto à despesa com pessoal ativo, cabe um destaque ao magistério que, em março de 1983, atingia 52% da folha de pagamento destinada àquela categoria e, em outubro de 1986, esse percentual ficou situado em torno de 38%.

Um outro fator interessante de ser analisado é o valor do cheque médio dos servidores que, em março de 1983 alcançou a cifra de Cz\$ 157 e, em outubro de 1986, Cz\$ 6,1 mil. Se compararmos o aumento do salário mínimo no período mencionado, verificaremos que este sofreu um aumento de 3.311%, enquanto o cheque médio teve um aumento superior, situando-se em 3.816%.

No que se refere ao controle de pagamentos de pessoal, é oportuno registrar a execução do Projeto Controle de Inativos e Pensionistas. Trata-se de um sistema que, através de Declaração de Vida, objetiva efetuar o controle dos pagamentos a inativos e pensionistas que recebem seus proventos ou pensões de procuradores ou possuem conta-conjunta.

Por iniciativa do Departamento do Patrimônio foram tomadas providências que redundaram na constituição da Comissão Permanente de Exame e Solução de Problemas de Levantamento, Demarcação e Legalização de Terras Pertencentes ao Estado do Rio Grande do Sul, visando à regularização de 210 imóveis localizados no Interior do Estado. Tais imóveis, situados em 59 municípios, representam uma área de 68.745 hectares que, provavelmente, contribuirão para a solução do problema de assentamento de colonos sem-terra.

Os resultados do trabalho da referida comissão, que é composta por representantes da Procuradoria-Geral do Estado e das Secretarias da Fazenda e da Agricultura, vêm ao encontro de um dos objetivos principais da administração fazendária que é o exercício do controle dos bens do Estado.

Ainda nessa linha de ação, diversos imóveis estaduais inservíveis aos serviços ou interesses públicos estão sendo objeto de estudos, visando a sua alienação. Essas providências, que dependem da autorização legislativa, já resultaram na preparação de venda de seis imóveis que totalizam uma área de 95.898,01 m²

Integrado na política de contenção de despesas, preconizada pela Administração Estadual no último quadriênio, o Departamento Central de Administração do Material (DECAM), buscou a aquisição de bens para toda a Administração Direta e Indireta do Estado por preços inferiores aos praticados no mercado, através das diversas modalidades de licitações, em número de 19.837, totalizando, aproximadamente, Cz\$ 302 milhões.

Para tanto, criou-se o Calendário de Compras, que busca uma racionalização do sistema de aquisições de materiais, visando a adquirir os produtos por um menor custo, pela redução de preço em função da maior quantidade de unidades a serem adquiridas, possibilitando uma afluência maior de licitantes.

Pretendendo, ainda, a redução dos custos operacionais, elaborou-se um projeto de descentralização de compras e iniciou-se a implantação, via computador, do cadastro de fornecedores, da especificação de materiais e do protocolo integrado.

2.14 — INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

2.14.1 — BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A (BANRISUL)

Refletindo o ciclo recessivo mundial, a economia brasileira entrou numa fase de agudos desequilíbrios que se fizeram sentir a partir de 1981, atingindo de forma defasada, no tempo e na intensidade, suas instituições.

Nesse panorama, o sistema bancário foi chamado a captar recursos no mercado financeiro internacional e repassá-los à empresa nacional, na tentativa de fechar as contas cambiais brasileiras.

Com o propósito de debater o reequilíbrio, as autoridades tomaram uma série de medidas nas áreas fiscal, monetária e cambial, mas que também criaram alguns novos desajustes. Foi o que ocorreu com o internamento de recursos em moeda estrangeira, associado às máximas desvalorizações cambiais que deixaram as empresas extremamente debilitadas e algumas inadimplentes, em consequência do que, parte dos ativos do sistema bancário foi inflada pelos créditos em liquidação.

Nesse contexto, o atual Governo encontrou o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A apresentando desequilíbrios e disfunções que comprometeram o seu bom desempenho e, para reverter essa tendência afirmou-se uma política de ação no trinômio austeridade, responsabilidade e integração.

Procurou-se tornar o Banco mais competitivo, com sua filosofia de atuação voltada à captação, proporcionando a seus clientes novas alternativas na linha de produtos e, ao mesmo tempo fortalecer o apoio financeiro ao setor privado — com ênfase nas pequenas e médias empresas sediadas no Estado — e ao setor público, em consonância com as prioridades do Governo Estadual.

Para alcançar esse propósito, o banco elegeu dentre seus objetivos o aumento de sua participação nas captações, atingindo, no final de 1985, a participação de 1,7% dos depósitos totais no Sistema Bancário Nacional, contra a de 1,45% verificada no final de 1982.

De outro lado, a organização foi modernizada pela criação de mecanismos que determinaram maior eficiência e eficácia no processo decisório, conduzido exclusivamente através de órgãos colegiados, imprimindo maior rapidez e segurança nos negócios.

Esforços foram despendidos no sentido de compor os créditos de baixa liquidez, tendo presente a importância representada para o Estado o retorno ao equilíbrio das empresas em situação débil, para gerar riquezas e empregos, bem como a necessidade de o BANRISUL recuperar os valores emprestados para continuar a dar suporte financeiro ao desenvolvimento da economia gaúcha. Como resultado, em 31.10.86, a rubrica de créditos em liquidação baixou de 7,4%, que atingiu no início da gestão, para 0,2% apresentado em 31.10.86.

O constrangimento que o elevado índice de immobilizações impunha às atividades normais do Banco também foi saneado na medida em que foi conduzido à expressão aceita como boa técnica bancária, situando-se em 78,24% em 31.10.86.

Empenhado em proporcionar assistência financeira a todos os municípios do Estado do Rio Grande do Sul, a rede de agências em funcionamento foi ampliada de 279, no início da Gestão, para 295 no final de 1986. No mesmo período, também houve uma expansão de postos de atendimento bancário especial de 46 para 72.

Visando a dar maior fluidez às informações requeridas, o BANRISUL investiu equilibradamente no processamento eletrônico de dados de modo a satisfazer as necessidades de sua clientela.

Os esforços desenvolvidos foram recompensados a partir do segundo ano de gestão com a reversão do resultado do exercício de 1984 e sua consolidação no exercício seguinte, ressaltando-se sua total recuperação sem ter recorrido a endividamentos junto ao Banco Central do Brasil.

O ano de 1986 exigiu do BANRISUL, assim como das demais instituições financeiras, um sério programa de ajustes, a partir da decretação do Plano de Estabilização Econômica do Governo face à criação de um novo ambiente econômico que congelou a correção monetária e estipulou a inflação zero.

Os reflexos desse decreto fizeram-se sentir imediatamente no resultado dos bancos pela eliminação da receita que auferiam pela aplicação com correção monetária dos depósitos à vista e outros recursos que captavam a custo zero, sem contrapartida na redução das despesas.

Em decorrência, o BANRISUL reformulou rapidamente sua estratégia, revisou toda a sua atuação desde os produtos e serviços até a sua estrutura organizacional.

Cabe salientar que o ajuste feito no BANRISUL maneteve incólume sua condição de Banco Oficial do Estado, não tendo havido demissão de funcionários, tampouco foi afetada a assistência financeira aos municípios do Estado. Procurou-se sim reduzir despesas e aumentar a produtividade pela reestruturação organizacional e remanejamento de recursos humanos, assim como o aumento da receita pela adequada administração da prestação de serviços, inclusive a cobrança das tarifas autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

A ágil resposta aos desafios lançados pelo Plano de Estabilização Econômica do Governo permitiu que o BANRISUL, no primeiro semestre do corrente ano, já apresentasse um resultado (lucro líquido) da ordem de Cz\$ 48,2 milhões e uma previsão para o segundo semestre de 140 milhões.

2.14.2 — DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A (DIVERGS)

O Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria da Fazenda, detém o controle acionário da Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Estado do Rio Grande do Sul com 66% do seu capital, o que representa Cz\$ 50,9 milhões em novembro de 1986.

A DIVERGS é sucessora da Banrisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, pois a assembléia geral de acionistas, de 15 de abril de 1985, autorizou a modificação da razão social, bem como a compra, por parte do Estado do Rio Grande do Sul, da totalidade das ações em poder dos acionistas.

Em 31 de outubro de 1986, a DIVERGS já mantinha em tesouraria 17,03% dessas ações e estava negociando os 16,97% restantes.

Através da Portaria nº 1421, de 20 de junho de 1984, da Secretaria da Fazenda, a administração do Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual voltou a ser realizada pela DIVERGS.

Para cumprir seus objetivos de manter e assistir no mercado financeiro brasileiro a dívida mobiliária interna do Estado, proporcionando liquidez para seus papéis, a mesa de "open market" da DIVERGS estava captando diariamente, em novembro de 1986, no mercado financeiro, importância superior a Cz\$ 14 bilhões.

No período 1983-86, os principais indicadores econômicos da empresa apresentavam o seguinte desempenho:

— patrimônio líquido: de Cz\$ 13,1 milhões para Cz\$ 206,9 milhões, com um crescimento de 1.479%;

— Capital Social: de Cz\$ 2,2 milhões para Cz\$ 77,2 milhões o que corresponde a um crescimento de 3.409%;

— compromissos de recompra ou compra: de Cz\$ 94,5 milhões para Cz\$ 6,8 bilhões, correspondendo a um crescimento de 7.107%;

— receitas operacionais: de Cz\$ 14,3 milhões para Cz\$ 520,6 milhões, com um crescimento de 3.540%.

Esses valores bem demonstram o desempenho da DIVERGS no quadriênio 1983-86 e a eficácia com que tem operado no mercado financeiro, pois, neste período, a inflação apresentou um crescimento de 1.417%.

2.14.3 — CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL (CEE/RS)

Os depósitos da Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, entre março de 1983 e dezembro de 1986, aumentaram expressivamente, passando de Cr\$ 124,6 bilhões (Cz\$ 0,12) para Cz\$ 7,8 bilhões (saldo previsto), atingindo uma variação de 6.160%, ao passo que as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs, hoje OTNs) experimentaram uma variação da ordem de 3.131%.

Os depósitos com correção monetária, fundamentalmente cadernetas de poupança, continuaram com expressiva participação no total da carteira de depósitos. Esses recursos, em março de 1983, eram da ordem de Cr\$ 102,9 bilhões (Cz\$ 0,10) e representavam do total 82,56% da carteira de depósitos. O saldo previsto para dezembro de 1986 atinge Cz\$ 6,5 bilhões, ou seja, 83,33%. O número total de depositantes da Autarquia passou de 2.705.833 em março de 1983 para 4.825.232 (previsão) em dezembro de 1986, o que significa dizer que, no período 2.119.399 novas contas foram abertas.



Como agente do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), a CEE/RS utilizou recursos do Banco Nacional de Habitação (BNH), para concessão de financiamentos habitacionais e, através de programas especiais, colaborou com as prefeituras de municípios gaúchos em projetos de desenvolvimento urbano. Merecem destaque, nesse aspecto, as aplicações brutas realizadas nos projetos Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada (CURA) que, nos últimos quatro anos, atingiram respectivamente Cz\$ 19,19 milhões, Cz\$ 67,63 milhões, Cz\$ 83,29 milhões e Cz\$ 63,20 milhões (previsão até 31.12.86) no período 1983-86.

Igualmente, devem-se destacar as aplicações brutas realizadas no Programa de Financiamentos em Lotes Urbanizados (PROFILURB), que alcançaram Cz\$ 2,51 milhões, Cz\$ 8,39 milhões, Cz\$ 24,83 milhões e Cz\$ 3,20 milhões (previsão até 31.12.86) respectivamente.

O saldo da Carteira de Operações de Crédito passou de Cz\$ 139,5 milhões para Cz\$ 7,8 bilhões (previsão até 31.12.86), o que significa uma variação de 5.491,40% no período 1983-86.

Tendo em vista que a grande massa de recursos captados são remunerados com correção monetária (hoje seguro-inflação), a Autarquia, adaptando-se a essa realidade, a partir de 1981, começou a concentrar mais intensamente suas aplicações nos empréstimos do Sistema Financeiro de Habitação.

O saldo desses empréstimos, que em março de 1983, integrava o total da Carteira de Operações de Crédito com Cz\$ 104,26 milhões e representava 74,75% do total da Carteira Geral de Empréstimos, passou a participar com 85,76% do total de Cz\$ 6,86 bilhões (previsão para 31.12.86). Merecem também atenção os empréstimos escolares, pois, nessa modalidade, foram aplicados, respectivamente, nos anos de 1983 a 1986: Cz\$ 3,17 milhões, Cz\$ 13,00 milhões, Cz\$ 44,00 milhões, Cz\$ 89,13 milhões, sendo que, em 1986, foram financiados 58.974 estudantes. O valor médio de cada financiamento atingiu Cz\$ 1.511,34.

Nesse período o número de servidores aumentou de 4.947 para 5.301, representando um incremento de 354 por absorção de servidores de outras instituições.

A CEE/RS tem, atualmente, 135 agências, 10 postos de prestação de serviços e 3 lojas de poupança assim distribuídas: 19 agências na Capital, 116 agências no Interior, 4 postos de prestação de serviços na Capital, 6 postos de prestação de serviços no Interior, 2 lojas de poupança na Capital e 1 loja de poupança no Interior.

Já o resultado líquido da CEE/RS, durante o quadriênio 1983/86, apresentou respectivamente os seguintes valores: Cz\$ 0,95 milhões, Cz\$ 0,41 milhões, Cz\$ -41,19 milhões e Cz\$ -260,04 milhões no primeiro semestre de 1986.

Cabe ainda dizer que o patrimônio líquido teve a seguinte evolução: Cz\$ 13,51 milhões em junho de 1983, Cz\$ 52,33 milhões em dezembro de 1984; Cz\$ 70,71 milhões em dezembro de 1985 e Cz\$ 140,15 milhões negativos em outubro de 1986.

2.14.4 — BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (BADESUL)

O Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A tem por missão apoiar e induzir o fortalecimento e o desenvolvimento das atividades eco-

nômicas e sociais do Rio Grande do Sul, com ênfase em ações criativas e inovadoras que identifiquem o BADESUL como principal instituição de fomento no Estado. Assim, o BADESUL, conforme seus objetivos estratégicos, presta apoio financeiro à capitalização de micro, pequenas, médias e grandes empresas, ao incremento das exportações, ao desenvolvimento tecnológico, à infra-estrutura, ao desenvolvimento social e urbano e ao desenvolvimento de pólos industriais.

Como banco de desenvolvimento, o BADESUL atua através de programas de apoio, como o Programa de Apoio às Microempresas, que objetiva favorecer o surgimento de novos empresários ou expandir as pequenas unidades de produção no Estado, pois é nesse nível de empresa que se minimiza a necessidade de capital por unidade gerada de emprego, colaborando para a redução das pressões migratórias aos grandes centros, tendo em vista que os recursos do Programa têm-se destinado prioritariamente às empresas localizadas no Interior do Estado. No exercício de 1983, foram aprovadas em favor de microempresas 527 operações de crédito no valor total de Cr\$ 1,4 bilhão; no exercício de 1984, foram aprovadas 508 operações no valor de Cr\$ 5,9 bilhões; no exercício de 1985, foram aprovadas 304 operações no valor de Cr\$ 19,7 bilhões, e está previsto para 1986 a aprovação de 490 operações no valor de Cz\$ 90 milhões.

O Programa de Apoio à Infra-Estrutura tem como finalidade auxiliar a infra-estrutura estadual, destacando-se, entre os projetos apoiados pelo Banco, os serviços prestados na implantação do trem urbano de Porto Alegre, mediante convênio firmado com a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), para repasse dos recursos oriundos do Banco Internacional para Desenvolvimento e Reconstrução (BIRD). No exercício de 1985, por conta do referido projeto, foram repassados recursos no montante de Cr\$ 61,2 bilhões, equivalente a US\$ 12 milhões, perfazendo um total acumulado até o presente de US\$ 118,2 milhões; para o exercício de 1986, estão previstas liberações no montante de Cz\$ 170 milhões. Outros recursos utilizados também para obras de infra-estrutura são aqueles provenientes das linhas de crédito da EBTU e do BNH, sendo seus tomadores órgãos públicos das Administrações Direta e Indireta.

O Programa de Apoio à Substituição de Combustíveis Derivados de Petróleo foi instituído no sentido de promover a troca de equipamentos industriais, consumidores de derivados de petróleo, por outros que utilizem combustíveis alternativos nacionais, como carvão mineral, lenha, casca de arroz e energia elétrica principalmente. A economia de óleo combustível proporcionada pelo Programa atingiu o montante de 240.000 t/ano.

O Programa de Apoio à Informática pelo BADESUL tem direcionado seus esforços no sentido de consolidar e expandir o parque industrial gaúcho de informática, hoje como terceira indústria a nível nacional. Para fortalecer ainda mais essa expansão, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) instituiu, em 1985, o Programa de Apoio à Informática (PROINFO), que já vem sendo operado pelo BADESUL. Os recursos do PROINFO destinam-se a uma variada gama de clientes potenciais.

O Programa de Apoio à Indústria de Calçados tem por meta apoiar a indústria calçadista do Vale dos Sinos, promovendo a modernização e a expansão das empresas, visando a melhorar sua capacidade de concorrência nos mercados interno e externo.

O BADESUL, no sentido de continuar estimulando o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico de novos produtos e processos que utilizem técni-

cas de Biotecnologia e considerando a difusão nacional da crescente importância da Biotecnologia como fator estratégico para o desenvolvimento econômico do Brasil, deu seu aval, em agosto de 1986, ao contrato de financiamento voltado à execução do citado objetivo, firmado entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). A segunda etapa do Programa de Biotecnologia do Rio Grande do Sul está em elaboração, com o objetivo de reunir e integrar as instituições e os projetos de pesquisa e, também, de fomentar esse relacionamento e essa integração ao segmento empresarial gaúcho como estímulo ao desenvolvimento tecnológico da empresa e da economia gaúcha.

O BADESUL, como agente de desenvolvimento, tem procurado apoiar o setor de turismo propiciando a implantação de novas unidades hoteleiras e prestadoras de serviços turísticos, dando condições de que mais visitantes venham ao nosso Estado e aqui permaneçam em suas férias, não sendo somente um ponto de passagem. Os objetivos do BADESUL com o presente programa são: contribuir para o crescimento econômico do Estado, a geração de novos empregos e a melhoria das condições sociais, e satisfazer as necessidades turísticas dos visitantes em termos quantitativos e qualitativos. Para atingir esses objetivos, o BADESUL obteve uma linha de crédito junto ao BNDES e a requereu junto à Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR).

O Programa de Incentivo à Produção Primária destina-se a financiar investimentos na área rural, excetuando-se o crédito para custeio, mas traz ainda consigo dois outros objetivos: abrir linha de crédito dentro do sistema BNDES para o crédito rural — até então somente ao Banco Central do Brasil (BACEN) era o fornecedor desses recursos — e desenvolver uma determinada microrregião, no caso específico a Oriental da Lagoa dos Patos, em sua primeira etapa.

O Programa de Apoio Tecnológico à Indústria de Máquinas e Implementos Agrícolas, desenvolvido em conjunto com a Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), visa a apontar recursos junto às indústrias de máquinas e implementos agrícolas do Estado, mediante a abertura de uma linha de crédito junto à FINEP. Os objetivos do Programa são: o desenvolvimento de novos produtos, desenvolvimento de tecnologia com vistas ao aumento de produtividade e redução de custos, e a implantação e/ou desenvolvimento do setor de controle de qualidade de produtos. Afora esses, o BADESUL vem desenvolvendo novos programas a serem implantados a partir do exercício de 1987.

O BADESUL tem alcançado bons índices de aplicação de recursos, atingindo Cr\$ 79,6 bilhões em 1983, Cr\$ 273,4 bilhões em 1984, Cr\$ 507,2 bilhões em 1985, e para o ano de 1986 foi previsto Cz\$ 1,9 bilhão.

No exercício de 1983, as operações aprovadas geraram 3.974 empregos diretos; no exercício de 1984, 4.176 empregos diretos; no ano de 1985, 2.812 empregos diretos; no ano de 1985, 2.812 empregos, e para o ano de 1986 foram previstos 5.600 empregos.

O Setor Primário participou, no exercício de 1983, com 13,9% das aplicações; em 1984, com 1,5%; em 1985, com 2,5%; e para o ano de 1986, 0,4%.

O Setor Secundário participou, no exercício de 1983, com 28,4%; em 1984, com 29,5%; em 1985, com 40%; para 1986, 42,8%.

O Setor Terciário participou, em 1983, com 57,7%; em 1984, com 69%; em 1985, com 57,5%; para 1986, 56,8%.

As aprovações demonstram, no período analisado, uma porcentagem maior para a microrregião de Porto Alegre. Cabe lembrar, contudo, que o subsetor calçados se encontra praticamente todo concentrado nessa região, sendo seu valor relevante. As outras microrregiões que se destacam são: a Vinicultora de Caxias do Sul, a de Passo Fundo, da Campanha e a da Lagoa dos Patos.

2.14.5 — BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE)

A economia rio-grandense, no período 1983-86, caracterizou-se pela lenta retomada do crescimento, o que trouxe reflexos semelhantes na atividade do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, que destinou cerca de Cz\$ 12.981,3 milhões às empresas gaúchas.

Nesse intervalo, o BRDE atuou voltado basicamente à preservação do parque industrial, ao mesmo tempo em que contribuiu com significativo volume de recursos para a manutenção da estabilidade financeira do Estado, bem como de empresas estatais.

Cita-se, também, uma maciça aplicação de recursos para investimento fixo, destacando-se os segmentos metal-mecânico, mobiliário, alimentos, química e papel e celulose.

Setorialmente, a Agência aplicou em torno de Cz\$ 333,7 milhões (3%) no Setor Primário, destacando-se como agentes tomadores as cooperativas e produtores rurais. O Setor Secundário alocou 30% (Cz\$ 3.861,0 milhões) do total dos recursos aplicados no período, enquanto os Cz\$ 8.786,6 milhões restantes (67%) se destinaram ao Setor Terciário.

O Setor Público foi o maior tomador, com 68% do total dos financiamentos no período, com destaque para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Como reflexo do contexto recessivo por que passou a economia nacional nos anos recentes, ainda predomina a carência de recursos financeiros das tradicionais fontes repassadoras, limitando a ação do Banco em termos de volume de aplicações. O segundo semestre registrou significativa demanda de recursos pelo setor privado, o mesmo não ocorrendo com o setor público, que pouco investiu.

Nessa fase de transição, o BRDE, em consonância com as prioridades governamentais, adotou uma linha de conduta visando, basicamente, à preservação do parque industrial do Estado, ao mesmo tempo em que permitiu o investimento em setores fabricantes de bens de consumo, em função do aquecimento da demanda.

No decorrer do ano de 1986, o BRDE, através da Agência de Porto Alegre, contratou 820 operações financeiras no valor de Cz\$ 1.548,9 milhões, alcançando 92% do montante contratado no ano anterior. Desse total, 55 operações destinaram-se ao Setor Primário, num montante de Cz\$ 50,9 milhões (3%), e 633 operações foram contratadas com o Setor Secundário, atingindo Cz\$ 905,3 milhões, o que representa um crescimento de 294% sobre o ano anterior. O Setor Terciário contribuiu com 132 operações, no valor de Cz\$ 592,7 milhões, representando 38% da ação financiadora da Agência.

A assistência financeira prestada pelo BRDE ao Setor Privado da economia rio-grandense, abrangendo 62% do valor das contratações, foi mais incidente nas operações de investimento em formação de capital, em função da retomada do crescimento. Os referidos financiamentos beneficiavam mais de 400 empresas, abrangendo produtores rurais, cooperativas, empresas rurais, industriais, comerciais e de serviços, cujos recursos se originaram, principalmente, da FINAME, BNDES/POC e BACEN/PRONAGRI.

A alocação de recursos ao setor público respondeu pelos demais 38% do total do montante contratado, onde predominaram os financiamentos ao Governo do Estado.

Quanto à origem desses recursos, 51% foram provenientes de poupanças geradas no próprio Estado, em sua maioria captados via emissão de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e, em menor escala, através da utilização dos recursos próprios da Instituição. Os outros 49% foram buscados fora do Estado, destacando-se empréstimos externos e da FINAME.

O patrimônio líquido da Agência, por sua vez, cresceu 151%, evoluindo de Cz\$ 480,8 milhões em 1985 para Cz\$ 727,0 milhões em 1986, devendo o resultado líquido do exercício atingir Cz\$ 116,0 milhões.

O saldo de aplicações da Agência de Porto Alegre do BRDE atingiu, em 1986, Cz\$ 9.570,0 milhões, representando um incremento de 138% em relação ao saldo do ano anterior, quando chegou a Cz\$ 6.947,3. Para compor esse saldo, destacam-se os financiamentos para as empresas estatais, como: Itaipu Binacional, Furnas Centrais Elétricas, CEEE, etc. Essa posição situa a Agência entre os maiores bancos de desenvolvimento do País.

2.15 — ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES

2.15.1 — SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES (SEMC)

A Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, na atual Administração, orientou as realizações das empresas a ela vinculadas: Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) e Companhia Riograndense de Mineração (CRM), dando cumprimento às novas diretrizes traçadas para a Pasta.

Os exercícios de 1983 e 1984 foram marcados por calamidades que atingiram grande parte do território do Estado. Para reparar os efeitos provocados pelas intempéries, as empresas vinculadas à SEMC tiveram que transferir grandes volumes de recursos financeiros, materiais e humanos, anteriormente programados para a expansão dos serviços visando a sanar todos os prejuízos decorrentes e a recolocar os sistemas em funcionamento.

A SEMC, considerando a importância estratégica que representam os setores de energia e telecomunicações para o desenvolvimento econômico e sócio-político do Estado, orientou as empresas vinculadas para empreenderem todos os esforços necessários para racionalizar os seus sistemas de operação.

Nesse período, houve o acompanhamento à implantação dos Programas de Eletrificação Rural e Telefonia Rural Social, no sentido de dotar a agricultura e a pecuária da infra-estrutura necessária, objetivando fixar o homem ao campo e aumentar a produtividade.

Outro item que mereceu especial atenção do órgão foi o atendimento às comunidades mais carentes, localizadas nas periferias das grandes e médias cidades do Estado, com a instalação de telefones públicos e semipúblicos da CRT.

No intuito de cumprir seus objetivos, a SEMC realizou um trabalho de levantamento de necessidades junto à comunidade e colheu subsídios, encaminhando as soluções desejadas aos órgãos das respectivas competências.

Na área de mineração, a Secretaria participou de reuniões, encontros, simpósios, seminários, debates e palestras, com temas relacionados com o carvão mineral e demais recursos minerais de interesse do Estado do Rio Grande do Sul.

Dentre esses encontros, podem ser destacados os seguintes: reuniões com as Secretarias dos Estados do Paraná e Santa Catarina, que resultaram na elaboração de um documento sugerindo a criação do Conselho Nacional do Carvão. O documento foi apresentado ao Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul que o encaminhou ao Governo Federal.

Na esfera internacional, cumpre lembrar as reuniões com o Governo americano e representantes do Ministério de Minas e Energia com vistas ao estudo de viabilidade técnico-econômica de uma central de gás a localizar-se no Baixo Jacuí; bem como os contatos com autoridades da Alemanha visando à continuação do Convênio de Cooperação Técnica. Através desse Convênio seriam desenvolvidas a instalação experimental da Unidade Termelétrica a Carvão de São Jerônimo, em leito fluidizado, a Gaseificação do Carvão em Candiota e a transferência do modelo "MARKHAL" para elaboração do Modelo Energético do Estado.

Na tentativa de minimizar os problemas surgidos, a SEMC, conjuntamente com as empresas, empreendeu esforços no sentido de obter os recursos necessários, principalmente do Governo Federal, para viabilizar os programas de expansão e atender à demanda reprimida existente tanto no setor de telecomunicações como no de energia elétrica.

2.15.2 — COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA (CEEE)

O mercado de energia elétrica do Rio Grande do Sul, no último quadriênio, cresceu 11,1%, 11,5%, 9,2% e 3,2%, respectivamente, nos anos de 1983, 1984, 1985 e 1986. Esse comportamento reflete o desempenho das principais classes de consumo, ou seja, residencial, comercial, industrial e rural, as quais absorvem cerca de 90% da energia total distribuída no mercado gaúcho.

No período em análise, a classe residencial respondeu por 24,6% do consumo total e apresentou um incremento de 4,3% no ano de 1986, abaixo do nível de crescimento de 11,0%, 9,6% e 7,6% apresentados em 1983, 1984 e 1985 respectivamente. O incremento bastante modesto, apresentado no ano em curso, reflete o atendimento da população à campanha de racionamento de energia realizada no início deste ano devido à seca que assolava a Região Sul. A descaracterização do clima de inverno, que reduziu a utilização de aparelhos de aquecimento e de secagem de roupas nas residências, foi um fator que também contribuiu largamente para a desaceleração da classe.

O nível de consumo da classe comercial, também afetado neste último ano pela campanha de racionamento, continua apresentado sinais de desaceleração. Nos quatro últimos anos, de 1983 a 1986, a classe evoluiu 6,1%, 7,8%, 5,3% e -1,2%. Em 1986, foram atendidos cerca de 158 mil estabelecimentos comerciais, responsáveis por 13,7% do consumo total. A perda sistemática de representatividade dessa categoria no consumo total de energia é justificada não somente pelo menor desempenho da classe nos últimos anos, mas também pela evolução da classe rural.

O nível de consumo da classe rural expandiu-se em 8,3% neste ano, abaixo do incremento alcançado nos três anos anteriores, que foram 31,1%, 17,2% e 21,5%. O baixo desempenho da classe, apresentando no ano em curso, não impediu que a mesma mantivesse o índice de representatividade no mercado da Companhia, semelhante ao apresentado no ano anterior, em torno de 10%.

A classe industrial atendeu neste ano 27.500 indústrias, as quais absorveram 43% do consumo total do mercado, e apresentou um incremento de apenas 3,4% em 1986, contra 10,4%, 14,0% e 8,9% em 1983, 1984 e 1985 respectivamente. O desempenho dessa categoria está condicionado não somente ao processo de racionamento de energia implantado nos primeiros meses do ano, mas também vincu-

lado às dificuldades enfrentadas pela maioria das indústrias nos últimos meses, na aquisição de matéria-prima para reposição de seus estoques após a onda consumista verificada com a implementação do Plano Cruzado. Notadamente, esses dois fatores prejudicaram o desempenho da classe, pois a expansão quase generalizada a nível de consumo por atividade industrial, apresentada em meados de maio-julho, permitia a previsão de uma retomada no crescimento da classe nos moldes anteriores ao período de recessão (1981-1983).

No que se refere à expansão do sistema de transmissão, no período 1983-86 foram construídos 712,9km de linhas de transmissão de 230 kV; 122,4km em 138kV; e 523km em 69 kV, totalizando um acréscimo de 1.358,3km, correspondendo a uma ampliação de 17,7% sobre o sistema existente em dezembro de 1982.

O acréscimo na capacidade instalada em subestações foi de 1.046 MVA em 230 kV; 250,8 MVA em 138 kV; 868,75 MVA em 69 kV; e 36,4 MVA em 44 kV, totalizando uma expansão de 2.201,05 MVA no período considerado, que representa uma ampliação de 54% sobre o sistema existente em dezembro de 1982.

Os valores investidos nas obras de transmissão e transformação citados anteriormente, corrigidos em OTN's, totalizaram Cz\$ 316.130.785, Cz\$ 346.656.520, Cz\$ 426.738.586, Cz\$ 404.075.706, respectivamente, em 1983, 1984, 1985 e 1986.

Em relação às obras de geração, foram investidos Cz\$ 652 milhões, Cz\$ 412 milhões, Cz\$ 67,9 milhões e Cz\$ 50 milhões, respectivamente em 1983, 1984, 1985 e 1986, predominantemente na UTE Presidente Médici B e que permitiram a condução dessa obra até a entrada em operação experimental da primeira unidade em outubro de 1986.

O orçamento de investimento da CEEE, para 1986, ajustado no Plano de Recuperação do Setor de Energia Elétrica, inicialmente totalizava Cz\$ 2.149,65 milhões. No entanto, face à dificuldade na alocação de recursos para investimentos que a empresa vem encontrando, esse valor foi reduzido para Cz\$ 1.371,54 milhões.

Na transmissão e transformação de energia serão despendidos 48,6% do orçamento de investimento, proporcionando um acréscimo de 474km em linhas de transmissão e de 683 MVA na capacidade das subestações. Para a execução das novas redes de distribuição e para o melhoramento das redes existentes, serão aplicados 14% do orçamento. Além disso, serão destinados mais 5% do investimento para a aquisição de medidores de energia para as instalações consumidoras. O restante do orçamento refere-se a serviços auxiliares (telecomunicações, equipamentos para a operação do sistema e para atendimento aos consumidores por terminal de computador), a administração geral (veículos e suprimentos) e a despesas de pessoal ligadas aos investimentos.

O Programa de Eletrificação Rural do Rio Grande do Sul desenvolve-se com o objetivo de levar energia elétrica à zona rural, visando à melhoria das condições do homem do campo, ao aumento da produção agrícola e à implementação do Plano Nacional de Substituição de Derivados de Petróleo. No período considerado, a média anual de ligações foi de 12 mil consumidores rurais.

Recentemente está sendo desenvolvido, em conjunto com a EMATER e o Ministério da Agricultura, o Plano Nacional de Irrigação (PRONI), cujo aporte de recursos ingressará após a assinatura do Termo de Contrato. O Programa do Projeto Fronteira Oeste, desenvolvido no período 1983/85, para os anos de 1984 e 1985, restringiu-se a obras de adequação do sistema rural existente.

O programa de gestão do atual governo, no período de março de 1983 até dezembro de 1986, realizou 6.669 obras rurais, beneficiando 176 municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

A distribuição urbana, cujo projeto principal contou com recursos do Banco Mundial (BIRD), construiu, no período 1983-86, 751km de alimentadores em 175 obras. O total de redes urbanas construídas no período foi de 3.851,5km, beneficiando cerca de 282.222 consumidores.

Somente no ano de 1986 foram construídos 130km de alimentadores e reformados outros 187km. Em redes urbanas, foram construídos 604,5km e melhorados outros 945,7km.

A construção das redes, em 1986, beneficiou cerca de 63.321 consumidores.

Dentre as obras executadas, encontram-se aquelas referentes às alterações nas redes de distribuição, adequando-as aos níveis de tensão de continuidade e de confiabilidade estabelecidas pelo poder concedente; à substituição das redes de baixa tensão particulares por extensões de circuitos secundários da CEEE com deslocamento das medições até a distância regulamentar, visando a um melhor atendimento das unidades consumidoras; e às ampliações das redes de distribuição visando à expansão do mercado consumidor.

Saliente-se, também, as obras pertencentes ao Programa de Consumidores de Baixa Renda, visando a prover de energia elétrica as residências localizadas na periferia das cidades, próximas das redes de distribuição da CEEE, que beneficiaram 30.406 famílias.

2.15.3 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES (CRT)

No decorrer desta gestão, a Companhia Riograndense de Telecomunicações, com o apoio de equipe técnico-administrativa de elevada qualificação profissional, pôde efetuar uma gestão julgada fecunda e profícua, enriquecida por realizações objetivas e concretas, marcada por equacionamento dos mais sérios problemas na busca de soluções adequadas para compensar os efeitos da compressão tarifária e preservação da qualidade dos serviços.

Toda a ação desenvolvida, a partir de março de 1983, foi para conhecer as aspirações, demandas e expectativas da comunidade rio-grandense para bem servir ao usuário aumentando a confiabilidade dos novos serviços e, apesar das dificuldades, promovendo sua expansão (no período) para atender à crescente demanda por novos terminais telefônicos.

Assim sendo, no período mar./83 a dez./85, foram instalados 30.752 novos terminais telefônicos, sendo que foram integradas ao Sistema Nacional de Discagem Direta à Distância (DDD/DDI) 24 localidades, totalizando 142 o número de localidades com acesso a esse serviço. Tendo na satisfação do usuário final um dos principais objetivos, a CRT implantou, nesse período 1.257 telefones públicos; com o objetivo de interiorizar as telecomunicações para, com isso, contribuir com a fixação do homem no campo e, face à significativa parcela da população no interior do Estado, não reunir condições de possuir um terminal telefônico individual, a CRT desenvolveu e iniciou em 1984 o Plano de Telefonia Rural Social, sendo que, em final de 1985, já estavam em operação 176 postos, dos quais 11 foram instalados em locais onde não há energia elétrica, utilizando-se para alimentá-los sistemas de energia solar e energia eólica.

Em 1986, a Empresa deu continuidade aos planos de expansão, com um crescimento de 12,7% na planta, ou seja, foram instalados 51.033 novos terminais telefônicos, atingindo 453.907 terminais, sendo que 146 municípios do Estado têm acesso ao serviço de Discagem Direta à Distância (DDD/DDI), enquanto 96 permanecem com serviços manuais na área de concessão da CRT (Pelotas e Capão do Leão são atendidos pelo CTMR/Telebrás).

Em continuidade ao Plano de Telefonia Rural Social que visa a interiorizar as telecomunicações, no ano de 1986 foram instalados mais 164 postos, totalizando 340, cujo plano estabelece a instalação de dois postos de serviços em dois distritos de cada município do Estado.

Em atendimento à demanda de serviços de comunicação de dados, a empresa aumentou suas linhas em 162 terminais instalados de video-texto.

Para atender de forma eficiente a pequenos conglomerados ou conjuntos habitacionais, foi criada a Central Telefônica Comunitária (CTC) que permite o compartilhamento de terminais telefônicos da Central e da rede de cabos. A unidade-piloto, em 1985, foi de pleno êxito e atualmente conta com 1.360 ramais instalados.

Com vistas a introduzir avançadas tecnologias de telecomunicações no Estado, foram implantadas as primeiras centrais por Programa Armazenado-Temporal (CPA-T), com 10.266 terminais, que ofereceu novas facilidades aos usuários.

2.15.4 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM)

A Companhia Riograndense de Mineração, vinculada à Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, executa a política mineral do Estado do Rio Grande do Sul desde 1947, através da prospecção mineral, pesquisas minerais e tecnológicas do carvão mineral.

Desde 1977, a CRM, visando ao aumento de sua capacidade de produção de carvão, vem projetando e executando a ampliação e a implantação de minas tanto em subsolo quanto a céu aberto.

O Programa Carvão, em andamento, é composto de três projetos:

No município de Bagé, está em andamento a ampliação da Mina de Candiota, a céu aberto, que virá aumentar 3,5 vezes a atual capacidade de produção que é de 800.000 t/ano. O início da operação está programado para janeiro de 1987 e visa a atender à demanda da segunda fase da Usina Presidente Médici, que de 126 MW passará a produzir 446 MW, e da indústria cimenteira. A escavadeira para descobertura do carvão, com capacidade de caçamba de 38 jardas cúbicas (jc), já está em operação na referida mina. Mais duas escavadeiras, com 12 jc cada uma, deverão entrar em operação em 1987. No projeto, está prevista a construção de uma Usina de Beneficiamento com capacidade final de processamento de 800 t/hora, que deverá ser implantada em módulos, devendo o primeiro módulo ter início em 1987. Nesse período administrativo, foi realizado 35,49% do projeto de implantação, com recursos que somaram US\$ 20,8 mil.

A Mina do Leão II, em implantação no Município de Butiá, é de subsolo e será totalmente mecanizada, devendo produzir 2,4 milhões t/ano de carvão "Run of Mine" (R.O.M.). A Usina de Beneficiamento terá capacidade para processar 600 t/hora visando à obtenção de um produto, carvão beneficiado, que atenda às necessidades do mercado, principalmente a indústria cimenteira, termoeletricidade, gaseificação e redução direta de minério de ferro. Nesse particular, registra-se o fato de que a Mina do Leão II nasceu vinculada ao Projeto de Gaseificação da Petrobrás que se propunha, conforme contrato firmado com a CRM em setembro de 1981, consumir 400.000 t/ano de carvão CE-5.900, que absorveria, praticamente, a capacidade nominal da Mina. Na atual administração, foi implantado 20,6% do projeto e investidos US\$ 35,5 mil.

O Projeto Mina do Iruí, em implantação no Município de Cachoeira do Sul, diz respeito a uma mina a céu aberto, com produção prevista de 1,56 milhões t/ano de carvão R.O.M.. Faz parte também do projeto uma usina de beneficiamento com capacidade de processar 400 t/hora, e seu principal mercado deverá ser a indústria cimenteira e termoeletricidade, especialmente a Usina Jacuí I, da Eletrosul.

No período de março de 1983 a dezembro de 1986, foi implantado 13,31% do projeto.

Até dezembro de 1986, os três projetos absorveram US\$ 107,45, com a implantação de 52,3% da Mina do Leão II, 71,9% da Mina do Iruí e 53,5% da Mina de Candiota.

Os recursos recebidos no período somaram US\$ 59,55 milhões e tiveram como fonte o Programa de Mobilização Energética, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Governo do Estado — repasse do Imposto Único sobre Minerais (IUM).

No concernente à mineração de ouro, a CRM está desenvolvendo o projeto da Mina João Ricardo de Souza, em Lavras do Sul, para lavra dos filões auríferos, cujos estudos para a adequada caracterização tecnológica do minério estão sendo finalizados pelo Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), no Rio de Janeiro.

Paralelamente, a fim de utilizar a disponibilidade de pessoal e equipamentos da Mina, passou-se à lavra do minério aluvionar, cuja produção no período, até

outubro, foi de 44.814,628 gramas, prevendo-se completar uma produção ao redor de 49 kg até dezembro de 1986.

Pretende-se ainda manter a plena utilização da capacidade instalada de beneficiamento da Mina do Leão I (60.000 t/mês de carvão R.O.M.), atingida no final do exercício de 1986, com o carvão proveniente do subsolo da mina, da frente a céu aberto implementada e do estoque da CAEEB adquirido; dar continuidade à implantação da Mina do Leão II, buscando mercados alternativos para a fração nobre do carvão produzido; revisar o projeto Mina do Iruí; elaborar o projeto Mina do Poacá; e modernizar a estrutura administrativa da CRM.

2.15.5 — COMISSÃO ESTADUAL DE ENERGIA (CENERGS)

A Comissão Estadual de Energia foi criada pela Portaria de 28 de agosto de 1979, pelo Governador do Estado. É integrada pelo Secretário do Estado de Energia, Minas e Comunicações e pelos Secretários de Estado da Fazenda; da Agricultura; da Saúde e do Meio Ambiente; da Indústria e Comércio; dos Transportes; e de Coordenação e Planejamento, sob a presidência do primeiro e com a participação, como membros convidados, de cinco representantes de organismos federais ligados à área de energia e pesquisa e, ainda, de sete cidadãos representando instituições ligadas ao campo dos recursos energéticos.

A Secretaria de Coordenação e Planejamento e a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações prestam à Comissão o apoio técnico e administrativo necessário.

A CENERGS conta com uma Secretaria Executiva, um Comitê Técnico Setorial e Grupos de Trabalho.

Atualmente, mantém convênios firmados com o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Economia e Estatística (FEE) e Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul (CEDIC).

Em nível de pós-graduação, mantém acordo com o Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Energia, Metalúrgica e Materiais, com o Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e efetua programa de treinamento de Recursos Humanos junto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A CENERGS, para o desenvolvimento de suas atividades, optou por um processo de trabalho associado com as instituições vinculadas ao setor energético, o qual funciona através de grupos de trabalho organizados nas mesmas. A Comissão discute com estas as orientações e metodologias com vistas a adaptar os trabalhos já existentes às suas necessidades, antes de partir para a execução dos mesmos. É um processo contínuo de realimentação que se inicia com a metodologia e continua na execução e discussão dos resultados, possibilitando o "feedback" de todo o esquema montado.

Durante esse período, a CENERGS desenvolveu diversos estudos, organizou e participou de encontros e seminários, bem como promoveu a publicação de al-

gumas pesquisas, além de outros trabalhos realizados de interesse do setor energético estadual.

Entre os trabalhos desenvolvidos, merecem destaque: a confecção do Balanço Energético Consolidado do Estado do Rio Grande do Sul, 1979-82; a montagem dos perfis tecnológicos de produção e consumo de energéticos que possibilitou a determinação dos valores de energia útil e energia perdida; a confecção do Cálculo da Energia Útil, por Energético, segundo os Setores e Usos em: mecânica, calor e iluminação, RS, 1979-82; a apresentação e exposição do Balanço Consolidado do Estado do Rio Grande do Sul junto a Centrais Elétricas do Brasil S/A (ELETROBRÁS/RJ), em 21 e 22 de março de 1983; a montagem de Programa Emergencial para uma circunstância extrema de ausência de Petróleo Bruto; a elaboração, em conjunto com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano (CEDU), do programa de execução das atividades referentes ao Encontro Técnico sobre Energia e Assentamentos Humanos; a programação matemática em que se pretende definir um Programa Energético de Investimento para o Estado, tendo em vista os menores custos de energia, operacionais e de investimentos para um período de 15 a 20 anos, conforme cada cenário proposto; a elaboração de propostas para implementação a curto prazo de energéticos alternativos que se desenvolvem no Estado; a implantação de processos computacionais para a elaboração dos balanços de forma a facilitar sua execução; a confecção do Balanço Energético Estadual, modelo OLADE, adotado pelo Ministério das Minas e Energia, 1980-81, conforme convênio entre o Ministério das Minas e Energia (MME), a Secretaria de Articulação dos Estados e Municípios (SAREM), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Estado, assinado em 30 de dezembro de 1982.

No que se refere a encontros e seminários, cabe destacar a organização e realização do Seminário sobre Matrizes e Balanços Energéticos Estaduais — Planejamento Energético Estadual que contou com o patrocínio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), desenvolvido no Centro Administrativo do Estado, de 28 a 30 de novembro de 1983. Estiveram presentes a este evento representantes de órgãos Federais e de Instituições vinculadas ao setor energético de todos os Estados do País, que, nos três dias de duração do Seminário, discutiram sobre a situação atual e o desenvolvimento dessa área.

Outros eventos importantes foram o Encontro Regional sobre Racionalização do Uso de Energia, realizado em Porto Alegre, em 10 e 11 de março de 1983, com a co-participação da Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC); o Seminário sobre a Influência da Temperatura na Biodigestão Anaeróbica, em Santa Maria, de 24 a 27 de maio de 1983; o encontro do Comitê Técnico Setorial da CENERGS para críticas e tomada de posição quanto às informações dos Balanços Energéticos do Estado — modelo OLADE e o modelo concebido pela CENERGS — bem como o Seminário sobre Balanços Energéticos Globais e Utilidades, da Comissão de Metais, realizado em Porto Alegre de 23 a 25 de julho de 1986, onde o Sumário do Balanço Energético do Rio Grande do Sul foi apresentado e discutido; a realização de Reunião Técnica sobre Modelo Energético Alternativo, com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), ocorrida no Centro Administrativo do Estado nos dias 8 e 9 de novembro de 1984, além da participação no Seminário sobre Política Tecnológica “Prioridades Setoriais do RS”, promovido pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio Grande do Sul (SENGE).

No campo da divulgação, a Comissão promoveu as publicações: *Pesquisa em Biomassa no RS*; *Pesquisas em Outros Energéticos no RS*; *Energia e Assentamen-*

tos Humanos; Guia de Orientação para a Elaboração de Fluxos Energéticos Estaduais; Anais do Seminário sobre Planejamento Energético Estadual; Balanço Energético Consolidado do Estado do Rio Grande do Sul — 1979-82 e, dentro da série, monografias — Digestão Anaeróbica e Aproveitamento de Resíduos Agropecuários.

A CENERGS tem-se feito presente também em reuniões técnicas, cujos temas versem sobre energia, tais como as reuniões do Convênio Brasil-Alemanha sobre Tecnologia na Área do Carvão Mineral e do Planejamento Energético, da Comissão Interestadual do Carvão; e da Comissão Técnica de Projetos Metalúrgicos da Associação Brasileira de Metais.

A Comissão participou também da redação da minuta do decreto-lei que visa à criação do Conselho Nacional do Carvão, documento depois referendado pelos Governadores do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná que, em reunião do CODESUL, em Porto Alegre, decidiram solicitar ao Governo Federal a criação do mencionado Conselho.

Paralelamente a essas atividades, a CENERGS vem desenvolvendo uma pesquisa junto aos órgãos vinculados ao setor energético para o acompanhamento e avaliação de projetos e atividades, visando à construção e consolidação de um banco de dados na área de energia, capaz de, através de um sistema de informações, agilizar o setor energético e, acima de tudo, evitar a duplicidade de esforços na execução de projetos e/ou pesquisas com objetivos idênticos e que, por isso mesmo, acarretam duplo investimento.

Com base nas diretrizes fixadas no Plano de Ação para o quadriênio 1983-86, que definiu novas proposições a serem priorizadas no setor energético estadual, a Secretaria Executiva da Comissão Estadual de Energia entendeu necessário reorganizar a sua forma de funcionamento, ajustando-se às novas proposições e características das atividades a serem desenvolvidas. Foi concluída a pesquisa sobre consumo de energia nos setores da indústria e do comércio em todo o Estado, realizada através do ICM, com dados discriminados por município referentes ao ano de 1984, desde levantamento das informações necessárias para a confecção do Balanço Energético Consolidado do Estado do RS 1983/84, versões CENERGS e OLADE, o qual se encontra em fase de publicação.

Para elaboração de tais documentos, foi necessário realizar a compatibilização das informações das diversas entidades que fornecem dados sobre a produção e consumo de energia no Estado às necessidades da CENERGS com as do Conselho Nacional do Petróleo e as utilizadas pelo ICM na Secretaria da Fazenda.

Merecem ainda destaque: os estudos para a reestruturação conceitual do Balanço Energético Estadual, visando ao aperfeiçoamento deste trabalho; os fluxogramas quantitativos dos principais energéticos consumidos no Rio Grande do Sul grupos Petróleo, Carvão, Energia Elétrica e derivados da biomassa, em fase de publicação; o Balanço Energético Estadual/RS — modelo resumido, em fase de publicação; e a organização de cadastros dos consumidores de lenha no Estado, dos projetos de florestamento e reflorestamento, das serrarias, das empresas de transformação e de beneficiamento das madeiras.

No ano de 1986, a Secretaria Executiva deu continuidade às suas atividades, acompanhando e participando ativamente da elaboração de documentos, reuniões e comissões relacionadas com o tema energia, entre as quais se menciona o

documento sobre “Carvão Mineral: sua importância no atendimento da demanda energética nacional”, realizado para a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações por uma Comissão de Técnicos; a Comissão sobre Carvão Mineral da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (1985/86); a Comissão sobre Integração com a Bacia do Prata da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (nov./86); o Perfil Siderúrgico do Rio Grande do Sul para a Secretaria de Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul (1985/86); e as reuniões sobre Balanços Energéticos Estaduais e sobre o Programa de Implementação do Modelo Energético Brasileiro (PIMEB), realizado em Belo Horizonte.

A Secretaria da Comissão ofereceu também sugestão e informações ao grupo de trabalho que executou o estudo Aproveitamento do Carvão Mineral Nacional: Horizonte 1987-2000, em setembro de 1986, elaborado por determinação das Portarias n.ºs 139/86 e 161/86 do MME, e participou dos testes em escala industrial que se realizaram em Kehl — Alemanha Ocidental e dos estudos que vêm sendo realizados no Brasil, com minérios de ferro e carvões minerais, visando à produção de ferro gusa pelo Processo KR (Kohle Reduktion), com resultados positivos.

Técnicos dessa Secretaria Executiva têm participado do grupo de estudo sobre carvão mineral do Conselho de Não Ferrosos e de Siderurgia (CONSIDER) com vistas a elaboração do II Plano Siderúrgico Nacional, o qual pretende elevar a capacidade instalada da produção de aço no Brasil de 23 milhões de t/ano para 51 milhões de t/ano no período 1987/2000.

Neste exercício, a Comissão fez-se presente ainda no seminário sobre Revisão do Modelo Institucional, realizado no Centro Técnico de Aperfeiçoamento e Formação (CETAF), da CEEE, em dezembro de 1986; no 1.º Seminário Nacional sobre Balanços Energéticos, organizado pelo MME, pela COPPE e pela CAEEB, realizado no CETRECON-ITAIPAVA/RJ no período de 03 a 06.12.86; no trabalho sobre Diagnóstico Energético do Estado do Rio Grande do Sul, período de 1979 a 1984; na reunião no Gabinete da Secretaria de Energia, Minas e Comunicações sobre Avaliação e Diagnóstico do Setor Energético do Rio Grande do Sul com a participação dos Membros do Comitê Técnico Setorial que compõem a CENERGS; nos estudos sobre Fluxogramas Energéticos do Rio Grande do Sul, publicado em 1986; nos trabalhos sobre Reservas e Recursos Energéticos do Rio Grande do Sul em maio de 1985; na elaboração da proposta de criação do Conselho Estadual de Florestas, no Grupo de Trabalho junto com a Associação dos Florestadores e Transformadores Verticalizados de Madeira (AFLOVEM) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), no qual se definiu o consumo de madeira no Estado; na elaboração de uma pesquisa sobre consumo de energia dos setores indústria, comércio e serviço por município do Estado em 1984, realizada no ICM e processada em 1986 pelo IBGE. Este trabalho teve continuidade em 1986 com envio das referidas guias novamente via ICM.

2.16 — TRANSPORTES

2.16.1 — SECRETARIA DOS TRANSPORTES (ST)

A Secretaria dos Transportes exerce sua função de coordenar os vários tipos de transportes no Estado através de quatro órgãos vinculados que são: Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER); Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras (CINTEA), no que se refere ao transporte rodoviário; Departamento Aeroviário do Estado (DAE), no que tange ao transporte aéreo; e Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC), no que diz respeito ao transporte hidroviário.

Esses órgãos vinculados, em coordenação com os seus correspondentes nas esferas federal e municipal, buscam otimização do Sistema de Transportes no Estado, com o objetivo permanente de atender às necessidades de escoamento de bens e de transporte de pessoas.

2.16.2 — DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DAER)

O Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, autarquia vinculada à Secretaria dos Transportes, tem como principais atribuições: estudar, projetar, implantar, melhorar e conservar as rodovias, pontes e obras complementares a seu cargo, e também disciplinar e fiscalizar o uso dessas estradas, prestar assistência técnica aos municípios e executar obras por delegação do DNER.

Com referência à implantação ou construção de rodovias, os serviços de terraplenagem, pavimentação e obras de arte especiais são realizados através da Administração Direta ou sob regime de empreitada.

O desempenho do DAER, no quadriênio 1983-86, refletiu a Política de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, dentro do objetivo do Programa do Governo.

De 1983 a 1986, sob regime de empreitada, foram realizados 900km de terraplenagem, 782km de pavimentação e 1.700m de obras de arte especiais.

Por administração direta, o DAER executou diversas obras, utilizando-se de pessoal de equipamento próprio. Entre 1983 e 1986, foram executados 492km de terraplenagem, 60km de pavimentação e 1.400m de obras de arte especiais.

O DAER foi responsável pela conservação e melhoramentos de aproximadamente 10.524km de rodovias, sendo 9.000km estaduais e 1.500km de rodovias federais por delegação do DNER, através de convênio. Estes serviços estiveram a cargo das 17 unidades de conservação, distribuídas estrategicamente no Interior do Estado.

Dentre os serviços básicos de conservação, destacam-se os seguintes: patrulagem, roçada manual e mecânica, revestimento primário, capa selante e tratamento superficial.

O DAER também promoveu em conjunto com o Departamento Aeroviário do Estado (DAE) licitações para construção e melhoramento de sete aeroportos, cujas obras foram acompanhadas e fiscalizadas pelos dois Departamentos nos seguintes Municípios: Caxias do Sul, Santa Rosa, Campo Novo, Mostardas, São Luís Gonzaga, Bom Jesus e Irai.

O DAER prestou assistência técnica a diversos municípios do Estado, elaborando projetos de vias urbanas e rurais, projetos estruturais de pontes e instalações de oficinas mecânicas, assim como levantamentos rodográficos em várias redes viárias municipais.

Com o objetivo de manter atualizados registros de dados e informações sobre a rede rodoviária, neste quadriênio o DAER executou o cadastramento das rodovias estaduais e federais do Estado, através da Superintendência de Programação.

De 1983 a 1986, através da Superintendência de Estudos e Projetos, foram executados estudos e projetos rodoviários: projetos geométricos (1.443km); projetos de pavimentação (1.758km); projetos de pontes (4.883m); projetos de sinalização rodoviária (800km).

Cumprir ressaltar que, no exercício de 1986, o DAER iniciou os estudos de elaboração da Revisão e Atualização do Plano Geral Rodoviário do Estado, tendo como data prevista para sua conclusão fevereiro de 1987.

2.16.3 — COMPANHIA INTERMUNICIPAL DE ESTRADAS ALIMENTADORAS (CINTEA)

A Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras realiza, em regime de mutirão com seus municípios associados, construções e melhoramentos de estradas municipais.

São três os programas através dos quais a CINTEA efetua seu trabalho: construção e melhoria de estradas vicinais; construção de obras de arte especiais (pontes); construção de aterros de acesso às obras de arte especiais.

No período de 1983 a 1986, a CINTEA construiu 1.469km de estradas municipais. Foram feitas melhorias em 5.705km. Estes trabalhos, bem como os aterros de acesso a pontes, foram feitos por administração direta.

Quanto aos aterros de acesso a pontes, foram executados 2.236.315m³, e no tocante à terraplenagem foram concretizados 840.593m³. Foram também construídas 282 pontes, numa extensão total de 9.822m.

Resultante de convênio com o Governo Federal, através do programa AGROVIAS, foram realizados 206km de vias rodoviárias e seis pontes.

Foi ainda efetuada pela CINTEA a pavimentação experimental de baixo custo entre a RS-509 e Trombudo, numa extensão de 12km.

2.16.4 — DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS (DEPRC)

A realização das políticas de transporte hidroviário, atendendo às diretrizes do Plano do Governo, estão a cargo do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, autarquia estadual vinculada à Secretaria de Transportes, cujas atribuições fundamentais são: realizar a exploração comercial dos portos, pela movimentação de mercadorias; manter as condições de navegabilidade e segurança das hidrovias interiores e canais de acesso aos portos.

No período de 1983 a 1986, com o objetivo de manter a navegabilidade e segurança da navegação nos canais de acesso a bacias de evolução dos portos e instalações de acostagem, realizaram-se 3.066.385m³ de dragagem, e foram efetuadas mais de 10 mil visitas para inspeção e reparos às bóias dos sistemas de sinalização e balizamento. Foram efetuadas, ainda, obras de proteção e conservação dos Molhes da Barra de Rio Grande, com a colocação de 14.882t de blocos graníticos de 5 a 12t cada um e 9.607t de pedra marroada.

Nas hidrovias interiores, o DEPRC realizou 1.311.577m³ de dragagem e 16.457m³ de derrocamento para manutenção da profundidade de seus canais, que viabilize a navegação comercial.

Sendo o Rio Grande do Sul, tradicionalmente, um estado exportador de produtos primários e com uma economia industrial que tem demonstrado um desenvolvimento emergente nos últimos anos, a participação do setor de transporte hidroviário é de vital importância para assegurar a competitividade das trocas no mercado interno e no comércio exterior.

O dinamismo dessa participação é demonstrado pelo volume sempre crescente de mercadorias movimentadas nos portos de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas e que superam, atualmente, as 20 milhões de toneladas anuais.

Para manter essa participação e, ao mesmo tempo, acompanhar o progresso técnico que se impõe pela modernização da navegação mundial, o DEPRC não tem poupado esforços no sentido de aparelhar-se para desempenhar eficientemente suas atribuições, apesar das limitações de recursos da atual conjuntura.

Nesse sentido, deu início, neste período, a diversas transformações na organização administrativa e operacional, de modo a oferecer novos serviços e facilidades com maior rapidez e eficiência para seus usuários.

Assim, implantou-se o Terminal de Containeres no Superporto de Rio Grande, com a realização de obras de infra-estrutura física pela alocação de recursos privados em participação com o Estado e a União, e iniciou-se sua operacionalização com a implantação de equipamentos de grande porte para a movimentação de Containeres, através de consórcio entre o DEPRC e empresas privadas.

Dessa forma, logrou-se atender ao crescimento da demanda na movimentação de containers, que passou de 75.000t em 1980 para 400.000t em 1986.

Foi realizada a dragagem para a implantação do Terminal Marítimo da Companhia Petroquímica do Sul (COPEL), que facilitou o escoamento dos produtos do Pólo Petroquímico.

Na área de organização administrativa, implantou-se o Programa de Desburocratização que racionalizou o fluxo de documentos e atividades ligadas à operação dos portos. Iniciou-se também a automatização de rotinas administrativas e operacionais pela implantação de equipamentos de processos de dados, em colaboração com a Empresa de Portos do Brasil S.A (PORTOBRÁS).

Realizaram-se estudos e atividades com vistas à reativação e desenvolvimento do Porto de Porto Alegre, e implantou-se, em Pelotas, um Terminal de Carvão com a alocação de recursos privados em área cedida pelo Estado.

Com vistas a continuar oferecendo a infra-estrutura hidroviária e portuária para o escoamento e a distribuição da produção estadual, o DEPRC tem procurado, na medida do possível, dada a limitação de recursos, realizar a conservação de suas instalações de armazenagem e de equipamentos portuários, bem como de suas oficinas que permitem a manutenção de um parque de dragagem em condições de operacionalidade.

2.16.5 — DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO (DAE)

Considerando as prioridades estabelecidas no Programa de Governo, o Departamento Aeroviário do Estado cumpriu diversas metas, todas voltadas ao desenvolvimento aeroportuário do Estado.

A política aeroportuária estabelecida para o período 1983-86 dirigiu-se prioritariamente à pavimentação de aeroportos.

No quadriênio considerado, foram concluídas e inauguradas obras em 10 aeroportos nos municípios de Campo Novo, Canela, Caxias do Sul, Passo Fundo, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Rosa, Iraí, Mostardas e Palmeira das Missões. Nesses aeroportos, foram executados 346.296m² de pavimentação.

Além disso, continuam em andamento as obras em outros três aeroportos, sendo que está prevista a execução de mais 73.700m² de área pavimentada, além da conclusão dos demais serviços que estão sendo executados nos aeroportos localizados nos municípios de Bom Jesus, São Luís Gonzaga e Tramandai.

Entre os principais serviços prestados pelo DAE, destaca-se a manutenção de aeroportos com o objetivo de aumentar a segurança das aeronaves e, conseqüentemente, de seus usuários. Esses serviços, executados na maior parte das vezes por administração direta, compreendem: limpeza geral de áreas aeroportuárias, ceifamento, regularização de pistas, revestimento primário compactado, sinalização diurna, drenagem, cercamento, reparos nas edificações existentes e áreas de apoio.

De março de 1983 até dezembro de 1986, o DAE efetuou serviços de manutenção nos aeroportos dos seguintes municípios: Cruz Alta, Erechim, Torres, Santa Rosa, Tenente Portela, Nonoai, Passo Fundo, Carazinho, Iraí, Cachoeira do Sul, Três Passos, Santo Ângelo, Jaguarão, Venâncio Aires, Ijuí, Arroio Grande, Veranópolis, São Lourenço e Rosário do Sul.

2.17 — PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO

2.17.1 — SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO (SCP)

A Secretaria de Coordenação e Planejamento continuou, ao longo do período 1983/86, empenhando-se na implantação e implementação do Sistema Estadual de Planejamento (SEP/RS), como forma de buscar o desenvolvimento global e integrado do Estado do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, foram intensificadas as atividades descentralizadas de planejamento, atendendo à diretriz da estratégia de planejamento governamental do Estado, contando a central do sistema (SCP), para a consecução dos objetivos do SEP/RS, com a participação dos agentes setoriais — assessorias de planejamento de cada secretaria de estado.

Além da elaboração do Programa de Governo 1983-87, a SCP desenvolveu atividades de pesquisa, estudos e informações para o planejamento; orientação técnica para a elaboração de programas e projetos do setor público; acompanhamento do Programa de Governo (SAPG); acompanhamento físico-financeiro de projetos de investimentos (SAFFI); e acompanhamento e apoio a atividades de planejamento.

O Subsistema de Acompanhamento Físico-Financeiro de Projetos (SAFFI), no terceiro ano de sua versão SAFFI IV, utilizando o sistema de processamento "on line", possui em seu banco de dados informações relativas a 2.958 projetos cadastrados em 1984 e 2.925 projetos cadastrados em 1985.

Utilizando a sistemática de coleta, armazenagem, tratamento e recuperação das informações físico-financeiras de projetos, visando a subsidiar o Sistema de Planejamento, foram efetuados, no ano de 1986, o cadastramento de 2.247 projetos, dos quais 2.208 possuem acompanhamento atualizado. Ainda nesse ano, foi elaborado o documento Análise dos Investimentos do Setor Público do Estado do Rio Grande do Sul — 1985 e o levantamento da série histórica dos investimentos realizados pelos setor público estadual, por municípios no período de 1979-85.

As consultas ao banco de dados, para atender tanto às necessidades da própria Secretaria como também as de outros órgãos, totalizaram 27.674 pesquisas a projetos do exercício de 1986, 30.518 pesquisas a projetos de 1984 e 1985 e 20.942 pesquisas por relatórios.

Também em 1986 foi assinado novo convênio entre a Secretaria de Coordenação e Planejamento e a Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe, visando à implantação do Sistema SAFFI IV naquele estado, sendo que a primeira fase já está totalmente concluída.

O Departamento de Avaliação do Desempenho das Estatais (DADE), bus-

cando assegurar um maior controle e racionalização da despesa pública efetuada pelos órgãos da Administração Indireta, de modo a contribuir positivamente para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado, concentrou as suas atividades na elaboração do orçamento das estatais, avaliação do desempenho econômico, cadastro e análise de balanços e processos.

O DADE vem desenvolvendo, desde 1984, o denominado Sistema de Programação, Orçamentação e Acompanhamento das Estatais (SPA) com a finalidade de aplicá-lo às empresas estatais do Rio Grande do Sul, integrando-as, assim, com o orçamento da Administração Direta e permitindo ao Estado a possibilidade de contar, em um só documento, com a totalidade dos seus gastos, receitas e investimentos a serem realizados através da Administração Direta e das empresas estatais.

O SPA é operado através de processamento eletrônico de dados (por intermédio da PROCERGS) e permite uma projeção da situação econômico-financeira de cada empresa estatal, através da emissão de quatro relatórios básicos: Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultado do Exercício, Demonstrativo de Dispendios e Recursos, e Fluxo de Caixa.

O SPA já está implantado em duas empresas: a Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e a Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG).

Através da utilização de um modelo de análise econômica que avalia as empresas pelo seu desempenho operacional, o Departamento elaborou uma análise econômico-operacional de 21 empresas estatais do Rio Grande do Sul, classificando-as nos estágios previstos pelo modelo, segundo o seu grau de endividamento, a sua alavancagem financeira, o seu desempenho operacional e a sua estrutura de capitais.

O cadastro de todas as empresas estatais vem sendo permanentemente atualizado, e todos os processos que envolvam aumento de capital, alteração de quadros de pessoal e investimentos de recursos do Governo nas empresas são analisados pelo DADE, o qual emite pareceres sobre os pleitos apresentados. Além disso, publica anualmente o resultado da análise de balanços de todas as sociedades de economia mista do Estado.

Está a cargo do DADE a Secretaria Executiva da Comissão Especial dos Entes Estatais, a qual já emitiu nove Resoluções, versando sobre incorporações, privatizações, capitalização, extinção e outras ações.

Também junto à Comissão Estadual de Política Salarial o DADE tem se manifestado, já que qualquer concessão salarial às estatais implica alteração na sua estrutura de despesas, realizando o Departamento uma análise das situações anteriores e posteriores às solicitações, a fim de subsidiar as decisões da CEPS.

As atividades do Departamento de Planejamento Organizacional (DPO) foram concentradas em torno de dois grandes pólos: a organização funcional e estrutural dos órgãos da administração pública estadual e a adequação dos recursos humanos a esses órgãos.

Na área de organização funcional e estrutural, são acompanhadas e analisa-

das as alterações das estruturas organizacionais do Estado, bem como os estatutos e regimentos internos (Ordem de Serviço n.º 18/83-87).

O DPO tem assessorado, também, os órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado quanto à elaboração de manuais de rotina e de organização, bem como na prestação de consultorias quando solicitado.

Por outro lado, o manual contendo a legislação referente à Organização Estrutural do Estado do Rio Grande do Sul, iniciado em 1976, vem sendo atualizado de forma sistemática, com o objetivo de agilizar a informação governamental ao máximo, em benefício do usuário e do próprio Estado, com um mínimo de custos.

Foram elaborados, ainda, mais três levantamentos: o dos órgãos colegiados do Estado, contendo conselhos, comissões e juntas, com a legislação, localização e membros participantes; o da força de trabalho que atua na administração pública e o mapeamento dos organogramas da estrutura básica dos órgãos públicos estaduais.

O passo seguinte à apreciação dos aspectos estruturais das organizações é o que se refere à adequação dos recursos humanos às estruturas. Nessa perspectiva, o DPO tem analisado processos de ingresso de pessoal na administração pública estadual, compatibilizando-os com as necessidades organizacionais. Outro aspecto dessa área refere-se à análise e emissão de pareceres sobre os planos de cargos e funções dos órgãos da Administração Indireta do Estado. São também realizados registros mensais de movimentação de pessoal, com mapeamento das cedências, bem como o exame de situações funcionais dos servidores públicos (Ordem de Serviço n.º 30/83-87).

Com relação à fixação do número de estagiários para os órgãos da administração pública estadual, assunto sobre o qual o DPO analisa e emite pareceres técnicos, este Departamento realizou estudos visando à simplificação de rotina apresentando anualmente um quadro de distribuição de cotas de estagiários para cada órgão, segundo levantamento de necessidades dos mesmos.

A SCP, através da Comissão Estadual de Coordenação dos Núcleos de Articulação com a Indústria (CECNAI), é responsável pela elaboração, execução e controle da Programação Anual de Importações do Estado (PAI), instituída pelo Decreto n.º 29.013, de 09.07.79, que consiste no levantamento da pauta de importações do setor público para cada exercício e na fixação de níveis máximos anuais para as operações que levem aos dispêndios de divisas, tais como: importações, compra de bens importados, locações, arrendamento mercantil e contratação de serviços e consultoria.

A Programação Anual de Importações do Estado atingiu, em 1986, um total de US\$ 109.260,800, resultando num acréscimo de 21% em relação ao programado em 1985.

A preocupação de investir seletivamente, enfatizada nos exercícios anteriores, continua a orientar as decisões no sentido da geração de energia, concentrando, na CEEE e na CRM, 94% do total das importações programadas.

Criado pela Lei n.º 6.652/73 e alterado pela Lei n.º 6.776/74, o Fundo de Investimentos Urbanos (FUNDURBANO/RS) funciona junto à SCP, tendo por ob-

jetivo dar suporte financeiro à elaboração de planos e projetos e à execução de obras de infra-estrutura urbana e bem-estar social dos centros urbanos e Região Metropolitana (pavimentação, calçamento, iluminação pública, etc.), e visando ainda, a amenizar a situação financeira das prefeituras através de concessão de auxílios e financiamentos aos municípios, conforme autorização governamental.

Tais atividades estabelecem um canal de comunicação permanente, direto e informal com a instância municipal e este contato com os prefeitos redonda em contribuição valiosa na alimentação do sistema de informação para o processo de planejamento.

Na atual administração, o FUNDURBANO/RS firmou 718 contratos de financiamento e 178 contratos de auxílios, atingindo quase todos os municípios gaúchos, num total de 69,5 milhões de cruzados.

Funcionando junto ao FUNDURBANO/RS, a SCP dispõe de um setor que responde pelo Projeto 1.199 — Contribuição a Projetos Municipais e Comunitários. Tal projeto busca dar atendimento financeiro na forma de auxílio (autorização governamental) às prefeituras basicamente para recuperação de estradas, além de propiciar recursos à telefonia, eletrificação rural, saúde e obras. No período 1983/86, foram autorizados 478 auxílios financeiros, num total de 6,1 milhões de cruzados.

Está a cargo da SCP a Secretaria Executiva do Conselho de Implantação de Projetos Prioritários (CIPRO), criado em março deste ano, e que se constitui em um instrumento de participação do Estado na viabilização de projetos voltados à infra-estrutura de apoio ao desenvolvimento social.

Esse Conselho delibera sobre a sistemática de implantação, formas de custeio, estímulos fiscais, financeiros, materiais e creditícios, assim como sobre o nível de abrangência de projetos em andamento ou que estão sendo implantados, principalmente nas seguintes áreas:

- implantação de indústrias de 2.^a e 3.^a gerações do III Pólo Petroquímico;
- desenvolvimento de um pólo de informática e microeletrônica, bem como formação de recursos humanos específicos;
- atração de novas plantas industriais para o Estado, como uma indústria automobilística e suas correlatas;
- irrigação e recuperação de solos com vistas a uma maior produtividade do setor agropecuário;
- habitação de interesse social, especialmente voltada às populações de baixa renda, com envolvimento das prefeituras municipais como parceiras e solidárias;
- recuperação e pavimentação de rodovias estaduais com vistas à melhor utilização e/ou à expansão da malha viária sob responsabilidade do Governo do Estado;
- ciência e tecnologia, com ênfase no apoio à biotecnologia e à engenharia genética;

- preservação e defesa do meio ambiente;
- desenvolvimento urbano e de regiões geoeconômicas carentes.

Em 1986, o Grupo de Trabalho Interáreas continuou realizando os estudos referentes à realidade sócio-econômica do Rio Grande do Sul, visando ao estabelecimento do diagnóstico global como forma de subsidiar as futuras administrações do Estado.

Destaca-se, também, todo o esforço da SCP no assessoramento ao Governador do Estado, principalmente no que diz respeito à renegociação da dívida pública e às finanças estaduais.

2.17.2 — FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FAPERGS)

A lei que criou a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, dando-lhe como atribuição principal o amparo à pesquisa científica e tecnológica no Estado procurou, nos anos de 1983-86, compatibilizar os recursos destinados ao aperfeiçoamento dos pesquisadores através de bolsas de estudos e auxílio à pesquisa com as condições de desenvolvimento sócio-econômicas do Estado.

Resultados satisfatórios foram obtidos beneficiando o Rio Grande do Sul com os conhecimentos gerados a fim de melhorar os problemas que estão afetando a produção, a produtividade e a lucratividade das explorações.

Em 1986, a FAPERGS implementou um programa de distribuição de recursos, assegurando ao pesquisador a tranquilidade e a orientação necessárias para poder cumprir o seu papel.

Para a formação de recursos humanos, a FAPERGS aplicou na concessão de bolsas de estudos no País e no Exterior, entre 1983 a 1986, recursos no valor de Cz\$ 546,55 mil com o objetivo de capacitar, a nível de pós-graduação, o maior número possível de pesquisadores, a fim de se equipararem, aos melhores, em competência científica.

As metas de seleção são definidas a partir das demandas apresentadas pelas unidades de pesquisas utilizando como principal parâmetro de decisão a necessidade de formar equipes multidisciplinares que atendam aos problemas de pesquisa.

Durante o quadriênio, a FAPERGS fez as seguintes aplicações em suas várias categorias de bolsas: Aperfeiçoamento-50; Pós-Graduação; Mestrado-41; Pós-Graduação; Doutorado-3, Especial de Estágio-77; Especial de Pesquisa-63.

No auxílio de projetos de pesquisa científica, a FAPERGS através de seu sistema de distribuição de recursos, contribuiu nos anos de 1983 a 1986 de forma altamente significativa para a economia do Estado, investindo Cz\$ 1,7 milhões.

Nas áreas das Ciências Exatas e da Terra, destacam-se e as pesquisas sobre implantação de um sistema automatizado de correção de provas e testes objetivos,

“software” para o microprocessador PCIR, interações soluto-solvente em fase única, caracterização química de produtos de pirólise de carvões gaúchos.

Na área Biológica, citam-se os estudos sobre melhoramento genético da erva-mate, análises de água em bacias de acumulação e segurança, esgotos pluviais, efluentes orgânicos e inorgânicos oriundos da área de influência do III Pólo Petroquímico, combate a insetos na cultura da soja, desenvolvimentos de técnicas laboratoriais no diagnóstico das coagulopatias hereditárias e no preparo de reagentes liofilizados ainda inéditos no nosso Estado.

Na área de Saúde, foi produzido um tubo esofágico para carcinoma avançado, visando à preservação da deglutição do paciente, desenvolvimento de um sistema computadorizado para pesquisa em ortopedia e traumatologia, análise de flavonóides e alcalóides em “*Casearia silvestris*”.

Nas áreas das Ciências Agrárias, poderiam ser citados inúmeros projetos, cujos resultados já são amplamente compensadores.

O estudo da semeadura de milho em épocas tardias possibilitou definir os parâmetros de ambiente que mais afetam a produção do milho e quais as estruturas de planta e os componentes do rendimento de grãos que mais são afetados pela época de semeadura no fim da estação de crescimento considerada propícia a este cereal. Os estudos das alterações fisiológicas e mutações induzidas por substâncias radiomiméticas em trigo resultaram em técnicas auxiliares de seu melhoramento, como fonte de variabilidade para seleção que será de grande valia no aumento da produção e obtenção de sementes resistentes.

Na avaliação de enxertia de leitões como forma de obtenção de animais livres do vírus da Doença de Aujeszky, a partir de rebanho infectado, o experimento evidenciou ser possível obter animais livres do vírus desta doença, não sendo necessário o abate do rebanho. Os estudos sobre o conhecimento da sistemática e evolução de espécies sul-americanas do complexo *Briza*, gramineas consideradas de inverno, são encarados como mais uma alternativa potencialmente promissora para o período em que o nosso Estado apresenta carência de pastagens nativas de grande expressão forrageira. O desenvolvimento biotecnológico de cepas de leveduras para utilização na indústria vinícola brasileira visa a seu melhoramento genético através da obtenção de produtos de fusão entre leveduras de gêneros diferentes.

Para o desenvolvimento de projetos especiais, foram dispendidos, no período 1983-86 recursos num total de Cz\$ 184,71 mil. Esses projetos visam à integração de recursos humanos, materiais e institucionais, permitindo a discussão e análise de detalhes, com amplos benefícios para os processos de geração e difusão de tecnologias.

Para o Centro de Biotecnologia destinaram-se recursos para o desenvolvimento de um trabalho inédito de clonagem e expressão em bactérias do principal antígeno do vírus da febre aftosa. Esse antígeno está sendo testado em animais de laboratório para se verificar a capacidade antigênica com a finalidade de se desenvolver uma vacina por engenharia genética antifebreaftosa.

Destaca-se como projeto especial na área da Saúde os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul de pesquisas em cardiologia pediátrica, informática médica e válvulas cardíacas artificiais.

Dando continuidade ao Projeto Fruteiras Tropicais e Subtropicais, foram iniciados experimentados com as culturas do abacaxizeiro, bananeira, mamoeiro, maracujazeiro e goiabeira.

O Projeto *Encostas Basálticas do Rio Grande do Sul* visa a aumentar o número de alternativas tecnologicamente viáveis para uma melhor utilização das encostas basálticas do Rio Grande do Sul, com especial ênfase na preservação do meio ambiente.

Como iniciativa da FAPERGS, foi também significativa a atuação do Departamento de Informática na área de Informação em Ciência e Tecnologia, objetivando, fundamentalmente, consolidar e expandir atividades, na criação de mecanismos que permitiram dar ao usuário o conhecimento da investigação científica que se programa, desenvolve e realiza em nosso Estado.

Difusão de informações publicadas no Estado em Áreas das Ciências Pura e Aplicada alcançou resultados alentadores bem como a geração de informações gerenciais em Ciência e Tecnologia no Rio Grande do Sul, assegurou o atendimento a comunidade científica em elementos de apoio no planejamento de seus projetos.

Com a criação da Sala do Pesquisador e da Biblioteca Sylvio Torres, foram colocados à disposição do usuário recursos físicos, visando, de uma forma especial, oferecer tranquilidade e conforto no desenvolvimento de seu trabalho.

A Biblioteca Sylvio Torres é constituída de trabalhos técnico-científicos, sob as mais variadas formas, com a finalidade de preservar a memória científica do Estado e possibilitar o levantamento de dados retrospectivos na elaboração de estudos e inventários. O acervo está assim distribuído: Ciências Agrárias, 27.641; Ciências da Saúde, 5.073; Ciências Biológicas, 3.693; Ciências Exatas e Tecnologia, 3.740; Ciências Humanas e Sociais, 411.

O Departamento de Informática da FAPERGS, através de seu serviço de editoração, publicou e colocou à disposição da comunidade científica gaúcha seis publicações dando continuidade à série Cadastro das Instituições de Pesquisa, Pesquisadores e suas atividades no Rio Grande do Sul.

A Produção Intelectual Gaúcha em Ciências Exatas e Tecnologia arrola 3.740 trabalhos executados por pesquisadores do Estado do Rio Grande do Sul nas diversas formas de apresentação.

O Cadastro de Pesquisadores Atuantes em Ciências Exatas e Tecnologia no Rio Grande do Sul — é um “quem é quem” nas áreas das Ciências Exatas e Tecnologia, contendo dados sobre atividade profissional, formação acadêmica e especialidades de 873 pesquisadores atuantes, em nosso Estado.

Pesquisas em Andamento no Rio Grande do Sul — Áreas das Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e da Terra e Engenharias — são veículos de disseminação da pesquisa em desenvolvimento no Rio Grande do Sul.

A informação tem provado ser o produto de importância vital para o desenvolvimento de toda investigação técnico-científica. A FAPERGS, consciente disto, no ano de 1986, colocou a informação como um dos objetivos centrais. Como

consequência dessa preocupação e no sentido de colaborar com o Programa Nacional de Biotecnologia, elaborou um cadastro de biotecnologia, reunindo toda a informação gerada localmente, a fim de ser disseminada entre os profissionais dessa área.

O Cadastro arrola, entre serviços e produtos, dados de 33 entidades de pesquisa, 186 pesquisadores e 502 trabalhos publicados.

Foi ainda concedido, no período de 1983-86, o prêmio Sylvio Torres, concedendo uma medalha de ouro a um dos pesquisadores que mais contribuíram de forma efetiva na projeção técnico-científica do Rio Grande do Sul.

Finalmente, deve-se ressaltar a participação da FAPERGS em encontros entre pesquisadores, técnicos, planejadores governamentais, indústrias e agentes financiadores, onde são debatidos assuntos de real interesse para o Estado, na busca de orientação e solução para os mesmos.

2.17.3 — FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE)

Como órgão vinculado ao Planejamento do Estado, a Fundação de Economia e Estatística, no quadriênio 1983-86, permaneceu, no cumprimento de seus objetivos, realizando trabalhos, a fim de "fornecer subsídios quantitativos e analíticos no campo econômico, com vistas ao processo decisório". Pautou, dessa forma, suas atividades dando prosseguimento ao trabalho sistemático e aprofundando estudos e pesquisas para a obtenção de elementos elucidativos e capazes de apontar rumos de ação.

Para o acompanhamento continuado do desempenho econômico por parte do Governo, empresariado e demais interessados no assunto, ofereceu informes sobre os levantamentos realizados e manteve a publicação de periódicos.

No que concerne ao desenvolvimento de suas atividades programáticas, merecem destaque: a realização de seminários internos, com eventuais convidados, visando à atualização e aperfeiçoamento do corpo técnico; o Seminário de Informação Econômica para Jornalistas, que no período 1983-86 teve sua 9ª, 10ª e 11ª edições; e a manutenção atualizada do Banco de Dados sócio-econômicos; em conjunto com a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS).

No que concerne ao planejamento governamental, a FEE editou, no período considerado, 187 estudos e periódicos além de ter impresso vários outros trabalhos da administração estadual e reeditado vários de seus estudos.

Cumprir destacar, entre os periódicos que objetivam divulgar dados quantitativos: o Mensário Estatístico Sul-Rio-grandense, com periodicidade mensal, que é apresentado em 12 edições anuais além de uma edição especial que registra os dados anuais no período, foram publicados 47 fascículos; a Resenha Estatística do Rio Grande do Sul, que contém uma síntese anual das principais informações sobre o Estado, é editada em português e inglês, favorecendo, por seu formato compacto a distribuição para visitantes interessados em conhecimentos mais específicos — no quadriênio em questão, foram editados cinco volumes; o Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul, que divulga informações quantitativas sobre a economia gaúcha a nível global, de microrregiões homogêneas e municípios — fo-

do Desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO 1957/80 — trabalho que analisa a trajetória das cooperativas de trigo e soja no Rio Grande do Sul, no seu processo de expansão empresarial e de capitalização, até o ano de 1980;

— O Panorama Setorial da Indústria de Transformação Brasileira e Gaúcha — análise da indústria de transformação do Estado e do País, mostrando uma visão geral da economia, além de estudar alguns segmentos industriais selecionados, a fim de proporcionar um suporte mais específico e uma base mais efetiva para a fixação de estratégias, intervenções e reivindicações na área industrial;

— Transporte Urbano em Questão — estudo que angloba o transporte público e o privado, avaliando suas características e capacidade, além de focar a questão política dos subsídios, financiamentos, gratuidade e tarifação;

— 150 Anos de Finanças Públicas — coletânea de ensaios sobre finanças públicas, enfatizando o federalismo fiscal, a questão da política de descentralização das finanças públicas, além da evolução da política tributária sul-rio-grandense no tempo;

— Segregação Urbana e Mortalidade em Porto Alegre — esse estudo, que trata das condições de vida em Porto Alegre, examina o uso e ocupação do solo urbano, caracterizando as conseqüências desse tipo de uso para a saúde da população através da espacialização da mortalidade em 1980;

— Manual Bibliográfico da História Econômica do RS e Temas Afins — constitui-se num levantamento abrangente da bibliografia sobre a história econômica gaúcha que se apresenta em dois volumes;

— Agregados Econômicos — volume I tomo 3 — apresenta os aspectos metodológicos do cálculo da renda do Setor Primário, e volume 1 tomo 2 que registra a evolução da renda interna municipal — RS no período de 1939 a 1980;

— Economia do Meio Ambiente — o trabalho ocupa-se da avaliação do impacto de políticas públicas e atividades privadas sobre o meio ambiente.

Em convênio ou através de contrato com outros órgãos, foram concluídas, ou se encontram em fase de conclusão, várias pesquisas, entre as quais merecem destaque:

— Pesquisa de Oferta de Materiais de Construção no Estado do Rio Grande do Sul, realizada em convênio com o BNH e publicada por este, consta de um levantamento da disponibilidade local de 40 materiais básicos para a construção de habitações populares, a ocorrência de importação e exportação e viabilidade de expansão da produção estadual;

— Desempenho Recente da Indústria de Construção Civil no Rio Grande do Sul, produto de contrato FEE e Secretaria da Indústria e Comércio/Conselho Estadual da Indústria da Construção (SIC/CEICO), com responsabilidade de elaboração e publicação da FEE, apresenta, num determinado período, a evolução da indústria da construção através dos seus indicadores genéricos, especificando os segmentos habitacional e de obras públicas. No período considerado, foram editados três volumes: um relativo ao 2.º semestre de 1983 e 1.º semestre de 1984; ou-

tro referente ao 2º semestre de 1984 e 1º semestre de 1985; e o terceiro considera o 2º semestre de 1985 e o 1º semestre de 1986. Em fase de conclusão, encontra-se o estudo do 2º semestre de 1986;

— **Desenvolvimento e Crise do Cooperativismo Empresarial 1973/83** — resultante de convênio entre FEE, Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul Ltda (FECOTRIGO/Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (FIDENE) analisa o cooperativismo empresarial no Estado no que se refere à dinâmica de crescimento, ligado aos produtores de trigo e soja.

Vários trabalhos encontram-se em fase de conclusão. Pode-se salientar, entre eles:

— **A Pequena Empresa no Contexto Econômico Capitalista: formas de inserção e seu papel como geradora de emprego** — o estudo sistematiza os diversos enfoques teóricos a respeito do papel da empresa e média empresas na economia capitalista em países de industrialização recente como o Brasil;

— **Tecnologia e Emprego** — o objetivo do estudo é o de verificar a influência da inovação tecnológica sobre a oferta de emprego;

— **A Análise da Indústria de Bens de Capital** — a partir da consideração da indústria de bens de capital, enquanto elemento constitutivo da reprodução ampliada, o trabalho visa a identificar a realidade concreta desse segmento no Brasil e, em especial, no Rio Grande do Sul (em editoração).

Entre os estudos que se encontravam em andamento no final do ano de 1986, tendo seu término previsto em datas variadas — dependentes de sua complexidade e abrangência —, convém destacar:

— os que analisam a situação do emprego no Rio Grande do Sul, as condições de trabalho e/ou os reflexos da automação sobre o emprego. Pode-se enumerar, entre eles: **Emprego Rural e Relação de Trabalho da Agricultura Gaúcha**; **A Força do trabalho feminino no setor informal urbano**; e **Automação e Emprego** — uma contribuição ao debate;

— os que se detêm no estudo da evolução tecnológica na indústria como: **A Indústria Nacional de Micro e Minicomputadores Periféricos e a Reserva de Mercado**; e **O Processo de Produção Difusão de Tecnologia: o caso da indústria eletrônica do RS**;

— aqueles que estudam as relações do Estado com a Economia em geral ou um segmento econômico em particular: **Economia e Finanças Públicas** — reflexo da atual crise regional; **Estado e Industrialização no Brasil: a questão da autonomia estatal**; e **A experiência histórica do planejamento no Rio Grande do Sul**.

2.17.4 — SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÃO TÉCNICA E ESTATÍSTICA (SEITE)

O Sistema Estadual de Informação Técnica e Estatística foi criado pelo Decreto nº 24.273, de 16.12.75, com a finalidade de congrega e aproximar os diversos órgãos e entidades que geram, armazenam ou utilizam dados estatísticos no

Rio Grande do Sul. A atuação sistêmica visa evitar duplicidade de atuação e otimização do uso dos recursos a serem aplicados na atividade.

O SEITE foi reestruturado pelo Decreto nº 31.679 de 30.10.84 e pelo Regimento Interno aprovado em 1985 e que está em vigor.

O SEITE, com sua estrutura de 120 órgãos, agrupados por atividades afins em 18 núcleos, estava, em 1983, completando o trabalho de estruturação nas prefeituras do Interior, quando do início desta Administração. Naquela ocasião foram visitadas uma a uma; através das reuniões mensais com as associações de municípios, os prefeitos indicaram representantes em 220 municípios dos 232 existentes na época no Estado. Este trabalho fez parte do programa de interiorização do SEITE e completa-se com a participação das instituições de ensino superior que atuam com as prefeituras na execução de trabalhos de pesquisa junto às áreas de atuação das universidades.

Além de prestarem informações que não estão disponíveis nos agentes setoriais na capital, a rede de representantes do Interior participou em trabalhos especiais, como é o caso de: pesquisas de equipamentos públicos urbanos da sede dos municípios; evolução do custo do cesto de produtos básicos no Município de Bagé; e levantamento cadastral do comércio e indústria de Santo Ângelo.

A Fundação de Economia e Estatística (FEE), como órgão operacional, executou a coleta, armazenagem e divulgação das informações provenientes dos agentes setoriais do SEITE.

Foram realizadas reuniões com os 18 núcleos e seus respectivos órgãos, onde foram tratados assuntos de interesse do sistema e de seus participantes.

O processo de manutenção do sistema deu-se pela própria utilização das informações provenientes dos órgãos que fazem parte do SEITE.

A Secretaria Executiva do SEITE realizou uma pesquisa para levantar as publicações editadas por cada órgão e a tecnologia utilizada no armazenamento das informações, através da qual foram feitos contatos com cada órgão que integra o Sistema. Foram também realizados trabalhos de pesquisa com as instituições de ensino superior do Interior do Estado, tais como: levantamento cadastral do comércio e indústria de Santana do Livramento; qualidade de ensino na associação santanense Pró-Ensino Superior — Santana do Livramento; e levantamento cadastral do comércio e indústria de Passo Fundo.

Conforme determina o Regimento Interno, o SEITE iniciou, através do seu órgão operacional (FEE) e do órgão de apoio operacional (PROCERGS), a implantação do Banco de Dados Sócio-Econômicos, que era uma antiga reivindicação dos que participam do sistema. Atualmente, em fase de implantação, representa uma realidade em termos de armazenagem das informações.

Em 1985, foram realizadas reuniões com cada um dos 18 núcleos, com o objetivo de orientar os representantes de cada órgão para o fornecimento de informações necessárias à elaboração da matriz de oferta e demanda de informações do SEITE. Durante o ano de 1986, as atividades ativeram-se basicamente à implantação da matriz.

O SEITE participou no Interior, através da rede de representantes, da pesquisa realizada pela FEE em convênio com CEDU/SDO sobre transportes urbanos.

Como veículo de divulgação e objetivando divulgar informações da área técnico-estatística entre os órgãos que compõem o SEITE, foram editados vários números da Revista do SEITE: em 1983, Análise Estatística, Planejamento Municipal, Cooperativismo e Interiorização do Ensino Superior no RS; em 1984, Assistência Médica, Habitação e Pecuária Leiteira; e em 1985, Finanças Públicas.

2.17.5 — SISTEMA ESTADUAL DE PROCESSAMENTO ELETRÔNICO DE DADOS (SEPED)

O Sistema Estadual de Processamento Eletrônico de Dados, criado pelo Decreto nº 29.474, de 02 de janeiro de 1980, é o órgão encarregado de coordenar as atividades de processamento eletrônico de dados no âmbito da Administração Direta, Indireta e Fundações do Estado.

No período de 1983-86, as atividades do SEPED ativeram-se à análise técnica relativa à aquisição, venda e locação de equipamentos; à contratação e desenvolvimento de "software"; à contratação de pessoal e recursos; emitindo pareceres para processos dos vários órgãos públicos estaduais.

Também foram realizados estudos abrangentes sobre a informática no Rio Grande do Sul com vistas à definição de uma política específica. Participaram do trabalho, além do SEPED, a Secretaria da Indústria e Comércio e órgãos da iniciativa privada. O trabalho culminou com uma proposição de política a ser adotada e cujo modelo estabelece diretrizes para Uso da Informática, Pesquisa e Desenvolvimento, Formação de Recursos Humanos e Industrialização de Equipamentos e Serviços.

Durante o ano de 1986, foram realizadas reuniões técnicas, com todos os órgãos públicos estaduais que possuem Centro de Processamento de Dados, em número de 33, abrangendo pequenos e grandes centros. As reuniões tiveram o objetivo de identificar os recursos disponíveis pelo Governo na área (equipamentos, sistemas, pessoal, instalações e outros) e as necessidades e dificuldades encontradas para operacionalização da informática em cada órgão. Em seqüência ao levantamento efetuado, estão em execução vários anteprojetos, como o catálogo de "software", o inventário de equipamentos e o demonstrativo de mão-de-obra.

Efetivaram-se, ainda, seminários e palestras relativas a assuntos técnicos como microcomputadores, teleprocessamento, Banco de Dados, a informática na Administração Pública Estadual, além de visitas à indústrias da área de informática.

O Plano de Capacitação elaborado prevê preparação de grupos de usuários nas áreas de equipamentos, sistemas e programas, treinamento e suprimentos. Tem como objetivo a troca de experiências e o desenvolvimento técnico dos órgãos.

Com o auxílio e orientação da Fundação de Economia e Estatística, pretende-se desenvolver um modelo matemático para acompanhamento do setor.

Encontra-se em elaboração em todos os órgãos públicos estaduais o planejamento operacional da área de informática, abrangendo o período de 01.12.86 a 31.11.87. O plano estabelecerá a previsão de recursos nas áreas de equipamentos, sistemas e programas, pessoal, instalações e suprimentos.

2.18 — ADMINISTRAÇÃO

2.18.1 — SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO (SEA)

Na administração pública estadual, a SEA tem a seu encargo a elaboração e a execução da política de pessoal, da política oficial dos transportes e dos serviços gerais, bem como a supervisão da previdência e da assistência social ao servidor público, dos serviços gráficos e do desenvolvimento de recursos humanos.

Durante o período 1983-86, entre as medidas adotadas de valorização do servidor, procurou-se estabelecer uma política salarial uniforme que estimulasse a profissionalização e o desenvolvimento do servidor público estadual. Como forma de diminuir as diferenças salariais entre funções semelhantes e de assegurar melhores vencimentos ao funcionalismo, foi estendida a Gratificação de Incentivo à Arrecadação (GIA) de 40% à quase totalidade dos órgãos e quadros, inclusive contratados, tanto na Administração Direta como na Indireta. Com o mesmo objetivo, criou-se a Gratificação de Representação (30% ou 60%) e passou-se a estender essa vantagem, estudando caso a caso, aos quadros e órgãos cujos funcionários já vinham percebendo a GIA e não contavam com a Gratificação de Representação.

Somando-se à GIA, hoje integrada no vencimento básico, a Gratificação de Representação e os aumentos semestrais concedidos ao funcionalismo no período 1983-85, atingiu-se o percentual de 2.383%, quando o aumento acumulado do salário mínimo, no mesmo período foi de 1.725%.

Além destes benefícios, o funcionalismo, a partir de março de 1986, contou com aumento da ordem de 40.18%.

Com vigência a partir de 1986, foi instituído o 13º salário integral a todo o funcionalismo, na base de 1/12 (um doze avos) por mês de efetivo exercício, em valor correspondente à remuneração vigente em dezembro de cada ano (Lei nº 8.020/85 e Lei nº 8.026/85).

Para o magistério estadual, assegurou-se, também, um padrão de vencimentos compatível através de estudos e diálogo com seus representantes. Respeitando as peculiaridades dos quadros do magistério, continuou-se buscando a melhor forma de remuneração aos professores através de índices multiplicadores baseados no salário mínimo, estabelecendo índices com crescimento gradativo, atingindo 2,5 salários em novembro de 1986 para o inicial de carreira e correspondendo a 20 horas semanais de atividade.

Outra forma de estímulo ao exercício do magistério foi a criação da gratificação de difícil acesso, através da Lei nº 8.000/85, sendo que os critérios de classificação das escolas obedecerão ao que dispõe o Decreto nº 32.009/83.

Já a partir de novembro/85, estabeleceu-se a semestralidade plena a todo o

funcionalismo estadual que, com a implantação do Plano Cruzado, adaptou-se à nova legislação federal.

Além das vantagens acima, foi alterado o regime de carga horária de trabalho dos funcionários de nível superior do Quadro Geral, passando de 22 para 44 horas semanais (Lei nº 7.830/83), posteriormente alterado para 40 horas semanais (Lei nº 8.112/85); foi concedido o direito ao funcionário público estadual de incorporar função gratificada, quando ainda em atividade (Lei nº 7.872/83), inclusive a equivalentes e a de direção e vice-direção das escolas estaduais (Lei nº 8.188/86), resultando em 1.937 incorporações até novembro/86; passou-se para o regime de triênios os quadros de pessoal que adotavam o sistema de quinquênios, unificando-se também a contagem de tempo para este benefício (Lei nº 7.894/84); o cálculo do adicional de insalubridade passou a ser feito sobre o respectivo vencimento básico das diferentes categorias funcionais e não mais sobre o salário mínimo regional, estendendo-se esse benefício a todos os quadros do funcionalismo estadual (Lei nº 8.005/85); as servidoras públicas, mães de excepcionais em tratamento, com carga horária igual ou superior a 40 horas semanais, passaram a ter direito de se afastarem da repartição durante um dos turnos (Lei nº 7.868/83); eliminaram-se injustiças ao se estabelecer que nenhum pensionista do IPE receba menos do que o valor atribuído ao padrão inicial do Quadro Geral (Lei nº 7.810/83).

Com o fim de melhor administrar o pessoal técnico científico do Estado e o pessoal afeto às atividades ao meio ambiente e saúde pública, foram criados dois novos Quadros de Pessoal: o dos Funcionários Técnicos Científicos do Estado (Lei nº 8.186/86) e o dos Funcionários da Saúde Pública e do Meio Ambiente (Lei nº 8.189/86), com vencimentos compatíveis com a formação e a natureza do trabalho (Lei nº 8.187/86), buscando-se inclusive a paridade salarial.

Visando à unificação do regime jurídico de trabalho, criou-se a opção para o servidor CLT, extranumerário e contratado estatutário, de passar a exercer cargo público em regime estatutário, desde que conte com 10 anos de serviço público (Leis nºs 7.974 e 7.976/85). Além das efetivações de 1.487 servidores referente à Lei nº 7.833/83, até novembro de 1986 foram efetivados 5.348 professores e 6.685 servidores em geral, perfazendo um total de 13.520 funcionários.

Na área de recrutamento de pessoal, conforme orientação governamental, tanto a Administração Direta como a Indireta passaram a admitir servidores somente através de concurso ou prova de seleção realizados pela SEA, levando esta Secretaria a valer-se da computação eletrônica de dados. Assim, dessa determinação resultaram a realização de concursos e provas de seleção para 710 categorias funcionais, com um total, até novembro de 1986, de 460.540 inscrições e a aprovação de 36.375 candidatos.

No período em tela, através do Banco de Dados de Pessoal (BDP), atingiu-se a concessão automática de vantagens a todos os Quadros de Pessoal do Poder Executivo, exceto aos das Procuradorias do Estado, a Geral e a da Justiça; possibilitando-se o acesso, através de terminais, às informações do Banco, por parte das Secretarias, inclusive da 1.ª DE da SEC, do Tribunal de Justiça, da Assembleia Legislativa, do Instituto de Previdência do Estado e do Tribunal de Contas do Estado, este para fins de fiscalização. Até novembro de 1986, emitiram-se 2.607 certidões de tempo de serviço para fins de aposentadorias no Estado (Lei nº 7.913/84).

Ainda relacionado ao Banco de Dados, foi procedida a centralização de arquivos e microfichas, transferido-os da Secretaria da Fazenda para a Secretaria da Administração, para melhor atender às necessidades no fornecimento de certidões e alterações de efetividades do funcionalismo público estadual.

Salienta-se que o estágio em que se encontra o BDP possibilita a criação de módulos específicos, visando ao atendimento das necessidades e particularidades de cada órgão estadual em termos de pessoal. Tal é, hoje, a situação das Secretarias da Fazenda e da Segurança Pública, que passaram a contar com informações, as mais variadas, atinentes a cada um de seus servidores, ensejando, assim, uma maior agilização na tomada de decisões por parte das autoridades superiores.

No que concerne ao trâmite de processos, implantou-se na SEA, em 1985, um sistema de controle por meio de computação eletrônica que veio facilitar significativamente o registro e a rapidez na obtenção e fornecimento de informações. Atualmente este sistema foi estendido a outras secretarias, mediante a integração de protocolos, permitindo, assim, a inclusão e consulta de processos diretamente através de terminais.

Buscando aperfeiçoar os serviços administrativos atinentes ao sistema de pessoal, entre outras medidas, foram racionalizados os fluxos de processos entre a SEA e setoriais. Além do desenvolvimento operacional do BDP, ocorreu considerável diminuição do trâmite de processos, facilitando especialmente aqueles de aposentadoria (14.610 processos) não obstante terem sido aumentados em decorrência da Emenda à Constituição Federal nº 18, que concedeu aposentadoria ao magistério aos 25 e aos 30 anos para mulheres e para homens, respectivamente. As novas medidas adotadas permitiram também maior agilização no cumprimento da lei que determinou a efetivação do pessoal contratado, cujo número de expedientes, até outubro de 1986, foi de 13.520.

Com a modernização dos instrumentos de trabalho da SEA, embora com redução e constante substituição dos seus recursos humanos, decorrente de aposentadorias e aprovações em concursos para cargos de outros órgãos, foi possível, até novembro de 1986, proceder à supervisão e/ou exame e publicação referente à concessão de 14.904 atos de aposentadorias, 118.293 triênios, 29.722 avanços, 7.649 quinquênios, 12.341 gratificações adicionais, 3.137 concessões de adicionais de insalubridade, 42.146 concessões de licença-prêmio, 1.937 incorporações de gratificações, 13.520 efetivações de servidores contratados, 40.285 promoções, 27.708 alterações de níveis do magistério, além de outros atos da administração do pessoal do Estado.

Quanto ao transporte oficial, no período 1983-86, várias medidas tomadas visando não só ao controle da frota de veículos do Poder Executivo, mas também à diminuição de custos no consumo de combustível.

Desse modo, a SEA, através da Superintendência dos Transportes do Estado do Rio Grande do Sul, (SUTERGS), mediante o controle de combustível atingindo 58 órgãos da administração estadual nesse período, possibilitou, até outubro de 1986, uma economia de Cz\$ 205,8 milhões, a preços atuais, representando, somente no ano de 1986, uma redução de Cz\$ 60,2 milhões que, em termos físicos, representa a redução total de 15.315 mil litros de gasolina, 29.480 mil litros de óleo diesel e 37.313 mil quilogramas de "fuel-oil". Atendendo a orientação governamental, promoveu-se a substituição de parte da frota movida a gasolina por ál-

cool, em razão do que foram adquiridos, no período 1983-86, 772 veículos movidos a álcool.

Por outro lado, objetivando uma racionalização mais efetiva no uso de veículos públicos e seu controle, foram tomadas algumas medidas que reduziram em 9% o número de carros da frota do Poder Executivo. Registrou-se a desativação de 1.504 veículos, totalizando no Estado, hoje, uma frota de 5.609 carros, assim distribuídos: 1.985 na Administração Direta e 3.624 na Indireta.

No quadriênio em referência, a SUTERGS transferiu suas instalações de abastecimento para a Av. Ipiranga, medida que proporcionou um aumento da capacidade de tancagem das bombas de 65 mil para 110 mil litros de combustível. Isto possibilitou o aumento de 31 para 41 órgãos públicos estaduais atendidos naquele posto, proporcionando, dessa forma, uma redução de despesas ao Estado na aquisição de combustíveis, correspondente ao movimento de 4.632 milhões de litros.

Conforme as diretrizes traçadas pelo Decreto nº 32.049/85, passou-se a reordenar toda a atividade dos serviços gráficos da Administração Direta e Indireta, buscando a centralização desses serviços na Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), com a desativação de órgãos paralelos, possibilitando, assim, mais competitividade com a iniciativa privada na confecção dos serviços gráficos para a administração pública estadual.

A SEA, além de suas atividades normais voltadas, à administração pública estadual, prestou, durante o período 1983-85, sua colaboração a 21 municípios, através de assessoramento técnico, elaborando trabalhos de classificação de cargos e funções, de estatutos de funcionários públicos municipais e de reorganização administrativa.

Procedeu-se a um completo levantamento e diagnóstico da força de trabalho da Administração Direta, abrangendo a força de trabalho existente, as necessidades de recursos humanos, criação de cargos, de treinamento e disponibilidade para o remanejamento. Esse trabalho terá maior ênfase no seu prosseguimento, no que tange à operacionalização, assim que houver disponibilidade de recursos.

Os concursos em andamento, ao se iniciar o exercício de 1987, registram inscrição de mais de 250 mil candidatos, superando a soma acumulada nos concursos dos últimos 10 anos na administração estadual.

2.18.2 — COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS (CORAG)

A CORAG, criada pela Lei Estadual nº 6.573, de 05 de julho de 1973, tem como missão "atender às necessidades do ramo gráfico na Administração Pública Estadual". Assim, os seus objetivos específicos são: edição e impressão do Diário Oficial do Estado e do Diário da Assembléia Legislativa, bem como a confecção de separatas, informativos, revistas, livros, inclusive didáticos e impressos em geral.

Durante o período 1983-86, a CORAG conseguiu atingir plenamente seus objetivos, apresentando, através de um bom desempenho operacional, uma sólida situação econômico-financeira.

A CORAG, no quadriênio 1983-86, dentro do princípio de atender cada vez melhor a seus clientes, efetuou modificações significativas na sua estrutura de serviços: foi criado um posto avançado localizado no CAERGS, tendo como finalidade o recebimento de matéria a ser publicada no Diário Oficial do Estado; venda de exemplares avulsos do Diário Oficial do Estado (DOE) e outros produtos. Modernizou as instalações da sua loja, localizada na Rua Caldas Junior, tornando-a mais ampla e proporcionando um melhor atendimento ao público.

Na parte operacional, foram elaborados projetos visando à agilização da produção, a racionalização dos serviços e redução dos custos.

Na área social, a CORAG entregou ao Governo Estadual 2,0 milhões de cadernos escolares para serem distribuídos a estudantes carentes.

Com relação às atividades administrativas, a Empresa está implantando um Centro de Processamento de Dados (CPD) e um Sistema de Microfilmagem, ambos já em fase inicial de funcionamento, visando à modernização e eficiência do processo de trabalho.

Quanto ao volume físico da produção no período 1983-86, destacamos uma tiragem de 9,0 milhões de exemplares do Diário Oficial do Estado e mais a impressão de: 547 mil exemplares do Diário da Assembléia Legislativa; 14,0 milhões de exemplares de informativos diversos; 2,2 milhões de exemplares de separatas de deputados; 890 mil exemplares de revistas; 828 mil exemplares de livros; 2,0 mil unidades de cadernos escolares; 240,6 milhões de unidades de impressos em geral, além de ser inserido no DOE um volume correspondente a 15,4 milhões de centímetros de publicações, no cumprimento de disposições legais a que estão submetidos a administração pública e determinados setores da iniciativa privada.

2.18.3 — FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (FDRH)

A finalidade básica da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), em todo os seus empreendimentos, tem sido "o desenvolvimento humanizado das organizações". Esse processo de desenvolvimento teve como objetivo o HOMEM, pela realização de suas potencialidades, dentro de uma visão humanística integral.

As ações levadas a efeito pela FDRH situaram-se no campo do treinamento, consultoria, desenvolvimento de produtos e pesquisa, baseadas em experiências passadas e em estudos e análises efetuadas, num processo permanente de recriar, repensar e reagir.

Em perfeita consonância com as metas traçadas, foi dada prioridade à área pública, tanto direta como indireta, e à descentralização dos eventos realizados.

Foram treinados pela FDRH, no período de março de 1983 a dezembro de 1985, 37.026 servidores da administração pública e de empresas privadas, num total de 762 projetos de treinamento que abrangeram 44.050 horas-aula. A maioria desses eventos (67,2%) destinaram-se à área pública, sendo que 88% das pessoas treinadas a ela pertenciam.

Merece destaque a ação da FDRH no campo do ensino, por sua atuação junto a professores da área de Educação Geral e da área de Ciências. Do universo treinado, 69,2% eram professores e do total de horas-aula, 36,5% destinaram-se a essa clientela. Ressalta-se, também, que foram realizados 34 seminários sobre o Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, em 34 municípios, durante o ano de 1985, através de contrato assinado com a Secretaria da Educação e Cultura (SEC).

Procurando atender ao servidor público de forma mais organizada e objetiva, a FDRH deu especial atenção aos Núcleos de Desenvolvimento de Recursos Humanos (NDRH), criados em diversos órgãos estaduais, visando a um atendimento mais descentralizado quanto ao levantamento de necessidades de treinamento, de necessidades a nível organizacional, acompanhamento de cursos e avaliação de resultados durante e após a intervenção da FDRH. Essa sistemática permitiu um trabalho mais específico, dentro dos interesses da organização-cliente e, para que o desempenho dos coordenadores desses NDRHs correspondesse às expectativas desses órgãos e da FDRH, foram promovidos e concluídos 2 cursos de pós-graduação em Desenvolvimento de Recursos Humanos para essa população-alvo.

Destacam-se, quer por seus objetivos, quer pelos conteúdos desenvolvidos, os cursos de Pós-Graduação em Administração Pública e de Planejamento Governamental, bem como os projetos de Desenvolvimento de Chefias Intermediárias e os eventos dirigidos aos servidores do nível operacional.

Apesar da ênfase dada à administração pública, não descurou a FDRH das empresas privadas, que também participam da política estadual de desenvolvimento. Assim sendo, programas relevantes foram desenvolvidos para essa área: Cursos de Pós-Graduação em Administração de Recursos Humanos, em Administração Agroindustrial, em Planejamento Regional e Desenvolvimento Rural, projetos os mais variados nas áreas de cooperativismo, tecnologia educacional, informática, desenvolvimento de comunidades e projetos sociais, entre outros.

As atividades de consultoria ocuparam 41.167 horas de trabalho, sendo que 34.431 (83,6%) destinaram-se a organizações públicas. Os trabalhos mais significativos foram: assistência organizacional à Casa Civil, à Fundação Rio-Grandense de Atendimento ao Excepcional (FAERS), ao Hospital Psiquiátrico São Pedro, à Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre (PROCEMPA), ao Instituto de Pesquisas Biológicas da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente/RS, a várias delegacias de educação do Estado, cooperativas, prefeituras municipais, à Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), à Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), à Companhia Petroquímica do Sul (COPE SUL), à Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul (CEDIC) e as diversas empresas privadas.

Quanto à pesquisa e ao desenvolvimento de produtos, nos últimos 3 anos; foram trabalhados vários projetos, principalmente nas áreas do ensino de ciências, da agroindústria, de elastômeros, de tecnologia educacional e de elaboração de audiovisuais, entre outros.

A atuação da FDRH na área pública consolidou-se no ano de 1986: praticamente todos os centros desenvolveram ações prioritárias para essa área.

As atividades desenvolvidas foram muito expressivas, tanto pela quantidade, como pela qualidade. Um dos indicadores da qualidade do trabalho é a demanda, cada vez maior, para execução de novos eventos em todo o Estado.

De um modo geral, todas as atividades planejadas foram realizadas com êxito.

O atendimento aos NDRHs foi prioritário neste ano, pois acredita a FDRH que é essencial uma corresponsabilidade da Administração Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Sul com seus servidores, na busca de crescimento e desenvolvimento profissional. Através de diagnósticos, feitos pelos integrantes dos Núcleos, foi possível especializar, atualizar e treinar um número significativo de servidores, de forma descentralizada, buscando, assim atingir a um desenvolvimento sistemático e constante das organizações e imprimindo maior efetividade ao serviço público estadual.

Na área do ensino, muito foi realizado: o atendimento dado aos professores e especialistas em educação foi expressivo; no campo do treinamento, foram desenvolvidos eventos no âmbito da Avaliação Educacional, Métodos e Técnicas de Ensino e Língua Portuguesa; foi realizado um programa específico de "Salas de Leitura", em conjunto com a SEC, com recursos da Fundação de Atendimento ao Educando (FAE), e projetos de novas metodologias para o ensino de Ciências foram desenvolvidos através de convênios com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com recursos do Programa de Apoio Científico e Tecnológico (PADCT).

No programa de Tecnologia Educacional que visa, basicamente, a transferência de "know-how", com a plena consciência de sua utilização, foram desenvolvidos os cursos de Formação de Instrutores, ABC do Vídeo e Especialização em Piaget — A Gênese do Conhecimento e da Linguagem, que muito contribuíram para a disseminação de novas abordagens metodológicas tanto na área do treinamento como na área educacional. No campo de Tecnologia Educacional aplicada ao Desenvolvimento Institucional, destaca-se o programa de Formação de Consultores que propiciou aos treinandos, representantes de grandes empresas públicas e privadas, a formação de uma massa crítica que permitirá a efetivação de mudanças nas organizações, sem estabelecer uma dependência excessiva de consultores externos.

Observou-se um crescimento acentuado dos treinamentos na área de Informática, especialmente no campo da microcomputação; este programa é considerado pela FDRH da maior validade, por estar colaborando com a administração pública para sua informatização, tendência marcante das organizações.

Os programas de treinamento não convencionais, por suas características de atendimento individualizado, realização no ambiente de trabalho do treinando e respeito ao ritmo próprio de cada um, vêm despertando o interesse da clientela; os de maior repercussão, no ano de 1986, foram os de Redação Oficial e os de Chefias Operacionais.

Cabe ressaltar dois cursos do programa de Desenvolvimento Agroindustrial: o primeiro foi o Curso de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Rural (PLADER), a nível nacional, com representantes de nove estados da Federação, que permitiu, pela troca de experiências e pelo desenvolvimento de conhe-

cimentos relativos ao planejamento, habilitar os treinandos a uma melhor seleção de alternativas e estratégias de desenvolvimento rural. O segundo foi o Curso de Comércio Internacional de Produtos Agroindustriais que reuniu técnicos e executivos de seis países latino-americanos, proporcionando-lhes uma visão e compreensão do sistema agroindustrial como acelerador dos níveis e padrões do desenvolvimento sócio-econômico; os participantes realizaram contatos com o parque agroindustrial do Estado com vistas a um conhecimento do potencial exportador e das tecnologias que utilizam.

Dirigidos às companhias de economia mista e empresas, foram desenvolvidos três cursos muito significativos: o de Especialização em Administração de Recursos Humanos que, por seu conteúdo técnico-conceitual, permite uma visão estratégica do papel do gerente de recursos humanos; o de Aperfeiçoamento de Gerentes Administrativos do Banco Meridional do Brasil S.A., um treinamento de dimensão nacional que pretendeu atingir a unanimidade dos gerentes administrativos do Banco, implantando uma nova filosofia de trabalho; e o de Extensão em Tecnologia dos Elastômeros, o primeiro curso a nível de pós-graduação na Região Sul, objetivando desenvolver novas tecnologias, novos processos e novos produtos na indústria de artefatos de borracha ou afins, em atenção à política governamental de incentivo às exportações.

A nível interno, preocupou-se a Fundação em manter uma equipe de trabalho capacitada para executar a política de desenvolvimento de recursos humanos do Estado, propiciando, dentro do possível, a participação de seus servidores em eventos regionais e nacionais e promovendo atividades internas com esse fim, destacando-se as seguintes: Seminário sobre Planejamento Estratégico, Curso de Construção de Currículo Integrado e Curso de Desenvolvimento de Relações Interpessoais.

A FDRH realizou, em 1986, 289 projetos de treinamento, num total de 11.353 horas-aula, atingindo 15.120 treinandos; esses números nos dão uma média de 24,1 eventos, 946,1 horas-aula e 1.260 treinandos por mês. É, sem dúvida, um conjunto de dados apreciáveis, que bem demonstram a intensidade de sua ação e a dinamicidade de seu corpo técnico e administrativo.

No segmento destinado à consultoria, também predominou o atendimento ao setor público. Foram realizadas, aproximadamente, 50 consultorias em 33 diferentes organizações, num total de 15.685 horas-técnicas. Salienta-se o trabalho realizado no Sistema Integrado de Tratamento de Efluentes (SITEL), órgão vinculado à CORSAN, que veio reforçar a competência distintiva da FDRH em relação ao conteúdo de Diagnóstico de Necessidades de Treinamento, propiciando à contratante uma programação de treinamento para 2 anos, destinada a todo seu corpo funcional. No tocante à elaboração de plano de cargos e salários, a Fundação trabalhou com a Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos (CORLAC), com o Serviço de Classificação de Produtos Vegetais (CLAVESUL) e com a Açúcar Gaúcho S/A (AGASA). Realizou um projeto de investigação e análise do clima organizacional para a COPESUL, que permitiu saber como os servidores percebem a empresa em termos de carreira, oportunidade de desenvolvimento profissional, atitude das chefias, relações interpessoais, ambiente físico e emocional de trabalho, política salarial e outros. Outra consultoria relevante desenvolvida foi um projeto que possibilitará a CORAG adequar a estrutura da organização às suas necessidades atuais, levando em consideração os indivíduos que nela trabalham, bem como os objetivos a serem alcançados. A preparação

dos professores e a coordenação da Comissão Julgadora dos trabalhos apresentados na IX Feira Estadual de Ciências e III Feira Nacional de Ciências ficou a cargo da FDRH, que se desempenhou com a eficiência esperada.

As atividades referentes a desenvolvimento de produtos e pesquisa foram muitas, apesar de não se ter atingido o desejável por falta de recursos financeiros. Destacam-se, nesta área: a pesquisa no ensino da Biologia; a edição de 4 números do Boletim Técnico do Programa de Treinamento de Professores de Ciências; a edição de 2 Boletins Técnicos do Programa de Educação Geral e o término do "kit" de Entrevistas-Princípios, Contexto e Técnicas que fecha o ciclo do Diagnóstico de Necessidades de Treinamento, já produzido. Foram desenvolvidos 14 projetos, num total de 13.389 horas técnicas.

Num balanço geral do quadriênio 1983-87, a Fundação apresentou um desempenho recorde, apesar dos entraves causados pela situação político-financeira do Estado e do País, que comprometeu, seriamente, a capacidade de realização da entidade, principalmente pela impossibilidade de retenção do pessoal técnico especializado.

Foram desenvolvidos, de março de 1983 a dezembro de 1986, um total de 1.287 projetos que envolveram 256.530 horas-técnicas e 55.403 horas-aula.

O número de treinandos, nesse período, foi de 52.146, o que representa mais do que a soma dos 2 últimos governos: em 1975-78, foram 13.852 treinandos e em 1979-82, 19.181 pessoas, totalizando 33.033.

**2.19 — PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICO-
-HOSPITALAR**

2.19.1 — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (IPERGS)

Esta Administração, preocupada em melhorar os benefícios prestados aos seus beneficiários, realizou no quadriênio algumas medidas de alto cunho social na área previdenciária. Merece destaque o estabelecimento de pensão mínima, através da Lei nº 7.810/83, beneficiando aproximadamente 13 mil pensionistas que passaram a perceber uma pensão equivalente ao padrão inicial da tabela do Quadro Geral dos Funcionários Públicos Civis do Estado. Corrigiram-se, assim, as disparidades existentes, bem como ajustaram-se, automaticamente, os valores monetários das pensões quando do aumento dos servidores públicos estaduais. Tal medida, em junho de 1986, foi estendida aos dependentes de ex-servidores de prefeituras municipais conveniadas, unificando o teto mínimo de pensão.

Outra medida relevante nesta área foi a diminuição do valor monetário de participação dos pensionistas no custeio dos serviços complementares.

Visando a proporcionar melhores condições de atendimento aos seus segurados, foram feitos investimentos substanciais na construção de prédios, reformas e instalações tanto na Capital como no Interior do Estado. Os recursos destinados a tais melhorias atingiram o montante de Cz\$ 5,4 mil.

Menciona-se, também, que o Instituto retomou a posse do Edifício Gen. Bento Gonçalves, no qual estão sendo feitas algumas reformas, visando a um redimensionamento de sua utilização.

Na área contábil-financeira, foram procedidas substanciais modificações para proporcionar à Administração Financeira da Autarquia maior segurança na tomada de decisões, tais como: a implantação de um sistema de informações contábeis voltado para o Banco de Dados, bem como de uma adequada unidade de comando; a racionalização de tarefas, procedimentos, interpretações e fornecimento de informações operacionais e gerenciais mais rápidas.

Dentro dessa sistemática de reaparelhamento administrativo, o IPERGS contratou com a PROCERGS a implantação do Banco de Dados para as suas diversas áreas, com o objetivo de dinamizar a prestação de seus serviços e benefícios, modernizando-se para os novos rumos que uma administração moderna exige.

Destaca-se, ainda, o trabalho desenvolvido nas delegacias, agências e postos de serviços, descentralizando-se o atendimento aos beneficiários, bem como proporcionando uma maior integração de toda estrutura administrativa do Instituto no Interior e Capital, dentro de uma linguagem comum e dinâmica, regulamentando normas e procedimentos.

Na parte referente a novos pontos de atendimento aos beneficiários do Instituto, cita-se a instalação da Delegacia de Cachoeira do Sul e Santo Ângelo, a transformação dos Postos de Pedro Osório e Gaurama em Agências Regionais, bem como a criação do Posto de Serviço no município de Maximiliano de Almeida e uma Farmácia no Centro Administrativo do Estado.

A atual Administração, atendendo aos objetivos de valorização do servidor público estadual, adotou uma política de melhorar a qualificação de seus recursos humanos. Neste sentido, criou um Grupo de Trabalho, com a finalidade de preparar, aperfeiçoar e especializar o seu quadro de pessoal, sendo treinados no período 594 servidores.

Tendo em vista a necessidade de dar uma melhor utilização para a Fazenda Santa Rita, de propriedade deste Instituto, foi criado o "Projeto Hortigranjeiro", em consonância com o Programa de Alimentação Popular Integrada do Governo do Estado, que consiste na venda de alimentos a preços mais reduzidos do que os de mercado, favorecendo os servidores públicos estaduais em geral.

No âmbito do atendimento habitacional, cabe destacar a atualização da dívida do Instituto junto ao Banco Nacional de Habitação (BNH) que em julho de 1983 atingia a importância de aproximadamente Cr\$ 3,64 bilhões.

Foi instituído o financiamento da casa própria, terrenos e apartamentos no valor de até 2.500 UPCs e um sistema de financiamento habitacional aos segurados de menor renda, de até 1.100 UPCs, ambos utilizando-se de dotações orçamentárias próprias do IPERGS.

Este tipo de financiamento permite uma maior flexibilidade nos prazos de financiamento (até 30 anos), oferecendo menores taxas de juros e utilização da Tabela Price.

Nos diversos planos habitacionais, foram concedidos 1.005 financiamentos, atingindo um montante de Cz\$ 16,085 milhões.

Criaram-se, ainda, oportunidades que permitiram aos mutuários em atraso a obtenção de empréstimos para atualização de sua dívida. Esta modalidade de empréstimo beneficiou 581 mutuários que puderam colocar em dia suas prestações habitacionais, mediante empréstimo (operação integrada) dentro de suas possibilidades financeiras.

Os valores unitários de concessão de empréstimos foram atualizados, tornando-se mais compatíveis com as condições de mercado e com as disponibilidades internas. Foram concedidos, no período, 48.981 empréstimos, representando um desembolso de Cz\$ 20,82 milhões. Foram também proporcionadas 8.971 fianças.

Quanto às concessões de empréstimos, ressaltam, de forma preponderante, as destinadas a segurados do Interior, em especial os empréstimos odontológicos. Somente no exercício de 1986 ocorreram 1.998 concessões, representando um acréscimo de aproximadamente 300% sobre o ano anterior.

Adotou-se uma política de otimização das disponibilidades financeiras, originando uma receita extra de Cz\$ 25,645 milhões, destinada a melhorar os serviços e benefícios.

No tocante à assistência médico-hospitalar prestada aos seus beneficiários, foram implantadas relevantes medidas. A inclusão de novos procedimentos até então não cobertos pelo Plano de Assistência Médica veio dar uma nova abrangência ao mesmo. O Cadastramento Universal dos Odontólogos, permitindo dessa forma que todo o profissional da área habilitado ao exercício da profissão possa atender aos beneficiários do IPERGS, representou uma medida de grande impacto social para a massa protegida da autarquia. Credenciaram-se serviços especializados no Interior, facilitando o atendimento dos segurados e seus dependentes, evitando o deslocamento dos mesmos até a Capital do Estado. A nova classificação dos segurados do Instituto, instituindo uma nova categoria, redistribuiu-os em novos patamares, beneficiando dessa forma os segurados de menor poder aquisitivo.

Paralelamente às medidas preconizadas acima, foi implantado um novo sistema de controle médico-hospitalar, simplificando as rotinas administrativas. O aperfeiçoamento da sistemática de controle das contas médicas proporcionou uma sensível redução de custos para a autarquia. Com a adoção deste novo sistema, permitiu-se uma redução dos prazos de pagamento dos honorários médicos, passando os mesmos a serem mensais e regulares em todo o Estado.

Finalmente, enfatiza-se a universalização do atendimento médico-hospitalar com o credenciamento, no período, de 1.361 médicos, o que demonstra a preocupação da atual administração em oportunizar aos seus beneficiários um maior número de profissionais à sua disposição e em especial aos do Interior do Estado.

No âmbito ainda do atendimento assistencial, destacam-se os 4,99 milhões de pessoas que foram atendidas pela rede de farmácias próprias, na aquisição de medicamentos a preços mais reduzidos.

Na parte referente aos planos facultativos oferecidos aos segurados, destaca-se a aceitação do Plano de Assistência Médica Suplementar (PAMES), com a inscrição de 30.963 segurados, totalizando até a presente data 35.695 inscritos, somando um total de mais de 88.000 beneficiários abrigados pelo referido Plano. O Plano de Assistência Complementar (PAC) tem recebido excelente aceitação por parte dos segurados, principalmente nas inscrições de filhos e designados, com um incremento de 2.246 dependentes no período, registrando até então um total de 11.336 dependentes inscritos no Plano.

Finalmente, ressalta-se que se encontra em fase final de decisão a constituição de representações em 85 municípios não servidos por delegacias, agências ou postos de serviços, estendendo praticamente a todo o Estado um local de atendimento aos seus beneficiários.

2.20 — PROCESSAMENTO DE DADOS

2.20.1 — COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (PROCERGS)

Para a PROCERGS, o período 1983-85 caracterizou-se por significativas dificuldades, o que veio a afetar os projetos previstos e a expansão do parque computacional.

Em que pese aos fatores adversos decorrentes da conjuntura regional e interna, foi possível realizar trabalhos, tais como: implantação de mais de 500 projetos de serviços de processamento de dados, assessoramento técnico e treinamento em informática para praticamente todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado; recuperação do nível do quadro de pessoal, principalmente em 1985, ficando o efetivo próximo ao quadro existente em 1983, o que representou significativa transferência de ganhos de produtividade aos clientes; e a adequação do parque computacional, a partir de 1984, com investimentos básicos em ampliação do parque de equipamentos mediante aquisição de um computador B-6930 em substituição ao B-6700, com mais de 10 anos de uso; contratação de 26 sistemas Edisa para automação bancária e equipamentos necessários ao funcionamento da rede de teleprocessamento.

No exercício de 1985, o parque de equipamentos foi ampliado, com a contratação de um computador A9-F e um computador IBM 4381, atenuando assim a situação em que se encontrava o órgão em exercícios anteriores. Os investimentos, no período 1983-85, atingiram Cr\$ 14,5 bilhões.

Na PROCERGS, a tecnologia representa fator estratégico, colocando-se à disposição dos usuários soluções apoiadas nas mais modernas tecnologias existentes na área de processamento de dados, exigindo constantes pesquisas e investimentos.

Com a ampliação da difusão e da aplicação das tecnologias de banco de dados e teleprocessamento e em conjunto com a implantação de ambiente de desenvolvimento de quarta geração, foi possível consolidar e estender a utilização de banco de dados e teleprocessamento a grande parte das aplicações.

Face às limitações de recursos, principalmente em 1984, os programas voltados para tecnologia foram dirigidos para implementação de banco de dados e consolidação do uso da metodologia de Engenharia de Informações no que se refere a técnicas e métodos para obtenção de modelos de dados globais.

Dos projetos desenvolvidos e aplicados no período, cabe destacar: viabilização do uso de linhas discadas; armazenamento e críticas de telas em terminais; estudos iniciais referentes aos projetos de processamento distribuído e ligações dos equipamentos Burroughs entre si; ligação dos equipamentos IBM entre si; ligação

de microcomputadores e equipamentos centrais Burroughs e IBM; novas ligações de telex com Burroughs; rede estadual de processamento de dados.

Foi também implantada a atividade de administração de dados, permitindo a elaboração do Plano Diretor de Informática para a Brigada Militar, Polícia Civil, Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB/RS) e Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), a partir dos modelos de dados globais. Foi ainda desenvolvido método pioneiro para automatizar o projeto de banco de dados, com base nos modelos de dados obtidos.

A nível de capacitação profissional de técnicos e de usuários, os programas de treinamento atingiram, no período de 1983-85, 10.164 participantes, 16.294 horas e investimentos de Cr\$ 481,3 milhões.

No final do exercício de 1985, foi desenvolvido um trabalho destinado a avaliar e rever as questões estratégicas da PROCERGS, visando a fornecer subsídios e indicações para o futuro desejado para a Empresa.

Como resultado daquela avaliação, definiram-se para o período 1986-87 as condições básicas que deveriam sustentar a continuidade da PROCERGS.

O exercício de 1986 consagrou-se como o melhor para a PROCERGS, em termos qualitativo e quantitativo, fruto da compatibilização da sua programação com o cenário de grandes alterações decorrente do Plano de Estabilização Econômica.

Entre os principais serviços prestados no ano salientam-se: interiorização e descentralização, para as principais cidades do Interior, dos Sistemas de Identificação Civil, Criminal, Veículos e Infrações; Sistemas do Poder Judiciário; Sistema de Administração Tributária; Sistema de Águas e Esgoto; Sistemas de Serviços Bancários e Sistemas de Ocorrências da Brigada Militar.

Por ocasião da conversão da moeda em 28.02.86, foi possível aos correntistas e poupadores da Caixa Econômica Estadual disporem de seus saldos convertidos em cruzados já no dia 03 de março. Em 2 dias, foram atualizadas mais de 1,7 milhão de contas de clientes da Caixa.

Ainda, em 1986, destacam-se o desenvolvimento e a implantação de vários projetos como: o recadastramento eleitoral, para o Tribunal Regional Eleitoral; a emissão e controle do Imposto sobre Propriedade de Veículos (ISPV); sistema genérico de pessoal para a Administração Indireta e implantação do sistema ON-LINE para a administração de pessoal; sistema de custos judiciais, dotando o Tribunal de Justiça de um sistema para cálculo das custas dos processos, bem como emissão de guias para recolhimento, mapas operacionais/gerenciais e integração com os sistemas de tramitação processual; Banco de Dados de Pessoal da Brigada Militar; Sistema de Ocorrências de Furto e Roubos; Banco de Dados de Armas; automação da Junta Comercial; Sistema de Sanidade e Movimentação de Tropa Animal, para a Secretaria da Agricultura; Planos Diretores de Informática (PDIs) para os clientes da Polícia Civil, Brigada Militar, Secretaria de Coordenação e Planejamento e Secretaria da Agricultura.

Em termos de pessoal, o quadro da PROCERGS situa-se em torno de 946 funcionários, tendo apresentado uma evolução de 14,5% em relação a 1985, o necessário para atender à demanda dos serviços contratados.

Em continuidade às diretrizes de capacitação, valorização e motivação do quadro de pessoal, foi desenvolvida, a reavaliação do Plano de Cargos e Salários visando a adequá-lo e a compatibilizá-lo às novas necessidades e realidades do meio computacional.

Na área de equipamentos, o parque experimentou um crescimento significativo. Foi decisivo e imperioso promover em 1986 uma série de investimentos pesados em equipamentos, onde se destacam: contratação de um computador dual A-9P da Burroughs; contratação de um computador 4381-Q 13 da linha IBM; mudança de modelo do atual 4381-PO2 para 4381-R14.

Para possibilitar tais investimentos e considerando as atuais dificuldades financeiras do Estado, foi necessária a utilização de recursos em locações em substituição à aquisição de equipamentos quando da inexistência de recursos próprios. Os investimentos necessários alcançaram Cz\$ 71,0 milhões, estando já contratados cerca de Cz\$ 16,0 milhões.

Na área de tecnologia, avançou, fundamentalmente, a implantação da metodologia de Engenharia de Informações para os maiores e principais clientes.

No que se refere a operações de equipamentos, foram desenvolvidos e implementados os projetos de comunicação entre o equipamento Burroughs; conexão de microcomputadores aos computadores centrais (Burroughs e IBM); desenvolvimento de equipamento eliminador de modem, unidade de derivação digital e matriz para comutação de linhas de transmissão de dados; segurança de acesso aos computadores; multiplexação estatística para otimização da rede de teleprocessamento para o Interior do Estado; comunicação entre os computadores Burroughs e IBM.

Internamente, foi implantado o Programa Integrado de Racionalização (PIR), obtendo-se a racionalização de diversos processos, rotinas, formulários, o que possibilitou obter redução de custos em torno de Cz\$ 600 mil no exercício de 1986.

Em continuidade ao trabalho desenvolvido na sede, o Programa foi implantado nas unidades regionais de Pelotas, Santa Maria, Caxias do Sul, Alegrete e Santo Ângelo.

Em termos da automação de escritórios, houve um desenvolvimento acentuado na área administrativa, com a instalação de microcomputadores nos diversos órgãos, o que possibilitou automatizar e racionalizar mais de 30 rotinas e controles, obtendo-se significativos ganhos de produtividade e eficiência.

A qualidade e produtividade dos servidores propiciaram a assinatura de contrato com o Tribunal Regional Eleitoral para executar o recadastramento eleitoral a um custo mais baixo do que o de outros CPD's.

Concluído o serviço, não só foi possível atender aos prazos estabelecidos, como ser o primeiro Estado a entregar o resultado final do recadastramento eleitoral ao TSE.

Pode ser destacada também a contratação da PROCERGS para executar os serviços de computação em regime ON-LINE para apuração dos resultados das

eleições/86 em todo o Estado, o que permitiu concluir os trabalhos em tempo recorde e com segurança, atendendo plenamente aos objetivos a que se propôs o órgão junto ao TSE.

Todo este esforço contribuiu para situar a PROCERGS como segunda maior estatal em processamento de dados e a sétima entre as principais empresas nacionais privadas e estatais.

**2.21 — DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO
E OBRAS PÚBLICAS**

2.21.1 — SECRETARIA DO INTERIOR, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS (SDO)

A Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, na gestão administrativa 1983-86, teve sua atuação voltada para três campos específicos: ampliação do programa de saneamento básico, intensificação da implementação do desenvolvimento urbano e regional e reestruturação — com dinamização do programa de edificações públicas.

A política da Secretaria firmou-se, preponderantemente, na variável de maior retorno, em termos de custo/benefício: a água. A convicção de que a água é base da sanidade e, portanto, de melhoria da qualidade de vida, fez com que este segmento merecesse a maior atenção nas atividades dos órgãos da Secretaria — considerando-se, também, o aspecto de ser um fator importantíssimo de desenvolvimento, através da irrigação.

A transferência da vinculação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul para a SDO propiciou ações de extrema relevância, tais como os projetos: de implantação de um sistema de dados sobre as águas subterrâneas no território estadual; avaliação da possibilidade de uso múltiplo das águas armazenadas em barragens — notadamente as do Arroio Ernestina; alerta de inundações no Estado; sistema de controle da produção rio-grandense, pela comparação da evolução da produção agropecuária por bacia hidrográfica; previsão de cheias do rio Uruguai, já tendo sido elaborados modelos matemáticos de previsão de cheias para Uruguaiana e Itaqui. Convém ressaltar que, neste último Projeto, foram iniciadas tratativas para inclusão de uma rede telemétrica, em convênio a ser celebrado com o Departamento Nacional de Águas e Energia (DNAEE) e conseqüente inclusão dessa região em um projeto de âmbito nacional.

O braço executivo e operacional dos programas de irrigação e drenagem — em consonância com o Programa Nacional de Irrigação (PRONI) — foi implementado através da criação da Comissão Estadual de Obras de Irrigação e Drenagem, conforme Decreto nº 32.262, de 9 de junho de 1986, estabelecendo-se, dessa forma, a nível estadual, um organismo que, entre outras incumbências, promovesse a implantação daquele programa nacional. Nos seis meses de atividade da referida Comissão, foram estabelecidas as diretrizes de atuação do Estado, através da elaboração do Plano Quinquenal de Irrigação do Estado do Rio Grande do Sul.

Ampliando a atuação da CORSAN ao limite de sua capacidade de endividamento, buscou-se recursos para investimentos em água e esgotamento sanitário, agilizou-se a frente de abertura de poços e açudes em pequenas comunidades rurais. A defesa da região metropolitana contra inundações, através de convênios com o DNOS, vem tendo resultados altamente satisfatórios, principalmente em

São Leopoldo e em Porto Alegre — onde os benefícios decorrentes das obras, por ocasião das enchentes de 1983 e 1984, representaram 1/3 do investimento total.

Foram iniciadas as obras de defesa contra inundações do rio Gravataí nas cidades de Cachoeirinha e Alvorada, o que virá proteger, essencialmente, as populações de baixa renda sistematicamente atingidas por ocasião das cheias daquele rio.

Ainda com relação a Porto Alegre, cabe ressaltar o Projeto Rio Guaíba — quando o Estado e a Prefeitura Municipal, aliaram-se com vistas à ampliação, implantação e respectivo tratamento dos esgotos sanitários da Capital. Através desse Projeto — com recursos do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) e sob a responsabilidade da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) —, foram reequacionados o tratamento dos efluentes, a implantação de duas Estações de Tratamento — com processo de lodo ativado para uma lagoa de decantação. Esse método é tecnicamente mais evoluído e mais adequado ecologicamente, representando uma economia de, aproximadamente, Cr\$ 80 milhões, quando de sua implantação, afora a economicidade de operação.

Com referência à CORSAN, convém salientar, ainda, sua ação na cidade de Santa Maria, afastando de vez os problemas decorrentes de estiagens prolongadas — através da abertura de poços artesianos e ampliação da rede de abastecimento de água — além da ampliação e melhoramento da rede de esgotos, com a implantação de uma das cinco maiores Estações de Tratamento de Esgotos do Brasil, a ETE 1. Da mesma forma, Capão da Canoa conta, já neste verão, com moderna estação de tratamento de efluentes. No período 1983-86, a CORSAN passou a atender — com água potável — a mais de meio milhão de habitantes em sua área de atuação, atingindo 90% do total da população urbana das localidades atendidas pela Companhia. Com relação aos esgotos, houve um aumento em mais de trezentos mil habitantes atendidos por rede de esgotos sanitários, num acréscimo de 12% sobre a população atendida até 1982.

A ordenação do desenvolvimento municipal, por meio de assistência e assessoramento técnico, seguiu a orientação governamental de promover o desenvolvimento harmônico do Estado — com ênfase no apoio aos municípios de menor porte e àqueles que, por terem sido criados recentemente, carecem de equipe técnica.

Nesta área, tem sido fundamental a participação dos Conselhos de Desenvolvimento Urbano e do Litoral, ambos vinculados administrativamente à Secretaria, promovendo a integração da programação das ações no desenvolvimento urbano do Estado — por meio do Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano (CEDU) — e a coordenação das ações de desenvolvimento do litoral riograndense — através do Conselho de Desenvolvimento do Litoral (CODEL). No Litoral Norte, foi dada continuidade à aplicação de recursos do programa conjunto com o Ministério do Interior/Departamento Nacional de Obras de Saneamento (MINTER/DNOS), para regularização de cargas das Lagoas Tramandai, Quadros e Itapeva. Até 1983, os investimentos totalizaram mais de Cr\$ 3 milhões — cabendo, ao Estado, Cr\$ 1,5 milhão. A Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN) perseguiu os mesmos objetivos com relação aos municípios que compõem a Região Metropolitana.

Através da Superintendência do Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal (SURBAM), executam-se as atividades pertinentes à promoção do de-

envolvimento regional e urbano e à implementação da capacidade administrativa dos municípios. Essas atividades vão desde os estudos normativos e a assistência técnica até a prestação de serviços especializados para os quais as municipalidades não contam com técnicos preparados.

Os projetos executados contemplam as duas áreas de tratamento da Superintendência: Planejamento Regional e Urbano e Modernização Administrativa e vão desde a consultoria técnica na elaboração de planos urbanos, elaboração de planos viários, projetos de paisagismo, topografia, desenho, graficação, licenciamento de barragens para construção por particulares, estudos sócio-econômicos, projetos de engenharia urbana, projetos de preservação urbana, proteção ambiental aos municípios, saneamento rural a pequenas comunidades, projetos de reforma administrativa, concursos públicos a nível municipal, treinamento de recursos humanos, contabilidade pública, pareceres técnicos jurídicos, cadastro imobiliário e fiscal, até a assistência técnica imediata efetivada através de reuniões e do plantão de atendimento telefônico, onde sempre está um técnico à disposição das prefeituras e câmaras municipais para resolver as dúvidas que se apresentam, no dia-a-dia, das mais distantes localidades.

Na presente gestão administrativa, foram atendidos, em média, por ano, 75% dos municípios rio-grandenses. Deve ser evidenciado que, no quadriênio, a SURBAM atingiu, de forma direta, todos os municípios. Indiretamente, foram remetidos a todos os municípios o Boletim Informativo da SURBAM, o Boletim Informativo aos Municípios, o Código Administrativo, o Anteprojeto de Lei Orgânica Municipal, o Anteprojeto de Regimento Interno. Estes documentos contêm assuntos de peculiar interesse dos municípios.

Salientam-se, no quadriênio, as seguintes atividades:

— realização de 60 cursos a funcionários municipais, na área da Administração Pública Municipal, totalizando 2.090 horas/aula, com 1.113 funcionários treinados;

— avaliação de 167 projetos de barragens a serem construídas por particulares, conforme determina a Lei nº 2.434/54, com expedição dos respectivos alvarás de licença. Os projetos prevêm um armazenamento de 189.222.717,97m³ de água com capacidade de irrigação de 15.507,21ha de área.

No exercício administrativo de 1983, foi de extrema relevância o Projeto de Instalação dos 12 novos municípios criados: Jóia, Capão da Canoa, Capão do Leão, Teotônia, Fortaleza dos Valos, Salto do Jacuí, Palmares do Sul, Tavares, Bom Princípio, Cotiporã, Charqueadas, Parobé. Os técnicos da Superintendência estiveram presentes na fase de preparação da instalação e na instalação propriamente dita dos novos municípios, elaborando projetos de leis que deveriam ser acolhidos pelo prefeito e aprovados pela Câmara.

Em 1984, pode ser enfatizado o Projeto de Consultoria Técnica às equipes municipais para elaboração do Plano Diretor Urbano para 14 municípios: Santiago, São Gabriel, Candelária, Guaporé, Ilópolis, Pedro Osório, São Paulo das Missões, Tapera, Arroio Grande, Piratini, Horizontina, Não-me-Toque, Tramandaí, Marau.

Em 1985, destacou-se o Programa de Planejamento Urbano, o Cadastro Imobiliário e Levantamentos Topográficos, que beneficiaram 18 municípios: Ma-

rau, Tramandai, São Paulo das Missões, Santiago, Pedro Osório, Tapera, Ilópolis, Piratini, Candelária, Cerro Largo, Ibirubá, Erechim, Butiá, Sobradinho, Agudo, Faxinal do Soturno, Alecrim, Arroio Grande. O Estado repassou recursos a estes municípios que totalizaram Cr\$ 250 milhões.

Em 1986, foram atendidos 137 municípios na área de planejamento urbano e 169 municípios na área de modernização administrativa, perfazendo um percentual de 73% de municípios beneficiados pelos serviços prestados pela SURBAM.

Ainda, no exercício de 1986, um projeto importante desenvolvido foi o de fornecimento de água a pequenas comunidades rurais. O Programa de Saneamento Rural visa a atender 60 comunidades rurais, tendo no momento o Estado repassado recursos num total de Cz\$ 1,37 milhões às primeiras cinco comunidades contempladas: Nova Petrópolis, Dois Irmãos, São Marcos, Guaíba, Palmares do Sul.

É de salientar também: a emissão de 49 pareceres técnico-jurídicos; elaboração do Plano de Carreira para o magistério, beneficiando 40 municípios; elaboração de projetos setoriais (paisagismo, engenharia urbana, topografia) para 10 municípios; elaboração, aplicação e avaliação de concursos públicos municipais em 15 municípios.

Dentro das atribuições da SDO, relativas à construção, ampliação, recuperação, restauração e conservação de prédios públicos, bem como à responsabilidade de avaliação e controle e de assistência técnica aos demais órgãos do Estado e prefeituras municipais, o Departamento de Obras realizou, no período de março de 1983 a dezembro de 1986, as atividades a seguir descritas sinteticamente.

O setor de estudos e projetos arquitetônicos elaborou 182 projetos e 134 estudos de implantação, dos quais 62 projetos e estudos em 1986, além de 50 pareceres técnicos.

Foram feitos 166 projetos de instalação elétrica e hidráulica, sendo 23 em 1986; foram analisados 11 projetos, dos quais 10 em 1986; foram realizadas 68 vistorias técnicas, sendo 47 no último ano.

O número de projetos estruturais em concreto armado elaborados no período foi de 108, dos quais 26 em 1986; foram realizadas 52 vistorias, sendo oito no corrente ano e executadas duas perícias em estruturas.

As construções de novos prédios e ampliações totalizaram 129.832m², correspondentes a 407 prédios públicos e a um investimento de Cr\$ 27,12 milhões, dos quais 30.931m² concluídos em 1986 correspondentes a 104 prédios.

No momento, estão em obras 186 escolas e 27 outros prédios públicos, e já foram licitadas 29 obras das quais 18 se destinam ao ensino.

No prosseguimento das obras do Centro Administrativo do Estado, foram executados 26.300m² com um investimento de cerca Cr\$ 42 milhões, sendo Cr\$ 34,75 milhões no exercício de 1986. Iniciou-se, também, a construção de uma creche com capacidade prevista para 220 crianças.

Dentro do Programa Poços e Açudes, objeto de convênio com a SUDESUL, para o atendimento a núcleos com menos de 750 habitantes, foram perfurados

589 poços, totalizando 64.852m perfurados, dos quais 15.346m nos 140 poços concluídos em 1986. No período, foram atendidas 481 localidades em 230 municípios, beneficiando uma população de 80.054 habitantes.

Foram executadas, ainda, 1.287 obras de manutenção, reforma, adaptação e conservação, das quais 455 foram concluídas em 1986, estando ainda em execução 118 obras.

Atenção especial foi dada à recuperação e à restauração de prédios tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico, com a execução de projetos, pareceres e acompanhamento de sete obras deste tipo.

Através dos escritórios descentralizados (residência de obras), foram realizados 5.440 trabalhos de levantamentos técnicos para obras novas e para avaliação de necessidades e estimativas de custos para serviços de conservação e recuperação.

2.21.2 — CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (CEDU)

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano tem como atribuições a formulação da Política de Desenvolvimento Urbano do Estado, bem como a coordenação de ações e programas para sua implementação.

Assim, as atividades da Secretaria Executiva (SE) do CEDU, no período, foram orientadas neste sentido, tendo como referência básica a diretriz governamental de promover a interiorização do desenvolvimento e a redução dos fluxos migratórios que demandam à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Dentre as atividades desenvolvidas, destaca-se o Programa de Apoio aos Centros Regionais, que visa a desconcentrar a RMPA através do fortalecimento de outras regiões do Estado.

Iniciou-se o Programa pela análise da Região Vinicultora de Caxias do Sul (MR-311). Os estudos urbanos e regionais estão concluídos e atualmente estuda-se a instituição de um processo de planejamento e administração integrados, envolvendo as prefeituras da Região, o Estado e o Governo Federal.

Deu-se continuidade ao Projeto Especial Cidades de Porte Médio (CPM/BIRD), que é um projeto de iniciativa do Governo Federal, mediante acordo com o BIRD e que conta com a participação estadual e municipal. Esse projeto tem por objetivo a melhoria da infra-estrutura física, dos serviços comunitários e dos transportes urbanos; o reforço da base econômica e da geração de empregos; e o fortalecimento das administrações municipais.

Estão em desenvolvimento atualmente os Subprojetos Pelotas e Aglomerado Urbano de Caxias do Sul, Farroupilha e Flores da Cunha.

Foram concluídos, na área de transportes urbanos, o Programa de Pavimentação de Baixo Custo em Áreas Urbanas de Baixa Renda (PROPAV), que visa à pavimentação de vias com transporte coletivo em áreas de baixa renda, utilizando solução de baixo custo; e os Estudos de Transporte Urbano em Cidades de Porte Médio (ETURB), cujo objetivo básico é a montagem de dispositivo que permita o

diagnóstico do sistema de transportes urbanos em cidades de Porte Médio, bem como a proposição de medidas destinadas a equacionar os problemas existentes.

Ainda nesta área foi realizado o Curso de Administração de Sistemas de Transporte, promoção em conjunto com a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), para técnicos de prefeituras municipais e de órgãos estaduais vinculados a transportes urbanos, e está em fase final para publicação o Levantamento da Situação dos Transportes Urbanos no Rio Grande do Sul, que foi realizado mediante contrato com a Fundação de Economia e Estatística (FEE), para avaliar as condições de transportes urbanos no Interior do Estado, com vistas à montagem de programa de assistência técnica no gerenciamento dos sistemas e cálculos tarifários.

Dentro do Programa de Política de Assistência Técnica aos municípios, foi elaborado um documento de Diretrizes para uma política de Assistência Técnica, destinado aos órgãos estaduais envolvidos no assunto, e foi realizado um Ciclo de Estudos sobre Gestão da Assistência Técnica Municipal e Regional em conjunto com a Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN), com a Superintendência do Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal (SURBAM) e com a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL). Atualmente, desenvolve-se uma pesquisa sobre o Perfil da Gestão Urbana, contratada a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), para avaliar as condições dos instrumentos de planejamento e os processos de administração do desenvolvimento urbano, visando à montagem de programas de apoio e assistência técnica.

Com relação ao Programa de Energia em Assentamentos Humanos, foram realizados estudos sobre Consumo de Energia e Qualidade de Vida, Energia e Assentamentos Humanos e Desenvolvimento da Conscientização do Problema Energético.

Para a definição de uma Política de Desenvolvimento Urbano para a Região Sul, atividade realizada em conjunto com a SUDESUL, foram elaborados documentos sobre a avaliação da *Experiência de Formulação de Políticas de Desenvolvimento Urbano no Rio Grande do Sul* e sobre a *Dinâmica Espacial do Estado*.

Está em andamento, em conjunto com Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), um estudo de Avaliação do Quadro de Subabitação no Rio Grande do Sul para identificar as áreas de maior incidência de concentração de habitação subnormal bem como a disponibilidade de áreas para programas habitacionais. Este ano foi concluída a fase A.

A Secretaria Executiva realizou este ano, em conjunto com a UNISINOS, estudos demográficos que visam ao conhecimento da dinâmica populacional do Estado, necessário à formulação de políticas de desenvolvimento. Foram analisadas a evolução e as perspectivas do crescimento populacional, a participação e as tendências das migrações internas e as áreas de atração e expulsão de migrantes.

Durante o ano de 1986, organizou-se a exposição *Ecologia em Ação* em Porto Alegre e em cidades do Interior do Estado. Esta exposição consta de material enviado pela sede da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO — Paris) para a SE/CEDU. São 36 cartazes que apresentam

com vistas à futura montagem de um atlas de águas subterrâneas. Foi realizada a primeira etapa, definida como o desenvolvimento e implantação de acesso automático de dados já disponíveis e armazenados em fita, como base para os programas específicos subseqüentes. O trabalho foi realizado mediante contrato com o Instituto de Pesquisas Hidráulicas-UFRGS.

Já o Projeto Alerta de Inundações no Estado do Rio Grande do Sul tem como objetivo dotar o Estado de um sistema de alerta sobre a ocorrência de inundações, buscando *minimizar seus efeitos danosos sobre as populações ribeirinhas e à economia do Estado*. O trabalho consistiu na montagem de um modelo matemático que, com base em vazões à montante, permita a previsão de ocorrência das enchentes, como elemento auxiliar das ações da Defesa Civil. O modelo foi elaborado para a bacia do alto Jacuí, trecho Dona Francisca-Cachoeira do Sul, o que foi considerado como uma primeira etapa, porquanto sua extensão para as demais bacias do Estado demanda prazos mais longos.

Buscando um maior aprimoramento técnico para o trecho em questão, está-se tratando de um Convênio com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), com a Empresa Brasileira de Portos do Brasil S/A (PORTOBRÁS) e com o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), no sentido da implantação de plataformas de coleta de dados, as quais permitirão uma avaliação instantânea dos dados linimétricos, com transmissão via satélite, e sua utilização tanto para a previsão de cheias quanto para a orientação à navegação. Esse estudo foi realizado por meio de contrato com o Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS.

Visando conhecer e acompanhar a evolução da produção agropecuária por bacia hidrográfica, ou sub-bacia, uma vez que esta é a unidade de planejamento que permite mensurar a influência dos fatores que interferem sobre a utilização dos recursos hídricos, desenvolve-se o projeto de Implantação de Sistema de Controle da Produção Econômica do Estado do Rio Grande do Sul. Até agora, foram processados os dados estatísticos de produção do Setor Primário disponíveis a partir de 1972, mediante contrato com a Companhia de Processamento de Dados (PROCERGS).

Adotando-se como orientação a execução de medidas não estruturais para reduzir os prejuízos humanos e materiais decorrentes das enchentes do rio Uruguai, o Projeto de Previsão de Cheias do Rio Uruguai teve como objetivo o zoneamento das zonas urbanas alagáveis e a determinação da probabilidade de ocorrência do fenômeno, a montagem de um sistema de previsão baseado em vazões à montante e, por último, a implantação de uma rede telemétrica de avaliação e transmissão de informações sobre precipitações e linimétricas. O estudo foi realizado pelo Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS, tendo sido concluído o zoneamento e as respectivas indicações sobre forma de utilização para as cidades de Marcelino Ramos, Porto Lucena, São Borja, Itaqui e Uruguaiana. O modelo matemático de previsão de cheias foi elaborado para Uruguaiana e Itaqui. A terceira etapa, montagem de uma rede telemétrica, está na dependência de convênio com o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), para a inclusão da região em projeto de âmbito nacional.

A geração de conhecimento sobre a estrutura e funcionamento dos ecossistemas que compõem a Lagoa dos Patos, tendo em vista determinar as zonas de preservação e as possibilidades de utilização econômica de suas águas e fatores intervenientes, é realizada através do Projeto de Pesquisa da Lagoa dos Patos. O tra-

balho é conduzido mediante convênio e apoio financeiro da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), sob a coordenação do Comitê Especial da Lagoa dos Patos, vinculado ao CONRHIRGS. A pesquisa iniciou em 1983, com estudos na área de hidrodinâmica, expandindo-se em 1984 para os aspectos geológicos, biológicos, ambientais, pesca e documentação. No ano seguinte, iniciaram-se dois subprojetos, realizados em conjunto pelas instituições envolvidas, o primeiro deles, denominado cruzeiro exploratório, constituiu na amostragem de água, sedimentos e avaliações climatológicas em pontos de uma malha predeterminada, cobrindo toda a lagoa. O segundo visa à organização do conhecimento existente em coleções de mapas temáticos e respectivas memórias descritivas, em caráter piloto, em duas zonas da lagoa, ao norte e região estuarina.

O primeiro subprojeto teve sua parte de campo concluída no corrente ano, estando em fase de análise do material coletado, e o segundo está também em fase final.

Em paralelo, está-se ultimando a proposta de continuação do projeto, uma vez que a Lagoa dos Patos foi considerada área prioritária de pesquisa nas programações da CIRM.

O Projeto Lagoa dos Barros, cujo objetivo é o disciplinamento das águas excedentes da citada lagoa, iniciou em 1984 com o estudo das condições hidrológicas e do sistema aliviados de cheias. Sua implantação, custeada pelos produtores da região, foi concluída em agosto do mesmo ano, evitando-se, dessa forma, a intensificação do alagamento de áreas no Município de Osório e do risco de inundação das lavouras de arroz em Santo Antônio da Patrulha.

A definição de cotas e de orientação quanto à operação do sistema, está a cargo do Comitê da Bacia Vertente do Litoral Norte, vinculado ao CONRHIRGS.

O Projeto Canal Adutor de Rio Grande objetiva o aproveitamento, para irrigação, das águas excedentes do canal adutor de Rio Grande. O fornecimento de água para a agricultura pela Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) iniciou na safra de 1982/83 e vem sendo regularmente mantido.

O Projeto Bacia Hidrográfica do Rio Vacacaí tem como meta o estudo integrado da bacia visando conhecer, para futuro disciplinamento, o uso dos mananciais hídricos e os respectivos fatores intervenientes. Trata-se do estabelecimento de uma metodologia adequada ao fim preconizado, qual seja o da administração dos recursos hídricos.

Nesse sentido, foi realizada a caracterização da bacia no que se refere a aspectos físicos, estando sendo estudados os dados econômicos, climatológicos e fluviométricos como elementos básicos para o estabelecimento de um plano diretor de utilização dos recursos hídricos e seus fatores condicionantes.

Sob o ponto de vista de integração de atividades com organismos de outras esferas administrativas foram assinados e estão sendo discutidos vários convênios. Com o Governo do Estado de Santa Catarina foi assinado o convênio visando ao intercâmbio de informações e ao estudo conjunto da bacia hidrográfica comum aos dois Estados, sob a responsabilidade dos respectivos Conselhos de Re-

curso Hídrico. Da mesma forma, foi assinado convênio com o Ministério do Interior, com a intervenção da Centrais Elétricas do Sul do Brasil (ELETROSUL) e Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (BADESUL), visando à utilização, para irrigação, das águas excedentes da barragem do rio Passo Fundo, mediante o qual cabe ao Estado conceder as competentes autorizações, tendo sido concedida a primeira, para irrigação de 60 hectares.

Visando à coordenação de implantação do Plano Diretor da Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba, elaborado pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), foi assinado convênio entre aquela Superintendência e os governos dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Cabe ressaltar, ainda, as propostas de convênios que estão em estudo neste Conselho.

O Ministério das Minas e Energia propõe a integração das ações do Estado com o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica no campo de estudos básicos de hidrometria e administração de recursos hídricos.

Com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) encontra-se em tratativas a proposta de convênio visando à obtenção de dados do projeto RADAMBRASIL. Já com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), estuda-se a proposição de convênio visando à inclusão no Estado no projeto de Implantação de Rede Piloto de Plataformas de Coleta de Dados, o qual viabilizará a complementação do Projeto Alerta de Inundações no Estado, antes referido.

O Conselho participou também de outras atividades, como na reunião de Órgãos Gestores de Recursos Hídricos em Belo Horizonte e em Brasília; em grupo de trabalho encarregado de montar o Sistema Nacional de Recursos Hídricos; na organização do VI Encontro Nacional de Órgãos Gestores de Recursos Hídricos, realizado em Porto Alegre; em depoimento prestado perante a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, sobre a situação dos recursos hídricos no País; e na organização e coordenação do I Seminário sobre a Pesquisa na Lagoa dos Patos realizado em Porto Alegre.

2.21.5 — COMISSÃO ESPECIAL DE OBRAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM (CEOID)

O lançamento pelo Governo Federal do Programa Nacional de Irrigação (PRONI) mostrou a conveniência de se montar, a nível estadual, uma estrutura com a incumbência, entre outras, de atender às necessidades de implantação desse Programa no Rio Grande do Sul.

Assim, pelo Decreto nº 32.262, de 9 de junho de 1986, foi criada a Comissão Especial de Obras de Irrigação e Drenagem, vinculada à Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas.

A função de direção superior da CEOID foi atribuída a um Conselho Intersecretarial, constituído pelos titulares das pastas do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, da Agricultura e da Saúde e do Meio Ambiente.

As funções operacionais foram atribuídas à Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, através de uma Secretaria Executiva estrutu-

rada em seis gerências: Gerência de Planejamento, Gerência de Pesquisa de Recursos Hídricos, Gerência de Estudos e Projetos, Gerência de Obras, Gerência de Administração de Projetos Públicos e Gerência de Serviços Complementares.

Nos seis meses de sua criação, cumpriu-se inicialmente na CEOID a definição de objetivos e metas para o Estado em consonância com as diretrizes gerais do PRONI, consubstanciadas em dois documentos básicos.

O Plano Quinquenal de Irrigação do Estado do Rio Grande do Sul está fundado especialmente no apoio à iniciativa privada e desdobrado nas seguintes ações: levantamentos e estudos básicos; assistência técnica; capacitação de recursos hídricos; pesquisa; infra-estrutura comunitária de energia, armazenamento e estradas vicinais; captação de água; macrodrenagem e crédito rural.

O Plano Operativo para o exercício de 1986, o qual detalha a aplicação, no corrente exercício, de recursos no montante de Cz\$ 250 milhões, dos quais Cz\$ 190 milhões em crédito rural e Cz\$ 60 milhões em investimentos públicos.

Como passo seguinte na sua atuação, a CEOID definiu a implantação de projetos relativos à construção de redes para eletrificação de lavouras irrigadas na extensão de 600km e no valor de Cz\$ 30 milhões e a ser implantada através de convênio firmado entre a CEEE e o PRONI; a realização de três cursos de treinamento para pessoal técnico nas áreas de pesquisa e extensão rural no valor de Cz\$ 2 milhões através de convênio entre o PRONI e as Universidades Federais do Rio Grande do Sul e de Pelotas.

Outros projetos definidos foram os de pesquisa de novas tecnologias e de experimentação de novas cultivares, no valor de Cz\$ 4,5 milhões a ser realizado pelo Instituto Riograndense do Arroz (IRGA) e pelas Universidades Federais do Rio Grande do Sul (UFRGS), de Pelotas (UFPel) e de Santa Maria (UFSM), através de convênio entre a EMBRAPA e o PRONI.

Ao Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) caberá desenvolver os projetos de construção de pequenos açudes e poços artesianos em zonas de pequenas propriedades, ao custo total de Cz\$ 12,5 milhões; de obras de macrodrenagem, no valor de Cz\$ 5,1 milhões, visando à incorporação de novas áreas ao processo produtivo e à implantação das bases físicas de apoio ao Programa em 17 municípios-pólo, ao custo orçado de Cz\$ 13,2 milhões.

2.21.6 — FUNDAÇÃO METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO (METROPLAN)

A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), com uma população de 2,6 milhões de habitantes, concentra inúmeros problemas sócio-econômicos, cabendo à Fundação Metropolitana de Planejamento buscar soluções para muitos desses que afligem os 14 municípios que a compõem. A METROPLAN presta assistência técnica a esses municípios através da elaboração e acompanhamento de planos diretores e código de obras, além de executar sua tarefa precípua, que é a de planejamento.

Entre as atividades desenvolvidas, cabe destacar inúmeras ações na área ambiental e de saneamento, tais como a que apontou alternativas para os problemas de limpeza urbana de Cachoeirinha, o desenvolvimento de um projeto-piloto de saneamento de baixo custo para vilas populares, o programa de melhoria dos sis-

temas de limpeza urbana na bacia do Gravataí e o Plano Diretor de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário para a RMPA, que propôs soluções para o setor até o ano 2.025. Mais recentemente, realizou pesquisa das condições dos sistemas de esgotamento sanitário na Região e instalou-se a Comissão de Saneamento da RMPA, com a participação de várias entidades de área. A solução para o reaproveitamento do lixo industrial produzido pelos municípios do norte da RMPA foi encontrada através da proposta de construção de uma usina de reciclagem que beneficiará os Municípios de Novo Hamburgo, Campo Bom, Sapiranga, Estância Velha e Dois Irmãos.

O acompanhamento e organização do transporte público e privado intermunicipal da RMPA no campo operacional compreende: monitoração da integração TRENURB/ônibus, com um movimento de 500.000 passageiros/mês; cálculo das tarifas dos ônibus intermunicipais e gerenciamento e monitoração das modificações de itinerários e horários das 270 linhas de ônibus intermunicipais, que transportam 10,3 milhões de passageiros/mês. Foi também procedida a revisão do planejamento dos transportes metropolitanos, já que a executada pelo PLAMET data de 1976. Também foi criada a Câmara Metropolitana de Transportes, congregando, além das municipalidades, órgãos e entidades de classe.

A negociação para o fornecimento de recursos financeiros da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), com a participação do BIRD, resultou no comprometimento da aplicação de 41 milhões de dólares no quadriênio 1987/90. Os recursos serão empregados na melhoria de vias urbanas com grandes fluxos de veículos de transporte coletivo. Prevê-se investimentos em pavimentação, obras de arte, sinalização, monitoração do transporte coletivo, terminais e manutenção e conservação de vias públicas.

Ainda vinculados ao setor de transporte, no quadriênio 1983/1986, foram executados estudos e obras complementares à Empresa Trens Urbanos de Porto Alegre S/A (TRENURB), propiciando aumento de sua eficiência e conforto, reduzindo o tempo de deslocamento da população usuária e investindo Cz\$ 78 milhões em viadutos, passarelas e pavimentação de vias. Também foram propostas alternativas para uma linha do aeromóvel até a Praça da Alfândega, bem como construídos abrigos em paradas de ônibus e executado um plano cicloviário para o Município de Sapiranga.

A METROPLAN encaminhou ao Banco Nacional de Habitação a pesquisa Condições Físicas, Legais e Sociais das Vilas da RMPA Determinantes de Intervenções, onde são solicitados recursos no valor de Cz\$ 2,37 milhões.

Vinculada ao Programa de Prioridades Sociais do Governo Federal e, especificamente, ao Programa de Infra-Estrutura Urbana e Habitação para a População Carente, foi elaborada proposta de projeto correspondente ao convênio do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente com os municípios da RMPA, envolvendo recursos de Cz\$ 12 milhões. O Programa João-de-Barro, de regularização de vilas, concluiu os trabalhos na Vila Piratini/Caxambu, em Alvorada, compreendendo desde o urbanismo até os projetos de infra-estrutura e de habitação, beneficiando 220 famílias. A necessidade de conhecimento da oferta habitacional conduziu ao levantamento do número de unidades em comercialização e recomercialização nos conjuntos habitacionais de iniciativa pública e privada na RMPA.

A METROPLAN também elaborou programa de proteção de vilas irregulares contra enchentes, plano de ocupação das fazendas Nazário e Guajurivas, em Canoas, e atendimento às vilas irregulares em Cachoeirinha, Alvorada e Sapucaia do Sul.

A execução do programa de desenvolvimento industrial e comercial da RMPA permitiu identificar problemas e oportunidades industriais e comerciais a partir de especificidades regionais. Foram igualmente determinadas as relações internas e externas da economia metropolitana com a elaboração de diagnóstico da base econômica dos municípios da RMPA, via valor adicionado, além de pesquisa sobre as relações industriais e comerciais internas e externas dessas economias. Compreendendo os Municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Gravataí e Viamão, a METROPLAN elaborou um programa de desenvolvimento industrial e comercial da sub-região leste da RMPA. Em trabalho conjunto com o Departamento do Meio-Ambiente (DMA), foi executado o Zoneamento Industrial da RMP, visando definir áreas passíveis de localizações industriais e proposta para uma legislação de controle da distribuição dessa atividade na Região.

A necessidade de contar-se com um plano de aproveitamento dos recursos minerais e compatibilização de atividades de mineração com as demais atividades da Região, bem como estudar o aproveitamento e distribuição racional de energia, determinou a elaboração do plano de mineração e gás canalizado na RMPA.

A administração dos hospitais de Alvorada e Cachoeirinha possibilitou a implantação do atendimento ambulatorial nas especialidades de pediatria, clínica geral, cirurgia e ginecologia, além do atendimento de emergência, já tendo sido prestada assistência a 84.607 pacientes nos dois hospitais.

2.22 – GABINETE DO GOVERNADOR

2.22.1 — CASA CIVIL

Órgão integrante do Gabinete do Governador, a Casa Civil tem como atribuições precípua: prestar assessoramento direto e imediato ao Governador do Estado nos assuntos pertinentes à administração civil; e coordenar e promover a divulgação de atos e atividades governamentais.

No que concerne à representação civil, foram programadas e realizadas pela Casa Civil, de 1983 a 1986, audiências regulares, concedidas a autoridades administrativas, lideranças comunitárias e público em geral, rotina de trabalho que possibilitou o contato direto do povo com o Governo, proporcionando o atendimento a 11.101 pessoas da Capital.

A pessoas do Interior do Estado foram concedidas, no Palácio Piratini, 1.303 audiências; e, em viagens, foram concedidas 267.

Nas 257 viagens realizadas ao Interior do Estado, foram visitados 295 municípios e mantidos contatos com prefeitos e líderes locais, totalizando 1.570 encontros.

Com referência aos assessoramentos jurídico e legislativo, foram elaborados e encaminhados ao Poder Legislativo 979 projetos de lei e 241 vetos; redigidos 2.083 decretos e editados 74 ordens de serviço; examinadas promoções em 12.978 processos administrativos, elaborados 3.432 ofícios e 49 emendas constitucionais.

No que respeita ao assessoramento administrativo, destacam-se a revisão de processos e o exame de atos de natureza administrativa, oriundos dos diversos órgãos da administração estadual, num total de 27.706 expedientes.

Foram, ainda, lavradas 106 atas de transmissão e reassunção do cargo de Governador do Estado, atendidos 224 pedidos de informações solicitados pela Assembléia Legislativa e elaborados 5.588 ofícios.

Na execução do Plano de Subvenções e Auxílios, foram distribuídos recursos financeiros a entidades de natureza assistencial, desportiva, cultural e classista a municípios e, ainda a estudantes, num total de Cr\$ 27,2 bilhões no período.

As Representações do Estado em Brasília e no Rio de Janeiro, coerentes com a disposição governamental de dinamizar esses setores, procederam à reformulação de seus serviços. Buscou-se uma adaptação que possibilite o cumprimento, com a maior objetividade, eficiência e economia, das finalidades para as quais foram criadas, particularmente no que se refere ao acompanhamento e à atuação em procedimentos e assuntos do interesse do Estado junto às autoridades e órgãos fe-

derais, nos diferentes poderes. Tal reformulação viabilizou maior e mais eficaz assistência na divulgação das potencialidades do Estado, criando condições de relacionamento e participação no setor privado e nos mercados estaduais. A *Representação no Estado de São Paulo foi extinta pelo Decreto nº 31.182, de 29.06.83, por não mais responder ao interesse do Governo a manutenção de seus serviços.*

O Cerimonial não restringiu suas atividades ao Palácio Piratini. Participou das solenidades efetuadas no âmbito dos órgãos governamentais e marcou sua presença em 1.117 eventos.

2.22.2 — CASA MILITAR/COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL

A Casa Militar, através das Subchefias de Operações e Administrativa, executa as atividades que lhe são pertinentes, com ênfase para a Segurança, Comunicações, Transportes e Cerimonial Militar, tudo em sintonia com os demais órgãos que compõem o Gabinete do Governador, além de cumprir outras tantas tarefas correlatas.

O Rio Grande do Sul tem sido assolado por eventos climáticos adversos de toda a ordem, provocando situações dramáticas. Assim foi durante os anos de 1983, 1984, 1985 e 1986, em épocas mais ou menos iguais, determinando um certo *ciclicismo não de todo previsível.*

A própria localização geográfica do Estado, meio caminho entre o Pólo Sul e a linha do Equador, determina a passagem de frentes frias e o encontro destas com massas tropicais, provocando os efeitos climáticos causadores de situações *adversas.*

A Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC), através de sua subchefia, vem procurando adequar-se às suas finalidades, buscando um entrosamento mais estreito com órgãos especializados visando à observação científica dos fenômenos naturais e suas conseqüências, tudo em proveito da comunidade rio-grandense.

Em 1983, o Estado sofreu os efeitos de precipitação de granizo, vendavais e 4 períodos de enchentes que atingiram 191 municípios.

Além das dificuldades causadas à vida de apreciável parte da comunidade gaúcha, prejuízos imediatos e danos de médio e longo prazos foram sentidos na área econômica, em montantes difíceis de avaliar com exatidão.

A sensibilidade do povo rio-grandense e mesmo brasileiro foi marcante através de uma "Campanha de Solidariedade" que, com o apoio dos órgãos de comunicação de massa, muito contribuiu para minorar o sofrimento dos 67 mil desabrigados dos 191 municípios atingidos.

Destaque-se aqui o trabalho do Conselho de Entidades Não Governamentais (CENG), da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC).

Os auxílios arrecadados somaram Cr\$ 407,85 milhões.

Após a "Campanha da Solidariedade", o Grupo de Trabalho Especial

(GTE) coordenou a reconstrução das habitações de pessoas de baixa renda atingidas pelos fenômenos adversos.

Em resposta aos relatórios e à ação do Estado, o Governo Federal destinou ao Rio Grande do Sul a importância de Cr\$ 13,99 bilhões, sendo Cr\$ 5,4 bilhões para a realização de obras a cargo do Governo Federal. Desse montante, o Estado recebeu Cr\$ 2,67 bilhões, os quais foram repassados aos municípios atingidos, através da CEDEC.

A atividade de criação, organização e dinamização das Comissões Municipais de Defesa Civil (COMDEC) continuou sendo preocupação da CEDEC, pois, apesar de já existirem 231 comissões criadas, a maioria não estava organizada.

Em 1984, novamente se repetem os fenômenos climáticos adversos, causando prejuízos gerais estimados em Cr\$ 270 bilhões.

A declaração de "Situação de Emergência" nos 244 municípios gaúchos fez-se imperiosa, pois foram oito ocorrências de precipitação de granizo, sete vendavais, duas ocorrências de neve e seis períodos de enchentes.

Vale destacar que o número de flagelados foi reduzido em 50%, certamente pelo persistente trabalho da CEDEC junto às prefeituras municipais, insistindo na criação e organização das COMDEC e, ainda, coordenando medidas preventivas e assistenciais às comunidades flageladas.

Chamada novamente a participar da "Campanha da Solidariedade", a comunidade gaúcha respondeu positivamente, ensejando a construção de 204 casas e a reconstrução de mais de uma centena de moradias para pessoas de baixa renda. O apoio da imprensa gaúcha foi de capital importância.

A permanente divulgação da Defesa Civil tem-se constituído, também, num dos objetivos básicos da CEDEC. Com esta finalidade, no decorrer do ano de 1984, foram realizados simpósios, encontros e palestras para professores, para alunos e para dirigentes, potenciais multiplicadores e auxiliares na implantação de uma doutrina nascente.

O estudo Previsão de Cheias do Rio Uruguai, elaborado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul através do Instituto de Pesquisas Hidráulicas, em convênio com o Conselho de Recursos Hídricos da Secretaria de Coordenação e Planejamento, determinou um plano de trabalho com os seguintes objetivos:

- avaliação dos riscos das enchentes com base no nível, para as cidades que margeiam o Rio Uruguai e dispõem de dados suficientes;
- identificação da planície de inundação nos mapas existentes;
- orientação para zoneamento das áreas inundáveis; e
- estabelecimento de modelos de previsão de cheias para o rio Uruguai.

Deste estudo, a 1ª Etapa — Regulamentação do uso de áreas inundáveis — já está pronta e ensejou contatos com as prefeituras interessadas, tendo em vista estudos e recomendações para a elaboração de planos diretores locais.



Em 1985, 22 municípios foram atingidos por enchentes, principalmente na região da Grande Porto Alegre. O número de flagelados chegou a 32.114 pessoas, ocorrendo, inclusive uma morte.

Os municípios de Tramandai e Capão da Canoa foram atingidos por forte ressaca do mar, causando sérios prejuízos na infra-estrutura daquelas localidades.

Em outubro de 1985, o Estado foi assolado por forte estiagem, com sérios prejuízos para a produção agropecuária, comprometendo quase 50% da mesma.

Houve atraso no plantio de várias culturas, e a população sofreu as consequências do racionamento de água potável em 90 municípios.

A situação reinante obrigou a decretação de "Estado de Calamidade Pública" em 90 municípios.

A CEDEC participou e ajudou a promover a "Campanha de Economia de Água e Energia Elétrica" e coordenou o abastecimento de água potável em diversos municípios.

Através da CEDEC, o Governo do Estado, em consonância com os municípios castigados, tem mobilizado seu potencial e direcionado seus esforços na prestação imediata de socorro e completa assistência a toda população atingida por eventos anormais e adversos.

Como base da estrutura de Defesa Civil, as COMDEC têm merecido particular atenção quer em sua organização quer em sua dinamização, propiciando que as comunidades consigam suportar os primeiros impactos das adversidades.

Ainda em 1985 foi alcançado o objetivo de previsão de cheias que permite, com base em precipitações pluviométricas e níveis dos rios, a expedição do Alerta ou Alarme.

Este trabalho está condensado no Sistema de Acompanhamento Diário de precipitações pluviométricas e níveis dos rios (Plano SAD), níveis estes colhidos diariamente das estações climatológicas, pluviométricas e fluviométricas do Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica (DNAEE), Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC) e 8º Distrito de Meteorologia (DISME).

O Sistema está concebido e implantado de forma a ser utilizado em micro-computador com modelo já testado.

A divulgação da Defesa Civil continuou a merecer atenção da CEDEC através de palestras e encontros junto aos municípios em geral.

O encontro de Comissões Municipais de Defesa Civil, em Tramandai, em setembro de 1985, contou com a participação de lideranças dos mais diversos segmentos da comunidade gaúcha, além de representantes de 17 unidades da Federação.

Todos os esforços vêm sendo feitos para levar à população os conhecimentos de Defesa Civil, sempre buscando o efeito multiplicador. Continua em atividade, junto à Secretaria de Educação e Cultura, o Grupo de Trabalho que prepara pro-

posta ao Conselho Estadual de Educação visando sistematizar o ensino de Defesa Civil, de forma oficializada por aquele Conselho.

Cabe destacar, também, o sucesso da implantação do Plano SAD cuja adoção foi o referencial básico para o Programa de Previsão de Cheias, a nível nacional, sugerido pelo DNAEE e oficializado pelo Ministério das Minas e Energia.

Em 1986, a estiagem continuou castigando o Estado. Aos 90 municípios atingidos vieram se somar mais 15, totalizando 105, todos com "Estado de Calamidade Pública" decretada.

Além desse flagelo, tivemos mais 26 municípios atingidos por enchentes e ocorrências de vendavais que castigaram 33 municípios, tendo dois deles reconhecida a "Situação de Emergência". O número de flagelados chegou a 7.087 pessoas e 31.063 pessoas foram cadastradas como desempregadas pelas prefeituras municipais e/ou sindicatos rurais. O êxodo rural acusou uma migração de 13.519 pessoas.

Com todo esse quadro, os prejuízos catalogados somaram Cz\$ 48,7 milhões, levando-se em consideração os anos de 1985 e 1986.

Foram construídos 4.864 açudes, 11.202 bebedouros, perfurados 1.200 poços artesianos, empregadas 3.449 pessoas em frentes de trabalho, além do dispêndio de dinheiro para o transporte de água potável e aquisição de sementes e fornecimento de alimentos. Mais uma vez a ação do Estado e a objetividade dos relatórios remetidos ensejou que o Governo Federal destinasse ao Rio Grande do Sul a importância de Cz\$ 41 milhões, da qual Cz\$ 38 milhões já foram recebidos, repassados pelo MINTER/SUDESUL.

As palestras sobre Defesa Civil continuaram se realizando, atingindo 21 em novembro, envolvendo 630 participantes.

Em outubro, a CEDEC recebeu a visita de Mr. Carl Cook, membro do Federal Emergency Management Agency (FEMA), Agência Federal para a Administração de Emergências dos Estados Unidos. A visita visou detectar o potencial da Região Sul do Brasil, visando à assinatura de convênio para a formação de um Centro em Santa Catarina. O Convênio envolverá a Secretaria Especial de Planejamento do Governo Federal, o Ministério do Interior, através da Secretaria Especial para Assuntos de Defesa Civil (SEDEC) e terá a participação dos Governos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Com base no Plano SAD, o Sr. Ministro de Minas e Energia baixou a Portaria nº 147, de 05.01.86, determinando ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) a promoção dos trabalhos necessários à definição do Sistema Nacional de Alerta Contra Cheias e sua implantação, tendo por base as redes hidrometeorológicas existentes. Fruto desta determinação, o 1º Distrito do DNAEE montou a Proposta Preliminar do Centro de Previsão de Cheias do Rio Grande do Sul, primeiramente para as bacias do Uruguai e Guaíba, podendo ser desdobrado em outros centros localizados fisicamente em outras bacias.

Os contatos preliminares já foram mantidos, cabendo à CEDEC fornecer o Modelo Matemático que servirá de base para o acompanhamento de precipitações pluviométricas e nível dos rios.

A diferença entre este trabalho e o que está sendo realizado no Plano SAD é o acompanhamento periódico dos dados do computador por um hidrólogo.

Um trabalho não invalida o outro, ambos se somam, assegurando maior confiabilidade.

A segunda e a terceira etapas do levantamento da bacia do Rio Uruguai foram concluídas, e um apreciável somatório de dados da bacia do Rio Jacuí também já foi colocado à disposição.

O Modelo Matemático para a previsão de cheias do Rio Uruguai foi elaborado pelo Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, modelo este que será utilizado pelo DNAEE no seu trabalho de apoio à CEDEC.

Fiel ao seu objetivo de dinamização das atividades de Defesa Civil, a CEDEC está realizando a revisão de todos os seus manuais, envolvendo Legislação, Doutrina, Comissões Municipais e, futuramente, Recursos e Prestação de Contas.

Pretende-se introduzir algumas modificações; por exemplo, transformar o Conselho de Órgãos Governamentais em Conselho Técnico, atribuindo-se a missão de órgão de orientação e apoio técnico à CEDEC. Outro exemplo é a criação, junto à Subchefia de Defesa Civil, de um Conselho de Consultores-Técnicos, aproveitando o interesse que os órgãos técnicos que apóiam a CEDEC têm demonstrado.

A CEDEC vem procurando adequar-se às suas finalidades através de uma estreita colaboração com órgãos especializados, buscando sempre a observação científica dos fenômenos naturais e suas conseqüências, tudo em proveito da comunidade rio-grandense.

2.22.3 — GABINETE DA PRIMEIRA DAMA DO ESTADO (GAB)

O Gabinete da Primeira Dama do Estado desenvolveu seu trabalho com objetivo de melhorar a qualidade de vida das populações carentes e as condições de atendimento nas entidades assistenciais. Seu programa envolveu basicamente três áreas prioritárias: o excepcional, o idoso e o menor carente.

Buscando alcançar a descentralização das atividades na área do bem-estar social, o Gabinete trabalhou no sentido de integrar as primeiras damas dos municípios realizando encontros regionais e estaduais, elaborando projetos alternativos e dando apoio técnico às comunidades, sempre com divisão e responsabilidade.

Na vigência desta Administração, a Primeira Dama do Estado concedeu 991 audiências, tendo recebido primeiras damas dos municípios, presidentes de entidades assistenciais, líderes comunitários e políticos e realizou 106 visitas a entidades assistenciais da Capital e do Interior do Estado.

Através do Gabinete, foram realizados 21 encontros regionais de primeiras damas, atingindo a quase totalidade dos municípios; 3 encontros estaduais com as primeiras damas de municípios e um encontro interestadual com a participação dos Estados de Santa Catarina e Paraná.

O Programa de Bem-Estar Social contou com a integração de 381 senhoras de nossa sociedade, através de cinco cursos. As participantes destes cursos cooperaram em projetos que envolveram trabalho voluntário, ficando, também sob a responsabilidade daquelas colaboradoras a triagem e distribuição de roupas e doações, produto de campanhas realizadas junto à comunidade e empresas comerciais.

Através de promoções, foi arrecadado Cz\$ 1,4 milhão, recurso este distribuído para auxílios a entidades assistenciais e pessoas físicas, em atendimento às solicitações feitas.

Cumprir destacar alguns projetos que tiveram maior receptividade junto à comunidade.

O projeto O Idoso é a Memória da Nossa Cultura objetivou resgatar a memória cultural da população idosa do nosso Estado. Foram colhidos depoimentos em 85 municípios e editados três fascículos sobre curiosidades, Contos e Culinária, num total de 60 mil, cuja distribuição foi feita para todas as escolas de 1.º e 2.º graus, bibliotecas, universidades, primeiras damas do País, dos Estados e dos municípios, ministérios, demais órgãos interessados na educação e/ou cultura e órgãos de imprensa (Convênio Gabinete da Primeira Dama do Estado /Fundação Educar-RS/Secretaria da Educação e Cultura).

O projeto Municipalização do Atendimento ao Excepcional, visa determinar uma maior participação dos municípios nesta área social, de modo a que o excepcional possa receber junto à sua comunidade o atendimento de que necessita, através das áreas da: saúde, educação, assistência, profissionalização e lazer. Foram realizados oito encontros regionais, com a participação das primeiras damas e dos secretários municipais de Educação, visando à implantação de classes especiais para deficientes e Casas-Lares Regionais, para atender excepcionais abandonados (Convênio GAB/Fundação Rio-Grandense de Atendimento ao Excepcional). O projeto atingiu os 244 municípios, com 178 retomadas.

Foi elaborado anteprojeto, transformado em Lei N.º 7.868/83, que beneficia as funcionárias públicas do Estado, mãe de excepcionais em tratamento e com regime de trabalho de 44 horas semanais, possibilitando a redução da carga horária para 22 horas semanais, sem prejuízo de seus vencimentos.

Em 1986, foi concluída a pesquisa Situação do Excepcional no Rio Grande do Sul, pesquisa esta que objetivou demonstrar a situação do excepcional no Estado, em termos numéricos, condições de atendimento, métodos e técnicas utilizadas em trabalhos preventivos e terapêuticos.

Foram implantadas duas escolas em Porto Alegre (Convênio GAB/Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM/SEC), no projeto Escola Aberta, criado para responder às necessidades dos meninos de rua. O projeto visa oferecer ao menino de rua ensino de 1.º grau, preparação para o trabalho e oportunidade para sua realização pessoal. É uma escola adaptada à criança e não a criança adaptada à escola.

Foram destinados recursos orçamentários do Estado no valor de Cz\$ 5,2 milhões, o que permitiu 84 construções, 40 ampliações ou reconstruções e 33 equipamentos permanentes para o projeto Centro Integrado de Cuidados Infantis

que tem como objetivo atender crianças de 0 a 6 anos, de família de baixa renda, num esforço conjugado do Governo do Estado/Município/Comunidade (Convênio GAB/Secretaria do Trabalho e Ação Social).

Resta ainda mencionar uma das atividades realizadas pelo Gabinete da Primeira Dama do Estado visando não apenas angariar recursos financeiros, mas motivar a comunidade gaúcha para a participação efetiva na transformação da realidade social. Trata-se de promoções sociais, campanhas e eventos. Destacamos os mais importantes: Campanha do Agasalho, Semana do Excepcional, Semana do Idoso, Semana da Criança, Campanha "Natal é Amor" e Campanha de Almoços Benemerentes.

2.22.4 — ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Assessoria de Comunicação Social cabe a cobertura jornalística das audiências e atos presididos pelo Governador, pela Primeira Dama e pelo Chefe da Casa Civil, bem como divulgar as atividades da Casa Militar, especialmente as relacionadas com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Neste Quadriênio, foram feitas 7.069 coberturas dos compromissos oficiais, tantos os efetivados em Palácio como fora dele, incluindo viagens a 241 municípios.

Deste trabalho resultaram 23.400 notícias distribuídas a jornais e rádios, da Capital, do interior e sucursais. O noticiário destinado à Imprensa foi acompanhado por 82.456 fotografias.

Para as emissoras de televisão foram produzidos 10.037 "tapes" com o noticiário do dia-a-dia, bem como VTs especiais para o Gabinete da Primeira Dama, Defesa Civil e Secretarias.

A Assessoria produziu, na área do rádio, 8.482 gravações de pronunciamentos e entrevistas e o programa "O Rio Grande em Sua Casa". Este, com 981 edições, foi transmitido por emissora da Capital e retransmitido por rádios do Interior, veiculando noticiário da administração estadual de interesse para as comunidades interioranas.

A Assessoria instalou, no início da atual Administração, uma Sala de Imprensa, no Salão Negrinho do Pastoreio, à disposição dos profissionais de comunicação social, que registrou no quadriênio a seguinte frequência: 2.318 repórteres de jornais, rádio e TV, 368 fotógrafos e 1.911 câmeras e auxiliares de televisão.

Na área de publicidade, coube à Assessoria coordenar a adequação da comunicação publicitária e promocional da Administração Direta e da Indireta às diretrizes do Governo; a distribuição e aplicação dos recursos em divulgação, por parte dos órgãos da Administração Direta e Indireta nos veículos de Comunicação Social, editados no Rio Grande do Sul e em outros Estados; e supervisão das peças promocionais de responsabilidade do Gabinete do Governador e do Gabinete da Primeira Dama, abrangendo a análise e a elaboração de 1.505 pareceres a processo sobre publicidade.

2.22.5 — ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS (ARP)

A Assessoria de Relações Públicas busca promover e incentivar atividades

que estabeleçam condições favoráveis à integração entre o Governo do Estado e a coletividade. Procura, também, contribuir para a projeção da correta imagem da administração estadual e para a identificação dos públicos interno e externo com os programas governamentais.

No período de 1983-86, foram elaborados quatro planos de relações públicas, um para cada ano do atual governo. Registraram-se cerca de 16.000 contatos com os *secretários de Estado, dirigentes de órgãos vinculados e respectivos assessores*, a fim de viabilizar a execução do planejamento estabelecido para a área. Além disso, foram realizadas, aproximadamente, 9.000 comunicações escritas ou verbais com representantes de veículos de comunicação, entidades de classe e empresas em geral.

A comemoração de 168 eventos especiais de repercussão foi planejada e coordenada no Palácio Piratini e supervisionada no âmbito de outros órgãos da administração pública estadual. Além de representar o governador ou o próprio setor em 480 eventos, a ARP também apoiou as companhias desenvolvidas pelo Gabinete da Primeira Dama do Estado e pela *Coordenadoria de Defesa Civil*.

Entre outras atividades, no quadriênio, foram elaboradas e expedidas 21.313 mensagens do Chefe do Executivo Estadual, incluindo-se neste total as respostas a saudações recebidas pelo Governador rio-grandense.

A ARP forneceu ainda 32.939 informações relativas ao Executivo e realizou 134.658 procedimentos, ao distribuir material institucional ou de divulgação para entidades públicas e particulares. O serviço de taxação pesquisou e ordenou 36.721 dados de interesse da área de relações públicas e 42.327 para listagens referentes a autoridades e eventos.

2.22.6 — SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA ASSUNTOS DA GRANDE PORTO ALEGRE (SEGPA)

Vinculada ao Gabinete do Governador, a Secretaria Extraordinária para Assuntos da Grande Porto Alegre, inicia sua história com a atual administração, tendo como preocupação principal minimizar a difícil situação das comunidades de baixa renda da região metropolitana de Porto Alegre.

No decorrer do presente exercício, buscou a implementação e manutenção de programas e projetos de assistência e promoção social adequando-se às necessidades de demanda e de recursos disponíveis.

Implementando o projeto *Coordenação Operacional*, desenvolveu este setor, através da *assessoria competente, serviços de conservação e regularização do sistema viário* nas vilas de Porto Alegre e da Grande Porto Alegre, envolvendo a abertura de valas, canalização de esgotos pluviais, aterros, terraplenagem, beneficiando associações comunitárias, clubes de mães, associações de bairros, escolas e entidades religiosas.

Além disso propiciou a doação de material de construção a aproximadamente 300 famílias e 40 associações comunitárias.

O Programa de Alimentação Popular Integrado (PAPI), tendo por objetivo levar as comunidades de baixa renda *alimentos de primeira necessidade — arroz,*

feijão e massa — a preços acessíveis, aumentou sua área de abrangência buscando produtos do Interior do Estado resultante do excesso de safra, propiciando a comercialização de cebola, banana, maçã e laranjas, totalizando 244.457,5 kg de alimentos e beneficiando 23.364 famílias.

A distribuição de ranchos e de alimentos destinou 22.709 kg para 1.325 famílias carentes.

Visando à contenção do êxodo através do projeto Retorno de Migrante, promoveu-se o retorno ao Interior do Estado de 53 famílias, num total de 187 pessoas destinadas a 48 municípios para que se lhes oportunizasse a volta às suas atividades.

O Projeto Granja Solitária de Canoas reúne atualmente 21 famílias, que obtêm com o produto da terra um ganho médio mensal de 1 mil. Com o apoio desta Secretaria, foram comercializados, em diversos pontos da Capital, 81.795,17 kg de hortigranjeiros num valor de Cz\$ 221,53 mil. Salienta-se ainda o início de um programa de criação de suínos, em fase de experimentação, bem como do plantio de árvores frutíferas, além de diversas melhorias nas instalações da Granja.

A questão da habitação está sendo enfrentada em várias frentes. Providências conjuntas com as prefeituras municipais da Região Metropolitana e Procuradoria-Geral do Estado e da Justiça agilizam a regularização de áreas onde se localizam as comunidades de baixa renda e coordenam os programas habitacionais de construção e reconstrução de casas, como é o caso do Projeto João-de-Barro e o Programa de Erradicação de Submoradias (PROMORAR).

O Programa de Autoconstrução de Nucleos Habitacionais, Projeto João-de-Barro, realizado com recurso do Banco Nacional de Habitação, coordenado pela Secretaria Extraordinária para Assuntos da Grande Porto Alegre e realizado com a participação das prefeituras municipais tem como meta a construção de 2.000 habitações na região metropolitana através de mutirão e objetiva amenizar o problema da submoradia.

A experiência iniciada em 1984, no Município de Novo Hamburgo, foi concluída no final de 1985, com a construção de 400 unidades habitacionais, com a correspondente infra-estrutura e onde foram aplicados recursos no valor de Cz\$ 6,0 milhões.

Por outro lado, no ano de 1986, foi iniciado no Município de Sapucaia do Sul a construção do Núcleo Habitacional Vila Nova Esperança, onde a construção das 347 unidades habitacionais se encontra em fase inicial e cuja infra-estrutura está em fase de conclusão. Os recursos aplicados nesta obra somarão cerca de Cz\$ 7,0 milhões.

Para o Município de Gravataí, está na fase de elaboração o projeto para a construção de 420 unidades habitacionais cujos recursos somam Cz\$ 10,0 milhões. Já para o Município de Campo Bom, o Projeto prevê, a execução de 200 casas, também através de mutirão, estando prevista a aplicação de Cz\$ 5,2 milhões.

As obras de regularização da Vila Caxambu em Alvorada estão no início. Es-

tão previstas a construção e melhoria de 220 casas e a implementação de infraestrutura completa, o que implicará a aplicação de Cz\$ 5,7 milhões.

Já através do PROMORAR, no município de Campo Bom (Vila Aurora e Vila Esperança), concluíram-se as obras de infraestrutura que beneficiaram 500 famílias com redes de água, esgoto, energia elétrica e pavimentação.

Também neste ano, dentro do mesmo Programa, está sendo desenvolvido o projeto da Vila Esteio, que irá beneficiar 416 famílias.

3 — TABELAS

- Tabela 1** — Secretaria da Educação e Cultura — Matrícula inicial de educação pré-escolar e de ensino de 1º e 2º graus, segundo a dependência administrativa, no Rio Grande do Sul — 1977-86.
- Tabela 2** — Secretaria da Educação e Cultura — Número de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino de 1º e 2º graus, segundo a dependência administrativa, no Rio Grande do Sul — 1977-86.
- Tabela 3** — Secretaria da Educação e Cultura — Aplicação dos recursos do salário-educação (quota estadual), por tipo de obra, no Rio Grande do Sul — 1981-86.
- Tabela 4** — Secretaria da Educação e Cultura — Assistência a educandos — Assistência a classes de pré-escolar e de 1º grau na área de saúde, no Rio Grande do Sul — 1980-86.
- Tabela 5** — Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore — Atividades, publicações e público atendido pela FIGTF no Rio Grande do Sul — 1977-86.
- Tabela 6** — Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre — Eventos realizados e público atingido pela OSPA no Rio Grande do Sul — 1983-86.
- Tabela 7** — Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha — Técnicos industriais formados pela ETL SVC — 1977-86.
- Tabela 8** — Fundação Televisão Educativa Piratini — Produção local da Televisão Educativa Piratini — 1983-86.
- Tabela 9** — Companhia Riograndense de Saneamento — Abastecimento de água e tratamento de esgotos do Rio Grande do Sul — 1977-86.
- Tabela 10** — Companhia Riograndense de Saneamento — Obras executadas pela CORSAN e benefícios resultantes no Rio Grande do Sul — 1983-86.
- Tabela 11** — Secretaria do Trabalho e Ação Social — Atividades do Programa Emprego, Ocupação e Formação de Mão-de-Obra no Rio Grande do Sul — 1980-86.
- Tabela 12** — Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra — Atendimento nos Centros Sociais Urbanos do Rio Grande do Sul — 1980-86.
- Tabela 13** — Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra — População atendida pelo Subprograma Atendimento Social Direto no Rio Grande do Sul — 1980-86.
- Tabela 14** — Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra — Projetos comunitários desenvolvidos pela FUNDASUL em vilas de baixa renda do Rio Grande do Sul — 1980-86.
- Tabela 15** — Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor — Atendimento a menores pela FÉ-BEM no Rio Grande do Sul — 1983-86.
- Tabela 16** — Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul — Conclusão de empreendimentos habitacionais da COHAB no Rio Grande do Sul — 1977-86.
- Tabela 17** — Secretaria da Segurança Pública — Ocorrências atendidas pela Polícia Civil no Rio Grande do Sul — 1977-86.
- Tabela 18** — Secretaria da Segurança Pública — Ocorrências atendidas pela Brigada Militar no Rio Grande do Sul — 1977-86.
- Tabela 19** — Secretaria da Segurança Pública — Atividades da Polícia Judiciária realizadas no Rio Grande do Sul — 1977-86.
- Tabela 20** — Secretaria da Segurança Pública — Atividades da Polícia Administrativa realizadas no Rio Grande do Sul — 1977-86.
- Tabela 21** — Secretaria da Justiça — Situação jurídica do efetivo carcerário, por tipo de infração, no Rio Grande do Sul — 1981-86.
- Tabela 22** — Secretaria da Agricultura — Principais atividades desenvolvidas pela SA de defesa vegetal e conservação do solo no Rio Grande do Sul — 1981-86.
- Tabela 23** — Secretaria da Agricultura — Principais atividades desenvolvidas pela SA de fomento e defesa animal no Rio Grande do Sul — 1981-86.
- Tabela 24** — Secretaria da Agricultura — Serviços de infra-estrutura e apoio prestados pela SA no Rio Grande do Sul — 1980-86.

- Tabela 25 — Empresa Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural — Força de trabalho, público beneficiário e indicadores de custo/benefício da assistência técnica e extensão rural da EMATER, no Rio Grande do Sul — 1977-86.
- Tabela 26 — Companhia Estadual de Silos e Armazéns — Evolução dos ingressos na rede armazenadora da CESA em relação à sua capacidade instalada e índice de rotação no Rio Grande do Sul — 1976-85.
- Tabela 27 — Companhia Estadual de Silos e Armazéns — Ingresso na rede armazenadora da CESA, segundo os principais produtos no Rio Grande do Sul — 1976-85.
- Tabela 28 — Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul — Principais atividades desenvolvidas pela FZB no Rio Grande do Sul — 1983-86.
- Tabela 29 — Instituto Rio-Grandense do Arroz — Produtores assistidos pelo IRGA no Rio Grande do Sul — 1978-86.
- Tabela 30 — Instituto Rio-Grandense do Arroz — Compras de arroz realizadas pelo IRGA para regularizar o mercado no Rio Grande do Sul — 1981-86.
- Tabela 31 — Açúcar Gaúcho S/A — Produção de açúcar, melão, álcool e cana-de-açúcar recebida pela AGASA no Rio Grande do Sul — 1977-86.
- Tabela 32 — Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos — Atividades desenvolvidas pela CORLAC junto ao produtor de leite no Rio Grande do Sul — jan./83-out./86.
- Tabela 33 — Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos — Produção de leite e derivados da CORLAC no Rio Grande do Sul — jan./83-out./86.
- Tabela 34 — Companhia Rio-Grandense de Turismo — Atendimento a turistas pela CRTUR junto aos Centros de Informações Turísticas no Rio Grande do Sul — 1977-86.
- Tabela 35 — Secretaria da Fazenda — Alguns indicadores da despesa e da dívida pública no Rio Grande do Sul — 1983-86.
- Tabela 36 — Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A — Demonstrativo dos resultados dos balanços do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A — 1977-86.
- Tabela 37 — Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Estado do Rio Grande do Sul S/A — Dados estatísticos da DIVERGS — 1977-86.
- Tabela 38 — Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul — Comportamento da carteira de depósitos da CEE do Rio Grande do Sul — 1982-86.
- Tabela 39 — Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul — Comportamento da carteira geral de empréstimos da CEE do Rio Grande do Sul — 1982-86.
- Tabela 40 — Companhia Estadual de Energia Elétrica — Número de consumidores de energia elétrica, por classes de consumo, no Rio Grande do Sul — 1981-86.
- Tabela 41 — Companhia Estadual de Energia Elétrica — Consumo de energia do mercado próprio, por classes de consumo, no Rio Grande do Sul — 1981-86.
- Tabela 42 — Companhia Riograndense de Telecomunicações — Indicadores físicos da CRT — 1977-86.
- Tabela 43 — Companhia Riograndense de Mineração — Produção de carvão mineral e valor comercializado pela CRM no Rio Grande do Sul — 1977-86.
- Tabela 44 — Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras — Construção e melhoria de estradas vicinais, aterros e terraplenagem realizados pela CINTEA no Rio Grande do Sul — 1977-86.
- Tabela 45 — Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras — Número e extensão total das obras de arte especiais realizadas pela CINTEA no Rio Grande do Sul — 1977-86.
- Tabela 46 — Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais — Movimento de mercadorias nos portos organizados do Estado e serviços de conservação de hidrovias executados pelo DEPRC no Rio Grande do Sul — 1983-86.
- Tabela 47 — Departamento Aeroviário do Estado — Atividades desenvolvidas pelo DAE no Rio Grande do Sul — 1983-86.
- Tabela 48 — Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul — Bolsas concedidas pela FAPERGS — 1977-86.
- Tabela 49 — Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul — Auxílios concedidos pela FAPERGS — 1977-86.
- Tabela 50 — Fundação de Economia e Estatística — Número de publicações editadas pela FEE — 1977-86.
- Tabela 51 — Secretaria da Administração — Principais atos da administração de pessoal da Administração Direta do Rio Grande do Sul — 1979-86.
- Tabela 52 — Secretaria da Administração — Consumo de combustíveis do Poder Executivo Estadual do Rio Grande do Sul — 1978-86.

- Tabela 53 — Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul — Massa protegida pelo IPERGS — 1977-86.
- Tabela 54 — Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul — Atendimento médico-hospitalar prestado pelo IPERGS aos segurados no Rio Grande do Sul — 1977-86.
- Tabela 55 — Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas — Atividades desenvolvidas através do Programa de Açudes e Poços no Rio Grande do Sul — 1983-86.
- Tabela 56 — Gabinete da Primeira-Dama do Estado do Rio Grande do Sul — Recursos repassados pelo Gabinete da Primeira-Dama do Estado do Rio Grande do Sul para a construção de creches — 1983-86.

Tabela 1

Secretaria da Educação e Cultura
Matricula inicial de educação pré-escolar e de ensino de 1º e 2º graus,
segundo a dependência administrativa, no Rio Grande do Sul 1977-86

ANOS	TOTAL GERAL	PRÉ-ESCOLAR					1º GRAU					2º GRAU				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1977	1 707 439	48 793	67	18 636	7 981	23 109	1 423 102	1 087	725 409	486 315	210 291	235 544	6 568	121 715	3 613	105 630
1978	1 682 436	51 944	54	20 298	8 294	23 298	1 402 390	848	726 812	468 001	206 729	228 302	6 137	125 623	3 627	92 715
1979	1 667 315	51 887	55	19 291	8 567	23 974	1 386 032	11374	725 487	547 601	202 630	229 336	6 346	131 755	3 635	87 600
1980	1 660 249	57 028	104	21 564	9 594	25 766	1 374 168	12960	719 812	453 326	200 070	229 053	7 349	134 274	3 682	83 748
1981	1 647 836	63 135	95	23 879	12 147	27 014	1 375 725	953	715 122	446 200	195 450	226 976	7 667	136 937	3 397	78 975
1982	1 647 458	69 974	85	26 271	13 579	30 039	1 353 558	1 353	712 963	449 053	190 389	223 926	7 319	137 972	3 415	75 220
1983	1 668 035	74 222	100	28 231	14 343	31 544	1 370 795	1 246	721 597	450 774	197 178	223 018	7 184	138 179	3 905	73 790
1984	1 678 045	80 057	62	30 982	15 542	33 471	1 382 263	1 249	740 159	443 120	197 765	215 725	6 827	137 235	3 239	68 424
1985	1 691 976	88 183	111	33 534	17 163	37 375	1 391 925	1 206	740 968	443 912	205 839	211 868	7 054	133 374	3 550	67 890
1986	1 729 666	104 310	97	38 018	24 444	41 751	1 414 984	1 071	740 828	454 399	218 686	210 372	7 244	132 542	3 244	67 342

FONTE: Unidade de Informática do Gabinete e Coordenação e Planejamento da Secretaria da Educação e Cultura (SEC/GAB-COPLAN/INF).

(1) Dois estabelecimentos deixaram de informar. (2) Um estabelecimento deixou de informar.

Tabela 2

Secretaria da Educação e Cultura
Número de estabelecimentos de Educação pré-escolar e de ensino de 1º e 2º graus,
segundo a dependência administrativa, no Rio Grande do Sul — 1977-86

ANOS	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		Federais	Estaduais	Municipais	Particulares
1977	15 538	20	3 155	11 480	883
1978	15 376	20	3 214	11 268	874
1979	15 206	(1)17	3 186	11 143	860
1980	14 999	(2)19	3 080	11 046	854
1981	14 867	19	3 103	10 907	838
1982	14 834	20	3 065	10 928	821
1983	14 851	20	3 123	10 887	821
1984	14 808	20	3 180	10 780	828
1985	14 769	20	3 174	10 740	835
1986(3)	14 814	20	3 153	10 805	836

FONTE: Unidade de Informática do Gabinete de Coordenação e Planejamento da Secretaria da Educação e Cultura (SEC/GAB — COPLAN/INF).

(1) Três escolas deixaram de responder. (2) Uma escola deixou de responder. (3) Dados preliminares.

Tabela 3

Secretaria da Educação e Cultura
Aplicação dos Recursos do Salário — Educação (quota estadual), por tipo de obra,
no Rio Grande do Sul 1981-86

ANOS	CONSTRUÇÃO		AMPLIAÇÃO		RECUPERAÇÃO	
	Valor Nominal (Cr\$)	Número de Atendimentos a Escolas	Valor Nominal (Cr\$)	Número de Atendimentos a Escolas	Valor Nominal (Cr\$)	Número de Atendimentos a Escolas
1981	449 221 000	47	322 079 000	35	11 265 000	9
1982	809 698 000	99	841 242 000	82	335 397 000	324
1983	970 037 000	68	367 055 000	38	905 553 000	492
1984	5 185 544 000	90	5 719 242 000	142	2 966 881 000	482
1985	11 087 541 172	73	16 577 705 754	212	9 926 693 102	417
1986(1)	(2) 60 419 409,00	112	(2) 35 714 097,76	171	(2) 30 478 878,06	435

FONTE: Relatórios de Prestação de Contas ao Conselho Estadual de Educação.

NOTA: 1. A sistemática para aplicação de recursos em obras foi estabelecida pelo Conselho Estadual de Educação a partir de 1981.

2. Dados em valores nominais.

(1) Dados estimados. (2) Valores em cruzados.

Tabela 4

Secretaria da Educação e Cultura
Assistência a educandos
Assistência a classes pré-escolar e de 1.º grau na área de saúde,
no Rio Grande do Sul — 1980-86

ANOS	ENFERMAGEM	REEDUCAÇÃO DA LINGUAGEM		PSICOLOGIA		MÉDICA		ODONTOLOGIA		ALIMENTAÇÃO	
	Número de Atendimentos em Primeiros Socorros	Número de Atendimentos	Número de Alunos Atendidos	Número de Atendimentos	Número de Alunos Atendidos	Número de Atendimentos	Número de Alunos Atendidos	Número de Atendimentos	Número de Alunos Atendidos	Número de Refeições Servidas	Número de Alunos Atendidos
1980	70 699	44 613	26 805	91 882	20 496	143 588	41 217	201 226	167 688	43 321 904	417 601
1981	55 529	45 837	29 394	47 222	43 522	171 540	54 591	229 195	190 995	108 986 722	358 261
1982	164 905	62 562	11 951	56 709	22 154	164 355	63 573	225 910	209 995	128 102 146	877 394
1983	112 178	54 754	52 105	60 323	20 737	185 635	82 274	293 531	224 610	115 187 937	873 878
1984	348 806	38 140	32 452	75 267	33 512	198 776	93 994	343 766	286 471	97 099 902	1 068 690
1985	187 964	55 168	18 644	50 285	32 120	136 866	114 314	278 183	231 819	475 922 766	1 030 295
1986	181 894	60 092	25 283	45 267	34 595	119 493	51 283	280 183	235 367	(1) 1 350 000	1 350 000

FONTE: Informática do Departamento de Assistência ao Educando da Secretaria da Educação e Cultura (SEC/DAE).

(1) Número de refeições servidas por dia.

Tabela 5

Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore
Atividades, publicações e público atendido pela FIGTF
no Rio Grande do Sul — 1977-86

ESPECIFICAÇÃO	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986(1)
Pesquisas	8	8	5	5	15	14	10	9	8	13
Publicações										
Série Cadernos Gaúchos	3	2	—	—	2	1	—	—	—	2
Série Estante Continental	—	1	1	—	—	3	—	1	—	1
Edições Esparsas	—	—	1	—	—	—	—	1	—	1
Folhetos Culturais	—	—	—	1	1	1	1	1	1	—
Cursos										
Número de cursos	3	2	1	2	1	1	7	10	9	7
Número de alunos	215	223	153	144	40	40	360	557	559	465
Palestras e Conferências	24	24	11	20	5	30	22	19	31	5
Promoções										
Número de promoções	2	3	4	6	5	5	6	9	7	4
Público (milhares de pessoas)	20	20	20	80	60	60	80	100	100	30
Exposições	2	3	3	3	2	5	2	3	3	5
Projeções (filmes e audio-visuais)	—	—	—	—	—	—	—	54	58	70
Promoções conjuntas, assessorias e participações em eventos	15	15	20	33	38	40	19	23	35	45
Biblioteca — hemeroteca (atendimento público — número de pessoas)	400	460	362	302	620	900	1.487	1.002	1.108	750

FONTE: FIGTF.

(1) Dados estimados.

Tabela 6

Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre
Eventos realizados e público atingido pela OSPA no
Rio Grande do Sul — 1983-86

ATIVIDADES	1983	1984	1985	1986
Concurso para a Juventude — Série Jovens Solistas	1	1	1	1
Concertos para a Juventude — Série Jovens Solistas	06	08	10	12
Concertos para a Juventude — SEC — 1º e 2º semestres	19	19	13	16
Encontros com a Música Barroca	08	09	—	—
Encontros Sinfônicos de Outubro	05	02	16	10
Encontros Sinfônicos de Primavera	14	16	20	15
Encontros de Inverno	—	03	—	04
Concertos Especiais da Orquestra Sinfônica	07	09	07	09
Orquestra Sinfônica no Rio Grande do Sul	01	14	10	06
Temporada Lirica	—	05	13	07
Música do Museu com a Orquestra Sinfônica	01	01	—	—
Ensaio Geral Aberto ao Público	01	—	—	—
Maratona do Som (Concertos da Orquestra Sinfônica)	—	02	—	—
Maratona de Natal (Concertos da Orquestra Sinfônica)	—	01	01	—
Espectáculo de Abertura da Temporada com a inauguração do Teatro da OSPA	—	03	—	—
Concertos Dominicais	—	—	—	01
Concertos de Natal	01	01	01	01
II Festival Internacional de Música de Gramado	05	—	—	—
TOTAL DE EVENTOS REALIZADOS	68	93	91	81
TOTAL DE PÚBLICO ATINGIDO	73.366	87.976	86.136	(1)49.447

FONTE: Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre

(1) Público computado até 11.11.86.

Tabela 7

Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha
Técnicos industriais formados pela ETL SVC — 1977-86

ANOS	TÉCNICOS EM QUÍMICA	TÉCNICOS EM MECÂNICA	TÉCNICOS EM ELEOTRÉTICA	TOTAL
1977	85	30	85	200
1978	90	54	146	290
1979 (1)	—	—	—	—
1980	92	41	98	231
1981	56	41	52	149
1982	76	35	67	178
1983	46	38	40	124
1984	72	23	65	160
1985	72	58	48	178
1986	61	59	47	167
TOTAL	650	379	648	1 677

FONTE: Secretaria da Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha.

(1) Em 1979, devido à alteração do regime curricular semestral para o anual, não houve formandos.

Tabela 8

Fundação Televisão Educativa Piratini
Produção local da Televisão Educativa Piratini — 1983-86

ESPECIFICAÇÃO	1983	1984	1985	1986(1)	TOTAL
Informativos	1 141	2 152	1 854	1 139	6 286
Educativos	45	58	347	341	791
Culturais	984	1 249	566	326	3 125
Promocionais	—	9	29	37	75
Chamadas	—	1 923	1 784	1 596	5 303
TOTAL	2 170	5 391	4 580	3 439	15 580

FONTE: FTEP.

(1) Dados estimados.

Tabela 9

Companhia Riograndense de Saneamento
Abastecimento de água e tratamento de esgotos do Rio Grande do Sul — 1977-86

VARIÁVEIS	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986 (1)
População atendida com água (hab.)	2 145 696	2 405 780	2 513 661	2 984 372	3 165 741	3 236 638	3 461 104	3 565 668	3 729 214	3 876 000
População atendida com esgoto (hab.)	196 000	205 000	213 013	220 982	253 750	255 355	272 827	278 761	283 489	298 894
Localidades atendidas com água (unid.)	208	221	233	236	240	241	252	253	257	266
Localidades atendidas com esgoto (unid.)	18	18	18	18	18	18	18	18	18	19
Economias atendidas com água (unid.)	536 424	601 445	679 368	751 785	821 751	899 066	969 497	1 007 251	1 062 454	1 112 454
Economias atendidas com esgoto (unid.)	50 764	53 346	55 328	57 398	65 909	70 932	76 422	78 746	80 766	85 766
Rede de água cadastrada (km)	6 779	7 841	8 330	9 123	10 421	11 028	11 627	12 098	12 429	13 250
Rede de esgoto cadastrada (km)	369,6	370,9	373	377	413	432	455	516	566	637
Capacidade de reservação (m ³)	214 361	223 461	232 796	239 046	251 726	265 376	276 156	281 976	284 646	286 000
Produção de água tratada (m ³)	147 341	167 138	179 174	198 766	213 108	226 881	245 899	267 539	284 365	283 900
Hidrômetros instalados (unid.)	270 458	252 949	384 673	478 169	574 449	597 118	631 906	624 955	665 990	655 000

FONTE: CORSAN.

NOTA: A partir de 1982, foi corrigida a população atendida, em função da nova relação hab/economia definida pelo Censo Demográfico de 1980.

(1) Os valores relativos a 1986 são reais até setembro e estimados no último trimestre.

Tabela 10

Companhia Riograndense de Saneamento
Obras executadas pela CORSAN e benefícios resultantes no Rio Grande do Sul — 1983-86

OBRAS E BENEFÍCIOS	1983-85 (1)	1986	1983-86 (1)
Água			
Poços perfurados (unid.)	193	125	318
Poços aproveitados (unid.)	42	30	72
Barragens construídas e em construção (unid.)	7	3	10
Aumento da capacidade de produção de água tratada (l/s).....	3 567	4	3 571
Aumento da capacidade de reservação de água (m ³)	19 270	1 354	20 624
Ampliações das redes de água (km).....	1 404	110	1 514
Aumento do número de economias ligadas com água (unid.)	163 388	50 000	213 388
Aumento do número de hidrômetros instalados (unid.).....	68 872	20 990	47 882
Novos sistemas implantados (unid.)	15	9	24
Aumento das populações beneficiadas (hab.)	492 576	147 000	639 576
Esgoto			
Ampliação das redes coletoras (km)	200	39	239
Aumento do número de economias ligadas com esgoto (unid.).....	9 834	5 000	14 834
Sistemas ampliados (unid.)	—	2	2
Sistemas em ampliação (unid.)	3	1	1
Novos sistemas implantados (unid.)	—	1	1
Novos sistemas em implantação (unid.)	3	2	2
Aumento das populações beneficiadas (hab.)	36 219	12 323	48 542

FONTE: CORSAN.

(1) No exercício de 1986, os valores estão estimados para o último trimestre.

Tabela 11

Secretaria do Trabalho e Ação Social
Atividades do Programa Emprego, Ocupação e Formação de Mão-de-Obra
no Rio Grande do Sul — 1980-86

DISCRIMINAÇÃO	1980		1981		1982		1983		1984		1985		1986 (1)		TOTAL	
	Ativi- dades	Clien- tela														
Formação Profissional Supletiva	828	16 630	1 121	16 346	1 178	19 690	544	17 932	678	19 032	735	13 013	876	13 103	5 960	115 746
Sistema de Instrução para Correspondência	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	26 397	9 558	19 042	5 195	45 439	14 753
Prevenção de Acidentes em Geral	113	1 978	326	6 100	182	4 881	183	3 666	177	3 306	148	3 770	123	3 286	1 252	26 977
Sindicalismo	06	35	55	1 644	76	2 559	—	—	25	1 383	16	2 109	03	128	176	7 858
Apoio a Prestadores de Serviços																
Temporários Autônomos (PRESTA)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5 123	339	06	41	5 129	380
Assistência Técnico-Financeira a Microunidades de Produção de Serviços Urbanas (MICRUPs)																
Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais (PRODECOR)	1 143	48 840	6 277	157 397	4 034	76 615	7 226	117 248	6 910	113 350	5 018	96 660	3 998	71 893	34 606	682 003
Assistência Técnico-Financeira a Trabalhadores Rurais (MICRUPs)																
Comércio e/ou Comercialização	10	396	08	575	08	938	18	961	19	1 907	62	3 833	99	1 151	224	9 761
Cadastramento de Artesãos	—	775	—	717	—	1 542	—	1 452	—	1 158	—	982	—	(2) 1 495	—	6 646
SINE																
Inscritos (2)	—	—	—	—	—	—	—	256 070	—	282 729	—	265 844	—	195 511	—	1 000 154
Encaminhados (2)	—	—	—	—	—	—	—	98 657	—	105 258	—	107 747	—	87 312	—	398 974
Colocados	—	—	—	—	—	—	—	46 306	—	48 378	—	50 685	—	41 155	—	186 524
TOTAL	2 095	68 654	7 787	182 699	5 478	106 225	8 021	187 815	8 089	195 047	38 236	189 499	25 004	143 204	94 710	1 073 233

FONTE: Setor de Informática do Departamento de Pessoal da Secretaria do Trabalho e Ação Social.

(1) Os dados referentes ao ano de 1986 foram computados até out./86, com exceção do SINE, que fez previsão até dez./86.

(2) Dados não computados no total.



Tabela 12

Fundação Sulriograndense de Assistência Senador Tarso Dutra
Atendimento nos Centros Sociais Urbanos do
Rio Grande do Sul — 1980-86

ANOS	NÚMERO DE CSUs EM FUNCIONAMENTO	ATENDIMENTOS REALIZADOS
1980	26	1 048 027
1981	37	790 402
1982	44	1 885 409
1983	51	1 957 074
1984	51	3 067 864
1985	51	3 184 742
1986	51	3 124 437
TOTAL	—	15 057 955

FONTE: Relatórios FUNDASUL (agosto de 1983 a 1985).
Relatórios FUNLAR (1980 a julho de 1983).

Tabela 13

Fundação Sulriograndense de Assistência Senador Tarso Dutra
População atendida pelo Subprograma Atendimento Social Direto no
Rio Grande do Sul — 1980-86

CATEGORIAS DE PESSOAS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Migrantes	7 192	14 331	10 782	6 371	7 509	4 048	2 780
Não migrantes	1 975	2 409	1 850	1 037	4 217	2 085	543
Em trânsito	1 805	1 688	1 104	1 226	1 355	671	159
Desabrigados	358	478	576	789	1 042	201	—
TOTAL	11 330	18 906	14 312	9 423	14 123	7 005	3 482

FONTE: Relatórios FUNDASUL, 1980 a 1985.

Tabela 14

Fundação Sulriograndense de Assistência Senador Tarso Dutra
Projetos comunitários desenvolvidos pela FUNDASUL em vilas de baixa renda no
Rio Grande do Sul — 1980-86

DISCRIMINAÇÃO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Projetos Comunitários							
Grupos representativos							
organizados e assessorados	16	50	185	243	201	163	26
Núcleos e unidades produtivas	35	185	55	291	309	41	4
Hortas caseiras e comunitárias	—	141	87	535	613	838	107
Mutirões para melhorias coletivas	—	9	134	149	34	335	59
Total de vilas abrangidas	21	24	55	68	68	27	25
Total de pessoas beneficiadas	10 725	22 700	110 755	125 000	125 000	82 800	63 200

FONTE: Relatório FUNDASUL, 1980 a 1985.

Tabela 15

**Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
Atendimento a menores pela FEBEM no
Rio Grande do Sul — 1983-86**

ESPECIFICAÇÃO	1983	1984	1985	1986
Programa de Ação de Triagem				
Institutos de diagnósticos	3 017	3 669	3 655	6 186
Auxílio financeiro	6 760	2 676	3 006	3 377
Programa de Ações de Educação Participativa				
Instituições da rede própria	1 636	2 066	2 888	2 442
Programa de Ações Comunitárias				
Vagas em convênio	57 190	58 722	65 437	(1)174 762
Lares substitutos	7 271	8 426	6 775	5 416
Centros abertos	746	1 018	1 636	1 142
Programa de Ações de Formação para o Trabalho				
Iniciação profissional	12 871	16 346	14 095	24 620
Colocação e acompanhamento (pensões)	1 384	1 286	1 854	2 009
PROMENOR	1 209	2 112	3 530	5 952
TOTAL	92 084	96 321	104 876	225 906

FONTE: Relatórios anuais da FEBEM de 1983 a 1986.

Orçamento anual do Governo do Estado do Rio Grande do Sul — 1986.

(1) Está incluída a rotatividade de menores na ocupação de vagas.

Tabela 16

**Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul
Conclusão de empreendimentos habitacionais da COHAB
no Rio Grande do Sul — 1977-86**

SUBPROGRAMAS	1977	1978	1979	1980	1981	1982	(unidades habitacionais)			
							1983	1984	1985	1986(1)
PLANHAP	533	1 333	4 002	7 263	5 599	8 570	6 981	6 828	4 512	2 550
FICAM	296	896	784	911	186	144	200	31	97	48
PROFILURB	—	—	—	781	466	128	952	—	1 467	726
PROMORAR	—	—	—	—	—	4 977	6 988	2 068	499	928
TOTAL	829	2 229	4 786	8 955	6 251	13 819	15 121	8 927	6 575	4 252

Fonte: COHAB/RS.

(1) Dados estimados.

Tabela 17

**Secretaria da Segurança Pública
Ocorrências atendidas pela Polícia Civil no Rio Grande do Sul — 1977-86**

ESPECIFICAÇÃO	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986(1)
Homicídios	791	785	847	876	1 025	1 053	1 044	1 051	1 132	1 580
Lesões corporais	12 296	12 169	12 344	14 472	15 156	15 227	16 719	19 599	42 066	38 900
Furtos e roubos	7 020	7 722	12 785	11 919	14 374	13 935	17 051	14 703	160 284	163 700
Acidentes de trânsito com morte	1 102	1 309	1 140	1 242	1 235	1 213	1 234	1 456	1 495	1 650
Acidentes de trânsito com lesões corporais	8 127	9 343	9 923	9 699	10 232	11 932	12 264	18 920	22 712	25 100
Acidentes de trânsito com danos materiais	54 993	62 713	52 408	36 575	39 242	43 296	41 486	47 496	52 379	58 700
Furto de veículos	2 357	3 782	6 234	6 927	7 082	7 483	9 364	7 085	7 286	8 300
Uso de tóxicos	336	634	684	606	409	814	1 312	1 732	1 592	2 540
Outras ocorrências	228 199	223 147	242 039	268 481	284 664	281 133	305 277	301 880	171 337	214 300

FONTE: SSP/Divisão de Planejamento e Coordenação da Polícia Civil.

(1) Em 1986, os dados de nov. e dez. são estimados.

Tabela 18

Secretaria da Segurança Pública
Ocorrências atendidas pela Brigada Militar no Rio Grande do Sul — 1977-86

ESPECIFICAÇÃO	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986 (1)
Polícia Militar										
Eventos críticos										
No trânsito	33 630	34 212	98 212	82 900	71 282	210 479	351 806	356 806	467 836	473 005
Contra os costumes	31 663	54 178	67 300	81 239	85 173	52 897	78 135	87 367	93 756	100 937
Contra o patrimônio	9 387	10 892	14 509	10 993	13 636	14 850	18 627	22 780	29 020	33 240
Contra a pessoa	18 654	23 654	28 920	35 432	33 347	23 745	39 607	43 036	47 481	49 647
Contra a vida	19 398	23 453	10 279	12 768	7 903	26 556	—	—	—	—
Serviços prestados	118 033	130 795	207 847	179 778	182 931	275 111	498 980	552 241	532 324	392 544
Providências	211 621	297 214	455 146	452 922	335 401	503 174	835 239	858 701	928 593	906 613
Bombeiros Militares										
Infrações	1 772	4 679	4 076	3 943	5 176	5 738	5 277	6 995	9 761	10 362
Serviços prestados	3 062	4 004	4 408	4 238	4 861	5 127	11 321	16 925	25 610	23 562
Providências	98	112	108	105	150	194	179	170	100	49

Fonte: SSP/3ª Seção (PM-3) do Estado Maior da Brigada Militar.

(1) Em 1986, os dados de out., nov. e dez. são estimados.

Tabela 19

Secretaria da Segurança Pública
Atividades da Polícia Judiciária realizadas no Rio Grande do Sul — 1977-86

ESPECIFICAÇÃO	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986 (1)
Inquéritos e processos instaurados	42 775	45 116	46 119	50 869	54 135	55 741	49 384	68 582	71 863	72 850
Inquéritos e processos remetidos a juízo	42 916	47 067	41 122	48 543	48 050	47 496	50 204	70 083	72 791	67 738
Inquéritos e processos em andamento	41 522	39 834	39 762	42 372	45 495	47 392	45 132	37 843	32 516	34 785
Flagrantes elaborados	810	1 672	1 632	2 363	3 294	2 997	3 523	4 071	4 482	5 512
Veículos recuperados	2 262	3 375	5 884	6 206	5 824	6 129	6 919	5 063	4 882	5 170
Prisões preventivas solicitadas	—	—	1 480	1 146	1 476	1 359	1 564	1 927	3 036	1 100
Prisões preventivas decretadas	—	—	876	833	997	1 019	1 329	1 831	1 033	800
Cartas precatórias recebidas	—	—	—	—	—	—	—	—	4 639	4 483
Cartas precatórias atendidas	—	—	—	—	—	—	—	—	4 507	4 139
Cartas precatórias em andamento	—	—	—	—	—	—	—	—	724	1 068
Armas apreendidas	2 102	12 085	15 307	16 560	15 145	12 891	12 815	11 410	10 210	11 500
Exames clínicos laboratoriais	25 920	32 323	31 967	27 927	35 599	37 566	41 801	42 000	38 191	41 840

FONTE: SSP/Divisão de Planejamento e Coordenação da Polícia Civil.

(1) Em 1986, os dados de nov. e dez. são estimados.

Tabela 20

Secretaria da Segurança Pública
Atividades da Polícia Administrativa realizadas no Rio Grande do Sul — 1977-86

ESPECIFICAÇÃO	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986 (1)
Registro de veículos	186 536	210 657	217 002	247 341	257 546	303 546	467 593	448 909	402 284	393 933
Carteira nacional de habilitação — 1ª e 2ª vias e revalidação	207 102	233 399	270 851	309 691	304 452	345 573	356 571	403 050	345 570	170 068
Armas registradas	9 030	5 238	7 197	8 645	7 877	8 851	30 903	31 401	34 651	34 900
Portes de armas	12 531	12 957	13 435	18 229	19 976	23 049	21 684	21 532	23 328	21 500
Atestados	335 261	722 680	823 724	481 777	353 886	452 149	213 735	107 128	103 324	127 056
Cédulas de identidade	398 457	355 449	370 356	700 002	797 916	833 294	419 676	431 809	456 682	530 150

FONTE: SSP/Divisão de Planejamento e Coordenação da Polícia Civil.

(1) Em 1986, dados de out., nov. e dez. são estimados.

Tabela 21

Secretaria da Justiça
Situação jurídica do efetivo carcerário, por tipo de
infração, no Rio Grande do Sul — 1981-86

TIPOS DE INFRAÇÃO	(%)					
	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Furto	27,9	26,9	28,2	25,2	25,9	23,9
Homicídio	18,5	20,6	20,6	17,5	16,2	17,7
Agressão	7,5	10,1	7,7	7,3	6,2	6,1
Roubo	14,9	16,8	17,8	19,2	17,3	21,7
Sexual	8,6	8,3	7,9	8,9	13,7	8,8
Tóxico	2,4	2,6	2,6	2,5	1,7	5,9
Fraude	2,3	2,6	2,8	2,9	2,6	2,0
Outros	17,8	12,7	13,3	13,3	15,4	13,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Caderno de Dados Estatísticos — SUSEPE.

Tabela 22

Secretaria da Agricultura
Principais atividades desenvolvidas pela SA de defesa vegetal
e conservação do solo no Rio Grande do Sul — 1981-86

ATIVIDADES	1981	1982	1983	1984	1985	1986(1)
Combate ao serrador da acácia						
Hectares cadastrados	1 700	3 803	7 203	9 584	2 867	1 331
Apicultura						
Produção de abelhas rainhas (n.º) ..	300	300	170	190	443	351
Produção de cera alveolada (kg) ...	17 282	16 508	15 193	13 243	16 567	22 150
Formação de apicultores (n.º)	428	610	605	480	450	480
Quantidade de sementes fiscalizadas e inspecionadas						
Cebola (t)	110	900	58	58	70	70
Cebola bulbo(t)	2 578	192	1 900	2 430	1 528	3 288
Alho (t)	90	509	110	115	65	87
Batata certificada (t)	1 687	1 063	1 356	753	461	388
Conservação do solo						
Agricultores atendidos	3 277	5 399	5 058	3 768	3 177	2 043
Locação de terraços (km)	9 575	8 279	7 552	7 922	9 675	2 127
Locação de canais (n.º)	1 627	2 769	2 341	1 851	2 586	409
Melhoramento de pastagens (ha) ...	82 500	105 000	29 052	16 896	9 724	9 690
Implantação de viveiros municipais						
Viveiros implantados	6	6	4	18	10	2
Fixação de dunas						
Área coberta (m ²)	72 310	80 102	7 500	20 500	56 250	189 705

FONTE: SA.

(1) Dados estimados.

Tabela 23

Secretaria da Agricultura
Principais atividades desenvolvidas pela SA de Fomento e
Defesa Animal no Rio Grande do Sul — 1981-86

ATIVIDADES	1981	1982	1983	1984	1985	1986(1)
Combate à febre aftosa						
Vacinação de bovinos (doses)	35 152 320	34 243 411	35 709 426	27 370 237	24 375 977	26 720 369
Combate à brucelose						
Vacinação de bovinos (doses)	760 386	705 876	621 052	621 349	670 019	621 290
Combate à tuberculose						
Bovinos testados	60 344	68 410	66 068	154 736	68 667	76 552
Combate à raiva						
Bovinos vacinados	47 094	42 005	259 978	82 153	335 069	173 036
Cães vacinados	557 756	730 095	486 806	431 621	412 961	341 944
Combate à peste suína						
Suínos vacinados	1 599 173	2 179 392	1 823 318	1 367 614	1 100 775	661 519
Inseminação artificial						
Sêmen industrializado (doses)	158 864	101 414	127 694	168 706	105 298	110 394
Inseminação (doses)	56 225	34 023	48 572	49 462	(2)-	(2)-
Curso para inseminadores	29	21	22	23	20	24

FONTE: SA.

(1) Dados estimados. (2) Dado não mais coletado.

Tabela 24

Secretaria da Agricultura
Serviços de infra-estrutura e apoio prestados pela SA
no Rio Grande do Sul — 1980-86

ATIVIDADES	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986(1)
Terras públicas							
Concessões							
Número	153	748	3 780	1 842	208	566	66
Hectares	2 615	9 551	28 590	10 020	1 104	1 547	568
Contratos (escrituras)							
Número	16	224	2	23	4	1	5
Hectares	162	386	14	363	64	70	41
Legitimação (títulos expedidos)							
Número	261	381	398	580	2 877	395	112
Hectares	3 606	4 213	4 553	5 453	14 913	2 360	1 818
Construção de poços							
Número	302	262	276	211	255	224	202
Metros	19 345	17 504	18 616	13 490	15 801	14 705	12 250
Açudes, barragens e bebedouros							
Obras	123	198	265	469	1 804	1 198	1 343
Horas	5 864	12 116	—	15 410	24 324	16 709	19 686
Drenagem e irrigação							
Metros cúbicos	17 000	29 060	150 000	178 875	89 704	49 704	15 384
Terraplenagem							
Obras	18	11	—	28	46	72	57
Horas	1 974	1 092	3 374	1 725	2 675	3 385	2 967
Subsolagem							
Obras	9	10	—	20	39	57	56
Horas	1 424	3 334	2 254	1 199	2 143	3 430	2 344
Hectares	142	333	225	390	235	561	1 138
Controle e fiscalização de vinhos							
Produtos liberados para comercialização (1 000l)	210 531	215 709	138 953	208 590	368 548	304 823	277 512

FONTE: SA.

(1) Dados estimados.

Tabela 25

**Empresa Riograndense de Empreendimentos de Assistência
Técnica e Extensão Rural**
Força de trabalho, público beneficiário e indicadores
de custo/benefício da assistência técnica e extensão
rural da EMATER no Rio Grande do Sul — 1977-86

DISCRIMINAÇÃO	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Número de escritórios municipais	96	141	156	157	177	177	177	177	188	188
Total de técnicos de campo	363	525	695	680	1 113	1 065	1 017	930	929	909
Nível superior	210	243	314	294	357	370	343	314	315	304
Nível médio	153	282	381	386	756	695	674	616	614	605
Total de produtores beneficiários	39 927	56 127	92 279	109 288	120 497	188 928	192 532	188 335	164 681	148 949
Produtores assistidos	16 769	22 451	33 939	43 715	47 701	82 490	91 181	85 518	74 777	67 623
Produtores orientados	23 158	33 676	58 340	65 573	72 796	106 438	101 351	102 817	89 904	81 326
Pequenos	33 139	47 146	77 514	91 802	101 217	158 700	161 727	163 851	143 272	129 735
Médios	5 710	7 858	12 919	15 300	16 870	26 450	26 954	19 587	17 127	15 565
Grandes	1 078	1 123	1 846	2 186	2 410	3 778	3 851	4 897	4 282	3 649
Total de donas-de-casa beneficiárias ...	22 073	27 438	39 573	44 360	48 785	81 407	104 633	108 322	106 493	107 248
Donas-de-casa assistidas	13 354	16 682	24 140	27 422	22 785	36 939	47 633	49 557	48 720	49 066
Donas-de-casa orientadas	8 719	10 756	15 433	16 938	26 000	44 468	57 000	58 765	57 773	58 182
Total de jovens assistidos	6 513	8 712	9 469	17 453	18 374	25 920	36 567	39 240	37 494	36 326
Total de agentes colaboradores	—	—	—	—	200	8 760	10 654	11 013	10 240	9 667
Líderes	—	—	—	—	—	8 360	8 938	9 207	8 374	7 841
Multiplicadores	—	—	—	—	200	400	1 716	1 806	1 866	1 826
Total de grupos e clubes assistidos										
Número	499	842	1 758	2 181	2 770	6 072	7 397	7 397	6 878	6 397
Participantes	11 567	21 037	39 484	54 972	60 025	116 596	137 558	132 684	124 019	115 296
Grupos de Produtores										
Número	—	—	502	628	825	3 600	3 991	3 906	3 619	3 172
Participantes	—	—	9 043	11 304	13 832	57 411	63 549	60 394	55 683	47 290
Grupos e clubes de donas-de-casa										
Número	232	493	836	1 046	1 256	1 621	2 293	2 391	2 280	2 343
Participantes	5 054	12 325	20 972	26 215	27 819	36 411	46 705	46 042	45 309	47 496
Grupos e clubes de jovens rurais										
Número	267	349	420	507	689	851	1 113	1 100	979	882
Participantes	6 513	8 712	9 469	17 453	18 374	22 774	27 304	26 248	23 027	20 510
Integração com instituições de ensino										
Professores	893	1 960	1 960	3 593	3 311	4 889	7 512	7 779	8 911	8 927
Escolas	205	1 111	1 111	2 132	1 977	2 629	3 868	3 947	4 574	4 653
Alunos	—	11 879	11 879	31 077	29 655	56 984	105 243	116 017	134 047	139 753
Valor da produção/custos de ATER (Cz\$)(1)	—	—	—	—	6,41	7,32	10,77	21,09	14,98	10,16
Valor da produção/recursos estaduais (Cz\$)(1)	—	—	—	—	19,88	16,86	20,41	57,61	35,80	31,71
ICM/recursos estaduais (Cz\$)(1)	—	—	—	—	1,38	1,07	1,28	3,27	2,35	2,15

FONTE: EMATER/RS.

(1) Cz\$ adicionais para cada Cz\$ aplicado, considerando a produtividade dos produtores assistidos e não assistidos.

Tabela 26

Companhia Estadual de Silos e Armazéns
Evolução dos ingressos na rede armazenadora da CESA em relação
à sua capacidade instalada e índice de rotação no
Rio Grande do Sul — 1976-85

ANOS	INGRESSOS(t)	CAPACIDADE ESTÁTICA(t)	ÍNDICE DE ROTAÇÃO (%)
1976	1 763 199	469 500	3,75
1977	2 079 178	489 300	4,25
1978	2 231 862	544 300	4,10
1979	2 111 772	630 000	3,35
1980	2 598 658	632 100	4,11
1981	2 380 195	642 500	3,70
1982	2 100 312	646 900	3,25
1983	1 821 391	646 900	2,82
1984	1 805 842	646 900	2,79
1985	1 844 078	646 900	2,85

FONTE: CESA.

Tabela 27

Companhia Estadual de Silos e Armazéns
Ingresso na rede armazenadora da CESA, segundo os principais produtos,
no Rio Grande do Sul — 1976-85

ANOS	TRIGO	MILHO	SOJA EM		ARROZ	CEVADA	SORGO	MOURISCO	AVEIA	OUTROS PRODUTOS	TOTAL
			GRÃOS	FARELO							
1976	674 430	8 642	691 054	336 539	8 834	1 390	19 473	18 585	1 831	2 421	1 763 199
1977	581 673	14 433	759 901	589 860	25 299	13 708	73 058	14 980	3 489	2 777	2 079 178
1978	700 143	592 678	311 409	490 660	44 979	54 147	8 035	18 417	1 992	9 402	2 231 862
1979	528 991	766 550	223 731	404 363	10 696	61 104	5 782	9 312	8 341	(1)92 902	2 111 772
1980	911 682	595 015	469 506	442 135	23 833	109 679	13 743	8 651	6 714	17 700	2 598 658
1981	578 273	407 891	679 194	445 646	35 749	170 684	31 068	9 053	8 628	14 009	2 380 195
1982	624 133	400 134	644 608	258 391	38 097	85 663	25 126	9 056	5 129	9 975	2 100 312
1983	636 932	230 466	417 073	279 066	33 956	137 736	11 460	4 483	11 100	9 119	1 821 391
1984	809 422	120 112	507 918	218 471	35 894	70 918	28 146	1 713	5 234	8 014	1 805 842
1985	788 657	255 497	584 277	44 309	39 887	115 423	10 554	810	3 109	1 555	1 844 078

FONTE: CESA.

(1) 88.167t de colza em transbordo.

Tabela 28

Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul
Principais atividades desenvolvidas pela FZB no
Rio Grande do Sul — 1983-86

ESPECIFICAÇÃO	1983	1984	1985	1986(1)	TOTAL
Visitação					
Jardim Botânico					
Público em geral	121 228	114 153	83 666	88 102	407 209
Escolares	3 475	5 849	6 332	4 247	19 903
Mercado das Flores	32 461	35 000	13 083	18 516	99 060
Jardim Zoológico					
Público em geral	664 906	529 878	524 278	506 877	2 225 939
Produção de composto orgânico (m ³)	273,5	122,5	212,0	83,0	691,0
Produção de mudas anuais e perenes	45 664	69 762	60 032	42 674	263 796
Plantio de mudas anuais	18 940	19 098	15 039	9 201	62 278
Plantio de mudas perenes	15 290	2 484	1 346	1 084	20 204
Atividades culturais					
Projeto Conhecer Para Preservar					
Público em geral	70 000	—	15 000	30 000	115 000
Estudantes	7 000	—	1 500	3 000	115 000
Audiovisuais e palestras	5 195	1 620	13 316	4 340	35 971
Publicações distribuídas	12 415	10 000	10 000	8 859	41 274

FONTE: FZB.

(1) Dados estimados.

Tabela 29

Instituto Riograndense do Arroz
Produtores assistidos pelo IRGA no Rio Grande do Sul — 1978-86

ANOS	ATENDIMENTO NAS SEDES	ASSISTÊNCIA TÉCNICA À NÍVEL DE LAVOURA	TOTAL
1978	6 715	3 353	10 068
1979	7 220	3 345	10 565
1980	6 773	4 203	10 976
1981	7 897	4 080	11 977
1982	9 079	4 052	13 131
1983	10 318	3 083	13 401
1984	10 266	3 477	13 743
1985	9 991	3 622	13 613
1986(1)	7 643	3 299	10 942

FONTE: IRGA.

(1) Dados até set./86.

Tabela 30

Instituto RioGrandense do Arroz
Compras de arroz realizadas pelo IRGA para
regularizar o mercado no Rio Grande do Sul — 1981-86

ANOS	EM CASCA	BENEFICIADO	TOTAL DAS COMPRAS
1981	19 353,60	88 772,40	108 126
1982	9 186,60	203 112,00	212 298
1983	—	73 962,82	73 963
1984	22 171,20	156 549,00	178 720
1985	18 556,60	21 637,32	40 194
1986(1)	—	25 054,80	25 055

FONTE: IRGA.

(1) Dados até set./86.

Tabela 31

Açúcar Gaúcho S/A.
Produção de açúcar, melaço, álcool e cana-de-açúcar
 recebida pela AGASA no Rio Grande do Sul — 1977-86

PRODUTOS	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Açúcar (t).....	11 235	8 961	7 276	10 482	8 015	7 091	8 406	7 788	7 250	5 100
Melaço (t).....	6 025	5 173	3 848	5 651	4 209	4 102	5 137	4 461	3 860	2 700
Álcool (1000l).....	—	—	—	874	1 833	1 645	1 050	346	—	—
Cana-de-açúcar (t).....	128 431	106 468	88 755	128 889	119 052	107 063	123 970	92 208	83 621	60 000

FONTE: AGASA.

Tabela 32

Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos
 Atividades desenvolvidas pela CORLAC junto ao produtor de leite
 no Rio Grande do Sul — jan./83-out./86

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Reuniões com produtores.....	677
Silagem (t).....	49 468
Melhoria de instalações em propriedades (n.º de melhorias).....	765
Introdução de máquinas e equipamentos (n.º de equipamentos).....	722
Formação de pastagens estacionais (ha).....	17 932
Fenação (ha).....	4 042
Introdução de matrizes (n.º de animais).....	3 231
Testes de tuberculose (n.º de animais).....	11 020
Testes de brucelose (n.º de animais).....	9 559
Testes de mamite (n.º de animais).....	14 317
Inseminações.....	45 766
Visitas a produtores.....	58 793

FONTE: Setor Primário da CORLAC.

Tabela 33

Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos
 Produção de leite e derivados da CORLAC no Rio Grande do Sul — jan./83-out./86.

PRODUTOS	1983	1984	1985	1986
Leite "in natura" (l).....	138 667 598	151 249 818	117 177 356	95 570 085
Leite pasteurizado (l).....	94 452 215	102 403 626	137 591 503	81 348 941
Leite em pó (kg).....	8 067 492	7 951 663	6 346 614	4 433 113
Manteiga (kg).....	1 116 381	675 355	937 374	799 667
Creme de leite (kg).....	469 157	292 805	246 302	292 633
Iogurtes (l).....	294 525	475 754	977 928	1 261 940
Queijos (kg).....	915 227	187 913	81 225	171 014
Doce de leite (kg).....	42 240	34 483	42 454	78 354
Requeijão (kg).....	115 053	77 981	84 880	75 058
Leite em pó (compra) (kg).....	1 135 975	3 498 870	108 000	324 916

FONTE: Setor de Custos da CORLAC.

Tabela 34 Companhia Rio-Grandense de Turismo
Atendimento a turistas pela CRTUR junto aos Centros de Informações Turísticas
no Rio Grande do Sul — 1977-86

Anos	Aeroporto de Porto Alegre	Rodoviária de Porto Alegre	Aceguá	Cbui	Guarita	Jaguaraó	Livramento	Porto Mauá	Porto Ve-ra Cruz	Porto Xavier	S. Borja	Sta. Rosa	Torres	Linguaia-na	Vaca-ria	Total
1977	11 667	5 496	1 566	4 185	—	3 096	3 253	6 459	—	—	—	—	6 807	8 086	7 344	57 959
1978	8 502	12 856	1 117	5 014	—	1 985	4 051	7 284	—	—	—	—	4 074	12 533	6 865	64 281
1979	8 967	9 224	766	9 752	1 748	656	6 062	7 982	—	—	—	—	5 055	8 677	5 347	64 236
1980	9 921	18 845	1 266	14 936	5 006	5 800	8 468	1 475	—	6 940	2 739	903	9 567	19 985	7 331	113 182
1981	11 546	14 933	955	12 636	6 563	3 519	7 994	1 789	2 002	6 814	9 610	1 070	7 002	14 055	7 668	108 146
1982	13 370	11 987	1 410	7 199	5 801	7 451	4 150	1 981	4 098	6 273	12 058	530	3 100	4 978	7 527	91 913
1983	14 474	8 251	900	6 074	6 117	7 573	3 264	743	4 549	3 434	8 278	46	1 807	5 712	4 759	75 981
1984	8 950	23 635	1 181	7 763	—	3 909	5 087	713	4 992	4 231	17 620	—	10 832	21 063	6 420	122 401
1985	7 742	13 635	884	6 998	816	4 661	4 983	1 596	4 937	3 773	17 744	834	8 059	28 431	4 853	109 946
1986	1 249	8 725	723	4 945	70	5 242	2 756	1 963	4 716	3 463	15 680	—	8 757	25 974	6 928	91 191

FONTE: CRTUR.

Tabela 35 Secretaria da Fazenda
Alguns indicadores da despesa e da dívida pública
no Rio Grande do Sul — 1983-86

DISCRIMINAÇÃO	1983	1984	1985	1986(1)
Despesa de pessoal e receita tributária líquida				
Despesa com pessoal (Cz\$ 1 000) (A)	459 629	1 444 039	5 464 066	16 036 688
Receita tributária líquida (Cz\$ 1 000) (B)	406 635	1 316 255	4 959 676	14 135 285
Relação A/B (%)	113,03	109,71	110,17	113,45
Dívida ativa (Cz\$ 1 000)				
Estoque inicial administrativo	15 792	49 979	108 821	(2) 239 220
Cobrança administrativa	7 679	19 569	58 608	(2) 63 439
Remetido para cobrança judicial	66 428	333 301	1 286 222	(2) 984 074
Total	74 107	352 870	1 344 830	(2) 1 047 513
Estoque final administrativo	49 979	108 821	239 220	(2) 386 528
Evolução das receitas correntes				
Preços correntes (Cz\$ 1 000)	651 423	2 007 611	7 763 598	22 483 483
Preços constantes (mar/86) (Cz\$ 1 000)	16 322 300	15 696 724	18 640 091	22 327 192
Variação real (base 1983 = 100) (%)	100	96,17	114,20	136,79
Transferências aos municípios (preços correntes) (Cz\$ 1 000)				
ICM	96 289	288 066	1 107 670	3 478 538
ITBI	7 125	20 034	70 767	231 075
TRU (ISPV)	1 837	3 343	9 257	300 628
Transferências aos municípios (preços constantes de mar./1986) (Cz\$ 1 000)				
ICM	2 412 653	2 252 275	2 659 471	3 454 357
ITBI	178 526	156 637	169 908	229 468
TRU (ISPV)	46 028	26 137	22 225	298 538
Variação real das transferências aos municípios (base 1983 = 100)				
ICM	100	93,35	110,23	143,18
ITBI	100	87,74	95,17	128,53
TRU (ISPV)	100	56,78	48,29	648,60
Cancelamento de vantagens pagas indevidamente a servidores (Cz\$ 1 000)	—	—	—	27 067
Cobrança de juros e multas a agentes arrecadadores (Cz\$ 1 000)	—	—	—	1 289

FONTE: Gabinete de Orçamento e Finanças, Contadoria e Auditoria-Geral do Estado e Superintendência da Administração Financeira da SF.

(1) Os valores referentes a novembro e dezembro de 1986 foram estimados.

(2) Valor correspondente ao realizado até set. 86.



Tabela 36

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A
Demonstrativo dos resultados dos balanços do Banco do
Estado do Rio Grande do Sul S/A — 1977-86

Anos	Patrimônio líquido (Cz\$ 1 000)	Índice de imobilizações (%)	Empréstimos totais (Cz\$ 1 000)	Créditos em liquidação (%)	Participações do Banrisul em depósitos do Sistema Bancário Nacional (1) (%)	Lucro ou prejuízo líquido ou exercício (Cz\$ 1 000)
1977	1 111	34,46	11 705	0,10	1,34	507
1978	1 814	46,98	17 936	0,04	1,33	343
1979	2 925	59,03	29 020	0,20	1,38	353
1980	5 131	72,50	53 486	0,40	1,41	378
1981	11 265	80,81	111 497	0,60	1,34	585
1982	24 154	83,20	256 891	1,12	1,45	(2) 899
1983	39 387	(3) 164,99	659 964	7,13	1,82	(2) 25 967
1984	189 047	127,20	2 070 462	1,00	(4) 1,89	34 127
1985	876 027	94,11	6 991 758	0,20	(4) 1,70	303 109
1986(5)	1 475 152	78,24	12 755 843	0,20	—	—

FONTE: BANRISUL.

NOTA: Dados em valores correntes.

(1) Os dados dos anos de 1977 a 1983 referem-se à participação média no segundo semestre de cada ano.

(2) Os dados expressam prejuízos em valores correntes.

(3) Valor elevado em consequência do reflexo do prejuízo no patrimônio líquido.

(4) Os dados expressam a participação no final do período.

(5) Dados de 31.10.86.

Tabela 37

Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
do Estado do Rio Grande do Sul S/A
Dados estatísticos da DIVERGS — 1977-86

ESPECIFICAÇÃO	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986(1)
Patrimônio líquido	73	123	238	551	1 640	4 396	13 132	41 939	138 049	206 915
Capital social	20	50	121	206	452	1 131	2 262	6 786	22 054	77 189
Compromissos de recompra ou compra de títulos de renda fixa	995	871	1 198	3 059	6 459	41 241	94 468	144 471	451 838	6 810 341
Receitas operacionais	70	96	305	589	2 045	5 147	14 285	178 429	431 537	520 624

FONTE: Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Estado do Rio Grande do Sul S/A. (DIVERGS).

NOTA: Dados em valores correntes alterados para cruzados na proporção 1.000/1.

(1) Dados estimados. Posição em 10 de novembro.

Tabela 38

Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul
Comportamento da carteira de depósitos
da CEE do Rio Grande do Sul — 1982-86

ANOS	IDI (1)		OTN (1)		Δ % DA CARTEIRA DE DEPÓSITOS		SALDO CONTÁBIL DA CARTEIRA	
	Índice	Δ% no Ano	Valor (Cz\$)	Δ% no Ano	Nominal	Real	Cz\$ 1 000,00	1 000 OTNs
1982	2,32	99,7	2,73	97,76	122,7	12,55	107 269,11	39,29
1983	7,21	211,2	7,01	156,78	186,2	11,44	306 966,08	43,79
1984	23,36	224,0	22,11	215,41	229,3	4,42	1 010 952,94	45,72
1985	69,97	199,5	70,61	219,36	337,5	36,99	4 422 777,86	62,64
1986(2)	106,90	52,8	106,40	50,69	76,4	17,06	7 801 406,21	73,32

FONTE: Consultoria Técnica da CEE/RS.

NOTA: Saldo contábil do total de depósitos.

(1) Valores de dezembro. (2) Previsão.

Tabela 39

Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul
Comportamento da carteira geral de empréstimos
da CEE do Rio Grande do Sul — 1982-86

ANOS	IDI (1)		OTN (1)		Δ% DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS		SALDO CONTÁBIL DA CARTEIRA	
	Índice	Δ% no Ano	Valor (Cz\$)	Δ% no Ano	Nominal	Real	Cz\$ 1 000,00	1 000 OTNs
1982	2,32	99,7	2,73	97,76	130,42	16,51	135 057,00	49,47
1983	7,21	211,2	7,01	156,78	166,47	3,78	359 892,10	51,34
1984	23,36	224,0	22,11	215,41	201,90	-4,29	1 086 526,90	49,14
1985	69,97	119,5	70,61	219,36	253,56	10,72	3 841 574,66	54,41
1986(2)	106,90	52,8	106,40	50,69	78,59	18,51	6 860 845,87	64,48

FONTE: Consultoria Técnica da CEE/RS.

(1) Valores de dezembro. (2) Previsão.

Tabela 40

Companhia Estadual de Energia Elétrica
Número de consumidores de energia elétrica,
por classes de consumo, no Rio Grande do Sul — 1981-86

CLASSES	1981	1982	1983	1984	1985	1986 (1)
Residencial ...	1 167 379	1 256 421	1 333 506	1 404 275	1 468 046	1 554 120
Comercial	128 746	135 568	140 648	145 111	150 219	158 090
Industrial	21 727	23 150	23 575	24 031	24 955	27 320
Rural	101 004	114 459	127 298	140 769	155 142	169 450
Outros (2)	13 271	13 923	14 447	14 920	15 567	16 680
TOTAL.....	1 432 127	1 543 521	1 639 474	1 729 106	1 813 929	1 925 660

FONTE: CEEE.

(1) Dados estimados para setembro, outubro, novembro e dezembro de 1986. (2) Outros inclui iluminação pública, poderes públicos, serviços públicos e próprio.

Tabela 41

Companhia Estadual de Energia Elétrica
Consumo de energia do mercado próprio,
por classes de consumo, no Rio Grande do Sul — 1981-86

CLASSES	1981	1982	1983	1984	1985	1986 (1)
Residencial ...	1 501 892	1 673 162	1 857 650	2 036 196	2 190 560	2 285 421
Comercial	936 287	1 013 145	1 074 596	1 157 950	1 219 202	1 204 438
Industrial	2 622 209	2 835 420	3 129 658	3 567 757	3 885 568	4 018 438
Rural	424 589	479 838	629 065	737 449	895 632	970 297
Outros (2)	621 234	669 161	719 059	766 489	834 619	840 636
TOTAL.....	6 106 211	6 670 726	7 410 028	8 265 841	9 026 672	9 319 230

FONTE: CEEE.

(1) Dados estimados para setembro, outubro, novembro e dezembro de 1986. (2) Outros inclui iluminação pública, poderes públicos, serviços públicos e próprio.

Tabela 42 Companhia Riograndense de Telecomunicações
Indicadores físicos da CRT — 1977-86

ESPECIFICAÇÕES	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986(1)
Terminais instalados	165 814	200 674	205 798	227 156	278 505	365 236	384 356	393 830	402 874	453 907
Terminais em serviço	141 957	164 414	182 625	201 721	235 227	286 558	335 034	361 681	377 543	431 100
Telefones instalados	238 167	277 539	314 126	365 499	408 685	496 528	585 664	635 980	661 485	732 920
Chamadas IU (DDD + MAN) (10 ³) (2)	43 559	44 834	36 304	45 165	50 876	60 575	72 193	82 207	96 260	115 219
Municípios com DDD ou DDI	44	61	62	67	77	114	122	130	137	146
Empregados	5 821	5 918	6 949	7 435	7 346	7 491	7 203	7 077	7 042	6 952
Postos de telefonia rural social	—	—	—	—	—	—	—	13	176	340
Telefones públicos	1 318	1 514	2 014	2 605	3 305	4 098	4 781	5 036	5 542	6 800
Terminais de videotexto	—	—	—	—	—	—	—	—	56	162
Ramais CTC instalados	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1 360

FONTE: Departamento de Coordenação da CRT.

(1) Dados estimados.

(2) A partir de abr./86, as chamadas IU incluem também as DDI.

Tabela 43 Companhia Riograndense de Mineração
Produção de carvão mineral e valor comercializado
pela CRM no Rio Grande do Sul — 1977-86

ANOS	PRODUÇÃO DE CARVÃO	RECEITA OPERACIONAL (1)	
	(1000 t ROM)	Cz\$ 1 000	1 000 ORTNs (OTNs)
1977	605,3	81,1	347,1
1978	854,0	157,7	495,2
1979	1 030,0	305,2	651,1
1980	1 084,5	662,7	937,7
1981	1 264,2	1 559,2	1 128,2
1982	1 291,2	2 549,0	932,6
1983	1 274,6	7 587,8	1 082,0
1984	1 468,6	25 809,6	1 167,3
1985	1 167,1	64 110,6	1 400,9
1986 (2)	1 339,1	157 360,6	1 523,4

FONTE: Companhia Riograndense de Mineração (CRM).

(1) A partir de 1982, a receita operacional não inclui o IUM.

(2) Dados estimados.

Tabela 44 Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras
Construção e melhoria de estradas vicinais, aterros e terraplenagem realizados pela CINTEA
no Rio Grande do Sul — 1977-86

Anos	Estradas Vicinais (Km)			Aterros (m ³)	Terraplenagem (m ³)	Número de Estradas	Municípios beneficiados
	Construção (A)	Melhorias (B)	A + B				
1977	846,0	1 104,5	1 950,5	166 790	66 872	270	129
1978	736,0	1 265,0	2 001,0	203 000	343 000	288	131
1979	595,8	1 065,8	1 661,6	215 909	168 520	258	114
1980	606,8	2 007,6	2 614,4	164 102	419 782	301	127
1981	463,0	1 703,0	2 166,0	85 000	734 000	302	135
1982	533,0	1 332,0	1 865,0	223 730	505 302	331	129
1983	429,1	1 474,3	1 903,4	425 660	496 498	326	154
1984	392,0	1 561,0	1 953,0	433 920	127 135	378	161
1985	376,6	1 566,1	1 942,7	718 485	171 410	318	149
1986 (1)	270,9	1 103,6	1 374,5	658 250	105 550	320	157

FONTE: CINTEA.

(1) Dados até out./86.

Tabela 45

Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras
Número e extensão total de obras de arte especiais realizadas pela CINTEA
no Rio Grande do Sul — 1977-86

ANOS	NÚMERO	EXTENSÃO (m)
1977	34	1 837,4
1978	28	988,6
1979	14	632,5
1980	6	360,7
1981	47	2 034,2
1982	61	2 232,0
1983	54	2 297,8
1984	76	2 426,0
1985	100	3 433,0
1986 (1)	52	1 666,0

FONTE: CINTEA.
(1) Dados até out./86.

Tabela 46

Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais
Movimento de mercadorias nos portos organizados do
Estado e serviços de conservação de hidrovias
executados pelo DEPRC no Rio Grande do Sul — 1983-86

ESPECIFICAÇÕES	1983	1984	1985	1986(1)
Movimentação de mercadorias nos portos (1 000t)	19 601,5	20 392,3	20 754,8	20 775,8
Porto Alegre	8 616,2	8 987,6	9 103,4	9 119,9
Rio Grande	10 682,1	11 015,4	11 225,4	11 371,7
Pelotas	303,2	389,3	426,0	284,2
Dragagem dos rios de acesso e das bacias de evolução dos portos (m ³)	633 031	1 025 081	862 005	546 268
Dragagem das hidrovias interiores (m ³)				
Dragagem	355 096	401 116	344 056	211 309
Derrocamento	1 608	398	4 151	10 300
Conservação dos molhes da Barra de Rio Grande (t)				
Blocos graníticos	4 511	6 217	2 494	1 660
Pedras marroadas	6 649	1 426	766	766

FONTE: Estatísticas do DEPRC.
(1) Dados estimados.

Tabela 47

Departamento Aeroviário do Estado
Atividades desenvolvidas pelo DAE no Rio Grande do Sul — 1983-86

ATIVIDADES	1983	1984	1985	1986
Terraplenagem (m ³)	56 000	164 508	346 607	127 259
Drenagem (m)	3 200	8 854	10 095	16 638
Enleivamento (m ²)	100 000	295 000	265 000	139 328
Sinalização (m ²)	861	3 148	3 350	2 270
Pavimentação asfáltica (m ²)	48 460	116 560	106 276	75 000
Estação de passageiros (m ²)	—	—	65	105

FONTE: Unidade de Engenharia do Departamento Aeroviário do Estado.
NOTA: Obras realizadas em convênio com o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem em Caxias do Sul, Santa Rosa, Campo Novo, Mostardas, Bom Jesus e Iraí.

Tabela 48

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
Bolsas concedidas pela FAPERGS — 1977-86

Áreas do conhecimento	1977		1978		1979		1980		1981		1982		1983		1984		1985		1986	
	Nº	Valor (Cr\$ 1,00)	Nº	Valor (Cr\$ 1,00)	Nº	Valor (Cr\$ 1,00)	Nº	Valor (Cr\$ 1,00)	Nº	Valor (Cr\$ 1,00)	Nº	Valor (Cr\$ 1,00)	Nº	Valor (Cr\$ 1,00)	Nº	Valor (Cr\$ 1,00)	Nº	Valor (Cr\$ 1,00)	Nº	Valor (Cr\$ 1,00)
Ciências Exatas e da Terra	8	202,00	8	167,06	3	174,00	4	60,00	7	342,00	9	1.456,00	10	1.712,00	6	3.890,00	9	19.350,00	3	93.900,00
Ciências Biológicas	28	837,00	36	1.102,76	25	1.284,10	11	773,00	17	1.768,00	16	2.585,00	23	6.710,00	17	9.160,00	29	35.070,00	11	148.100,00
Engenharias	10	165,00	4	141,05	3	304,00	3	252,00	2	432,00	3	540,00	2	990,00	4	4.450,00	2	3.875,00	—	600,00
Ciências da Saúde	20	416,00	11	300,70	16	643,20	8	402,00	6	582,00	5	697,00	13	3.615,00	9	3.390,00	3	5.750,00	1	22.000,00
Ciências Agrárias	34	945,10	41	1.462,78	35	2.048,20	37	2.292,50	30	4.353,50	24	5.155,00	25	10.102,00	22	17.070,00	16	23.345,00	5	117.000,00
Ciências Sociais Aplicadas	10	209,00	7	201,50	12	625,00	7	453,60	8	696,00	8	1.146,00	1	240,00	1	480,00	1	1.800,00	—	—
Ciências Humanas	18	409,00	5	86,10	2	66,50	3	223,20	4	720,00	9	1.553,00	10	2.238,00	6	2.835,00	4	7.845,00	1	1.600,00
Linguística, Letras e Artes	4	95,00	3	73,45	3	123,00	2	120,00	1	96,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL GERAL	132	3.278,10	115	3.535,40	99	5.168,00	75	4.576,30	75	8.989,50	74	13.132,00	84	25.607,00	65	41.275,00	64	96.475,00	21	383.200,00

FONTE: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Dados em valores correntes.

Tabela 49

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
Auxílios concedidos pela FAPERGS — 1977-86

Áreas do conhecimento	1977		1978		1979		1980		1981		1982		1983		1984		1985		1986	
	Nº	Valor (Cr\$ 1,00)	Nº	Valor (Cr\$ 1,00)																
Ciências Exatas e da Terra	17	676,70	17	252,95	25	1.247,98	15	922,91	24	3.205,30	16	7.816,68	28	10.175,06	18	12.810,34	16	23.813,70	6	169.063,61
Ciências Biológicas	24	1.066,44	35	1.444,37	38	3.347,74	22	1.417,46	33	3.176,81	26	19.420,61	36	58.336,81	29	19.462,68	35	113.593,12	16	410.991,25
Engenharias	10	288,76	2	65,17	3	313,00	7	855,50	4	681,00	7	1.281,18	10	3.213,74	10	6.661,43	5	9.929,38	—	—
Ciências da Saúde	7	54,71	12	591,82	7	243,93	18	1.581,46	14	1.360,61	9	1.240,81	8	1.420,85	2	2.350,00	7	24.582,24	2	80.640,00
Ciências Agrárias	39	1.417,11	44	1.647,93	53	3.760,53	57	13.924,48	62	44.766,84	51	53.649,18	45	69.904,28	43	138.624,98	26	189.789,38	14	229.589,72
Ciências Sociais Aplicadas	6	83,70	28	915,81	14	372,33	42	4.275,24	12	2.246,02	12	3.764,79	5	5.215,00	3	3.896,65	9	14.929,10	3	50.390,00
Ciências Humanas	31	354,94	4	147,81	4	1.146,00	3	156,48	3	223,10	16	2.687,00	13	4.072,28	8	5.785,97	8	13.532,79	2	11.788,20
Linguística, Letras e Artes	1	15,77	—	—	1	95,45	—	—	1	129,00	—	—	—	—	—	—	4	10.035,03	—	—
TOTAL GERAL	135	3.958,13	142	5.065,86	145	10.526,96	164	23.133,53	153	55.788,68	137	89.860,25	143	152.238,04	113	189.592,05	110	400.204,74	43	952.462,78

FONTE: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Dados em valores correntes.

Tabela 50

Fundação de Economia e Estatística
Número de publicações editadas pela FEE — 1977-86

ESPECIFICAÇÕES	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986(1)
Periódicos	25	36	37	39	38	41	41	41	39	31
Estudos	11	34	17	10	12	12	9	10	8	8
TOTAL	36	70	54	49	50	53	50	51	47	39

FONTE: FEE.

NOTAS: Não estão computados os trabalhos realizados por outros órgãos e editados pela FEE, nem as reimpressões.

(1) Dados até 10.11.86.

Tabela 51

**Principais atos da administração de pessoal da
Administração Direta do Rio Grande do Sul — 1979-86**

ESPECIFICAÇÃO	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Admissões e nomeações								
Admissões	3 512	8 203	7 816	13 091	9	202	43	41
Nomeações	15 288	14 370	3 512	7 421	(1)32 613	4 003	444	21 549
Subtotal	18 800	22 573	11 328	20 512	32 622	4 003	487	21 590
Exonerações e demissões	865	1 113	4 360	690	922	531	261	329
Aposentadorias e revisão de proventos								
Aposentadorias	1 070	1 551	1 867	3 512	3 782	4 346	3 373	4 186
Revisão de proventos	680	521	670	348	339	246	524	2 335
Subtotal	1 750	2 072	2 537	3 860	4 121	4 592	3 897	6 521
Adicional de insalubridade	1 517	2 873	1 532	1 493	1 449	764	1 054	386
Promoções e alterações de níveis								
Promoções	5 500	1 147	7 785	7 913	17 618	1 447	5 325	13 657
Alterações de níveis	4 893	4 634	5 086	4 187	6 898	19 182	2 367	3 758
Subtotal	10 393	5 781	12 871	12 100	24 516	20 629	7 692	15 407
Vantagens diversas								
Triênios e avanços	14 094	34 975	27 459	21 015	21 398	48 324	30 787	48 447
Quinquênios	1 329	1 812	2 553	2 048	2 064	1 853	1 860	2 308
Gratificação de 15 e 25%	1 865	3 059	2 961	1 841	1 950	3 580	2 888	4 883
Concessão de licença-prêmio	3 668	7 637	7 090	6 484	8 174	9 445	9 841	16 667
Conversão de licença-prêmio	696	1 241	1 227	1 748	2 112	2 895	2 539	3 367
Subtotal	21 652	48 724	41 290	33 136	35 698	66 097	47 915	75 672
TOTAL	54 977	83 136	73 918	71 791	99 328	96 616	61 306	116 905

FONTE: Secretaria da Administração.
(1)8. 269 nomeações a partir de 15.03.83.

Tabela 52

**Secretaria da Administração
Consumo de combustíveis pelo Poder Executivo
Estadual do Rio Grande do Sul — 1978-86**

PRODUTOS	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Gasolina (l)	14 108 135	12 712 393	12 405 636	12 039 636	12 670 415	11 221 805	10 435 225	10 172 715	8 875 035
Alcool (l)	—	—	—	—	500 901	999 458	1 560 934	3 303 971	4 524 898
Óleo Diesel (l)	30 105 435	24 207 114	26 877 943	26 704 515	29 805 639	31 368 105	33 242 700	32 281 555	29 894 036
"Fuel-oil" (Kg)	62 506 158	25 052 039	19 193 647	11 244 000	8 276 806	5 578 803	3 555 323	3 189 963	2 934 607

FONTE: Superintendência dos Transportes do Rio Grande do Sul (SUTERGS).

Tabela 53

**Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
Massa protegida pelo IPERGS — 1977-86**

ANOS	SEGURADOS	DEPENDENTES	BENEFICIÁRIOS
1977	166 578	249 897	416 495
1978	198 759	298 139	496 898
1979	202 083	303 125	505 208
1980	212 133	318 199	530 332
1981	214 940	322 410	537 350
1982	221 991	332 987	554 978
1983	234 573	351 860	586 433
1984	237 700	356 550	594 250
1985	239 064	420 752	659 816
1986	242 886	434 766	677 652

FONTES: Serviço de Cálculo Atuarial do IPERGS.

Tabela 54

Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
Atendimento médico-hospitalar prestado pelo IPERGS aos segurados
no Rio Grande do Sul — 1977-86

Anos	Consultas Médicas		Serviços Complementares		Emergências		Hospitalizações	
	Nº	Valor (Cr\$)	Nº	Valor (Cr\$)	Nº	Valor (Cr\$)	Nº	Valor (Cr\$)
1977	581 876	29 093 800	401 281	17 836 945	31 950	4 156 895	73 592	153 065 455
1978	730 839	51 158 730	537 679	31 530 350	33 041	6 189 739	68 507	204 447 175
1979	1 032 905	92 961 450	642 413	54 414 575	52 996	21 562 234	87 111	369 980 155
1980	1 153 152	127 612 388	742 432	66 076 448	50 284	31 014 163	95 825	624 022 940
1981	1 430 387	545 417 805	1 031 607	366 690 695	93 312	66 411 697	152 286	1 692 602 892
1982	1 633 879	1 417 910 133	1 031 709	862 292 876	95 398	159 222 830	114 091	4 872 823 034
1983	1 719 104	3 329 440 644	1 206 341	1 960 694 799	106 581	420 080 217	126 356	9 977 099 377
1984	1 943 559	8 467 713 729	1 299 100	5 148 181 619	137 905	1 200 959 874	164 900	28 236 393 948
1985	1 979 552	32 699 592 091	1 333 928	21 445 216 831	154 086	5 192 256 763	149 845	90 885 830 613
1986 (1)	1 826 957	115 443 521	1 259 314	51 622 905	146 856	14 488 461	134 680	191 009 686

FONTE: Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS).

(1) Valores em cruzados.

Tabela 55

Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas
Atividades desenvolvidas através do Programa de Açudes e Poços
no Rio Grande do Sul — 1983-86

Especificações	1983		1984		1985		1986 (2)	
	No Ano	Acumulado(1)	No Ano	Acumulado	No Ano	Acumulado	No Ano	Acumulado
Poços perfurados	133	210	137	347	177	524	140	664
Metros perfurados	15 406	24 341	15 600	39 941	18 500	58 441	15 346	73 787
Comunidades atendidas ...	116	180	110	290	136	426	119	545
População beneficiada	10 200	34 492	13 262	47 754	25 919	73 673	30 673	104 346

FONTE: Programa de Açudes e Poços da SDO.

(1) Refere-se aos dados anteriores a 1983.

(2) Dados obtidos até 31.10.86.

Tabela 56

Gabinete da Primeira Dama do Estado do Rio Grande do Sul
Recursos repassados pelo Gabinete da Primeira Dama do Estado do
Rio Grande do Sul para a construção de creches — 1983-86

Especificações	1983		1984		1985		1986		TOTAL	
	Entidades Beneficiadas	Valor (Cz\$ 1 000) (1)	Entidades Beneficiadas	Valor (Cz\$ 1 000) (1)	Entidades Beneficiadas	Valor (Cz\$ 1 000) (1)	Entidades Beneficiadas	Valor (Cz\$ 1 000) (1)	Entidades Beneficiadas	Valor (Cz\$ 1 000) (1)
Construção	10	36,5	21	320,2	13	595,3	40	2 770,0	84	3 722,0
Ampliação ou reconstrução	3	3,5	7	59,5	13	295,0	17	683,0	40	1 043,0
Equipamentos permanentes	—	—	9	20,3	11	109,7	13	295,0	33	425,0
TOTAL	13	40,0	37	400,0	37	1 000,0	70	3 750,0	157	5 190,0

FONTE: Gabinete da Primeira Dama do Estado do Rio Grande do Sul.

(1) Dados em valores correntes alterados para cruzados na proporção 1.000/1.